

Dinâmica familiar do cuidado

Afetos, imaginário e envolvimento
dos pais na atenção aos filhos



Mary Garcia Castro
Ana Maria Almeida Carvalho
Lúcia Vaz de Campos Moreira
Organizadoras

Dinâmica familiar do cuidado

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITORA

Dora Leal Rosa

VICE-REITOR

Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Apoio



Mary Garcia Castro
Ana Maria Almeida Carvalho
Lúcia Vaz de Campos Moreira
Organizadoras

Coleção Família Contemporânea

Dinâmica familiar do cuidado

Afetos, imaginário e envolvimento
dos pais na atenção aos filhos

Edufba
Salvador
2012

2012, autoras.
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

REVISÃO
Yasmine Spínola dos Santos

NORMALIZAÇÃO
Mariclei dos Santos Horta

CAPA, PROJETO GRÁFICO e EDITORAÇÃO
Rodrigo Oyarzábal Schlabitx

SIBI – Sistema de Bibliotecas da UFBA

Dinâmica familiar do cuidado : afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção
aos filhos / Mary Garcia Castro, Ana Maria Almeida Carvalho, Lúcia Vaz de
Campos Moreira, Organizadoras. - Salvador : EDUFBA, 2012.
349 p.

ISBN 978-85-232-0951-3

1. Crianças - Cuidado e tratamento. 2. Família. 3. Responsabilidade dos pais.
4. Avós e netos. 5. Cuidadores de crianças. I. Castro, Mary Garcia. II. Carvalho, Ana
Maria Almeida. III. Moreira, Lúcia Vaz de Campos.

CDD - 649.1

Editora filiada a



EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n, *Campus* de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil
Tel/fax: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

7 | Apresentação

Mary Garcia Castro, Ana Maria Almeida Carvalho e Lúcia Vaz de Campos Moreira

Capítulo 1

13 | Gênero e família em mudança: uma revisão com foco em cuidado parental

Mary Garcia Castro, Ana Maria Almeida Carvalho, Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti, Lúcia Alessandra Fialho Costa, Anamélia Lins e Silva Franco, José Euclimar Xavier de Menezes, Lúcia Vaz de Campos Moreira, Giancarlo Petrini e Elaine Pedreira Rabinovich

Capítulo 2

31 | Metodologia

Lúcia Vaz de Campos Moreira, Ana Maria Almeida Carvalho, Anamélia Lins e Silva Franco, Ariane Vieira Leite Dias e Mary Garcia Castro

Capítulo 3

63 | Rede de cuidadores envolvidos no cuidado cotidiano de crianças pequenas

Ana Maria Almeida Carvalho, Anamélia Lins e Silva Franco, Lúcia Alessandra Fialho Costa e Nestor Norio Oiwa

Capítulo 4

111 | Quem cuida de quem? Repensando as práticas familiares e a divisão do tempo/trabalho

Bárbara Maria Santos Caldeira, Claudia de Faria Barbosa e Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Capítulo 5

151 | A prevalência materna e feminina no cuidado cotidiano de crianças pequenas

Lúcia Vaz de Campos Moreira, Ana Maria Almeida Carvalho, Vânia Maria Picanço de Almeida e Nestor Norio Oiwa

Capítulo 6

205 | Participação dos avós no cuidado cotidiano dos netos pequenos

Elaine Pedreira Rabinovich e Tâmara Azevedo

Capítulo 7

239 | Amamentação: direito da criança e proteção da família

Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima, Miriã Alves Ramos de Alcântara, Anamélia Lins e Silva Franco e Thiago Marques Leão

Capítulo 8

267 | O imaginário sobre mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico de pais e mães de distintas inscrições socioeducacionais e gerações - Salvador

Mary Garcia Castro e Helaine Pereira de Souza

Capítulo 9

329 | Cuidado: pai e mãe a bordo – compreensão freudiana do vínculo

José Euclimar Xavier de Menezes

343 | Sobre os autores

Apresentação

A presente obra caracteriza-se por ser um livro de múltiplas autorias, mas as análises e as reflexões apresentadas em cada capítulo autoral cercam um tema comum e um mesmo conjunto de dados: os do projeto multidisciplinar *Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos*, desenvolvido pela equipe de docentes-pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador (UCSal), Bahia, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no período entre 2009 e 2011.¹

A interação entre os pesquisadores e os alunos que foram integrados na realização do projeto envolveu reuniões, diálogos entre membros da equipe e, principalmente, trabalho conjunto em torno de recortes feitos no material para as análises de cada capítulo, sendo que o projeto original, que constitui a base do primeiro capítulo sobre referentes teóricos, foi se modelando por diálogos entre os que assinaram a peça aprovada pelo CNPq.

Uma singular combinação resulta dessas trocas que também se alimentaram de cursos, colaboração discente e discussões em seminários.

1 O projeto foi aprovado pelo CNPq no final de 2008, contando com financiamento dessa instituição. O texto original teve a colaboração de: Mary Garcia Castro e Ana M. A. Carvalho (co-coordenadoras); Anamélia L.S. Franco; Elaine Pedreira Rabinovich; Giancarlo Petrini; José E. X. Menezes; Lúvia A. Fialho da Costa; Lúcia V. C. Moreira e Vanessa R. S. Cavalcanti, todos professores pesquisadores da UCSal - Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea e que vêm desenvolvendo estudos no âmbito do projeto. A partir de 2010, tal projeto contou também com a colaboração de novos docentes-pesquisadores ingressos no Programa: Isabel M. S. O. Lima e Miriã A. R. Alcântara, e com a colaboração externa de Nestor N. Oiwa em análises estatísticas complementares. O banco de dados do projeto é a fonte de todas as tabelas e figuras apresentadas nos capítulos deste livro.

rios nacionais e internacionais, qual seja: um livro que é assinado por uma equipe e capítulos com identidades próprias e com preocupações autorais. A equipe inclui pesquisadores de várias áreas – Psicologia, Sociologia, Antropologia, História, Direito, Filosofia e Enfermagem – e uma colaboração externa em Estatística, mas é precoce dizer que se trata de um livro interdisciplinar. Recusamos a banalização dessa perspectiva, o que vem ocorrendo hoje na área acadêmica. A interdisciplinaridade é um processo que decola de interações disciplinares, mas também de ajustes – não necessariamente acomodações – em relação ao quadro conceitual e às incursões epistemológicas – o que pede debates entre correntes disciplinares, mais do que entre disciplinas, e uma prática longa, ou seja, ancorada em um processo de questionamento de doxas próprias. Assim, consideramos que a experiência de realização da pesquisa e, em particular, seus desdobramentos podem ser possibilitados pelo livro como recurso didático para atividades da nossa docência e de outros e que, em muito, podem contribuir para perspectivas interdisciplinares. De fato, a multidisciplinaridade que define o Programa e, principalmente, a realização de um projeto conjunto tendo como eixo temático a família são passos importantes para a construção de um trabalho efetivamente interdisciplinar, mediante as trocas que essa realização conjunta forçosamente implica. Nos intercâmbios já ocorridos e nos que se espera que decorram deste primeiro processo/produto coletivo do projeto, estão – insistimos – as sementes para a emergência de um pensamento interdisciplinar.

Não ao acaso, progressivamente rebatizamos o projeto que passou a ser conhecido como *Projeto Cuidar*, uma vez que, entre outros conceitos, este nos desafiou para remodelagens, retirando-o do nicho das reflexões microrreferidas e debates do campo da Psicologia, para ganhar espaços abertos e diálogos fronteiriços nas Ciências Sociais e Humanas. Os sentidos do cuidar, para atores, atrizes, agências, como a família, grupos sociais, sociedades, gerações, tempos históricos, são temas que não necessariamente fazem parte do vocabulário de motivos de cada pesquisador, mas foram se impondo e nos unindo, ou nos distinguindo, na equipe.

No decorrer do livro, em vários momentos, os leitores são remetidos a um ou mais dos capítulos de outros autores. Nesse sentido, mesmo as análises independentes de cada capítulo, que focalizam aspectos particulares do material coletado e representam os primeiros resultados do projeto, têm algum grau de interdependência, ainda que possam ser lidas de forma isolada, segundo o interesse de cada um.²

O primeiro capítulo é assinado por todos os pesquisadores que participaram da elaboração do projeto que foi aprovado pelo CNPq: aí, revê-se a literatura pertinente, de forma a explicitar a fundamentação e contextos teóricos do trabalho. No segundo capítulo, de Moreira, Carvalho, Franco, Dias e Castro, são detalhados os procedimentos metodológicos relativos à coleta dos dados nos quais se baseiam as análises dos seis capítulos seguintes. Também é apresentado o instrumento utilizado para a coleta de dados.

O terceiro capítulo, de Carvalho, Franco, Costa e Oiwa, discute resultados do roteiro cotidiano de tarefas no cuidado, refletindo sobre quem faz o quê, considerando o filho pequeno. Exploram literatura de áreas de conhecimento diversas sobre redes sociais, reapropriando-se de tal enfoque, o que leva a redesenhos, uma vez que a unidade família e os sentidos de cada membro nessa organização evocam arquiteturas sociais que sugerem que há redes e redes, e que, para a identificação das redes no âmbito da família, se o objeto é o cuidado de crianças pequenas, há que esperar tramas complexas. Apresenta-se um quadro geral sobre o modo pelo qual se dá o exercício e o compartilhamento do cuidado parental na amostra estudada, segundo o relato dos pais e mães.

Caldeira, Barbosa e Cavalcanti, no quarto capítulo, partem de questões levantadas pelas transformações correntes na família e nas relações de trabalho entre tradição e configurações do tempo presente. Através de revisão historiográfica, observam-se instabilidades so-

2 Aos leitores que tiverem interesse em detalhes da metodologia, recomenda-se, no entanto, que recorram também ao capítulo 2, uma vez que nos demais capítulos os aspectos metodológicos são apresentados de forma resumida.

ciais e mudanças no âmbito doméstico e familiar, configurando não somente novas formas de viver o cotidiano e as relações familiares, mas impondo uma necessária reflexão sobre o privado e suas múltiplas referências. Famílias, lugares de viver e de prestação de cuidados passam a ser cada vez mais associados e demonstram matizes de novas fronteiras e divisão de tempo/trabalho feita pelos adultos. Quais os modelos identificados na ética do Cuidar? Existem permanências ou rupturas nas relações e nos perfis familiares e dos cuidadores? Configura-se uma denominação mais equitativa na divisão de atividades no âmbito doméstico-familiar? A partir dessas questões geradoras, o objetivo central deste texto é analisar a dinâmica de interação e atuação entre adultos – pais e mães – nas tarefas diárias do cuidar, acessando debates sobre dinâmica, economia e relações de gênero, tal como se refletem no cotidiano doméstico.

Moreira, Carvalho, Almeida e Oiwa, no quinto capítulo, analisam em detalhes a divisão, entre os membros da rede de cuidadores, das diferentes tarefas envolvidas no cuidado, refletindo, particularmente, sobre a prevalência feminina nessas tarefas. Exploram possíveis fatores motivacionais e atitudinais subjacentes aos critérios pelos quais os pais compartilham o cuidado parental com outros cuidadores e apontam questões para pesquisa futura sobre compartilhamento do cuidado de filhos pequenos.

Rabinovich e Azevedo, no sexto capítulo, focalizam uma figura central nas reflexões a respeito do compartilhamento do cuidado de crianças pequenas: os avós. Reveem a literatura a respeito de participação de avós no cuidado, analisam o quadro encontrado no presente estudo e discutem essas evidências à luz de perspectivas culturais e evolutivas, e de especificidades da amostra pesquisada e dos procedimentos do estudo. São, particularmente, focalizadas nessa discussão a prevalência da linhagem materna e de avós sobre avôs e as divergências entre os resultados encontrados e os sugeridos pela literatura. São apontadas questões a serem aprofundadas em pesquisas ulteriores com foco no lugar dos avós na rede de solidariedade em torno do cuidado de crianças.

Lima, Alcântara, Franco e Leão, no sétimo capítulo, baseiam-se nos dados obtidos a respeito de aleitamento materno, para discutir a amamentação sob a perspectiva do Direito e da proteção social à família. Discutindo a proteção social como uma dimensão do direito humano à criança, integram elementos da relação do Estado, enquanto legislador na garantia legal da prática de amamentação. Os autores identificam que as mães que trabalham e contam com licença maternidade e com o apoio de outros cuidadores, geralmente, amamentam por mais tempo, facultando, assim, uma discussão futura sobre os aspectos da corresponsabilidade do Estado no cuidado da família à criança pequena.

Castro e Souza, no oitavo capítulo, exploram representações, refletindo como o eu e o outro são percebidos em relação à tessitura do cuidar na família, ou seja, como os pais e mães entrevistados representam a sua participação e a do cônjuge nos cuidados com os filhos; quem é considerado o chefe de família, quem seria subliminarmente nomeado provedor e cuidador, segundo gênero; exploram como pais e mães de diferentes inscrições sociais consideram que houve mudanças na divisão sexual de trabalhos domésticos, tendo, por exemplo, como parâmetro, a geração de seus pais. As autoras revisam literatura feminista sobre divisão sexual do trabalho e questionam formações simbólicas que, possivelmente, informam imaginários de pais e mães, quando o objeto de referência, o filho pequeno, ambigualmente combina trabalho e afeto, indicando que o conceito de cuidado de filhos desestabiliza a equação trabalho e carga, mas não necessariamente legitima euforias ou afirmações de que há mudanças nas relações de gênero, no âmbito da família, e de que a tendência seria por um novo pai.

No nono e último capítulo, Menezes entabula um diálogo com a teoria freudiana, colocando o foco no modo de percepção do bebê em relação aos dois cuidadores mais relevantes de sua vida, de acordo com a perspectiva freudiana acerca da amamentação, vivência elementar do ordenamento psíquico. O aparato de memória de que o bebê dispõe é pensado pelo freudismo como suficientemente competente para capturar certas presenças, qualificando-as como familiares,

íntimas e ambivalentes, do ponto de vista do afeto, participantes da estruturação dessa realidade chamada de sujeito-de-desejo. Recorre-se a Freud, a partir dos dados empíricos utilizados na captura da relação complexa dos pais com o bebê. O diálogo é tenso, exatamente porque desmistifica a sacralização da família, não somente nas ações inerentes dos cuidadores com o bebê, nomeados por Freud de “outro auxiliar”, mas na percepção que o bebê realiza desses outros que o amparam e que o corroboram em seu ordenamento afetivo.

Agradecemos o acolhimento e apoio da Universidade Católica do Salvador (UCSal), o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para a realização do projeto, e da Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) para a publicação deste livro. Nossos agradecimentos, também, a todos os que colaboraram com o projeto e com a elaboração deste livro, particularmente a: Maria Julieta Firpo Fontes, superintendente de pesquisa e pós-graduação da UCSal, pelo incentivo; Geraldo Barreto, secretário do Programa de Pós-graduação em Família, pela ajuda na preparação de material para a coleta de dados e pelo apoio de secretaria ao longo de todo o trabalho; Neuza Adorno Farias, coordenadora do Sistema de Bibliotecas da UCSal, pela revisão e adequação das referências bibliográficas às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Ariane Vieira Leite Dias, pela colaboração relevante na etapa de coleta de dados; Carlos Alberto de Medeiros, da empresa Dados e Fatos – Pesquisa de Mercado, responsável pela tabulação dos dados; Renata Bourroul, responsável pela supervisão técnica da tabulação, pelo empenho que dedicaram ao trabalho e pela disponibilidade e gentileza com que acolheram nossas sugestões e solicitações, e Nestor Oiwa, pelo interesse e disposição para participar *a posteriori* como analista estatístico.

Mary Garcia Castro
Ana Maria Almeida Carvalho
Lúcia Vaz de Campos Moreira
Organizadoras do livro

Gênero e família em mudança: uma revisão com foco em cuidado parental

Mary Garcia Castro
Ana Maria Almeida Carvalho
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
Lívia Alessandra Fialho Costa
Anamélia Lins e Silva Franco
José Euclimar Xavier de Menezes
Lúcia Vaz de Campos Moreira
Giancarlo Petrini
Elaine Pedreira Rabinovich

Através e apesar da diversidade histórica e cultural de sistemas familiares, dois aspectos parecem ser extremamente estáveis: a presença da família (sob qualquer de suas configurações) como unidade social básica de convivência, relacionamento afetivo,¹ reprodução e cuidado dos filhos; e a atribuição de forma praticamente exclusiva à mulher da responsabilidade pelo cuidado do lar e dos filhos. De fato, é pouco conhecida – a não ser em casos bastante isolados (MEAD, 2000) – a ocorrência de uma cultura na qual a divisão de trabalho entre os gêneros não envolva essa atribuição e, em muitos casos, de forma exclusiva, isto é, autorizando apenas ao homem o exercício de

1 O que não implica qualidade necessariamente positiva de afetos.

atividades produtivas e a responsabilidade de provedor – ainda que esta última situação venha se tornando cada vez menos frequente desde a Revolução Industrial. Esta transformação no modo de produção incorporou mulheres e até mesmo crianças ao proletariado urbano e, principalmente desde as duas Grandes Guerras, as mulheres passaram a ocupar um lugar crescente no mercado de trabalho, em praticamente todo tipo de atividade produtiva. Esta última condição, no entanto, não implicou em uma redução das atribuições domésticas e maternas, como vem sendo repetidamente apontado nas últimas quatro ou cinco décadas por pesquisadores de várias áreas. (ARAÚJO; SCALON, 2005; ARAÚJO; SCALON, PISCANÇO; 2007; ARRIAGADA, 2000, 2007; BORGES, 2007; CAPPELLIN, 2005; ENRIQUEZ, 2005; SORJ, 2004) Apesar das mudanças na família no decorrer do século XX, a desigualdade de gênero ainda apresenta as marcas de sua inserção profunda em antigas assimetrias de responsabilidades familiares.

Em uma síntese a partir de uma pesquisa realizada com famílias em 30 países, inclusive no Brasil, Poortinga e Georgas (2006) concluem que a mudança mais diretamente impulsionada pelas alterações no contexto social é a nuclearização da família. A transição da família extensa à família nuclear foi mencionada por autores de vários países e todos eles referem-se a um ou mais dos três fatores: urbanização, desenvolvimento econômico e da educação. Em mais da metade dos países, o principal padrão foi neolocal (as pessoas ao se casarem buscam residir em moradia própria e não com a família de origem) e de residência nuclear. Contudo, em um terço dos países, a família extensa ainda era a norma, embora em todos estes países existam tendências de mudança para a residência nuclear. Em dois terços dos retratos, os padrões residenciais foram relacionados explicitamente a fatores econômicos e, em um terço, a urbanização foi mencionada como um elemento relevante para a residência nuclear. Este tipo de residência não deve ser equiparada à ausência de importantes laços familiares e de suas influências. Metade dos autores refere-se explicitamente aos cuidados de crianças ou parentais como uma função da família. Além disso, viver perto da

residência de um dos pais do jovem casal (ou de ambos) foi comum também em países ocidentais industrializados, a menos que o jovem casal se afastasse por razões profissionais.

Pelo menos a metade dos retratos dos países menciona que existe um aumento na idade do casamento. Dois fatores são amplamente indicados como motivos: o maior tempo que se leva para concluir os estudos e iniciar uma profissão e os custos de criação de uma família. Também o aumento nas taxas de divórcio foi indicado em metade dos retratos e em nenhum foi observado decréscimo. A idade de casamento é relacionada à taxa de divórcio, e ambas são vistas como uma tendência do enfraquecimento do casamento como estrutura fundamental na sociedade. A maioria dos autores menciona o número de filhos por família; metade dos retratos explicita uma diminuição neste número e em nenhum deles um aumento do número de crianças foi relatado. O menor número de filhos é relacionado por dois autores ao aumento na idade em que as mulheres tendem a se casar. Ao mesmo tempo, nos países ocidentais, mais crianças têm nascido de mulheres não casadas, frequentemente adolescentes. Por último: juntamente com as maiores taxas de divórcio, mais crianças estão crescendo em famílias com apenas um dos pais, geralmente a mãe.

Na metade dos retratos, os autores referem-se, em graus variáveis, às mudanças na tradicional hierarquia patriarcal dos papéis de pai e mãe, em particular ao fenômeno da diminuição da autoridade masculina. Nenhum dos relatos menciona mudanças na direção do fortalecimento da autoridade do pai (ou do sexo masculino); a tendência é para a partilha do poder entre pai e mãe, embora isso certamente não signifique que a igualdade foi atingida. As razões mais comuns para as alterações mencionadas por um quarto dos autores são o emprego de mulheres fora de casa e o aumento de seu nível de educação, permitindo-lhes contribuir economicamente para a família. Na grande maioria dos retratos, a mãe aparece como o centro da família. Em diversos retratos, ela é vista como mais sensível às necessidades das crianças e emocionalmente mais próxima aos filhos, em

comparação ao pai, além de mais dedicada a eles. Enquanto o papel do pai na família sofreu mudanças significativas em muitos países, o papel da mãe continua sendo visto como o de principal cuidador, especialmente de crianças de pequena idade. Portanto, seu papel tradicional parece ter sido menos sujeito a alterações, o que surpreende, pois quase todos os retratos dos países referem-se a um aumento do emprego das mulheres fora da casa.

Os autores finalizam apontando que o papel da mãe como principal cuidadora da família parece ser objeto de mudança em menor extensão do que a figura do pai como autoridade e provedor. Em segundo lugar, apontam que a mudança de residência comum da família extensa para a nuclear parece ter um limitado efeito sobre laços afetivos e práticas de apoio mútuo entre pais e filhos.

A importância da função econômica da família tem diminuído mais visivelmente nas sociedades ocidentais onde o sistema de apoio social provê a segurança econômica que se poderia (e que, em muitas sociedades, ainda se pode) encontrar apenas na própria família. As mudanças observadas na estrutura familiar como consequência da diminuição da pressão econômica – mais evidente no papel central do pai – estão em consonância com a perspectiva biocultural. Isto também vale para a função de socialização e de cuidados, atribuída principalmente à mãe. A criação da nova geração emerge dos 30 retratos como a função da família que mais resistiu à mudança, sendo que a mãe é a figura central nesse processo.

Castro, Miranda e Almeida (2007) salientam que, entre as transformações históricas da família, incluem-se novas relações de gênero e, com estas, a desestabilização da figura do pai como lei e autoridade; mas apontam, também, citando Donatelli (2006, p. 12), que “os homens mais que as mulheres são atores coadjuvantes nesse novo cenário.” Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre a região metropolitana de Salvador, Borges (2007) aponta a enorme discrepância entre os gêneros no uso de tempo para tarefas domésticas, sendo de duas a cinco vezes maior para as

mulheres, independentemente de sua condição de emprego. A autora ressalta que, embora a jornada feminina de trabalho externo seja, em média, inferior à dos homens, a diferença não compensa a sobrecarga em tarefas domésticas, e lembra que a participação masculina nessas tarefas, além de limitada, é bastante seletiva, como também evidenciam Araújo e Scalon (2005) e Sorj (2004).

Esses e outros trabalhos indicam que, ao passo que as mulheres se mostram aptas a desempenhar funções tradicionalmente masculinas no âmbito do mercado de trabalho, a maioria dos homens estaria atrasada na aquisição de habilidades ou no desempenho de tarefas tradicionalmente femininas, principalmente as de cuidado, e só as desempenham – quando isso ocorre – de forma complementar ou auxiliar em relação à mãe. (TORRES, 2004) Simetricamente, o senso comum ainda vê o trabalho remunerado da mulher como uma atividade auxiliar, uma ajuda ao marido ou, segundo um antigo dito popular, dinheiro para os alfinetes – e, portanto, sem o mesmo grau de importância que o trabalho masculino (BARBOSA; CAVALCANTI, 2008) – embora um quarto dos 28 milhões de mulheres brasileiras que trabalham sejam chefes de família e a participação feminina no mercado de trabalho venha crescendo consistentemente nas últimas três décadas. (ARAÚJO; SCALON, PICANÇO; 2007; CAVALCANTI, 2005)

A que atribuir essa diferença entre os gêneros nas suas reações a mudanças socioeconômicas e culturais? A resposta não é simples e envolve provavelmente uma diversidade de fatores em interação. A maior disponibilidade das mulheres para assumirem novos lugares sociais, ou para embaralhá-los em decorrência de mudanças sociais e econômicas, poderia estar relacionada, por exemplo, ao fato de que esses novos lugares têm lhes propiciado ganhos: maior liberdade de escolhas e de ação no mundo, além de independência financeira e realização pessoal em carreiras antes inacessíveis; em contraste, para os homens, essas mudanças significariam aumento de competição no mercado de trabalho, compartilhamento de poder e de controle financeiro e aceitação de tarefas pouco valorizadas socialmente.

(SILVA; ANASTÁCIO, 2008) Valores, no entanto, são sempre multifacetados: pode-se argumentar que os valores tradicionais também privam os homens de vivências significativas no nível afetivo e emocional e de competências sociais. (FONSECA et al., 2003)

Tradicionalmente, essa discussão tem sido dicotomizada entre dois enfoques tomados como inconciliáveis: o enfoque psicobiológico e o culturalista. Não é pretensão desta revisão aprofundar essa questão complexa e controvertida; visa-se, antes, decolar debates sobre gênero, geração, família e cuidado, considerando, em particular, a paternidade e rever criticamente a literatura a respeito de práticas atuais, considerando gênero, e, especificamente, a respeito do desempenho de tarefas de cuidado em relação aos filhos. No entanto, essa discussão não pode prescindir de sua contextualização em uma literatura multidisciplinar sobre identidades femininas e masculinas, sua subversão ou o questionamento de tais codificações (BUTLER, 2004, 2006), assim como a questão da divisão sexual de trabalho e poder e outras relações permeadas por gênero no âmbito da família.

Ao explorar essa literatura, é relevante ter em conta, com Macedo (2007, p. 140), que as dimensões de gênero, classe, raça/etnia e idade/geração – “eixos fundantes da vida dos sujeitos sociais” – não são camadas que se sobrepõem ou se somam; são suas articulações que permitem evidenciar a riqueza da vida social. De fato, o debate das articulações de categorias identitárias como as assinaladas não é novo no Brasil, e é, hoje, parte do acervo há muito consolidado de estudos sobre gênero e sobre geração.

Essa articulação não dispensa, no entanto, a reflexão sobre cada um dos eixos, desde que se faça sem perder de vista suas potencialidades de interceptação e redefinição mútuas. Relações de classe e de etnia estruturam diferentes condições de existência de indivíduos e grupos sociais, além de seus valores e comportamentos como atores sociais. Se a categoria geração ainda é vista como controvertida quanto ao seu estatuto teórico em comparação com as duas anteriores, têm-se acumulado estudos que evidenciam sua relevância tanto teórica

quanto política para o desvelamento dos sistemas de hierarquização social que estruturam, na sociedade atual, as relações entre diferentes grupos etários. (MACEDO, 2007; MOTTA, 1999, 2004, 2007)

A articulação entre duas ou mais dessas dimensões já vem caracterizando, principalmente nos últimos anos, a extensa literatura sociológica e feminista sobre gênero. Na comparativamente menos extensa e mais recente literatura sobre identidades de gênero, maternidade e paternidade, informada por uma abordagem psicossocial, destaca-se principalmente o esforço de articulação entre gênero e geração.

Uma das diferenças que pode ser notada entre essas duas vertentes da literatura é que, no enfoque psicossocial, ainda se encontra uma preocupação com a explicitação do conceito de gênero que informa cada estudo – uma questão que parece já ter alcançado um consenso na literatura sociológica e feminista, nas quais, na verdade, originaram-se as discussões sobre o termo e sua conceituação. Por outro lado, na literatura sociológica e feminista o debate sobre a categoria geração ainda é atual, embora em última instância remeta tipicamente à obra clássica de Mannheim (1928). Cabem, portanto, algumas considerações sobre essas categorias, as quais são centrais no delineamento do presente projeto.

Wang, Jablonski e Magalhães (2006, p. 55) diferenciam o tratamento de gênero como uma categoria de pertencimento a um grupo social, dada por processos de identificação, e a consideração de que gênero não é uma única categoria de pertencimento, e sim um conjunto destas.

Nesta perspectiva, o termo ‘identidade de gênero’ é substituído pelo conceito de identidades de gênero, uma vez que diferentes características relacionadas a gênero engendram variadas representações e identificações masculinas e femininas, conforme o contexto social. Ou seja, traços de personalidade, atributos físicos, papéis sociais como maternidade e paternidade, orientação sexual, habilidades pessoais, escolhas profissionais

e interesses recreacionais, por exemplo, podem constituir diferentes formas de identificação social atreladas ao gênero.

Embora se mantenha referenciada ao contexto social mais amplo e às transformações sociais, culturais e econômicas, a tônica da literatura psicossocial trata sobre os processos de definição de pertencimentos, ou seja, de constituição de identidades em nível psicológico: socialização diferencial de meninos e meninas, lugares parentais vivenciados na família e, portanto, modelos potenciais de masculinidade e feminilidade, contradições decorrentes da ampliação da rede social na infância e na adolescência. Há ênfase em emoções e motivações vividas nesse processo de construção, no desenvolvimento do controle do corpo – gestualidade e expressividade – e na dinâmica entre pais e filhos com tonalidade psicanalítica, como facilitadora ou impeditiva de identificações que propiciem a construção de identidades de gênero.² Talvez, não surpreendentemente, um tópico frequente seja a crise da masculinidade diante das transformações históricas relativamente recentes dos dois pilares da concepção patriarcal do masculino: trabalho e sexualidade. Na busca de uma nova identidade de gênero e de novos papéis, as mulheres parecem já ter encontrado novas feminilidades, ao passo que os homens ainda estão incertos a respeito de novas possibilidades de masculinidade. (WANG; JABLONSKI; MAGALHÃES, 2006) No nível empírico, diversos estudos buscam indícios de transformação na participação masculina em atribuições tradicionalmente femininas, especialmente as relativas ao cuidado dos filhos e às tarefas domésticas.³

2 Confira por exemplo, o Complexo de Laio proposto por Betcher e Pollack (1993 apud WANG; JABLONSKI; MAGALHÃES, 2006), que remete a agressividade masculina a uma relação insatisfatória entre pai e filho.

3 Ao mesmo tempo, como aponta Suremain (2001), determinados contextos de vida encaminham na direção oposta: em Medellín, Colômbia, em meio à violência, à corrupção e à pobreza, a crise da paternidade se configura como a ausência cada vez maior dos homens em relação à família, inclusive ao seu sustento.

Nas últimas duas décadas, tem-se evidenciado uma tendência à maior participação masculina nos grandes centros urbanos e em países desenvolvidos, embora as mulheres ainda arquem com a maior parte das tarefas e o uso do tempo continue muito desigual. (SILVA; ANASTÁCIO, 2008; WANG; JABLONSKI; MAGALHÃES, 2006) Em nosso meio, alguns estudos têm evidenciado tendências semelhantes, embora aparentemente menos acentuadas em comparação com outros países.

Araújo e Scalon (2005) encontram indícios de maior participação masculina em cuidado dos filhos, mas não em tarefas domésticas. Esses resultados são confirmados em Araújo e Scalon (2006), onde se verifica também que tanto homens quanto mulheres valorizam mais a participação masculina no cuidado das crianças do que nas tarefas domésticas (63% de concordância total quanto à primeira entre homens, e 72% entre mulheres, contra 50% [homens] e 65% [mulheres] no que se refere a tarefas domésticas).⁴ Evidencia-se, também, a distância entre essas valorizações e a prática efetiva: entre oito tarefas domésticas investigadas, apenas uma (pequenos consertos) apresentou participação masculina significativa (54% de exclusividade na tarefa), e em duas outras (fazer compras e ir a banco) a participação masculina superou 5%. No caso de cuidado das crianças, a participação masculina exclusiva não ocorreu em nenhuma das sete tarefas investigadas; o que aparece com maior frequência (30% ou mais), segundo declarado pelos pais, é a participação conjunta com a mãe em brincar, levar ao médico, colocar para dormir, acompanhar tarefas escolares e levar à escola e buscar, mas, nas declarações de mães, apenas brincar (pai e mãe juntos) ocorre em mais de 20% das respostas.

Diversos outros estudos, como o de Georgas e colaboradores (2006), sugerem que é principalmente na redefinição de paternidade que estão ocorrendo transformações mais nítidas.

⁴ Respostas às questões Homens devem cuidar mais das criança e Homens devem assumir mais trabalhos domésticos?

Jablonski (2007, p. 209) identifica a profunda alteração nos papéis⁵ de gênero tradicionais em decorrência do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, levando a crer em maior igualdade ou flexibilidade desses papéis. No entanto, reconhece que, se há alguns indicadores de maior participação masculina em atividades relacionadas aos filhos, o mesmo não ocorre em relação a tarefas domésticas. Apesar das mudanças culturais, em seu estudo qualitativo com oito casais, verifica que “parece ainda persistir uma visão conservadora dos papéis dos cônjuges no que se refere às tarefas domésticas e à responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos.” (JABLONSKI, 2007) As práticas dos homens nessas tarefas aparecem como coadjuvantes e complementares em relação às das mulheres. E, se os homens tendem a perceber a divisão de tarefas como mais equitativa do que era antes, as mulheres continuam a percebê-las como assimétricas.

Essas observações são corroboradas por Coutinho (2003), em pesquisa qualitativa com 12 mulheres executivas cariocas com idade entre 25 e 45 anos. Seus resultados indicam a manutenção dos papéis de gênero, com participação periférica dos homens nas tarefas domésticas, enquanto as mulheres tentam conciliar trabalho e família – o que, com frequência, envolve conflitos, cobranças e sentimentos de culpa e frustração pelas insuficiências percebidas em ambas as esferas.

Wagner e colaboradores (2005) estudaram 100 famílias de Porto Alegre, com filhos em idade escolar (sete a 12 anos), entrevistando separadamente pais e mães a respeito da participação de cada um nas tarefas de cuidado e educação dos filhos. Os resultados indicaram a existência de dois grupos diferenciados no interior da amostra: um primeiro, no qual as mães assumem a responsabilidade pela maior parte das tarefas, e um segundo, em que as responsabilidades são compartilhadas, ainda que tarefas de cuidado diário, como a ali-

5 Nesse contexto, o termo parece ser utilizado para designar o conjunto de tarefas desempenhadas.

mentação da criança, continuem a ser desempenhadas predominantemente pelas mães – o pai se mantém como principal responsável pelo sustento da família. A maior participação dos pais em outras tarefas relacionadas aos filhos poderia estar relacionada, neste estudo, com a idade das crianças: Jablonski (2007) sugere que a participação dos homens na criação dos filhos tende a aumentar com a idade destes.

Na busca desses indícios de transformação, qualquer enfoque que aborde comparações no tempo introduz inevitavelmente a categoria geração. Motta (2004, p. 349) chama a atenção para a permanência de “incertezas, carências e ambiguidades” em relação a esse conceito, tanto devido à relativa escassez de reflexão teórica, que apenas começa a ser retomada, principalmente no que toca a relações intergeracionais, quanto à “polissemia e polivalência evidentes e ainda inescapáveis do termo”, decorrentes dos inúmeros matizes de sentido presentes em seu uso cotidiano. No âmbito da ciência, a autora propõe uma tentativa de síntese em três sentidos principais e até certo ponto superpostos: coortes, como sendo o sentido dominante na perspectiva demográfica ou estatística, referindo-se a conjunto de indivíduos nascidos em um determinado intervalo temporal com certas características demográficas; idades, mais utilizado na Antropologia, definido por grupos etários e frequentemente relativo à filiação, às posições na família e na organização social e às etapas no curso de vida e, por último, às “gerações”, considerado o mais sociológico dos sentidos, designando que designa um coletivo de indivíduos que compartilham experiências ou vivências em uma determinada época e que têm idades aproximadas. Este é o sentido mais próximo de Mannheim (1928, p. 135-136) que, embora não desvincule geração e grupo etário, acentua o recorte histórico: “indivíduos [...] ligados a uma posição comum na dimensão histórica do processo social”, o que os predispõe a “[...] um modo característico de pensamento e experiência e um tipo característico de ação historicamente relevante.” Motta (2004) ressalta, ainda, a coexistência de gerações que vivenciam experiências e trajetórias de vida diferentes, e a possibilidade de

segmentação de uma geração em termos de padrões culturais, ainda que vivendo a mesma época e o mesmo entorno social.

Dois estudos realizados nas últimas décadas (BENINCÁ; GOMES, 1998, no Brasil; e BRANNEN, 2004, na Inglaterra) ilustram um recorte de geração que, de alguma forma, articula o sentido antropológico e o sociológico. No primeiro, relatos de mulheres de três gerações pertencentes às mesmas famílias – e diferenciadas, portanto, por idades e por posições familiares (avó já bisavó, mãe já avó e filha já mãe) – são analisados em termos de concepções de paternidade e maternidade, suas transformações e seu lugar na dinâmica da individualização e sob as pressões do cotidiano familiar. Também no segundo estudo as vozes são femininas: em famílias com quatro gerações, as mulheres representativas de cada uma delas são ouvidas a respeito de sua infância e de suas experiências nas relações intergeracionais – especialmente entre figuras femininas – no seio da família. A perspectiva geracional aplicada ao gênero masculino nas relações familiares parece estar sendo menos focalizada; a literatura mais expressiva focaliza juventude (por exemplo, paternidade juvenil e adolescente) e terceira idade, com foco principal em redes sociais.

Finalmente, de forma a deixar em aberto os diversos caminhos possíveis para uma reflexão sobre paternidade e maternidade, masculinidades e feminilidades, convém relançar um olhar sobre processos de constituição dessas identidades. Como já foi apontado, lugares atribuídos segundo o gênero parecem ser mais resistentes à renovação do que outros aspectos de transformações intergeracionais. A compreensão dessa resistência passa pela já amadurecida reflexão sobre forças econômicas e socioculturais que contribuem para transformação ou para permanência nos contextos da vida humana – entre os exemplos mais evidentes estão as forças socioculturais, a figura paterna e as relações de gênero veiculadas por tradições religiosas e/ou concepções teóricas ainda prevalentes. Nas várias psicanálises, por exemplo, o pai, seja como núcleo do complexo edipiano, seja como arquétipo ou sob outras formas, continua a aparecer como a figura

disciplinadora que impõe limites e frustração, arranca a criança da natureza representada pela mãe e lhe impõe o princípio da realidade. (CARDOSO, 2008)⁶

Hirata e Kergoat (2003, p. 113) propõem que, para sair da sociografia ou da descrição do aparente, trabalhe-se o conceito de divisão sexual do trabalho, acessando aportes de diferentes disciplinas, discutindo o modo pelo qual se daria na sociedade – com as condições atuais – o valor do trabalho (“produção ‘vale’ mais que reprodução; produção masculina ‘vale’ mais que produção feminina”), tanto tendo o termo valor em sua acepção econômica como ética. As autoras argumentam que tal princípio valeria não somente na esfera privada, mas também no plano do público, enfatizando que “a divisão sexual do trabalho está no âmago do poder que os homens exercem sobre as mulheres.” (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 114) Contudo, apelam não somente para a questão das relações sociais, mas também para os vínculos sociais, ou seja, a divisão sexual do trabalho se reproduz não somente em relações de contradição e antagonismo, mas por construções de subjetividades e afetividade, entrelaçando macro e microrreferências – vínculos e antagonismos. (CASTRO; LAVINAS, 1992)

Em última instância, o que essa postura ilumina é o quanto ainda é necessário descrever, documentar e analisar crítica e comparativamente, em diversos recortes disciplinares, para que se possa alcançar novas compreensões sobre os caminhos das transformações na família e seus impactos sobre o lugar de homens e mulheres no contexto familiar, especialmente no que diz respeito à função socialmente priorizada desse contexto, que é o cuidado dos filhos.

6 Em curioso contraste com essas concepções, estudos recentes que documentam a participação de pais no cotidiano dos filhos são consensuais ao apresentarem o brincar como aspecto dominante dessa participação. Se isso significa um esboço de um novo lugar paterno em construção, não estará a mãe, ao invés de Compartilhar tarefas de cuidado, assumindo também aquelas que tradicionalmente cabiam a pais, ou seja, mais uma vez acumulando funções paternas e maternas?

Referências

- ARAÚJO, Clara; SCALON, Maria C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: _____. (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 15-77.
- _____. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 45-68, out., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n62/a03v2162.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2012.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Maria C.; PICANÇO, Felícia (Org.). *Novas conciliações e antigas tensões: gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. São Paulo: EDUSC, 2007.
- ARRIAGADA, Irma. Nuevas familias para un nuevo siglo? *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 10, p. 28-35, jan./jul., 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v10n18/03.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2012.
- ARRIAGADA, Irma (Coord.). *Famílias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros*. Santiago: CEPAL, 2007.
- BARBOSA, C. F.; CAVALCANTI, V. R. S. Século XXI – Já é visível o trabalho feminino no Brasil? In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA DA UCSAL, 11., 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: UCSAL, 2008.
- BENINCÁ, Ciomara R. S.; GOMES, William B. Relato de mães sobre transformações familiares em três gerações. *Estudos de psicologia*, Natal, v. 3, n. 2, p. 177-205, jul./dez., 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v3n2/a02v03n2.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2012.
- BORGES, Angela. Reestruturação produtiva, família e cuidado: desafios para políticas sociais. In: BORGES, Angela; CASTRO, Mary G. (Org.). *Família, gênero, gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 179-206.
- BRANNEN, Julia. Childhood across the generations: stories from women in four-generation english families. *CHILDHOOD*, Londres, v. 11, n. 4, p. 409-428, 2004. Disponível em: <<http://chd.sagepub.com/content/11/4/409.full.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2012.
- BUTLER, Judith. *Undoing gender*. Nova York: Routledge, 2004.
- _____. *Gender trouble: feminism and subversion of identity*. Nova York: Routledge, 2006.
- CAPPELLIN, P. Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise do emprego: territórios e fronteiras entre público e privado. In: _____. (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 15-77. p. 240-267.

- CARDOSO, A. M. A benção paterna. In: MOREIRA, Lucia V. de C.; CARVALHO, Ana M. A. (Org.). *Família e educação: olhares da psicologia*. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 165-196.
- CASTRO, M. G.; LAVINAS, L. Do feminino ao gênero, a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristiane (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992. p. 216-251.
- CASTRO, Mary G.; MIRANDA, M. B. S.; ALMEIDA, N. O. G. L. Juventude, gênero, família e sexualidade: combinando tradição e modernidade. In: BORGES, Angela; CASTRO, Mary G. (Org.). *Família, gênero, gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 45-110.
- CAVALCANTI, Vanessa R. S. A contramaré da exclusão, pobreza e trabalho: visibilidade da condição feminina no Brasil. In: PETRINI, João C.; CAVALCANTI, Vanessa R. S. (Org.). *Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 84-110.
- COUTINHO, Maria L. R. Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares. In: CARNEIRO, Terezinha F. (Org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Loyola, 2003. p. 57-77.
- DONATELLI, Dante. *A vida em família: as novas maneiras de tirania*. São Paulo: Arx, 2006.
- ENRIQUEZ, C. R. Economía del cuidado y política econômica: una aproximación a sus interrelaciones. In: REUNIÓN DE LA MESA DIRECTIVA DE LA CONFERENCIA REGIONAL SOBRE LA MUJER DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 38., 2005, Mar Del Plata. *Anais...* Mar Del Plata: CEPAL, 2005.
- FONSECA, Jorge L. C. et al. Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, Ana R.; VITALE, Maria A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE/PUCSP, 2003. p. 79-91.
- GEORGAS, James et al. *Families across cultures: a 30-nation psychological study*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003. p. 111-124.
- JABLONSKI, B. O cotidiano do casamento e a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades. In: CARNEIRO, Terezinha F. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 203-228.

- MACEDO, M. S. Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para pensar. In: BORGES, Angela; CASTRO, Mary G. (Org.). *Família, gênero, gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 135-177.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia do conhecimento*. Portugal: Res Editora, 1928. p. 115-176.
- MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MOTTA, Alda B. da. Gênero, idades e gerações: introdução – dossiê. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17 n. 42, p. 349-355, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2349/1/RCRH-2006-257%20CS.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2012.
- _____. Família e gerações: a atuação dos idosos hoje. In: BORGES, Angela; CASTRO, Mary G. (Org.). *Família, gênero, gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 111-134.
- _____. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento: dossiê gênero e gerações. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 13, p. 191-221, 1999. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/n13a07.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2012.
- POORTINGA, Y. H.; GEORGAS, James. Family portraits from 30 countries: an overview. In: GEORGAS, James et al. *Families across cultures: a 30-nation psychological study*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 90-99.
- SILVA, C. N.; ANASTÁCIO, S. M. G. O descompasso entre a função parental e a dupla carreira dos pais. In: MOREIRA, Lucia V. de C.; CARVALHO, Ana M. A. (Org.). *Família e educação: olhares da psicologia*. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 197-208.
- SORJ, Bila et al. *Trabalho e responsabilidades familiares: um estudo sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: OIT, 2004. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/trabalhoresponsabilidadesfamiliares_bilatorj.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2012.
- SUREMAIN, Marie D. Crise de la paternité et violences urbaines en Colombie. *Cahiers de Genre*, França, n. 30, p. 53-77, 2001.
- TORRES, Anália. Casamento: tempos, centramento, gerações e gênero: dossiê gênero, idades, gerações. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 42, p. 405-429, 2004.
- WAGNER, Adriana et al. Compartilhar tarefas? papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 181-186, maio/ago., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n2/a08v21n2.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

WANG, May-Lin; JABLONSKI, Bernardo; MAGALHÃES, Andréa S.
Identidades masculinas: limites e possibilidades. *Psicologia em revista*,
Belo Horizonte, v. 12, n. 19, p. 54-65, jun., 2006. Disponível em:
<[http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/
view/243/252](http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/243/252) >. Acesso em: 5 jun. 2012.

Metodologia

Lúcia Vaz de Campos Moreira
Ana Maria Almeida Carvalho
Anamélia Lins e Silva Franco
Ariane Vieira Leite Dias
Mary Garcia Castro

Introdução

Neste capítulo, apresentamos a metodologia seguida no estudo *Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos*.¹ A partir da fundamentação teórica explicitada no primeiro capítulo do presente livro, o objetivo geral do estudo é contribuir para uma reflexão multidisciplinar sobre paternidade e maternidade, com foco na modelação da figura paterna, quer por um inventário de cuidados dispensados ao filho pequeno no plano da vida cotidiana da família, quer pela exploração de sentidos atribuídos ao lugar do pai e da mãe por ambos no que tange a tais cuidados.

Subjacente ao desenho de um caminho empírico de exploração de tais temas está o ideário da equipe sobre família, pensada como agente primário de cuidado, de socialização e de aculturação, de preservação ou de transformação de valores, de relações e de lugares so-

1 Projeto de pesquisa *Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos*. Apoio CNPq.

ciais, enfatizando, em tal ideário, o condicionante de geração (por meio de análise de ciclos de vida) e implicitamente assumindo que geração significa, também, além de momentos ou ciclos, um curso de vida, traduzindo, assim, tempos e trajetórias.

Tal concepção de família – e, nesta, dos lugares do pai e da mãe – obedece a uma operacionalização que se fixa em posições e percepções, por um caminho de pesquisa quantitativa, do tipo *survey*, com sujeitos – insistimos – em um determinado ponto no curso de vida familiar, qual seja; casais com filhos que usam fraldas ou na fase em que as usavam, tendo tal momento como foco das questões a seguir detalhadas. Assim, se a pesquisa está limitada a um tipo de família – nuclear completa –, por outro lado evita contaminações pela diversidade de momentos em um curso familiar:²

- Como são os pais e mães de hoje, considerando sua inscrição etária, na concretude da vida cotidiana?
- Quais modelos – novos? – oferecem para os filhos, e quais caminhos se pode supor que descortinarão para essa geração futura?

Tais questões são traduzidas em construções de um questionário que tem como unidades de análise, ou seja, de informação, pais e mães. É desse material que decolam considerações sobre divisão do trabalho de cuidar de filhos pequenos.

A opção por uma amostra de pais e mães de filhos que usam (ou na fase em que usavam) fraldas complementa a pesquisa de Wagner e colaboradores (2005), que focalizaram crianças mais velhas e permite uma distinção mais precisa entre tarefas de cuidado diário e essencial para a sobrevivência, como alimentação, higiene, sono e tarefas relacionadas com ludicidade, educação, disciplina e estabelecimento de limites etc. – várias das quais são aceitas e tradicionalmente mais identificadas como masculinas. (DONATI, 2008)

2 Sobre os pressupostos de pesquisas tipo *survey*, que contemplam posições, fixando-se em momentos em um curso de vida, ver entre outros Stevens (1996).

As comparações entre respostas de pais e mães – no mesmo grupo familiar, mas acerbados separadamente – colabora para discutir gênero em termos não somente de posições ou atividades exercidas em relação a cuidados dos filhos, mas também quanto a percepções sobre o(a) outro(a), o que permite explorar estereótipos sobre lugares esperados na economia dos afetos, ou, no caso, do cuidado dos filhos pequenos.

Ao lado de evidências de diferenças geracionais, mediante a comparação entre relatos de pais de gerações diferentes, buscaram-se indícios de diferenças entre inscrições no sistema de classes sociais (nível socioeducacional) e em que medida tais outros sistemas de relações sociais desestabilizariam aquelas encontradas quando se tem como foco posições e percepções no âmbito do sistema de gênero quanto a divisões do trabalho de cuidar de filhos pequenos.

No plano da análise empírica, a parte nuclear da coleta de dados se apoiou em um *survey* domiciliar na cidade de Salvador, Bahia, tendo pais e mães como unidades de análise e utilizando um questionário estruturado. Antes de detalhar os procedimentos adotados, convém fazer algumas considerações sobre essas opções.

Fundamentos metodológicos do estudo

É frequente o uso da expressão em inglês *survey*, como também o uso dos termos inquérito e levantamento, como sinônimos de tal expressão. O primeiro elemento caracterizador do *survey* é a pergunta que orienta a investigação e está articulada com seu desenho. A pergunta dessas pesquisas aborda a quantificação e a caracterização de um fenômeno em uma amostra da população. (RAY, 1993; LAVILLE; DIONNE, 1999)

Um *survey* é constituído, em geral, a partir de um conjunto de procedimentos que foram definidos por Campbell e Katona (1953 apud RAY, 1993) como: existência de objetivos gerais e específicos, constituição de uma amostra, elaboração de um instrumento para coleta de dados – em geral um questionário – e a aplicação desse ques-

tionário em um trabalho de campo. Quando coletados dados qualitativos, estes comumente são analisados e transformados em quantitativos, sendo que os autores fazem referência à realização de análise de conteúdo. Haveria, ainda, a elaboração de um plano de análise, a tabulação e a elaboração do relatório do estudo.

Optou-se, neste estudo, pela realização de entrevistas individuais a partir de um questionário. Esta escolha se deveu, por um lado, à preocupação com as diferenças de escolaridade presentes no grupo a ser estudado, o que poderia trazer problemas caso tivesse como procedimento a utilização de um instrumento autoaplicável; por outro lado, diante do grande número e relativa complexidade das questões propostas, implicaria em um prolongamento do tempo do procedimento de coleta de dados e dificultaria a autoaplicação. Deste modo, buscou-se garantir qualidade nas respostas pela realização de questionários com entrevistadores treinados. Os questionários foram decorrentes de preocupações com a qualidade dos dados e especialmente com a possibilidade de construção de um banco de dados que permitisse a realização de cruzamento entre variáveis. A literatura afirma que a construção de um questionário para utilização em um *survey* prevê a elaboração de questões específicas, caracterizadoras do objeto estudado. (RAY, 1993) O questionário foi resultado da análise da literatura, da realização de teste e reteste do instrumento e de inúmeras discussões entre os pesquisadores entre si e destes com os entrevistadores.

Outro elemento caracterizador de um *survey* é a constituição da amostra. Os estudos de *survey* contêm questões que dizem respeito a uma população. O grande número de membros desta população, a impossibilidade de entrevistar todos e também a compreensão de que isso é desnecessário são considerados os procedimentos para garantir a representatividade da amostra, assumindo que os estudos de *survey* sempre apresentam os critérios para constituição do grupo amostral. É sabido que a representatividade estatística e a aleatoriedade para constituição da amostra são critérios reconhecidos; entretanto, exigem a realização de uma série de tarefas que garantam o mape-

amento de todos os membros elegíveis de uma população (ou seja, conhecimento da população objeto). No estudo ora apresentado, seria necessário o conhecimento do número de famílias com filhos, por idade, e várias outras informações socioeconômicas e demográficas sobre o pai e mãe. Como não se dispõe de tais informações sobre o universo de famílias com filhos que usam fralda, ou que já usaram – vetor básico para delimitar as unidades de análise –, e os subgrupos desse universo segundo as variáveis de controle – isto é, acerca do nível socioeducacional, da idade dos pais e da idade dos filhos que são focalizados no questionário –, optamos por uma amostra arbitrária, mas escolhida de forma a garantir que sua seleção não fosse enviesada. O caminho de delimitação de tal amostra se discute a seguir.

Diante das pretensões e das condições de realização do estudo, considerou-se inicialmente suficiente a indicação em serviços de saúde e educação de possíveis famílias para serem contactadas. Essa estratégia não se mostrou viável nas condições e prazo de realização do estudo: recorreu-se, assim, a um caminho alternativo para constituição da amostra, ou seja, a partir das redes sociais dos entrevistados e de indicações dos entrevistados. Portanto, para a constituição da amostra, seguiu-se a técnica conhecida como “bola de neve”. A amostra constituída a partir do critério “bola de neve” está mais exposta a tendências. Por exemplo, pessoas com hábitos e crenças próximas, em geral, formam e mantêm relações mais facilmente, assim como grupos constituídos por referências podem ser imagens de seus membros ou mesmo de seus líderes e não representativos da realidade social de uma cidade como Salvador. (BECKER, 2007) De forma a minimizar esses vieses, decidiu-se manter, na medida do possível, uma diversificação de bairros com reconhecida heterogeneidade socioeconômica e de equipamentos.

Ø caminho percorrido no estudo

São detalhados, a seguir, outros critérios de composição da amostra e os demais procedimentos de coleta e análise de dados.

Contexto e participantes da pesquisa

O contexto do estudo foi Salvador, Bahia, a maior capital do Nordeste e a terceira do Brasil. Conforme o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010a), Salvador tem uma população de 2.675.656 habitantes, com predomínio de população urbana, sendo que apenas 731 pessoas residem na zona rural metropolitana. Enfrenta os problemas característicos de grandes cidades brasileiras: altos índices de pobreza e desigualdades sociais, habitações precárias que convivem com luxuosos condomínios e altos índices de desemprego e de violência. (CARVALHO; PASTERNAK; BOGUS, 2010) Apresenta uma cultura marcada pela influência africana, sendo 51,8% de sua população parda e 27,4% preta. (IBGE, 2010b) A economia soteropolitana está centrada no setor de serviços, que representa 69,8% do Produto Interno Bruto (PIB) da cidade. Segundo o IBGE (2010b), o PIB de Salvador, no ano 2009, foi de 32.824.228.577 reais e o PIB *per capita* no mesmo ano foi de 10.948 reais.

O tamanho da amostra foi também arbitrário, considerando limitações de recursos e falta de conhecimento das distribuições dos tipos de famílias que interessavam ao estudo, como já comentado, contudo selecionadas de acordo com os pressupostos teóricos discutidos. Ou seja, assume-se que são vários os sistemas socioculturais que se entrelaçam em uma sociedade de classes e que diversificam realizações do grupo familiar, mesmo que o estudo se fixe, como é o caso deste, em um tipo específico – a família nuclear completa. Foram participantes do estudo 150 casais (150 maridos e 150 esposas),³ totalizando 300 unidades de pesquisa, residentes em Salvador, casados ou em união estável (legal ou consensual) e com um ou mais filhos. Nos casos em que não se tratava do primeiro casamento, a criança

3 Entrevistas individuais, confira Percheron (1985). A opção por entrevistar pais e mães visou propiciar a discussão de diferenças por sexo, subentendendo que o sistema de gênero colabora para diferenças entre o masculino e o feminino quanto às representações sobre cuidado parental.

alvo do estudo deveria ser filho(a) biológico(a) ou adotivo(a) da união de convivência atual.

Cabe destacar que, quanto aos arranjos familiares, segundo o IBGE (2010c), em 2009, a Região Metropolitana de Salvador tinha um total de 42,6% dos domicílios compostos por casal com filhos (sendo 5% com parentes e 37,6% sem parentes corresidentes). Dessa subpopulação de casais estáveis com filhos (ou seja, famílias completas, ainda que não se tratasse de primeiro casamento ou de uniões formalizadas, e com pelo menos um filho do casamento atual que atendessem aos demais critérios de amostragem) é que foi extraída a amostra do estudo, segundo alguns recortes intencionais orientados pelos objetivos do trabalho.

Esses recortes requerem alguma explicação. Em primeiro lugar, a exclusão de famílias uniparentais e de famílias reconstituídas que não tivessem um filho do casamento atual visou garantir a presença do pai na família de convivência, tendo em vista o foco do trabalho na participação presencial do pai no cuidado cotidiano de filhos pequenos.

Em relação ao Nível Socioeducacional (NSE), foram recortados o NSE médio alto e o NSE baixo,⁴ excluindo-se as famílias de renda intermediária, com o objetivo de obter uma amostra de dois grupos claramente diferenciados em termos socioeducacionais. As famílias de cada NSE foram, ainda, subdivididas em grupos definidos pela idade da mãe e pela idade do(a) filho(a) caçula, visando obter uma amostra que permitisse uma comparação intergeracional, segundo duas operacionalizações do conceito de geração:⁵

4 Ver critérios de classificação adiante.

5 Note-se que, como se discute no capítulo 1, geração, operacionalizada pelos dois caminhos detalhados a seguir, tem um valor proxy para o debate sobre mudanças, considerando-se que há etos culturais diversificados em cada ciclo de vida, como discutido em trabalhos de Mannheim (1928), entre outros, já que esses, mais que etapas em um curso de vida demográfico, representariam estilos de vida, imaginários sobre família e divisões sexuais de trabalho e poder próprios.

- Geração I: idade da mãe, agrupada em intervalos de 15 anos, definindo três grupos (até 29 anos; de 30 a 44 anos e com mais de 45 anos);
- Geração II: idade dos filhos caçulas (pais de caçulas pequenos e pais de caçulas grandes (de 15 a 20 anos); ou seja, pais que tiveram a experiência de cuidado de filhos pequenos há pelo menos 15 anos).
- Definiu-se, ainda, como alvo do estudo, a criança na faixa etária a partir de seis meses e enquanto ainda usasse fraldas. Essa delimitação visou, no primeiro caso, reduzir a exclusividade de participação da mãe na alimentação da criança, excluindo-se o período inicial de vida no qual é recomendado o aleitamento materno exclusivo; no segundo, visou-se homogeneizar, na medida do possível, a natureza dos cuidados requeridos pela criança-alvo, delimitando a questão à fase inicial de vida e de dependência integral da criança em relação aos cuidadores. Pelo mesmo motivo, foram excluídas também famílias que tivessem filhos com necessidades especiais.
- Insiste-se, portanto, que não se trata de uma amostra probabilística, representativa da população da cidade, mas sim de uma amostra arbitrária ou intencional extraída de segmentos escolhidos dessa população, segundo critérios bem definidos.
- O critério de Nível Socioeducacional (NSE) consistiu em uma combinação de escolaridade, faixa de renda familiar e profissão/ocupação (segundo Adaptação da Escala de Prestígio Social da Ocupação de Hutchinson - ver Anexo do Apêndice A, neste capítulo) (HAVIGHURST; GOUVEIA, 1969) O critério ocupacional foi privilegiado no significativo estudo de Brannen (2004), sobre quatro gerações de mulheres de famílias inglesas; no caso brasileiro, consideramos que nível de escolaridade e algum indicador direto de padrão de vida deveriam ser utilizados, em face das marcantes desigualdades presentes em nosso meio em ambos esses aspectos. A forma de combinação desses três critérios é sintetizada no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Critérios utilizados no estudo para classificar os participantes em relação ao nível socioeducacional (NSE) baixo ou médio alto. Salvador, 2009.

NSE	BAIXO	MÉDIO ALTO
Escolaridade	Pai e mãe com até Ensino Médio (completo ou incompleto) ou mais baixo	Pai com Ensino Superior completo ou incompleto e mãe com Ensino Médio completo ou mais alto
Profissão	Se assinalou código 1, 2, 3 ou 4 para o chefe da família (pergunta 3 do questionário anexado)	Se assinalou código 6 ou 7 para o chefe da família (pergunta 3 do questionário anexado)
Renda Familiar	Até R\$ 1.400,00 (três salários mínimos)	Acima de R\$ 5.000,00 (10 salários mínimos)

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

A partir dos critérios de NSE e das categorias utilizadas para operacionalizar os dois conceitos de geração, foram constituídos três grupos amostrais: (a) Grupo 1: composto por 25 casais de nível socioeducacional (NSE) médio alto e 25 de NSE baixo, tendo as mães até 29 anos de idade e o(a) filho(a) caçula mais de seis meses e ainda utilizando fralda (denominado filho pequeno); (b) Grupo 2: contendo 25 casais de NSE médio alto (13 com filho(a) caçula pequeno e 12 com filho(a) caçula entre 15 e 20 anos - denominado filho grande) e 25 de NSE baixo (12 com filho caçula pequeno e 13 com filho caçula grande), sendo que, em ambos os casos, as mães tinham entre 30 e 44 anos; (c) Grupo 3: com 25 casais de NSE médio alto e 25 de NSE baixo, nos quais as mães tinham idade superior a 45 anos, com filho(a) caçula grande. O Quadro 2, a seguir, sintetiza a composição dos grupos.

Quadro 2 - Composição dos três grupos amostrais conforme nível socioeducacional dos participantes. Salvador, 2009.

NÍVEL SOCIOEDUCACIONAL	BAIXO	MÉDIO ALTO	TOTAL DE PARTICIPANTES POR GRUPO
Grupo 1 Mães com até 29 anos. Filho caçula usa fralda e tem mais do que seis meses de idade.	25 casais	25 casais	100 pais/mães
Grupo 2 Mães com idade entre 30 e 45 anos. Subdivisão do grupo: (2a) Filho caçula que usa fraldas (25 participantes). (2b) Filho caçula com idade de 15-20 anos (25 participantes).	25 casais	25 casais	100 pais/mães
Grupo 3 Mães com idade superior a 45 anos. Filho caçula com idade de 15-20 anos.	25 casais	25 casais	100 pais/mães
Total de participantes por NSE	150 pais/mães	150 pais/mães	300 participantes

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Caracterização da amostra

A amostra do estudo é descrita quanto a dois tipos de variáveis: aquelas que foram controladas e aquelas não foram controladas no recrutamento.

Quanto às variáveis controladas no recrutamento

A seguir, será feita uma caracterização das famílias quanto às variáveis controladas no recrutamento, quais sejam: (a) NSE, associando critérios de renda familiar, escolaridade e profissão dos pais; (b) idade das mães (conceito de Geração I) e idade dos filhos caçulas (conceito de Geração II).

a) **Renda familiar:** Conforme informado anteriormente, os casais que possuíam rendimento familiar de até três salários mínimos (o que, na época da coleta de dados, correspondia a um valor aproximado de 1.400 reais) foram classificados como pertencentes ao NSE baixo e os que apresentavam rendimento familiar superior a

10 salários mínimos (o que correspondia a mais de 5.000 reais) foram identificados como pertencendo ao NSE médio alto.

No conjunto dos entrevistados, a renda familiar média foi de R\$ 4.338,00. Houve pouca variação quando se consideram os dois conceitos de geração: por idade da mãe (grupos amostrais 1, 2 e 3, respectivamente com 4.015, 4.535 e 4.485 reais em média) e geração II - idade do filho caçula na ocasião da entrevista (G1, pais de filhos pequenos x G2, pais de filhos grandes - respectivamente 4.319 e 4.357 reais em média). A grande variação, intrínseca aos critérios de composição da amostra, foi entre os níveis socioeducacionais: em média, 7.786 reais no NSE médio alto e 890 reais no NSE baixo. Quando o NSE é diferenciado pelo critério de Geração II, a diferença se mantém: em G1, 7.657 reais no NSE médio alto e 890 reais no NSE baixo e, em G2, 7.918 reais no NSE médio alto e 890 reais no NSE baixo.

b) Escolaridade dos pais: Relembrando, estabeleceu-se como critério de escolaridade que, para se enquadrar a família no NSE baixo, o pai e mãe deveriam ter cursado o Ensino Médio (completo ou incompleto) ou terem uma escolaridade mais baixa. Para estar classificada como de NSE médio alto, o pai deveria ter o Ensino Superior completo ou incompleto e a mãe, no mínimo, o Ensino Médio. A escolaridade dos pais é descrita na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição porcentual da escolaridade dos participantes (base = 150). Salvador, 2009.

Escolaridade	Pai (n=150)			Mãe (n=150)		
	Total	NSE médio alto	NSE baixo	Total	NSE médio alto	NSE baixo
Ensino Superior	45,3	90,7	-	40,0	80,0	-
Ensino Médio completo	36,0	9,3	62,7	36,7	20,0	53,3*
Ensino Fundamental II/ Ensino médio incompleto	10,7	-	21,3	13,3	-	26,7
Ensino Fundamental I/ Ensino Fundamental II incompleto	8,0	-	16,0	10,0	-	20,0

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011)

(*) Indica diferença significativa entre os NSE (X^2 , $p < 0,05$).

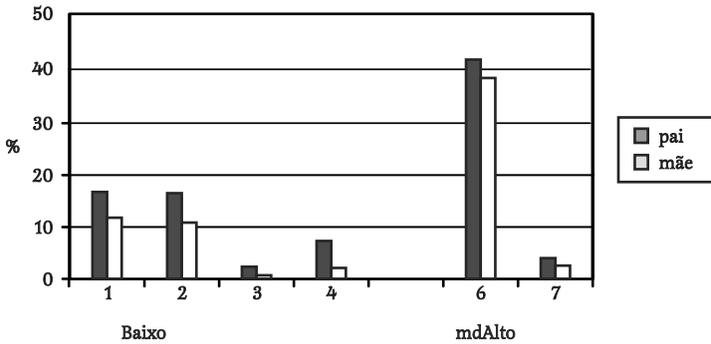
É interessante notar a incidência alta de escolaridade média completa no NSE baixo (que se caracteriza também por renda familiar inferior a R\$1.400,00 - valor correspondente a aproximadamente três salários mínimos), sinalizando uma associação fraca entre escolaridade média e nível de emprego/remuneração. Não ocorreram diferenças significativas entre os grupos etários e as gerações no conceito Geração II (idade dos filhos caçulas), exceto entre mães com Ensino Médio completo de NSE médio alto e baixo.

c) **Profissão dos pais:** Como foi explicitado, estabeleceu-se como critério de inclusão no conjunto de entrevistados de NSE baixo que estivessem nos níveis de um a quatro na Adaptação da Escala de Prestígio Social da Ocupação de Hutchinson. (HAVIGHURST; GOUVEIA, 1969)⁶ Por outro lado, para ser enquadrado no NSE médio alto, os casais deveriam estar nos níveis seis ou sete da escala em questão.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos pais e mães nos níveis dessa escala, agrupados por NSE segundo os critérios do referido instrumento.

6 Embora essa escala não tenha sido atualizada para dar conta da diversidade do mundo do trabalho de hoje, ficando em especial defasada para o registro de fenômenos tais como o aumento da informalidade e surgimento de novas ocupações, não necessariamente tal artifício de recorrer a essa escala introduz vieses para a tipologia de níveis socioeducacionais, já que foi considerada como critério complementar à renda familiar e à escolaridade de cada cônjuge para a classificação de nível socioeducacional como indicador de posição na estratificação socioeconômica vigente. Por outro lado, mais que retratar a distribuição de famílias na estrutura de classes sociais, a intenção da pesquisa, frisamos, foi dar conta de possíveis heterogeneidades na realização da paternidade e da maternidade, entendida no caso, como lugares sociais nos cuidados dos filhos. Ou seja, na modelagem da pesquisa NSE é inserido como variável de controle, e não de indicação de lugar na estrutura socioeconômica da amostra.

Gráfico 1 – Distribuição porcentual da profissão dos pais e mães conforme os níveis da Adaptação da Escala de Prestígio Social da Ocupação de Hutchinson. Salvador, 2009.



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nos dois agrupamentos socioeducacionais, observa-se concentração nos níveis mais baixos (1 e 2 para o NSE baixo), e no nível 6 para o NSE médio alto. A amostra se caracteriza, portanto, por uma diferença bastante acentuada entre os dois níveis socioeducacionais, embora o nível mais alto se caracterize como médio alto, e não como no topo da pirâmide social.

d) **Idade dos pais e dos filhos caçulas:** A idade das mães foi usada como critério para a distribuição da amostra em três grupos amostrais, representando o conceito de Geração I. A idade dos caçulas foi critério para o conceito de Geração II, sendo que G1 corresponde aos pais de filhos caçulas pequenos (que ainda usam fraldas) e G2 aos genitores de filhos caçulas grandes (entre 15 e 20 anos, entrevistas retrospectivas). As médias de idade dos participantes para cada um desses grupos é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição porcentual da idade dos pais e mães conforme grupos amostrais e conceitos de geração. Salvador, 2009.

Participantes	Total	Grupos amostrais- Geração I			Geração II	
		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	G1*	G2**
Pais	41,2	30,2	42,6	51,3	32,4	54,9
Mães	37,7	26,2	38,4	48,4	29,4	46,0

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011). (***) G2 corresponde aos genitores de filhos grandes (entre 15 e 20 anos).

(*) G1 corresponde aos participantes com filhos caçulas pequenos (que ainda usam fraldas).

Em média os pais são de três a quatro anos mais velhos do que as mães, cabendo destacar que, nos participantes com filhos grandes (G2), tal diferença sobe para 8,9 anos.

Os filhos caçulas focalizados no estudo tinham, em média, menos de um ano de idade nos grupos de pais de filhos pequenos, e 17 anos no caso de pais de filhos grandes.

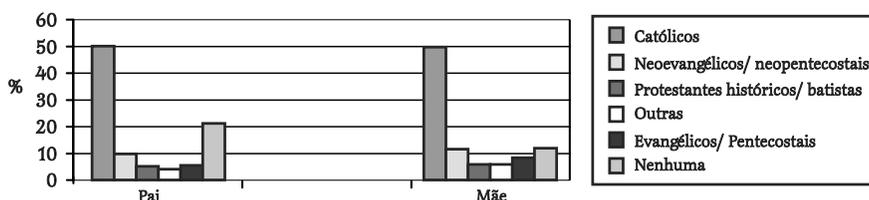
Variáveis nominais não controladas no recrutamento (religião e raça/cor)

Uma vez que estas variáveis não foram controladas no processo de recrutamento, interessa detalhar sua distribuição na amostra em contraste com sua distribuição na população. Essa descrição contribui, além disso, para uma melhor compreensão das características da amostra.

a) **Religião:** Buscou-se verificar se haveria ou não alguma diferença significativa entre os participantes com relação à religião à qual estavam vinculados. Como dados gerais da Bahia, que constam no Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2000), tem-se que 73,6% da população do estado declara-se como católica – os evangélicos correspondem a 11,1%; outras religiões estão em 3,17%; sem religião em 11,33% e 0,24% não fizeram tal declaração.

As religiões dos participantes do presente estudo constam no Gráfico 2, a seguir.

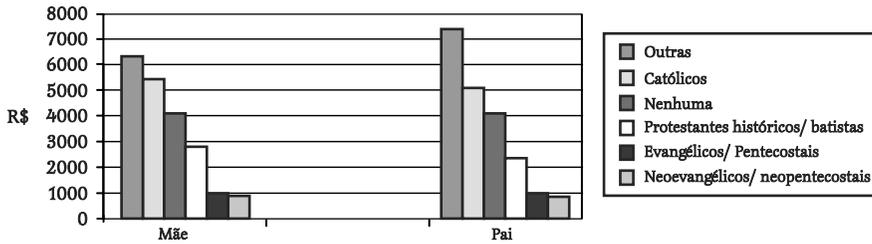
Gráfico 2 - Distribuição percentual da religião de pais e mães. Salvador, 2009.



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Os casais pesquisados são predominantemente católicos, principalmente no NSE médio alto e em Geração II (pais de filhos grandes). A maior frequência da religião católica corresponde ao encontrado nos dados gerais do Estado da Bahia anteriormente referidos, embora com representação proporcionalmente menor nesta amostra. A categoria Outras Religiões ocorreu de forma significativamente mais frequente no NSE médio alto, porém apenas entre pais de filhos pequenos (G1). A categoria Nenhuma Religião ocorreu significativamente mais entre pais do que entre mães e em G1. As demais categorias apareceram significativamente mais no NSE baixo, sem diferenças entre as gerações. Em relação aos dados do IBGE, considerando-se a frequência média entre pais e mães, e reduzindo-se as categorias às utilizadas pelo censo, evangélicos apresentam proporção semelhante à do censo (cerca de 11%), ao passo que Outras e Nenhuma têm representação proporcionalmente mais alta nesta amostra (18,6 e 18,3%, respectivamente). O Gráfico 3 apresenta a relação entre religião e rendimento familiar.

Gráfico 3 - Relação entre religião e rendimento familiar de pais e mães. Salvador, 2009.

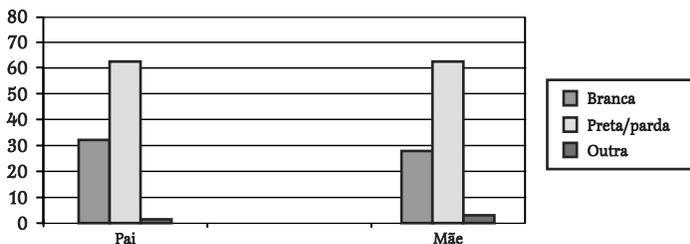


Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Observa-se que pais e mães vinculados a outras religiões, à religião católica e sem religião apresentaram rendimentos maiores do que os evangélicos e os neoevangélicos, que se concentram na camada de renda mais baixa.

b) **Raça/cor dos participantes:** Verificou-se, ainda, o quão diferentes eram os participantes em relação à cor. Como dados gerais da Região Metropolitana de Salvador tem-se que 52,5% da população é parda, 29,4% é preta, 17,7% é branca e apenas 0,4% é amarela ou indígena (IBGE, 2010c), havendo, portanto, um forte predomínio de afrodescendentes. O Gráfico 4, a seguir, apresenta os dados deste estudo no que se refere à raça/cor.

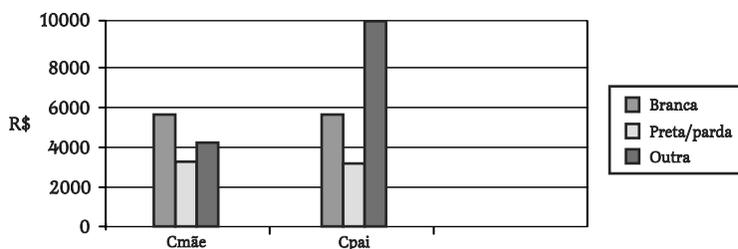
Gráfico 4 - Distribuição porcentual da raça/cor de pais e mães. Salvador, 2009.



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Predominam na amostra os participantes de raça/cor negra/parda, seguidos por brancos e uma minoria da categoria Outras Raças. Não há diferenças notáveis entre pais e mães, mas sim entre NSE: embora seja comparativamente menos frequente, há muito mais brancos no NSE médio alto (46% contra 20% de negros/pardos), nas duas categorias de Geração II. Nenhuma associação possível foi verificada entre raça/cor e religião. Em relação aos dados do Censo (IBGE, 2010a), pretos/pardos estão subrepresentados na amostra, ao passo que brancos e outros estão superrepresentados. Relacionando raça/cor e rendimento familiar, obtêm-se os dados que constam no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição percentual da associação entre raça/cor e rendimento familiar de pais e mães. Salvador, 2009.



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

O rendimento de pais e mães de cor branca é maior do que o de pais e mães pretos/pardos. O rendimento maior de brancos do que de pardos e negros também é identificado na *Síntese de Indicadores Sociais*. (IBGE, 2010c) Um viés de amostragem pode estar refletido no fato de pouquíssimos participantes serem de outra cor, mas apresentarem alto rendimento.

Tipo de família, chefia e contribuição de moradores para o provimento

a) **Tipo de família:** Entre os 150 casais, 135 (90%) estavam no primeiro casamento. Não ocorreram diferenças de NSE e entre as gerações pelo critério II (pais de filhos pequenos e de filhos grandes); mas algumas diferenças interessantes ocorreram no critério I (idade da mãe): mães mais velhas de filhos grandes (Grupo 3) apresentam menor incidência de primeiro casamento do que mães de idade intermediária (Grupo 2); mas, entre estas, é menor a incidência de primeiro casamento entre as que têm filhos pequenos (Grupo 2a), comparativamente ao total do grupo de idade; mães 2a, por sua vez, apresentam menor incidência de primeiro casamento do que as mães mais jovens (menos de 29 anos - Grupo 1). O ponto de transição, portanto, parece estar entre mães de idade intermediária (Grupo 2, a e b).

Quanto à religião, as únicas diferenças notáveis ocorreram entre pais (homens). Em todas as categorias de religião, há maior incidência de primeiro casamento; mas, proporcionalmente à sua representação na amostra, pais neoevangélicos/neopentecostais apresentaram distribuição mais equilibrada entre primeiro e outros casamentos do que católicos e do que evangélicos/pentecostais. Quanto à cor, não foi encontrada nenhuma diferença que chamasse atenção entre as categorias.

Relativamente a estado civil no casamento atual, 73% da amostra se descreveram como casados no civil e/ou religioso, sem diferença entre respostas de pais e mães. Casamentos formais, em contraste com uniões informais estáveis, foram significativamente mais frequentes no NSE médio alto do que no NSE baixo e em GII-2 (pais de caçulas grandes), sendo que o efeito de interação entre essas variáveis acentuou a diferença. Quanto ao conceito Geração I (idade da mãe), foram significativamente menos frequentes os casamentos formais na geração mais jovem (menor de 29 anos - Grupo 1) do que em todos os demais grupos, inclusive o de mães de idade intermediária com filhos caçulas pequenos.

Quanto à religião, em respostas de pais ocorreu apenas uma diferença: apesar da baixa incidência na amostra, pais evangélicos/pentecostais declararam significativamente mais casamentos formais do que pais neoevangélicos/neopentecostais. Nas respostas de mães, a incidência de casamento formal diferiu entre católicas, protestantes e neoevangélicas/neopentecostais, em comparação com mães sem religião, sendo maior nos três primeiros grupos; evangélicos/pentecostais e religiões minoritárias diferiram (com frequência mais alta) de neoevangélicos/neopentecostais e de mães sem religião. O quadro é complexo e os números baixos não contribuem para esclarecê-lo. No entanto, há uma sugestão de associação entre religiosidade e formalização do casamento. Nenhuma tendência comparável foi encontrada no caso da categoria cor.

Estabeleceu-se um critério de classificação das famílias, em função do tipo de moradores, em Nuclear I (casal e filhos), Nuclear II (casal, filhos e babá/auxiliar doméstica residente) e Ampliada (casal, filhos e parentes/não parentes residentes, incluindo ou não babá/auxiliar doméstica). Entre as 150 famílias, 74% foram classificadas como Nucleares I, 17% como Ampliadas e 9% como Nucleares II.

Famílias Nucleares I ocorreram em proporção aproximadamente igual nos dois níveis socioeducacionais (58% a 53%), enquanto os 13 casos de Nucleares II ocorreram no NSE médio alto (representando a presença de babá e/ou outra auxiliar doméstica residente), e os casos de famílias ampliadas ocorreram mais no NSE baixo (16% a 9%). No entanto, dada a predominância de famílias nucleares, estas diferenças não chamam atenção. Da mesma forma, a distribuição dos três tipos de família é praticamente igual entre os grupos da amostra (conceito Geração I) e entre pais de caçulas pequenos e de caçulas grandes (conceito Geração II).

Mais de 80% dos casais têm um ou dois filhos do casamento atual. Entre os casos restantes, o número de filhos é decrescente: três filhos (11,3%) e quatro filhos (4,0%). Mais de quatro filhos são encontrados em apenas três famílias ampliadas, tratando-se de uma de NSE médio alto, da geração mais velha (mais de 45 anos), e duas de NSE

baixo, uma da geração mais jovem (até 29 anos) e uma da mais velha. No total da amostra, o número médio de filhos é de 1,81, sendo alta a diferença entre gerações no conceito II: pais de pequenos, 1,47, e pais de grandes, 2,15. A diferença entre os níveis socioeducacionais (médio alto = 1,75 e baixo = 1,87) não alcança diferenças notáveis quando essas duas gerações são consideradas em conjunto, mas é alta quando NSE é associado à Geração II – pais de pequenos (NSE médio alto = 1,29 e NSE baixo = 1,65), sinalizando um decréscimo intergeracional mais acentuado no NSE alto do que no NSE baixo.

Esses números acompanham as tendências que vêm sendo apontadas no país: em 1999, o número médio para o Brasil era de 1,6 filhos e, para a Região Nordeste, 1,8; o número regional mais baixo, de 1,4, na Região Sul, era superior ao encontrado nesta amostra para pais de filhos pequenos de NSE médio alto (1,29), e equivalente ao encontrado para pais de filhos pequenos, incluídas as duas gerações (1,47). (IBGE, 2001)

A média de moradores no conjunto de 150 famílias foi de 4,24 pessoas; excluídas três famílias que indicaram mais de sete moradores, a média cai para 4,1.

Conforme a *Síntese de Indicadores Sociais*, uma análise das condições de vida da população brasileira 2010 (IBGE, 2010c), as tendências mais proeminentes nas últimas décadas são as reduções do tamanho da família e do número de casais com filhos, assim como o crescimento do tipo de família composto por casais sem filhos. Do ano de 1999 para 2009, o número médio de pessoas na família brasileira diminuiu de 3,4 para 3,1.

Além de pai e mãe, quem são os moradores, e quantos em cada residência?

Nos três tipos de família, a presença de filhos homens foi ligeiramente maior do que de filhas mulheres (69,3% contra 61,3%). A diferença em favor de filhos homens é mais notável em famílias Nucleares II (babá/outra auxiliar residente – 92,3% contra 38,5%), no NSE médio alto (76% contra 52%) e em G1 (pais de filhos pequenos – 72% contra 47%), especialmente no grupo amostral mais jovem (mães de até 29 anos: 76% a

38%). Dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010a) revelam que, na pirâmide etária da Região Nordeste, de zero a quatro anos tem-se 4,060% de homens e 3,922% de mulheres e de 15 a 19 anos tem-se 4,874% de homens e 4,820% de mulheres, o que revela uma maior porcentagem de homens do que de mulheres em tais faixas etárias. No entanto, no cômputo geral, considerando todas as idades, especificamente, da população de Salvador, tem-se 46,67% de homens e 53,33% de mulheres. Isso provavelmente reflete as diversas situações de risco em que os homens se colocam em proporção maior do que as mulheres.

Já focalizando informações da pesquisa tem-se que moradores não familiares apareceram em 13 famílias nucleares II (babás e outras auxiliares, que também ocorrem em duas famílias ampliadas, totalizando 15 - 10% das famílias, todas de NSE médio alto) e uma amiga, citada em família de NSE médio alto da Geração 1 (filhos pequenos). Todos os demais moradores de famílias ampliadas são parentes, listados por ordem de frequência na Tabela 3.

Tabela 3 - Frequência do número de parentes que residem na casa dos participantes. Salvador, 2009.

	Total	NSE		Geração II	
		Médio Alto	Baixo	Filhos pequenos	Filhos grandes
Avó materna	9	3	6	8	1
Tia	7	2	5	7	0
Avô materno	6	2	4	6	0
Neto/a	6	0	6	0	6
Tio	3	1	2	3	0
Sobrinho/a	3	1	2	2	1
Avó paterna	3	1	2	2	1
Avô paterno	1	1	0	1	0
Bisavó	1	0	1	1	0
Prima	1	1	0	1	0
Genro	1	0	1	0	1
n / N*	41/ 25	12/ 9	29/ 16	31/ 15	10/ 10
Média/família	1,64	1,33	1,81	2,06	1,0

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

* número de familiares citados / Número de famílias = média / família

Em média foram citados 1,64 parentes residentes por família, sendo a média um pouco mais alta no NSE baixo e na Geração 1 (filhos pequenos).

A Tabela 4 apresenta o número de moradores de cada categoria citados em cada família, nos casos em que pode haver mais de um da mesma categoria.

Tabela 4 - Número de moradores de cada tipo de parentesco. Salvador, 2009.

Parentesco	Quantidade por tipo de parentesco			
	1	2	3	4
Filhos	71	27	5	-
Filhas	60	30	1	1
Tias	5	2	-	-
Tios	1	1	-	1
Sobrinhos/as	1	2	-	-
Bisavó	1	-	-	-
Prima	1	-	-	-
Genro	1	-	-	-
Babá/auxiliares	15	-	-	-

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

O destaque fica para filhos e filhas, seguidos por babás/outras auxiliares, refletindo a predominância de famílias nucleares.

b) **Chefia da família:** A chefia da família foi atribuída majoritariamente ao pai, aparecendo, em segundo lugar, chefia compartilhada que, em sua grande maioria, refere-se ao pai e à mãe; em terceiro lugar, à mãe e, em um único caso, à avó materna (indicada pelo pai e pela mãe, de NSE baixo e Geração II-1 – pais de filhos pequenos). Há pequenas diferenças entre respostas de pais e de mães que não alcançam significância: um número ligeiramente maior de mães (100 contra 95) atribui a chefia ao pai, e um número ligeiramente maior de

pais (46 contra 41) menciona chefia compartilhada. Quando se controla NSE e Geração II, a interação entre essas variáveis indica que, no NSE baixo e na geração de pais de filhos pequenos, mais mães indicam o pai como chefe da família, e mais pais indicam chefia compartilhada.

Algumas diferenças pontuais foram identificadas, também, quanto à religião e à cor. Em proporção à sua representação na amostra, mães católicas apontaram mais o pai como chefe da família do que mães de religiões minoritárias (excetuadas protestantes históricas/batistas, evangélicas e neoevangélicas) e, apesar da incidência reduzida, foi significativa a maior menção de mães não religiosas à chefia materna, em comparação com mães católicas – essa mesma diferença ocorreu entre pais não religiosos e pais católicos. E, por último, entre os pais, os católicos apontaram mais a chefia compartilhada, do que os adeptos de religiões minoritárias.

Quanto à cor, ocorreu apenas uma diferença destacável, entre mães pretas/pardas (majoritárias na amostra), que indicaram chefia compartilhada em proporção mais alta do que mães de outras raças (à exceção de brancas) (24% a 4%); entre mães brancas e pretas/pardas, a proporção de chefia compartilhada foi aproximadamente a mesma (cerca de 25% em cada grupo).

c) **Contribuição de moradores para o provimento:** A Tabela 5 lista os moradores que têm alguma participação no provimento da família. Eles são classificados em provedor principal (contribui com mais de 60% da renda familiar), complementar (contribui com até 40% da renda familiar) e que compartilha o provimento (contribui com 41 a 59% da renda familiar). São diferenciadas as respostas de pais e mães que apresentam pequenas variações.

Tabela 5 – Frequência de moradores que contribuem para o provimento da família*. Salvador, 2009.

Respostas de	Principal		Complementar		Compartilha		Total
	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	
Pai	105	102	6	6	36	38	149
Mãe	8	7	55	55	33	34	96
Avô/avó materno	-	-	4	3	3	4	8
Avô/ avó paterno	-	-	1	1	1	1	2
Tio/ tia	-	-	-	-	3	3	3
Filho mais velho	-	-	-	1	-	2	3
Filha mais velha	-	-	3	3	-	-	3
Bisavó	-	-	-	-	1	1	1
Genro	-	-	-	-	1	1	1

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

(*) Quando havia discrepância entre informação de pais e mães foi considerado o número mais alto para incluir no total.

Diferenças em relação aos principais constructos da pesquisa são pontuais e ocorrem apenas em relação aos provedores citados mais frequentemente (pai e mãe): a frequência de compartilhamento por pai e mãe é mais alta no NSE baixo e, em G1 (filhos pequenos), há mais mães que compartilham no NSE baixo, e mais mães que complementam no NSE médio alto. Não ocorreram diferenças relacionadas à cor; quanto à religião, a incidência mais alta de pai como provedor principal (92%) ocorre entre protestantes históricos/batistas, o que não difere significativamente de neoevangélicos/pentecostais (83%), mas difere dos demais grupos (50% a 64%).

Em 90% das famílias, não há menção a nenhum outro provedor residente além de pai e mãe. Nos casos restantes, os demais moradores que contribuem – complementando ou compartilhando – para o provimento da família totalizam, entre respostas de pais e de mães, 21 familiares. Entre os avós, os casos de complementação ocorreram mais no NSE médio alto e na G1; e os de compartilhamento no NSE baixo (todos na G1). Apesar do número reduzido, a distribuição sugere mais participação de avós no NSE baixo e na G1. Os tios compartilham e si-

tuam-se na G1, sendo um de NSE médio alto. Filhos(as) mais velhos(as) foram mais mencionados na G2 como complementares (maioria dos casos), havendo um caso de compartilhamento, de NSE baixo, nesse mesmo grupo geracional. O único genro também apareceu na G2, de NSE baixo.

O valor médio da contribuição informado para cada uma dessas categorias de parentes variou de R\$ 50,00 (tia) a R\$1.700,00 (avô materno), com maior incidência de médias entre R\$ 400,00 e R\$ 800,00.

Instrumento de coleta de dados⁷

Como indicado anteriormente, foi utilizado questionário estruturado, aplicado na forma de inquérito (ou enquête) individual, contendo questões sobre o cuidado do(a) filho(a) caçula no período em que ele ou ela usava fraldas. Além dos dados de classificação e caracterização das famílias, o roteiro explorou em detalhes a rede de cuidadores, aspectos qualitativos e quantitativos de sua participação e atitudes/valores em relação ao cuidado de filhos pequenos e à experiência de cuidado tal como vivida pelos pais.

O questionário foi construído com base em um estudo piloto realizado durante a fase de elaboração do projeto e pré-testado em um segundo estudo piloto, realizado na fase inicial de execução, quando foram também introduzidas novas questões estruturadas a partir de questões originalmente abertas.⁸ As versões finais do questionário, adaptadas para a coleta de dados de participantes cujos filhos caçulas eram pequenos e ainda usavam fraldas e para os entrevistados cujos filhos caçulas tinham de 15 a 20 anos, incorporaram, ainda, quatro variáveis criadas a partir de combinações entre itens do

7 Os leitores que desejarem informações mais detalhadas sobre o instrumento de coleta de dados pode solicitá-las enviando mensagem para o e-mail mfamilia@ucsal.br

8 Os resultados desse segundo piloto foram aproveitados a título de ilustração em uma revisão de literatura sobre compartilhamento de cuidado parental. (CAVALCANTI; CARVALHO; CALDEIRA, 2009)

roteiro; as questões relativas a esses temas foram preenchidas durante a etapa final de supervisão do trabalho de campo.

Procedimentos

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador.

Recrutamento dos casais e realização das entrevistas

O sistema de recrutamento previsto no projeto, por meio de indicações de pediatras e de escolas, acessou apenas 10% das famílias, devido a dificuldades na obtenção de indicações por parte de profissionais médicos e de instituições. O restante da amostra foi recrutado por meio de indicações de conhecidos dos entrevistadores, de membros da equipe e dos próprios entrevistados, pelo sistema conhecido como “bola-de-neve”. Preservou-se o critério de monitorar a diversificação de bairros para minimizar vieses desse sistema. Foram entrevistadas pessoas residentes em 47 bairros de Salvador. Os entrevistados de NSE médio alto representaram 26 bairros, e os de nível NSE baixo representaram 21.

Quando uma pessoa era convidada e aceitava participar do estudo, os entrevistadores aplicavam inicialmente o que foi denominado filtro, que consistia em um roteiro destinado a verificar se tal pessoa tinha o perfil estipulado para inclusão no estudo, considerando a idade do filho caçula, a união marital, escolaridade, profissão, idade das mães e renda familiar. Após aprovação de supervisores, quando a pessoa se enquadrava em tal perfil era agendada a entrevista em local de sua conveniência. Inicialmente, os participantes liam e assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e procedia-se à realização da entrevista, que durava de 20 a 60 minutos, com cada membro do casal em separado. Nos dois grupos com filhos(as) caçulas pequenos(as) (Grupo 1 e 2a), o roteiro se referia a essas crianças;

nos Grupos 2b e 3, a entrevista foi retrospectiva e se referiu ao filho(a) caçula.

Seleção, treinamento e supervisão dos (as) entrevistadores (as)

A coleta de dados foi realizada por 23 entrevistadores (16 mulheres e sete homens), todos ligados ao meio acadêmico (estudantes de graduação e de pós-graduação – doutorado, mestrado e especialização) e treinados por supervisores mediante leitura conjunta do roteiro, esclarecimento de dúvidas e simulação de entrevista (aplicada entre os próprios entrevistadores). Um aspecto interessante a ser apontado aqui é que o recurso a alunos como entrevistadores, como alternativa à contratação de entrevistadores profissionais, revelou-se muito rico em termos de aprendizagem e experiência de pesquisa para os participantes, o que se evidenciou em depoimentos informais dos próprios entrevistadores no interesse de alguns deles em continuar ligados ao projeto e na redução da taxa de retorno das entrevistas para correções ao longo do trabalho. Outro ponto positivo foi o fato de vários entrevistadores terem participado de pelo menos algumas reuniões de grupos de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal), o que favoreceu a revisão de literatura do tema estudado e o acompanhamento dos resultados obtidos, assim como de suas discussões.

As entrevistas, realizadas entre março de 2009 e março de 2010, foram supervisionadas em dois momentos: uma supervisora (mestranda do programa), responsável pelo recrutamento de famílias, seleção e treinamento de entrevistadores, fez a supervisão preliminar das entrevistas realizadas. Estas eram, a seguir, supervisionadas pela pesquisadora responsável pela tabulação, retornadas para correções/complementações quando necessário e reencaminhadas para a aprovação final da pesquisadora responsável – condição para seu encaminhamento para a tabulação. A taxa de retorno para correções foi de 32% (48 famílias). A frequência de retornos foi diminuindo ao longo

do trabalho de campo, refletindo o ganho de experiência dos entrevistadores e da supervisão inicial: comparando-se as três etapas em que foi aplicada a tabulação (25 famílias; 100 famílias e amostra final), a taxa de retorno foi de 96% na primeira, de 38% na segunda e de 20% na última.

Tabulação dos dados para análise

A tabulação foi realizada por empresa especializada, orientada por uma supervisora que intermediou as interações entre a empresa e a pesquisadora responsável por essa etapa do trabalho, para encaminhamento de sugestões e correções. A tabulação preliminar de 25 famílias foi utilizada como base para a solicitação de cruzamentos especiais e para a criação de algumas variáveis de síntese. A segunda tabulação parcial (100 famílias) serviu de teste para essas propostas.

Após tabulação, os dados obtidos foram apresentados nos formatos de planilhas Excel e tabelas em PDF com estatísticas (X^2 e testes de médias, quando cabíveis) relativas a comparações entre: NSE, sexo do respondente, as duas dimensões correspondentes aos conceitos de Geração I (idade das mães) e Geração II (Pais de pequenos/grandes), religião e raça/cor. O banco de dados em Excel e em SPSS foi disponibilizado para estatísticas complementares, a critério de cada pesquisador, para o que se contou com a colaboração de um professor-pesquisador convidado.⁹

Reflexões sobre o caminho percorrido no estudo

Em nossa avaliação, duas características principais das estratégias metodológicas adotadas conferem a este estudo um potencial particular de contribuição ao campo de estudos sobre família e cuidados. Em primeiro lugar, a amostra, configurada intencionalmente

⁹ Prof. Dr. Nestor Norio Oiwa, da Universidade Federal Fluminense, Nova Friburgo.

de forma a contemplar temas de interesse de várias disciplinas, flexibilizando realizações da família segundo sistemas de codificação das relações sociais como lugar na estratificação social (NSE), gênero e geração, além de raça/cor e religião. Note-se que na literatura que recorre a estudos empíricos sobre família tais controles são comumente destacados como os mais apropriados para a realidade brasileira, já que cada um desses sistemas traduz condicionantes sociais no fenômeno família e, no caso da pesquisa, nos cuidados de filhos pequenos na família. Diversificam-se experiências de vida com a tessitura entre existência, estímulos contextuais e valores. Tal desenho cria possibilidades de reflexão multidisciplinar sobre paternidade e maternidade, acessando debates sobre gênero, rede familiar e não familiar de cuidados e divisão sexual do trabalho no contexto doméstico. Em segundo lugar, no questionário, o cuidado é detalhado em níveis micro, de práticas cotidianas, e em níveis mais amplos, de atitudes, expectativas e valores, incluindo, ainda, informações tais como recurso a cuidado institucional, utilização de licença-maternidade/paternidade e tempo de aleitamento materno. Tal estratégia amplia o debate para questões de políticas públicas relativas à proteção à criança e à família, além de colaborar com questões de interesse para todas as áreas representadas no programa multidisciplinar em Família na Sociedade Contemporânea da UCSal. Consideramos, portanto, que a pesquisa, apoiada pelo CNPq, tem um possível efeito de estimular diálogos entre pares de diferentes inscrições disciplinares, contribuindo para a construção de um conhecimento interdisciplinar.

Por outro lado, essas mesmas características introduziram, também, algumas dificuldades que interferiram no processo de realização do trabalho e constituíram limitações às possibilidades de análise e generalização dos resultados.

Um primeiro aspecto a ser observado é que a opção pelo envolvimento de alunos no trabalho de campo, extremamente rica em resultados para o Programa em termos de formação, como já foi apontado anteriormente, implicou, também, um processo relativamente

custoso de treinamento e supervisão, em vista da inexperiência de uma boa parte dos entrevistadores com pesquisas de corte quantitativo e trabalho de campo. A complexidade do questionário exigiu atenção singular ao treinamento dos entrevistadores: algumas questões, por exemplo, exigiam estimativas sobre frequência e/ou tempo (número de horas) de participação dos cuidadores no cuidado em geral e em tarefas específicas. Finalmente, a própria configuração da amostra introduziu alguns problemas de recrutamento: devido ao interesse na comparação entre mães de diferentes grupos etários, e à interação entre idade da mãe e NSE, houve dificuldades na obtenção de famílias de NSE médio alto com mães jovens (menos de 30 anos), o que também contribuiu para o atraso na coleta, e motivou a subdivisão do Grupo 2 em dois subgrupos, para facilitar a obtenção de uma amostra de mães de crianças pequenas de NSE médio alto.

Outra questão também se refere à amostra. Embora suficiente, em princípio, para as comparações estatísticas relativas às questões principais do estudo, a amostra apresentou algumas limitações. Assim, as análises de raça/cor e religião foram prejudicadas por sua distribuição na população (a alta prevalência de negros/pardos em alguns estratos socioeconômicos, em Salvador, está subrepresentada na amostra; a baixa prevalência de não católicos também sugere sobre-representação). A interação dessas categorias com NSE e geração contribuiu para obscurecer relações potenciais, indicando a necessidade de amostras maiores e de cunho probabilístico.

Complementarmente, a limitação da amostra a casais estáveis e o nível de detalhamento de algumas questões também produziram insuficiência de dados em alguns cruzamentos: por exemplo, é possível supor que avós cuidadores e cuidado institucional, que tiveram baixa incidência na amostra, fossem mais frequentes em famílias uniparentais.

Por outro lado, essas próprias limitações, além de instrutivas a respeito de questões metodológicas, apontam temas interessantes para estudos futuros, tanto por caminho qualitativo com maior aprofundamento como quantitativo, com amostras probabilísticas.

Referências

- BECKER, Howard S. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BRANNEN, Julia. Childhood across the generations: stories from women in four-generation english families. *CHILDHOOD*, Londres, v. 11, n. 4, p. 409-428, 2004. Disponível em: <<http://chd.sagepub.com/content/11/4/409.full.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2012.
- CARVALHO, Inaiá M.; PASTERNAK, Suzana; BOGUS, Lúcia M. Transformações metropolitanas: São Paulo e Salvador. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 23, p. 301-321, 2010. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=757>>. Acesso em: 12 jun. 2012.
- CAVALCANTI, Vanessa R.; CARVALHO, Ana. M. A.; CALDEIRA, Barbara M. S. Woman the caregiver: ways of sharing childcare in two contemporary Brazilian contexts. In: BASTOS, Ana C.; URIKO, Kristiina; VALSINER, Jaab (Org.). *Cultural dynamics of women's lives*. Carolina do Norte: Information Age Publishing, 2009.
- DONATI, Pierpaolo. *Família no século XXI: abordagem relacional*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- HAVIGHURST, R; GOUVEIA, A. J. *Ensino médio e desenvolvimento*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.
- IBGE. Coordenação de contas Nacionais. *Produto Interno Bruto dos Municípios: 2004-2008*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/pibmunic/pibmunic2004_2008.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.
- IBGE. Censo demográfico 2000: População residente, por religião, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/tabela09.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.
- IBGE. A família brasileira, [2001] Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/familia.html>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

IBGE. Censo demográfico 2010. 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: 15 jun. 2012.

LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual da metodologia da pesquisa em ciências humanas* Belo Horizonte: UFMG/ARTEMD, 1999. p. 131-164.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia do conhecimento*. Portugal: Res Editora, 1928. p. 115-176.

PERCHERON, Annick. Le domestique et le politique: types de familles, modèle d'éducation et transmission des systèmes de normes et d'attitudes entre parents et enfants. *Revue française de science politique*, Paris, v. 5, n. 5, p. 840-891, 1985. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_0035-2950_1985_num_35_5_396192>. Acesso em: 12 jun. 2012.

RAY, William J. *Methods*. Pacific Grove, Brooks/Cole Publishing Company, 1993.

STEVENS, James P. *Applied multivariate statistics for the social sciences*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 1996.

WAGNER, Adriana et al. Compartilhar tarefas? papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 181-186, maio/ago., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n2/a08v21n2.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

Rede de cuidadores envolvidos no cuidado cotidiano de crianças pequenas

Ana Maria Almeida Carvalho
Anamélia Lins e Silva Franco
Lívia Alessandra Fialho Costa
Nestor Norio Oiwa

Introdução

A palavra-chave *rede*, contida no texto deste artigo, foi utilizada em mais de 500 artigos indexados no Scientific Electronic Library Online (SCIELO).¹ O uso no plural ou no singular tem se apresentado enquanto sinônimo, independentemente das áreas de origem. A diversidade de usos do termo *rede(s)* deve ser objeto de aprofundamento.

O termo *rede* – e dizer assim se faz necessário, porque seria imprudente considerar a princípio *rede* um conceito único – aparece como integrante em 61 palavras-chave incluídas no SCIELO. Essas

1 O SciELO – Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha) é um modelo para a publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos na Internet. Especialmente desenvolvido para responder às necessidades da comunicação científica nos países em desenvolvimento e particularmente na América Latina e Caribe. O Modelo SciELO é o produto da cooperação entre a FAPESP (<http://www.fapesp.br>) – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, BIREME (<http://www.bireme.br>) – Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, instituições nacionais e internacionais relacionadas com a comunicação científica e editores científicos.

palavras-chave advêm de muitas origens, das mais diversas áreas de conhecimento: engenharias; automação e informação; administração e gestão; ciências sociais; psicologia; zoologia; saúde coletiva. A maioria das palavras-chave em que rede vem seguida por um adjetivo aparece somente em um artigo, sendo exceções rede social (16) e rede neural (06); o conceito rede é usado sem adjetivos em 167 títulos.

Redes nas ciências humanas

O tema de redes tem, portanto, merecido atenção de diferentes áreas do saber. Uma larga produção acadêmica, partindo de variadas perspectivas e pressupostos, tem dado conta das diversas dimensões das redes. Pensada desde cadeia de serviços, passando posteriormente para uma utilização enquanto interconexão de agentes, visando um atendimento eficaz, e alcançando, muito recentemente, a noção de espaço produtor de significados, o conceito de redes é um dos mais amplos nas ciências sociais e aplicadas. Neste sentido, para especificar de qual dimensão se está falando quando o tema é redes, costumou-se associar um adjetivo. Em Sociologia, o termo redes sociais ganha força como conceito utilizado para dar conta dos movimentos de mudanças sociais na contemporaneidade, estando aliado à noção de globalização e novas tecnologias de comunicação. (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007) Classicamente, para as Ciências Sociais, em particular para a Antropologia, discutir o tema das redes sociais implica um olhar atento para o ângulo das relações de reciprocidade aí implicadas. A antropóloga inglesa Elizabeth Both publica, em 1957, uma obra que virá a ser uma referência para o tema. Trata-se do livro *Família e rede social*, resultado de um estudo com 20 famílias britânicas de classe média. A noção de rede social aparece aí bem delineada e articulada à noção de classe. A proposta da autora é tentar “compreender a organização psicológica e social de algumas famílias urbanas” (BOTH, 1976, p. 27), articulando suas particularidades a um estudo da rede familiar extensa, recurso metodológico capaz de fornecer

importantes pistas para a análise das diferentes estratégias de fortalecimento das resistências e de minimização das desigualdades sociais. A caracterização e as distinções entre os vários tipos de malhas da rede de relacionamentos propostos por Both (1976) torna-se referência metodológica para os estudos de família e papéis conjugais.² Em seu estudo, as redes são assim vistas como recurso ou como espaço coletivo de fabricação de estratégias de sobrevivência e mobilização de classe.

Um outro aspecto relevante para a Antropologia, no que diz respeito às redes sociais, é o caráter das redes, ou seja, o que mobiliza as pessoas no ato da interação e no sentido da permanência. Esse longo debate mobilizou várias correntes de estudo na etnologia, em particular, na França, com o funcionalismo, o funcional-estruturalismo e o estruturalismo. A discussão assenta-se sobre o caráter da reciprocidade, característica do trabalho das redes. Embora sem se reportar exatamente à ideia de redes, estudos clássicos, como os de Marcel Mauss (1974), vêm marcar a discussão fundando o debate sobre a solidariedade social e os sentimentos coletivos. O Ensaio sobre a dádiva, de Marcel Mauss (1974), é o primeiro estudo sistemático e comparativo de um costume – a troca como dádiva – e a explicação de sua função em um sistema social. As análises sociológicas e etnológicas de Mauss, a partir dos achados de Malinowski (considerado o pai do trabalho de campo na Antropologia) sobre os trobriandeses da Polinésia, lançam uma luz sobre o caráter da dádiva. O autor sustenta a ideia segundo a qual a troca não se constitui em uma operação mecânica; antes, é uma operação moral que mantém relações humanas entre grupos e indivíduos. O paradigma do dom em Mauss é tomado recentemente por Allain Caillé (1998, 2002), para reafirmar o caráter antiutilitarista do dom, contrapondo-se às apreensões de Lévi-Strauss

2 Descrevendo a configuração dos relacionamentos na família e na sua rede extensa, a autora propõe uma distinção entre malha estreita (caracterizada pela segregação dos papéis feminino e masculino), malha frouxa (pouca segregação de papéis) ou de transição (a malha estreita vai se tornando frouxa).

(1974) na teoria das trocas. O dom é, para ele, gratuito, e a dádiva uma ação sem expectativa.

Em outra vertente de literatura, Costa (2005, p. 236), com o objetivo de rever o conceito de comunidade e sua articulação com o conceito de redes sociais, justifica que a condição atual de “interconexão generalizada entre as pessoas” tem sido motivo para fortalecimento do interesse por parte de cientistas-pesquisadores de diversas origens das ciências sociais e humanas a se dedicarem ao estudo da interação coletiva. Esses objetos de interesse estão fortemente associados às comunidades virtuais.

Esse autor apresenta inicialmente os argumentos de Bauman (2003 apud COSTA, 2005) em seu livro *Comunidade: a busca de segurança no mundo atual*. Ao longo do texto estão apresentados e articulados conceitos como individualismo, transitoriedade, cosmopolitismo e o autor apresenta a ideia de oposição entre liberdade e comunidade. A ideia de comunidade apresentada por Bauman (2003 apud COSTA, 2005) atribui à noção de comunidade compromissos duradouros e compartilhamento fraterno, o que, no entanto, dificultaria ou mesmo impediria a experiência de liberdade.

Um outro argumento apresentado por Costa advém do pensamento de Wellman e Stephen Berkowitz (1988 apud COSTA, 2005). Esses autores afirmam que todos estamos associados em redes por meio de comunidades pessoais. Cada um possui uma visão da rede a que pertence e não domina as redes de pertença dos outros, até mesmo sendo estes membros de sua rede. As pessoas possuem laços fortes e fracos. Aqueles membros de uma rede por laços fortes fazem parte de outras redes por laços fracos. Os autores referem-se às ideias comuns na década de sessenta, em que se atribuíam à urbanização o empobrecimento e o enfraquecimento dos laços. Daí, por parte dos sociólogos urbanos, estruturou-se uma compreensão em que “o tamanho, a densidade e a heterogeneidade das cidades contemporâneas têm alimentado laços superficiais, transitórios, especializados e desconectados nas vizinhanças e ruas.” (COSTA, 2005, p. 238) Isso tem

sido considerado o motivo pelo qual os laços familiares extensos têm se esvaziado, proporcionando a solidão dos indivíduos que “sofrerão mais seriamente de doenças devido à ausência de suporte social de amigos e parentes.” (COSTA, 2005, p. 238) Deste modo, podemos dizer que as tarefas cotidianas nas sociedades urbanas atuais estariam mais pesadas pela ausência de redes fortes.

Wellman e Stephen Berkowitz (1988 apud COSTA, 2005, p. 239) questionam se realmente as sociedades pré-industriais eram tão solidárias. Observa-se uma relativização desse conceito tradicional de comunidade como também da condição atual da vida na sociedade contemporânea, enquanto empobrecida de laços sociais. Por esse motivo, os autores se propõem “a uma transmutação do conceito de comunidade em redes sociais.”

Na área de saúde, encontra-se uma extensa literatura utilizando redes sociais. A tônica dessa literatura é a ideia de que o empobrecimento das redes sociais, devido à urbanização e a outros fatores, afeta o processo de recuperação ou estabilização de pacientes crônicos ou que requerem cuidado intensivo em determinados períodos. Alguns exemplos recentes dessa literatura em nosso meio são Andrade e Vaitsman (2002), Barbosa, Byington e Struchiner (2000), Santana, Zanin e Maniglia (2008) e Serapioni (2005).

A literatura mais recente da Psicologia voltada para a análise de interação social e sociabilidade, bem como a da área clínica e do estudo do desenvolvimento, têm lançado mão da noção de rede social. A compreensão tradicional da Psicologia como ciência do indivíduo e de processos intraindividuais tem cedido cada vez mais espaço para uma compreensão que enfatiza a natureza social do ser humano, a constituição do indivíduo na interação social e a impossibilidade de compreender os processos individuais, isolando-os do contexto social em níveis micro e macro (exemplos disso são as abordagens socio-interacionistas e construtivistas em Psicologia do Desenvolvimento). Nessa transição do foco no indivíduo para o foco no social, Lewis e Takahashi (2005) apontam um momento característico - e, segundo

eles, excessivamente duradouro – de foco em relações diádicas. A crítica desses autores se dirige principalmente ao trabalho de John Bowlby (1984) sobre a relação mãe-filho – conhecido como teoria do apego –, pelo fato de, em sua teorização inicial, Bowlby (1984) ter proposto o conceito de apego monomátrico, entendido como uma relação singular, diferenciada e insubstituível entre mãe e filho,³ o que minimizaria a importância de outras relações sociais e incompatibilizaria a teoria do apego com a teoria de redes sociais. Em contraposição a essa visão, Lewis e Takahashi (2005) reúnem quatro trabalhos que buscam superar o foco na díade utilizando modelos diferenciados dentro da perspectiva de redes sociais: o modelo de rede social aplicado à criança e à família (LEWIS, 2005); a perspectiva do modelo de comboio (*convoy model*), aplicada às relações sociais na infância e na adolescência (LEVITT, 2005); o modelo de relações afetivas, aplicado à abordagem do desenvolvimento ao longo da vida (*life span theory*) (TAKAHASHI, 2005) e a abordagem de Suomi (2005), aplicada ao desenvolvimento social de macacos *rhesus*, buscando uma integração entre teoria do apego, relações entre pares e desenvolvimento de redes sociais. Cada um desses trabalhos é acompanhado por comentários de diversos autores que refletem sobre a conceituação de redes sociais.

A aplicação da expressão rede social em um estudo sobre outros primatas (SUOMI, 2005) não deve surpreender. Na verdade, talvez o recorte de fenômenos psicológicos em termos de grupos sociais tenha sido aplicado em psicologia comparada e animal mais cedo do que em estudos com seres humanos (com algumas exceções notórias, como Jacob L. Moreno e Kurt Lewin, na primeira metade do século XX, cuja obra, entretanto, não teve continuidade teórica, desenvolvendo-se principalmente em áreas aplicadas). Nessa literatura de psicologia comparada e etologia, é interessante destacar o trabalho de Robert Hinde que, a partir de trabalhos com primatas não humanos,

3 Essa proposição reflete, pelo menos em parte, a herança psicanalítica na formação desse pesquisador: pode-se dizer que Bowlby (1984) deu um novo tratamento ao complexo de Édipo, ancorando-o em bases biológicas.

desenvolveu uma argumentação e um procedimento de descrição e análise de grupos sociais aplicáveis também a seres humanos. Hinde (1979, 1987) propõe que a compreensão da estrutura de grupo – um termo que caiu em desuso por sugerir uma visão estática dos fenômenos sociais, mas que pode ser considerado como um precursor da noção de redes sociais – pode ser obtida a partir da descrição da natureza e padronização das interações em díades ou subgrupos, e que a descrição e análise de relações, entendidas como o arranjo e padronização das interações entre dois (ou mais) indivíduos ao longo de um tempo determinado, permitiria descrever a estrutura do grupo, entendida como a natureza, arranjo e padronização das relações que o constituem. Apesar do uso da palavra estrutura, a abordagem de Hinde (1987) dá espaço para uma dinâmica permanente de transformação dessa estrutura de grupo por meio da dinâmica de transformação das relações e das interações constituintes. Independentemente da aplicabilidade desse modelo de análise a determinadas situações de interação social humana, segundo Carvalho (1998, p. 209), a relevância maior da contribuição desse pesquisador – ao lado de sua ênfase caracteristicamente etológica na necessidade de uma base descritiva sólida para a análise dos fenômenos da sociabilidade – é ter indicado que

[...] embora o dado imediato para o estudo do comportamento social seja o comportamento individual, no nível do recorte para análise é preciso ultrapassar o indivíduo [...]. Uma relação interpessoal não ‘pertence’ apenas aos indivíduos entre os quais se estabelece, e nem pode ser compreendida apenas a partir da díade em questão: ela afeta e é afetada pelas propriedades do(s) grupo(s) social(is) nos quais está inserida.

A noção de redes sociais (que evitamos tratar como conceito, neste momento, devido à diversidade de utilizações dessa expressão em literaturas de diferentes áreas) e os procedimentos metodológi-

cos associados a ela têm sido empregados tanto como instrumentos descritivos quanto como paradigma teórico. (TAVARES; FERREIRA, 2009) Em nosso meio, são exemplos da primeira modalidade de utilização trabalhos como os de Dessen e Braz (2000), sobre rede de apoio em transições na vida familiar, Almeida (2009), sobre lugar dos irmãos na rede social de crianças institucionalizadas, Azevedo e Carvalho (2006), sobre o lugar da família na rede social após a aposentadoria, e Bomfim, Bastos e Carvalho (2007), sobre a rede familiar de apoio em situações de hospitalização. A presente análise também pode ser considerada um exemplo desse tipo de utilização, mas pretende-se que, além disso, ela possa sugerir questões teóricas de interesse para a compreensão do compartilhamento do cuidado parental de crianças pequenas.

Redes sociais e o cuidar

Cuidar implica sentir-se afetado. Assim, o cuidado envolve afetos e sentimentos, como responsabilidade, compaixão, proteção, expectativa, amor, prevenção, dentre outros. Se pensarmos que o ato de cuidar é uma necessidade básica universal capaz de gerar proteção para a condição física dos mais frágeis – como ato dirigido à sobrevivência, ou dedicação – como cultivo de sentimentos, a forma de cuidar é eminentemente cultural. Nesse sentido, trata-se de uma atividade que envolve uma apreensão e compreensão dirigidas a um ator, cuja inscrição social e estatuto definem não apenas como cuidar, mas quem deve cuidar, sob quais condições e com quais obrigações. A literatura que trata do tema do cuidado é bastante ampla e perpassa inúmeras disciplinas das áreas biomédicas, *psi* e humanas e sociais aplicadas. Nessas produções, o cuidado é, ora ciência, ora arte, ora ideal.

Neste projeto,⁴ demos especial atenção ao cuidar de crianças pequenas com o objetivo de reconhecer e valorizar as maneiras atra-

⁴ Projeto *Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de crianças pequenas*, UCSal, Apoio CNPQ.

vés das quais famílias de diferentes níveis socioeducacionais conduzem o cotidiano familiar marcado pela presença de crianças pequenas que não gozam de autonomia. Nessa condução, consideramos diversas variáveis, sempre na perspectiva de compreender a mobilização de uma rede em torno do ato de cuidar. Cuidar e envolver-se no cuidado aparecem, assim, ao longo da pesquisa, como temas a serem problematizados. Um dos conceitos-chave relevantes para a compreensão dos dados empíricos é, sem dúvida, o de redes, capaz de promover uma aproximação dos sentidos das experiências de interação geradas pelo ato de cuidar. As redes envolvidas neste processo incluem potencialmente familiares (pai, mãe, irmãos, avós) e não familiares (creches, babás, vizinhos, amigos) implicando uma comunicabilidade e sociabilidade entre os diversos membros. As redes supõem não apenas uma rotina de trabalho, mas também uma convivência, que implica para o pesquisador a necessidade de realizar um olhar atento para seu dinamismo próprio, uma vez que a experiência da rede está pautada em hierarquias e expectativas que vão se (re)fazendo à medida que a rede é acionada. Além disso, a apropriação do enfoque de rede em relação ao tema específico – dinâmica familiar do cuidado de crianças pequenas – leva a redesenhos, uma vez que a unidade família e os sentidos de cada membro nessa organização evocam arquiteturas sociais que sugerem que há redes e redes, e que para identificação das redes no âmbito da família, se o objeto é o cuidado de crianças pequenas, pode-se esperar tramas complexas.

Objetivos desta análise

Com base no conceito de rede social como sistema composto por “[...] vários objetos sociais (pessoas), funções (atividades dessas pessoas) e situações (contexto)” (LEWIS, 1987, p. 443-444), que “oferece apoio instrumental e emocional à pessoa em suas diferentes necessidades” (DESSEN; BRAZ, 2000, p. 221), esta análise descreve a rede de cuidadores de crianças pequenas analisando suas principais

dimensões estruturais e funcionais (SLUZKI, 1997), investigando suas relações internas e as relações potenciais com as principais variáveis independentes do projeto (gênero, geração e Nível Socioeducacional – NSE) e com outras contempladas nos dados, com vistas a apontar questões para análise e discussão nos contextos de estudos de família, cuidado parental e redes sociais.

O recorte do conceito de rede social para esta análise, a partir da conceituação acima, supõe como alvo ou núcleo da rede a criança de mais de seis meses que ainda usa fraldas; como contexto, o lar e outros espaços de cuidado e interação com membros da rede (cuidadores) e, como funções, as atividades de cuidado instrumental e emocional relativas à criança.

Procedimento e amostra⁵

A análise baseou-se em respostas de pais e mães de 150 famílias residentes em Salvador, Bahia, obtidas em entrevistas individuais com questionário estruturado, tomando-se como unidades de análise as 300 entrevistas, ou seja, o conjunto das respostas de pais e de mães. Foram analisados todos os itens do questionário que contribuíssem para mapear a rede de cuidadores e as relações de interesse, tais como rede de moradores, número de cuidadores por sexo-gênero, parentesco e coabitação, grau e tipo de participação no cuidado e outras.

A Tabela 1 sintetiza as características principais da amostra. Para as análises relativas a gênero, foi utilizado o critério de geração baseado na idade dos filhos caçulas por ocasião da entrevista,⁶ a saber: Geração 1 (G1) – filho caçula com mais de seis meses e usando fralda; Geração 2 (G2): filho caçula entre 15 e 20 anos (entrevistas retrospectivas). Portanto, essas análises trabalharam com dois subconjuntos da amostra: Grupo 1+2a e Grupo 2b+3.

5 Ver capítulo 2, *Metodologia*, neste livro, para uma descrição detalhada.

6 Geração II (GII): v. capítulo 2, *Metodologia*, neste livro.

Tabela 1 – Caracterização da amostra

	Grupo 1	Grupo 2a	Grupo 2b	Grupo 3	Total Famílias
NSE	Mãe < 29a Filho pqno	Mãe 30-44a Filho pqno	Mãe 30-44a Filho gde	Mãe >45a Filho gde	
Médio alto	25	12	13	25	75
Baixo	25	13	12	25	75
Total por grupo	50	25	25	50	150

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Caracterização das redes em suas dimensões estruturais

Para a caracterização das redes de cuidadores, foram utilizadas as dimensões estruturais e funcionais propostas por Sluzki (1997), com as adaptações necessárias e possíveis para os dados disponíveis. Para as dimensões estruturais de tamanho, composição, densidade, dispersão e homogeneidade/heterogeneidade,⁷ serviram de base as respostas à questão em que os entrevistados apontavam os cuidadores, identificando-os por relação (ou não) de parentesco e, no caso de irmãos, por idade. Essa questão foi desdobrada no questionário em três outras, nas quais o número total de cuidadores foi decomposto por gênero, parentesco (familiares e não familiares) e coabitação (residentes e não residentes).

Tamanho

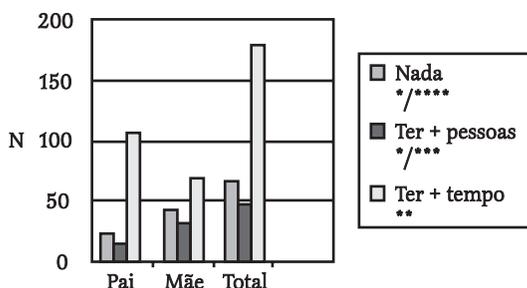
O Gráfico 1 retrata o tamanho das redes – definido pelo número de cuidadores mencionados por mães e pais – por NSE. As redes variaram, em sua maioria, entre dois e seis cuidadores (apenas três menções acima de seis, respostas do pai), com média de 3,43, significativamente mais alta na Geração 1 (pais de filhos pequenos) de NSEmdA (Nível socioeducacional médio alto). As redes de dois cuidadores compõem-se sempre de pai e mãe, que foram citados como cuidadores pela totali-

7 Os critérios de adequação dessas dimensões à presente análise são explicitados nos sub-itens seguintes.

dade dos entrevistados. Não ocorreram diferenças significativas entre respostas de pais e mães quanto ao número de cuidadores mencionados. Redes de dois cuidadores foram mais frequentes na Geração 1 de NSEb (Nível Socioeducacional baixo), e em redes de cinco cuidadores no NSEmdA; não há diferença entre as gerações. Observa-se que são mais frequentes as redes pequenas, com dois a três cuidadores, com tendência decrescente a partir de três cuidadores e com algumas diferenças em termos de NSE (tendendo a mais cuidadores no NSEmdA)⁸ e geração (menos cuidadores na G1 de NSEb).

Gráfico 1 - Tamanho das redes: Frequência de menções em cada categoria

(* NSE baixo > NSE mdA **NSE mdA > NSE baixo)



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Composição por gênero, parentesco e coabitação

A composição das redes foi analisada em duas etapas complementares: a partir da categorização dos cuidadores, em termos de gênero, de parentesco (familiares e não familiares) e de coabitação

8 O contraste entre esse resultado e os apontados em diversos outros estudos pode ser atribuído a especificidades desta amostra, particularmente ao fato de incluir muito poucas famílias ampliadas (isto é, com outros familiares além do pai, mãe e filhos, ou outros co-residentes) em ambos os NSE (ver capítulo 2 *Metodologia*, neste livro). Nos estudos que apontam mais cuidadores no NSE baixo tende a haver incidência maior de famílias ampliadas e monoparentais.

(residentes e não residentes), e de forma mais detalhada, dentro das categorias de parentesco e de coabitação (itens 4.2 e 5, abaixo).

As redes descritas incluem de um a cinco cuidadores do sexo feminino (na maioria - 42,7% - das respostas, três) e de um a três cuidadores do sexo masculino (na maioria - 84,3% - das respostas um [1], ou seja, o pai). Cuidadores familiares variam de dois (que representam o pai e a mãe) a oito; excluída a categoria 2, a maioria das respostas - 51,4% indica mais um cuidador familiar e em seguida mais dois (32,8%); cuidadores não familiares variam de um a dois, sendo a grande maioria dos casos na categoria um [1] - 93,4% do total das menções a cuidadores não familiares (95 no NSEmdA e 27 no NSEb). Quanto à coabitação, cuidadores residentes variam de dois (que representam o pai e a mãe) a cinco; excluída a categoria 2, a maioria das respostas - 51,1% - aponta mais um cuidador residente, e em seguida mais dois (15,8%); não residentes variam de um a seis, na metade das respostas - 50% - um [1].

Esses números indicam, portanto, redes compostas predominantemente por mulheres, familiares e aproximadamente a mesma proporção de mais um cuidador, residente ou não - refletindo a predominância de redes de três cuidadores, ou seja, um cuidador além do pai e da mãe (sendo mais provavelmente um familiar no NSE baixo e um não familiar no NSE médio alto). Quem são esses cuidadores?

Quem são os cuidadores

O Quadro 1 apresenta o número de menções aos cuidadores, identificados por posição em relação à rede familiar (incluindo-se cuidadores externos - não parentes). Observa-se na coluna 1 que, enquanto as menções às babás são significativamente mais altas no NSEmdA, as menções às avós maternas são mais frequentes no NSEb, sugerindo que babás e avós maternas ocupam a posição de terceiro cuidador na maioria das redes, respectivamente, como sugerido acima, no NSEmdA e no NSEb, e tias as substituem, ou complementam, como quarto cuidador em um certo número de casos, em ambos os

NSE. As menções a vizinhas (coluna 3) ocorreram apenas no NSEb, onde ocorreu também a única menção a uma bisavó (coluna 2, menção feita pela mãe); menções a outras auxiliares domésticas (além da babá) ocorreram apenas no NSEmdA. Irmãs mais velhas são um pouco mais mencionadas no NSEb, sem alcançar significância.

Nota-se, ainda, que as menções a cuidadores familiares são mais diversificadas e mais frequentes do que a não familiares, e que as menções a cuidadores do sexo feminino são mais diversificadas (por exemplo, não há menção a primos e nem a cuidadores masculinos não familiares) e tendem a ser mais frequentes do que a cuidadores do sexo masculino, quando comparadas caso a caso: por exemplo, avó e avô, tia e tio, irmã e irmão.

Quadro 1 - Número e porcentagem de menções aos cuidadores

Mais mencionados	Outros - Familiares	Outros - Não Familiares
Mãe 300 (100%)	Avó P 36 (12%)	Amiga 5 (2%)
Pai 300 (100%)	Avô M 14 (5%)	Vizinha 4 (1%)
Babá 114 (38%) *NSEmdA	Avô P 10 (3%)	Outras domésticas 9 (3%)
Avó M 102 (34%) *NSE b	Tio 15 (5%)	
Tia 67 (22%)	Irmã 29 (10%)	
	Irmão 14 (5%)	
	Prima 10 (3%)	
	Bisavó 1 (0,3)	

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Cuidadores residentes e não residentes

Como foi visto no capítulo 2, *Metodologia*, a maioria (74%) das famílias é nuclear (apenas pais e filhos), em ambos os NSE e nas duas gerações. Dessa forma, o número de cuidadores residentes é extraído de uma parte bastante reduzida da amostra e - com exceção de: sobrinhos(as) e netos(as), que nunca foram mencionados como cuidadores; pais, que sempre foram mencionados; e irmãos(ãs), cujo núme-

ro varia de um a três por família – as menções a moradores tendem a ser em menor número do que a cuidadores.

As informações a respeito de coabitação não foram diretamente relacionadas no questionário às informações sobre cuidadores. Dessa forma, a identificação de cuidadores residentes e não residentes só pode ser feita de forma aproximada, com base na suposição de que outros residentes, além de pais, mães, irmãos e irmãs, poderiam estar incluídos entre os cuidadores. Em alguns casos, essa relação é clara, como no caso de uma única amiga citada por pai e mãe de NSE mdA/G1 como residente e da única bisavó, citada pela mãe como cuidadora e por ambos os pais como residente; ou da babá, que é sempre cuidadora, seja ou não residente. Em outros, a relação é presumida a partir do número de cuidadores de cada categoria citados como residentes – por exemplo, apenas uma prima foi citada, por ambos os pais, como residente, mas cinco foram citadas como cuidadoras; presumiu-se que a prima residente estaria entre as cinco, enquanto os demais não seriam residentes. O mesmo se aplica aos demais moradores. Com esses critérios, obtém-se a tabela seguinte (Tabela 2), da qual estão excluídos o pai e mãe, que sempre são residentes e cuidadores; e os irmãos, que sempre são residentes e nem sempre são cuidadores, e serão examinados à parte.

Tabela 2 - Menções a cuidadores (C) residentes (R) e não residentes (NR) e proporção de menções a residentes no total de cuidadores (R+NR)

	Residentes	Não residentes	R/C
Avó materna	17	85	16,7
Avô materno	13	1	92,8
Avó paterna	6	30	16,7
Avô paterno	2	8	20,0
Tia	22	45	32,8
Tio	13	2	86,7
Bisavó	2	0	100,0
Prima	4	6	40,0
Amiga	2	3	40,0
Babá	53	61	46,5

Outra auxiliar	7	2	22,2
Total mulheres	113	231	32,8
Total homens	28	11	71,8
Total familiares	62	66	48,4
Total não familiares	53	61	46,5

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011)

As proporções assinaladas em destaque sugerem que, com exceção de um único avô paterno morador (2 = menções do pai e da mãe), para os demais cuidadores masculinos (avô materno e tio) há uma relação forte entre coabitação e ser cuidador (ou seja, maior probabilidade de participação masculina no cuidado quando o cuidador mora com a criança, relação essa que não ocorre no caso das mulheres (exceto a bisavó) e especialmente das avós e tias. Nos demais casos de mulheres familiares e de amigas, o número de coabitações é baixo, o que deforma as porcentagens, mas a tendência é na mesma direção. Quanto às cuidadoras não familiares remuneradas, há um número equilibrado de babás residentes e não residentes, e um número um pouco maior de outras auxiliares residentes do que de não residentes que participam do cuidado; apesar do número pequeno de casos, isso poderia sugerir que a participação de outras auxiliares depende de mais disponibilidade de tempo em proximidade com a criança (por exemplo, à noite).

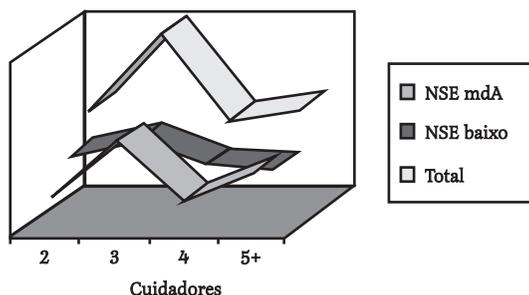
No caso dos irmãos e irmãs, por serem todos residentes, o que se pode verificar é a proporção dos que cuidam, e suas idades. Há um de total de 216 menções a filhos e de 182 a filhas nas residências; e 29 menções a filhas que cuidam, contra 14 a filhos que cuidam, ou seja: 16% das filhas mencionadas, e 5% dos filhos. A idade dos irmãos(ãs) cuidadores é citada como até cinco anos em sete das menções, de sete a 10 anos em 16 menções, de 10 a 15 em 14 menções, e de mais de 15 anos em seis menções.

Cuidado institucional

De forma a completar a descrição da composição da rede de cuidadores cotidianos, resta verificar a ocorrência de cuidado institucional nessa amostra. A grande maioria dos entrevistados (86%) informou que a criança não frequenta ou não frequentava creche ou outra forma de cuidado institucional. Entre os 12% que informaram frequência de até seis horas por dia, a incidência foi significativamente maior na G2 de NSEmdA; as menções a frequência em tempo integral (mais de seis horas por dia) ocorreram em apenas quatro famílias de NSEb, em duas das quais apenas a mãe e o pai eram cuidadores, e nas duas restantes havia mais dois cuidadores. Não parece haver relação entre o número de cuidadores (tamanho da rede) e a frequência à creche; nos dois NSE, o pico de não frequência ocorre em casos com três cuidadores (Gráfico 2).

O cuidado institucional aparece, portanto, como um componente periférico nas redes de cuidadores descritas nesta amostra.

Gráfico 2 - Não frequentam creche x número de cuidadores



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Outras dimensões estruturais: densidade, dispersão e homogeneidade/heterogeneidade

No modelo de Sluzki (1997), densidade é definida como o grau de conexão entre as pessoas da rede, independentemente do informante; dispersão é a distância geográfica entre os membros, e homogeneidade/heterogeneidade se refere às características demográficas e socioculturais dos membros (idade, sexo, cultura e NSE).

Para esta análise, definimos conexão entre os membros pelo critério de parentesco e dispersão pelo critério de coabitação. Por esses critérios, as redes de cuidadores encontradas em nossa amostra são altamente densas, predominando relações íntimas (pais e mães) e de parentesco próximo entre os membros, com exceção da babá no NSEmdA; e são relativamente dispersas, envolvendo não residentes com participação alta em proporção aos residentes, com exceção de pai e mãe.

As redes encontradas são heterogêneas em termos de idade, predominando a faixa etária adulta, mas incluindo jovens (irmãos(ãs)) e idosos (avós), e em termos de sexo, incluindo ambos os sexos, embora com predominância de mulheres. Quanto a nível socioeconômico e cultural, as redes são homogêneas nas famílias de NSEb, e heterogêneas nas famílias de NSEmdA, incluindo cuidadores remunerados de NSE diversos dos demais cuidadores.

Caracterização das redes de cuidadores em termos de dimensões funcionais e de atributos dos vínculos

Sluzki (1997) propõe uma lista de funções que podem caracterizar a rede de relações sociais: companhia, apoio emocional, guia cognitivo e de aconselhamento, regulação (controle social), ajuda material e acesso a novos contatos. No caso das redes analisadas aqui, essa listagem não permite diferenciações, uma vez que se aplica a todas as redes de cuidadores: todas as funções acima são parte da fun-

ção geral de cuidado da criança pequena. O que é possível analisar é a distribuição de funções entre os membros da rede e de que forma essa distribuição define os atributos dos vínculos entre os cuidadores e a criança cuidada.⁹

A distribuição de funções e os atributos dos vínculos (envolvimento e compromisso, versatilidade e frequência de contatos), foram analisados com base em três variáveis criadas (tipo de cuidador, tipo de cuidado e participação do pai) e duas questões relativas a uma dimensão acrescentada às propostas de Sluzki (1997): satisfação com a rede.

As variáveis Tipo de cuidador e Participação do pai sintetizam respostas relativas ao número de horas de cuidado e aos períodos do dia ou da semana em que é o cuidador mais frequente (refletindo a frequência de contatos) e frequência de envolvimento em um conjunto de 17 tarefas de cuidado;¹⁰ a variável tipo de cuidado baseia-se no grau de participação de cada cuidador nessas mesmas tarefas, agrupadas em quatro categorias: cuidado físico, lazer/convivência, educação/disciplina e atividades externas.¹¹ Essas três variáveis permitem: explorar o grau de envolvimento/compromisso (intensidade da relação) e a versatilidade (quantidade de funções exercidas) dos membros

9 Entre os atributos propostos por Sluzki (1997), não foram utilizados história da relação, por não ter sido alvo de investigação no projeto em que se baseia esta análise; e reciprocidade, por não ser aplicável dada a natureza da rede, centrada na criança.

10 Uma análise detalhada da participação nessas tarefas encontra-se no capítulo *A prevalência materna e feminina no cuidado cotidiano de crianças pequenas*, neste livro. Cuidado físico inclui oito tipos de tarefas (trocar fralda, dar banho, alimentar, colocar para dormir etc), apenas uma das quais - preparar alimento - não envolve contato direto com a criança; Lazer convivência inclui quatro tarefas, apenas uma das quais não envolve necessariamente contato com a criança (comprar brinquedo); Educação/ disciplina não foi subcategorizada, considerando a faixa etária em questão; e Atividades externas, com exceção de Levar ao médico, não envolvem contato necessário com a criança (compras relacionadas à criança e outras a critério dos entrevistados)

11 Os critérios para classificação nas variáveis criadas com base na frequência de envolvimento nessas tarefas são detalhados no capítulo 2 - *Metodologia*.

da rede - atributos que caracterizam a rede do ponto de vista de seu funcionamento - e mapear a distribuição de funções na rede.

Envolvimento e compromisso

Uma primeira forma de explorar estas dimensões é pela análise do tipo de cuidador. Os cuidadores foram classificados em Principal, Complementar e Esporádico, segundo os critérios indicados acima e detalhados no capítulo 2, *Metodologia*; as três categorias representam aqui um grau decrescente de compromisso (responsabilidade/envolvimento). A Tabela 3 apresenta o tipo de participação dos cuidadores segundo este critério, como porcentagem do total de menções a cada categoria de cuidador. Por este critério, observa-se maior nível de compromisso da mãe, seguida pelo pai e pela babá (observe-se que o pai nunca apareceu como cuidador principal, enquanto a participação da babá, quando somadas as categorias Principal e Complementar, supera ligeiramente a do pai); avó materna e tia situam-se aproximadamente no mesmo nível (acima de 30% na soma dessas duas categorias). Outros cuidadores, tanto femininos quanto masculinos, caracterizam-se por cuidado esporádico em mais de 80% dos casos. Como já foi apontado, a menção às avós maternas é maior no NSE baixo; o mesmo ocorre com sua participação por este critério de compromisso: avós como cuidadoras principais e complementares são mais frequentes no NSE baixo, sem diferença entre as gerações; por outro lado, mães como cuidadoras principais são significativamente mais mencionadas no NSE baixo da G1, sugerindo uma redução geracional de compromisso das mães e talvez um aumento de dispersão do compartilhamento (entre mais cuidadores complementares ou esporádicos) no NSE médio alto.¹²

12 O que é compatível com a indicação de frequência maior de redes de cinco cuidadores no NSEmsA - confira Gráfico 1.

Tabela 3 – Tipo de participação dos cuidadores

	Principal		Complementar		Esporádico		Total de menções
Mãe	214	71,3	85	28,3	1	0,3	300
Pai	0	0	194	64,7	106	35,3	300
Babá	13	11,4	66	57,9	35	30,7	114
Avó materna	9	8,8	28	27,4	65	63,7	102
Tia	4	5,9	12	17,9	51	76,1	67
Outros Feminino	0	0	24	17,5	113	82,4	137
Outros Masculino	0	0	6	12,0	44	88,0	50

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota - Tipo de participação: variável criada a partir de respostas sobre frequência de desempenho de cada tarefa, número de horas de cuidado e períodos em que é o cuidador mais frequente.

Essa dimensão pode ser explorada também pelo exame do tempo de cuidado atribuído a cada cuidador (autoatribuído, no caso de pai e mãe, e atribuído pelos pais aos demais cuidadores). Considerando-se as respostas que indicaram mais de sete horas diárias de cuidado, a hierarquia de envolvimento/compromisso por esse critério seria:

Quadro 2 – Tempo de cuidado atribuído a cada cuidador

Mãe	70% em dias de semana, 94% em finais de semana e feriados, sendo que 50% das respostas indicam mais de 10 horas de cuidado em dias de semana e 82% indicam mais de 10 horas em finais de semana/feriados ¹
Babá (NSEmdA)	72%
Avó materna (NSEb)	36%
Tia	21%
Pai	17% em dias de semana e 71% em finais de semana/feriados, sendo que menos de 5% das respostas indicam mais de 10 horas em dias úteis, e 38% indicam mais de 10 horas em fins de semana/feriados.

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Entre os demais cuidadores, apenas três primas, uma irmã, uma vizinha, uma amiga e uma auxiliar doméstica foram mencionadas nessa condição (mais de sete horas por dia, juntamente com mais de 10 horas por dia); nenhuma menção a cuidadores homens apareceu nessa condição.

Comparada à hierarquia descrita na Tabela 3, esta reflete a mesma ordem nos casos de mulheres cuidadoras, mas situa o pai em posição de menos envolvimento. Isso se deve à diferença de critério: o número de horas de cuidado é um dos critérios de categorização dos tipos de cuidadores, mas essa categorização envolve também a diversidade de atividades, ou seja, a dimensão versatilidade, que será retomada adiante.

O envolvimento ou compromisso dos membros da rede são analisados também em relação ao tamanho da rede, de forma a explorar a possibilidade de que a disponibilidade de cuidadores modifique o grau de envolvimento de cada cuidador individual. Devido a algumas diferenças entre respostas de pais e mães quanto ao tamanho da rede, optou-se por utilizar apenas as respostas das mães para esta análise.

Quadro 3 - Tipo de participação de mãe/pai x Tamanho da rede
(% sobre número de famílias em cada tamanho de rede)

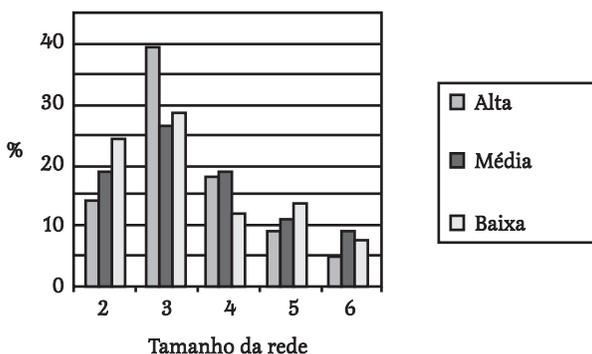
Nº Cuidadores	Mãe: Principal	Pai: Complementar	Nº famílias
2	97%	55%	33
3	64%	65%	55
4	66%	66%	29
5	70%	45%	20
6	77%	54%	13

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011). Nota - Confira Tabela 3.

A mãe é cuidadora principal na maioria das redes (mais de 60%), independentemente de seu tamanho; no caso de redes de dois cuidadores (mãe e pai), essa proporção é substancialmente maior, equilibrando-se depois entre 60% e 80% nas redes maiores, sem tendência de relação com o tamanho. A participação do pai, como complementar em cerca de metade ou pouco mais da metade das redes (e, portanto, como cuidador esporádico no restante dos casos), também não parece se alterar significativamente em função do número de cuidadores disponíveis.

A participação do pai em relação ao tamanho das redes pode ser explorada também por meio de uma outra variável criada, com três categorias de participação do pai: Alta, Média e Baixa¹³ (Gráficos 3 e 4).

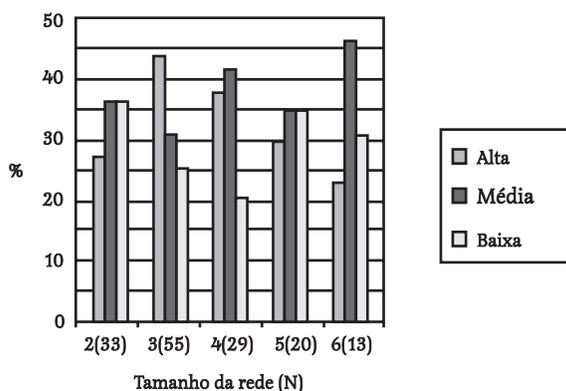
Gráfico 3 - Participação do pai X Número de cuidadores (Respostas de mães)
(% sobre total de pais nas categorias Alta, Média e Baixa respectivamente 53, 54 e 43)



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

13 Confira critérios detalhados no capítulo 2, *Metodologia*.

Gráfico 4 – Participação de pais x número de cuidadores (Respostas de mães)
% sobre total de casos em cada categoria de tamanho da rede
(N indicado no eixo x)



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

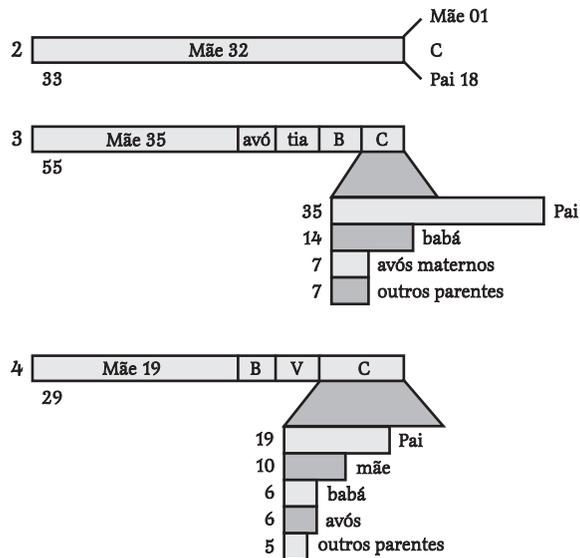
Pelo critério do Gráfico 3 (percentual sobre o total de pais em cada categoria de participação), a participação do pai parece ser mais significativa nas redes com menos cuidadores (dois a quatro cuidadores; particularmente, três). Quando se relativiza esses números pelo número de casos de cada tamanho de rede (Gráfico 4), a distribuição fica mais equilibrada: pais com participação alta aparecem em todos os tamanhos de rede, com alguma tendência a ocorrer mais nas redes com três a quatro cuidadores (acima de 30%). Simetricamente, a participação baixa e média ocorre nos extremos das categorias de tamanho de rede. Em conjunto, os dois critérios sugerem que os pais delegam mais, ou se abstêm mais de participar em duas circunstâncias diversas: quando o único outro cuidador é a mãe, ou quando há mais de quatro cuidadores.

A Figura 1 propõe uma forma de visualização da relação entre a participação dos cuidadores e o tamanho da rede, considerando apenas os cuidadores classificados como principais e complementares.¹⁴ Cada parte da figura representa um tamanho de rede (dois a seis ou

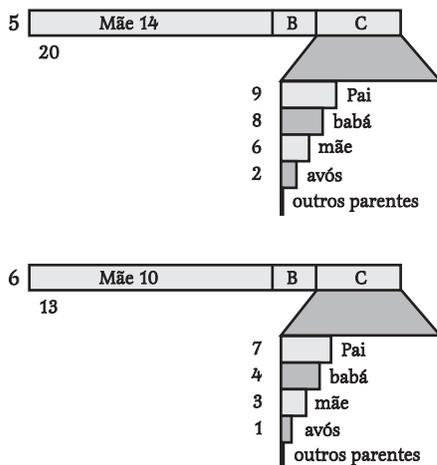
¹⁴ Ver Anexo para os dados que serviram de base para a construção da figura.

mais cuidadores), e o comprimento das barras equipara o número de casos de cada categoria de tamanho, de forma a proporcionar a incidência de cuidadores principais (à esquerda, identificados) e complementares (o resíduo à direita, indicado pela letra C, e desdobrado abaixo de cada parte da figura, representando os cuidadores complementares identificados, de forma aproximadamente proporcional à sua participação).¹⁵

Figura 1 - Representação da participação de cuidadores principais e complementares, em cada tamanho de rede (incidência indicada abaixo de cada linha)



15 Assim por exemplo, no primeiro gráfico (33 redes de dois cuidadores), a mãe é cuidadora principal em 32 casos, e complementar em 1, ao passo que o pai é complementar em 18 (e, portanto, esporádico nos 15 casos restantes); no segundo gráfico (55 redes de três cuidadores), mãe, avó, babá e tia aparecem como cuidadoras principais, nas proporções sugeridas pelo comprimento dos segmentos da barra, que é complementada pela proporção de cuidadores complementares (pai, babá, avós maternos e outros parentes, também representados de forma proporcional).



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

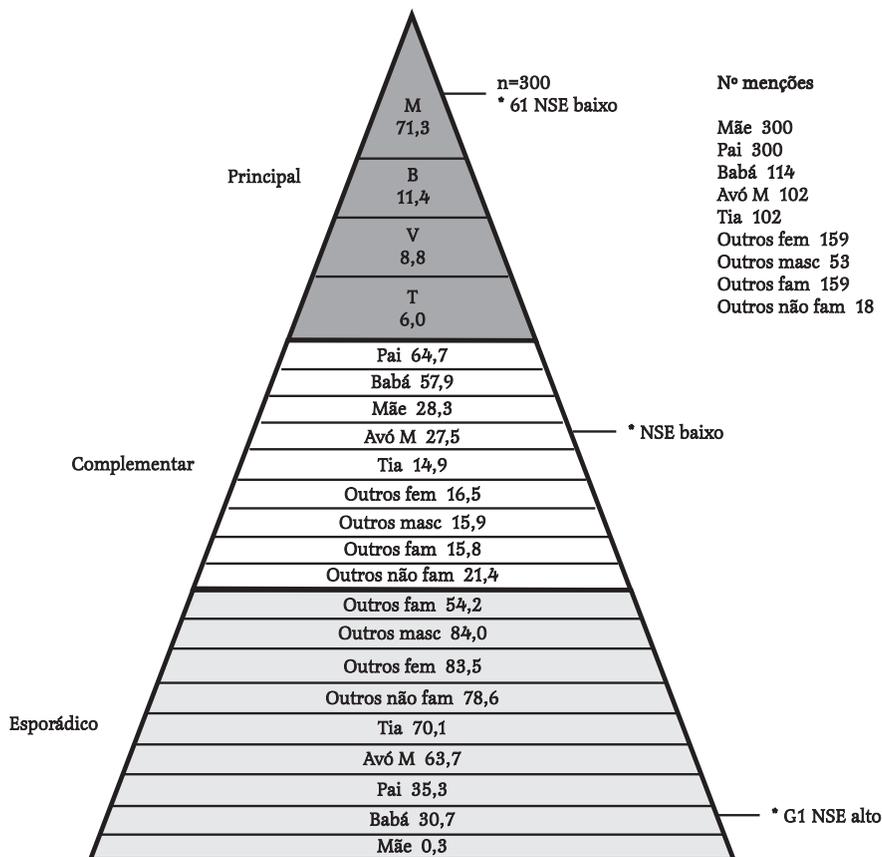
A figura 1 permite visualizar mais claramente alguns pontos. A participação das mães se reduz acentuadamente quando há mais um cuidador além do pai, e passam a surgir alguns poucos casos em que a mãe não é a cuidadora principal, delegando esse lugar para outras mulheres: a avó materna (três casos), a tia (três casos) ou a babá (dois casos). A partir daí, no entanto, a proporção de participação da mãe se mantém estável, e se reduz a participação de outras cuidadoras como principais: apenas a avó (um caso) e a babá (dois casos) nas redes de quatro cuidadores, e apenas a babá (um caso em cada gráfico) nas redes maiores – o que sinaliza que se trata, nesses casos, de redes de NSE mdA. A participação do pai, por outro lado – e talvez curiosamente – cresce um pouco (ultrapassando 60%) das redes de dois cuidadores para as de três e quatro, e depois volta a níveis em torno de 50% nas redes maiores, confirmando a indicação do critério de classificação de participação dos pais em alta, média e baixa (Gráficos 3 e 4).

A Figura 1 insinua, ainda, uma estrutura piramidal para a distribuição das redes quanto ao número de cuidadores e seu grau de

compromisso/envolvimento: no topo da pirâmide, poucos cuidadores (sendo a mãe de longe a principal); na região intermediária, um número maior de cuidadores com participação menor e, na base, um grupo ainda maior com participação pequena. A Figura 2 representa essa pirâmide, detalhando os cuidadores e sua participação pelos mesmos critérios adotados em análises anteriores (quando não estão identificados, estão agrupados em homens e mulheres, e familiares/não familiares) e apontando diferenças pontuais de NSE e geração, quando ocorreram.

A comparação entre as posições de cada cuidador (ou grupo de cuidadores por gênero e parentesco), nos três níveis da pirâmide, situa claramente o grau de envolvimento de cada um. Deixando de lado a mãe, que é claramente a cuidadora principal por qualquer dos critérios adotados, nota-se que apenas o pai e a babá apresentam maior participação como cuidadores complementares do que como esporádicos. A avó materna e a tia, ainda que apareçam minoritariamente como cuidadoras principais, são predominantemente cuidadoras esporádicas, mais do que complementares - e o mesmo ocorre para os demais cuidadores, quer agrupados por gênero, quer por parentesco. Considerando-se que a menção à babá ocorre predominantemente no NSE mdA, torna-se mais fácil compreender a maior participação de mães de NSEb como cuidadoras principais - ainda que estas contem mais com avós como cocuidadoras do que as mães de NSEmdA (61 menções contra 41), a participação das avós como complementares não se equipara à de babás nessa condição no NSE mdA: no NSE mdA, a maioria das menções às babás as classifica como cuidadoras complementares (66 em 93, ou 71%), ao passo que no NSEb há 22 avós classificadas como complementares, mas 32 estão como esporádicas. Assim, além de contar com mais cuidadores (redes maiores), as mães de NSEmdA contam, também, com uma cuidadora mais participante do que qualquer das cocuidadoras de NSEb.

Figura 2 - Representação das redes pelo nível de compromisso/envolvimento dos membros



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

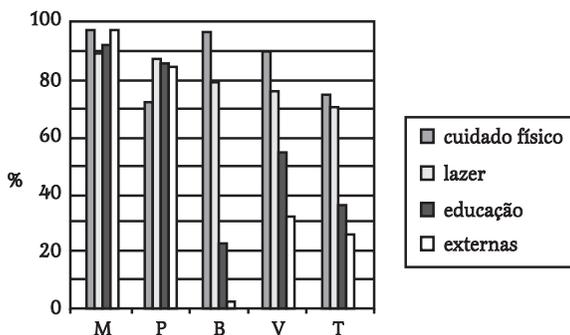
Distribuição de tarefas e versatilidade

Uma primeira análise da distribuição de tarefas utilizou como base a variável Tipo de cuidado, construída a partir das respostas de mães e de pais sobre a frequência com que cada cuidador mencionado desempenhava cada tipo de tarefa de cuidado. Cada cuidador foi computado no(s) tipo(s) de tarefa que desempenhava com maior fre-

quência (a maioria das vezes ou muitas vezes). Os cuidadores que não foram mencionados com essas categorias de frequência em nenhum dos tipos de tarefas não foram incluídos nesta análise, e serão examinados adiante.

O Gráfico 5 sintetiza esses resultados. Mãe e pai são os cuidadores mais versáteis - entendendo-se versatilidade como a diversidade de tarefas desempenhadas, ou na terminologia de Sluzki (1997), a diversidade de funções na rede - apresentando frequências altas de participação nas quatro categorias de cuidado (embora o pai tenha participação mais reduzida em Cuidado Físico). Entre os demais cuidadores mais frequentes, a menos versátil por este critério é a babá, que se ocupa basicamente de cuidado físico e lazer/ convivência; avós e tias apresentam esse mesmo perfil de funções, mas têm participação um pouco maior do que a babá em Educação/disciplina e, secundariamente, em atividades externas.

Gráfico 5 - Classificação dos cuidadores por tipo de cuidado % sobre total de menções a cada cuidador: Mãe (300), Pai (300), Babá (114), Avó (102) e Tia (67) (Apenas respostas Maioria e Muitas vezes)



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Para analisar a versatilidade dos cuidadores menos frequentes, foi necessário desenvolver outro critério, por dois motivos: uma vez que

esses cuidadores recebem um número menor e muito variável de menções (de uma a 36), as porcentagens se apresentam muito deformadas; em segundo lugar, o agrupamento dos demais cuidadores por gênero e parentesco (que eleva o total de menções) também não é esclarecedor, porque obscurece diferenças de versatilidade entre os membros desses subgrupos. Optou-se então por adotar um critério baseado nas respostas Nunca (ou seja, cuidadores que nunca desempenham cada uma das atividades incluídas nas quatro categorias de atividades); definiu-se arbitrariamente o critério de considerar o número de atividades que nunca são desempenhadas em no mínimo a metade (50%) das menções a cada cuidador como Índice Negativo de Versatilidade (INV): assim, um cuidador com resposta Nunca, para apenas uma das 17 atividades de cuidado que foram investigadas, é mais versátil, enquanto o menos versátil é o que nunca desempenha 15 das 17 atividades (não ocorreu nenhum caso de 16 atividades com resposta Nunca).

Por esse critério, a mãe é a cuidadora mais versátil (não há nenhuma atividade com mais de 50% de respostas Nunca (índice zero), e as porcentagens de Nunca, para cada atividade, variam de zero a 11,3%, sendo as mais altas: 11,3% (comprar alimento) e 6,3% (colocar para dormir de dia, e cantar/ler histórias), e todas as demais inferiores a 4%. No caso do pai, apenas uma atividade tem mais 50% de respostas Nunca: 61% (preparar alimento); se for adotado um critério mais estrito (mais de 30% de respostas Nunca), o índice do pai passa a ser de quatro atividades, das quais três de cuidado físico: além de preparar alimento (61%), colocar para dormir de dia (43%) e dar banho (36%); e uma atividade externa, comprar roupa (30%); a variação das porcentagens de Nunca, entretanto, é bem maior do que a da mãe: as mais baixas são 3% (disciplinar/educar), 4% (passear) e 5% (brincar), e a maioria das demais fica acima de 10%. Portanto, com qualquer dos dois critérios (Gráfico 5, ou pelo índice negativo de versatilidade) o pai é um cuidador versátil, apenas um pouco menos versátil do que a mãe, e mais versátil do que qualquer dos demais cuidadores da tabela. Quanto aos demais cuidadores, a hierarquia de versatilidade

apresenta no topo a avó materna (INV=6, ou seis atividades com 50% ou mais de respostas Nunca), seguida por tia (INV=7); avó paterna e irmã (INV=8); prima, babá e outra auxiliar doméstica (10); tio e amiga (INV=11); avô materno (INV=12); vizinha (INV=13); bisavó e avô Paterno (INV=14) e irmão (INV=15).

Observa-se que as três cuidadoras mais frequentes incluídas no Gráfico 5 (avó materna, tia e babá) repetem a mesma ordem nesta hierarquia pelo critério de índice negativo de versatilidade: depois da mãe, e em seguida ao pai, a avó é a cuidadora mais versátil, seguida pela tia e pela babá. Outro aspecto interessante dessa hierarquia é a aparente ausência de relação entre versatilidade e parentesco, com cuidadoras não familiares apresentando mais versatilidade do que alguns familiares, principalmente os do sexo masculino; e há uma sugestão de relação entre gênero e versatilidade, com os cuidadores masculinos (exceto o pai) se concentrando na metade inferior da hierarquia. Isto reflete em grande parte o fato de que as mulheres participam mais de cuidado físico, porque o número de atividades de cuidado físico é superior ao de atividades incluídas nas demais categorias de cuidado, o que reduz o índice negativo de versatilidade, mesmo de cuidadoras infrequentes. Quanto aos demais cuidadores, a versatilidade tende a se concentrar em lazer/convivência – em educação/disciplina, só alguns cuidadores familiares têm alguma participação além do pai e da mãe, e ainda menos em atividades externas. Entre os cuidadores do sexo masculino, com exceção do pai apenas o avô materno tem alguma participação em atividades de cuidado físico.

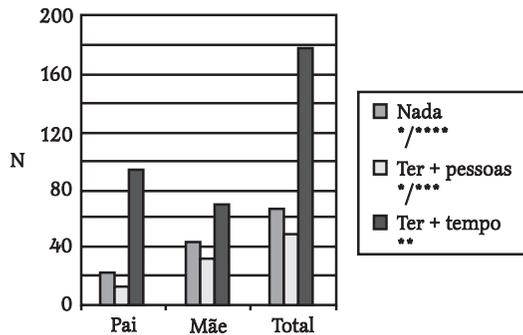
Pode-se dizer, portanto, que as dimensões envolvimento/compromisso e versatilidade são relativamente independentes: por exemplo, a babá recebe mais menções como cuidadora e apresenta nível mais alto de envolvimento do que a avó e a tia, mas se mostra menos versátil do que estas. Entretanto, em termos de gênero, as duas dimensões parecem se comportar da mesma forma: com exceção do pai, os demais cuidadores do sexo masculino tendem a se mostrar menos versáteis do que a maioria das mulheres cuidadoras.

Satisfação com a rede

Esta análise procurou explorar indicadores de satisfação dos pais em relação à rede de cuidadores disponível e à participação desses cuidadores. Foram utilizadas como indicadores as respostas a dois itens do questionário: o que o entrevistado mudaria quanto às condições em que se dá ou se dava o cuidado e como avalia a participação dos cuidadores em termos quantitativos (se suficiente, excessiva, deveria fazer mais ou se gostaria de fazer mais).

O Gráfico 6 resume os resultados relativos ao primeiro item. A mudança mais desejada, tanto pela mãe quanto pelo pai, mas principalmente por este, é ter mais tempo para cuidar. Em segundo lugar, vêm as respostas indicadoras de satisfação (não mudariam nada), mais frequentes entre as mães e na geração mais velha (G2); e, em terceiro, as que indicam alguma insatisfação com os cuidadores disponíveis (gostariam de ter mais pessoas para ajudar) – mais frequentes entre as mães e na geração mais jovem (G1), mas que, em conjunto, representam apenas cerca de 20% do total de respostas. Embora pouco expressivo no total da amostra, é interessante notar que o desejo de dispor de mais cuidadores se concentrou na geração mais jovem: nessa geração, principalmente no NSE baixo, ocorreram mais redes de apenas dois cuidadores e trata-se de mães que estão vivendo atualmente as demandas do cuidado, enquanto as mães da G2 estão se baseando em lembranças de pelo menos 15 anos atrás; o maior grau de satisfação (não mudaria nada) evidenciado em G2 também poderia ser um efeito de memória seletiva. É interessante apontar também que, como já foi visto acima, mesmo quando há mais cuidadores disponíveis, eles tendem a apresentar desempenho como cuidadores esporádicos: o núcleo do cuidado se mantém em torno de poucos cuidadores. Nesse sentido, as respostas de pais e mães neste item estão coerentes com o quadro produzido pelas demais dimensões das redes de cuidadores – parafraseando o velho dito popular: no caso de redes de cuidadores, dois é pouco; três ou quatro é bom; cinco começa a ser demais.

Gráfico 6 - O que gostaria de mudar nas condições de cuidado
 *Mães > pais; ** Pais > mães; **** G2 > G1



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

O Quadro 4 sintetiza as avaliações sobre a participação dos cuidadores mais frequentes (pais, babá, avó materna e tia).

Quadro 4 - Avaliação da participação dos cuidadores mais frequentes (base: 300)

*Pai>Mãe **Mãe>Pai ***NSE mdA>B ****NSE B>mdA *****G1>G2 *****G2>G1

	Mãe (n=300)		Pai (n=300)		Avó M (n=102)		Babá (n=114)		Tia (n=66)	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Faz o suficiente	175*	58	123***	41	71**	69	96	84	43	69
Tem excesso de tarefas	78**	26	26	9	10	10	11	10	6	9
Deveria cuidar mais	17	6	84**	28	10*	10	6	5	6	9
Gostaria de cuidar mais	61***	20	121*	40	16	16	1	0,9	10	15

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota - Perguntou-se a pais e mães como cada cuidador mencionado se classificaria nas quatro categorias indicadas na coluna 1.

Alguns aspectos de interesse em termos de satisfação com a rede podem ser apontados aqui. Em termos de respostas de pais e de mães, e relativas a eles, mais pais acham que a mãe participa suficientemente, ao passo que mais mães acham que têm excesso de tarefas. A insatisfação com o próprio desempenho (com a resposta de que gostaria de cuidar mais) aparece mais por parte de pais do que de mães; no NSEmdA, quando se refere às mães, e na G1, quando se refere aos pais (respostas de ambos os pais), ao passo que a resposta faz o suficiente aparece mais no NSEmdA quando se refere a pais. Muito poucos pais e mães acham que a mãe deveria cuidar mais do que cuida, mas mais mães do que pais fazem essa mesma avaliação em relação aos pais, e isso é mais marcante no NSE baixo. Em relação aos demais cuidadores frequentes, os números são mais reduzidos, mas a tendência geral sugere que sua participação é suficiente, ocorrendo apenas uma diferença significativa entre respostas de mães e pais em relação à avó: mais mães consideram sua participação suficiente, e mais pais consideram que as avós deveriam cuidar mais, especialmente no NSE baixo.

Em conjunto, esses resultados sugerem que as insatisfações com a rede – quando ocorrem – se referem mais ao próprio desempenho (gostaria de participar mais – no caso dos pais e na G1 e de mães no NSEmdA – e por excesso de tarefas, no caso de mães, sem diferenças entre NSE e gerações), ou ao do parceiro (pai deveria participar mais, na avaliação das mães e no NSE baixo), do que ao desempenho de outros cuidadores. Essa sugestão se confirma quando são identificados os demais cuidadores em relação aos quais há respostas de que deveriam participar mais, e que se reduzem a poucos cuidadores (avó paterna, avô, tio, irmã e amiga), com muito poucas menções em cada caso (uma a cinco, entre respostas de pais e mães, sendo as menções mais frequentes à avó paterna).

Representação da rede de cuidadores

A título de síntese, a Figura 3 utiliza a representação de redes sociais (mapas de rede) proposta por Sluzki (1997), adaptada para a

descrição da rede de cuidadores em termos das dimensões analisadas. Na proposta de Sluzki (2007), os quadrantes do mapa são identificados pela natureza das relações envolvidas, definida por seu *locus* e pelo caráter das parcerias: família, amizade, relações comunitárias e relações na escola e no trabalho. Essa classificação é substituída aqui pelas categorias de tipo de cuidado (cuidado físico, lazer/convivência, educação/disciplina e atividades externas).

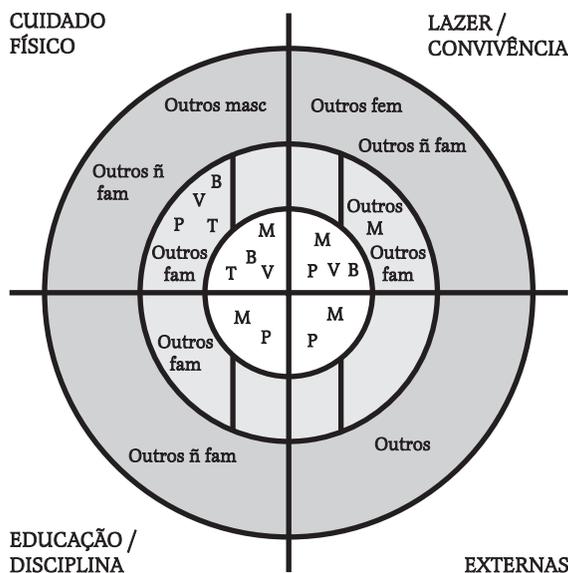
Os três círculos representam, de dentro para fora, o gradiente de intensidade de participação (envolvimento/compromisso) e de versatilidade dentro de cada quadrante. As dimensões estruturais podem ser extraídas das indicações sobre a identidade dos cuidadores (quando não identificados, agrupados em termos de gênero e de parentesco) e tendo em mente a incidência de menções de cada categoria na rede.¹⁶

Os dois quadrantes mais densos – cuidado físico e lazer/convivência – diferenciam-se, principalmente, por gênero. No círculo mais interno desse quadrante, encontram-se apenas mulheres (não por acaso, mas, devido ao critério de classificação dos cuidadores em Principal, Complementar e Esporádico, essas mulheres são as que aparecem pelo menos em alguns casos como cuidadoras principais ao invés da mãe); mas, com exceção da mãe e da babá, sua participação no cuidado físico é principalmente complementar e esporádica. Cuidadores masculinos, exceto o pai, que têm alguma participação, principalmente em cuidados noturnos, desempenham apenas esporadicamente essas atividades. Por outro lado, é em lazer/convivência que a participação do pai e de outros cuidadores do sexo masculino se mostra mais expressiva. No quadrante educação/disciplina, destaca-se a participação dominante de pai e mãe, e secundariamente de outros familiares; cuidadores não familiares praticamente não participam. E no quadrante de atividades externas só se destacam o pai

16 Mães -M e pais -P (300); Babás - B (114); Avós maternas -V (102); Tias -T (67), Outros do sexo feminino - Outros F (159), Outros do sexo masculino - Outros M (53), Outros familiares - Outros fam (212) e Outros não familiares - Outros ñ fam (18).

e a mãe. Pode-se dizer, portanto, que o compartilhamento do cuidado parental é seletivo em relação ao tipo de tarefa de cuidado, ocorrendo principalmente em lazer/convivência, e secundariamente, mas quase que apenas com cuidadoras, em cuidado físico.

Figura 3 - Representação da rede de cuidadores



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Considerações finais

Na amostra deste estudo - que apresenta uma série de especificidades, conforme foi exposto e discutido no segundo capítulo, deste livro, tornando os resultados menos passíveis de generalização -, identificamos uma maioria de redes de cuidadores pequenas (entre dois e quatro cuidadores), compostas predominantemente por mulheres e por familiares (com exceção da babá no NSEmdA); densas

pelo critério de parentesco, dispersas pelo critério de coabitação; heterogêneas em termos de sexo e idade/geração dos cuidadores e, no NSEmdA, de NSE dos cuidadores (devido à presença de cuidadoras remuneradas); a distribuição de funções é desigual e há diferenças de versatilidade entre os membros, e ambas parecem especialmente relacionadas ao gênero, mas em parte, também, ao parentesco. Encontramos, ainda, um recurso limitado a cuidado institucional.

Esse quadro sugere várias questões. Algum grau de compartilhamento do cuidado parental parece ser a tendência predominante no caso do ser humano e de diversas outras espécies animais, e se correlaciona, principalmente, com a duração do período de dependência da criança e com modos de vida ou de produção (CARVALHO; BUS-SAB; RABINOVICH, no prelo). Com quem a mãe/o pai compartilham o cuidado, e que critérios subjazem a esses critérios de compartilhamento? Uma primeira pista é a natureza das tarefas que são compartilhadas. Observamos que há mais compartilhamento de tarefas de lazer/convivência (onde há proporcionalmente maior participação de cuidadores do sexo masculino) e de cuidado físico (predominantemente com outras mulheres além da mãe); há algum compartilhamento, embora reduzido, com outros cuidadores familiares em educação/disciplina, onde pai e mãe participam de forma bastante equilibrada; e praticamente nenhum compartilhamento em atividades externas exceto entre o pai e a mãe.

Pode-se pensar que esse gradiente de compartilhamento reflete, em alguma medida, o valor e importância atribuídos pelos pais – e talvez particularmente pela mãe, que parece ser a maestra na orquestração do cuidado – a cada tipo de tarefa de cuidado. No caso de tarefas externas, isso se aplicaria particularmente a levar ao médico, uma tarefa desempenhada quase que exclusivamente pela mãe (89% de respostas “maioria das vezes”). As demais tarefas externas são compras, que envolvem gasto de dinheiro e, ainda que não sejam consideradas como tarefas valiosas ou importantes, podem ser mais difíceis de delegar ou pedir a outros cuidadores.

Entre as três demais categorias de tarefas, uma possível hierarquia de importância/valor faz mais sentido: educação/disciplina, uma tarefa de grande responsabilidade em termos de socialização, e tradicionalmente atribuída à área de competência e dever da família, é pouco compartilhada pelos pais e, quando o é, é entre parentes; o cuidado físico é essencial para a própria sobrevivência da criança nessa fase de total dependência, mas poderia ser considerado como um tipo de tarefa que está mais ao alcance ou mais no âmbito de competência de outros cuidadores (particularmente mulheres); e lazer/convivência viria em terceiro lugar, como um tipo de atividade menos essencial ou que envolve menor responsabilidade.

É preciso ter em conta que, em família, o cuidado parental tem sua base numa dimensão mais ampla que aqui podemos chamar de práticas ou estratégias educativas. Estas incluem desde o cuidado físico até a escolha das escolas, creches, ambientes a serem frequentados pelas crianças, tudo isso em um movimento em prol do processo de socialização dos filhos. (COSTA, 2011) Sem nos alongarmos nas discussões próprias ao campo da Sociologia da Infância ou da Educação, cujos desdobramentos vão além do escopo desta pesquisa, compreendemos que os cuidadores, assim como o tipo de cuidado disponível e esperado, são definidos dentro de um circuito escolhido pelos pais. Mas não apenas. Nessa escolha, há outros fatores que orientam o acionamento da rede, tais como o reconhecimento das qualidades observadas nos diversos cuidadores, suas disponibilidades, o gênero da criança, as aspirações dos cônjuges à autonomia, o grau de contestação à reprodução dos papéis socialmente atribuídos ao gênero, etc. Entendemos, porém, que tal análise exigiria um trabalho complementar, qualitativo, diríamos, que desse conta da dinâmica das interações familiares. Montandon (1991, 2005) nos ajuda a levantar mais questões a partir dos resultados da nossa pesquisa, ao problematizar a educação e o cuidado dos pais para com os filhos, associando-o a uma discussão sobre o pertencimento social dos pais. Neste caso, um trabalho comparativo, levando em consideração a classe social à qual

pertence a família, poderia promover uma melhor compreensão de como as redes funcionam em termos de divisão de tarefas. A partir dos nossos dados, vale, sem dúvida, perceber que o acionamento de pessoas de uma rede é um trabalho coordenado pelos pais, que autorizam a participação de pessoas no trabalho do cuidado, realizando um filtro entre a criança e seu ambiente. Considerando esta premissa, o conjunto das ações dos agentes sociais na rede está justificado pela expectativa que os pais têm de cada um frente à formação da identidade da criança, o que os conduz a dar respostas que demonstram satisfação quando o cuidado se mantém em torno de poucos cuidadores. Cuidados específicos, que ultrapassam o cuidado físico, limpeza, estão, portanto, mais associados a um núcleo menor (pais, avós, tias), porque estes, provavelmente, são vistos como mais apropriados para o desempenho da função social da interiorização dos valores (crenças, moral, saberes, disciplina, aplicação de regras). O cuidado envolve uma logística que está bem expressa na classificação descrita no Gráfico 5, neste texto.

E o que estaria por trás do compartilhamento de cuidado físico predominantemente com mulheres? É interessante lembrar aqui que, nas redes em que há apenas dois cuidadores, a mãe praticamente assume sozinha o cuidado, ou seja, não o compartilha com o pai; é a partir da disponibilidade de mais um cuidador (redes de três) que se reduz a participação da mãe como cuidadora principal, deixando espaço para outra cuidadora principal – sempre uma mulher. Temos na amostra 110 mães classificadas como cuidadoras principais, 39 como complementares e apenas uma classificada como esporádica; e 88 dessas mães trabalham; ou seja, há um número significativo de mães que trabalham e ainda assim são cuidadoras principais – definidas como aquelas que desempenham com frequência alta (maioria das vezes) a maioria das tarefas e pelo menos duas tarefas de cuidado físico, cuidam em pelo menos dois períodos (diurno/noturno/finais de semana) e cuidam em mais de sete horas por dia. Esses resultados são compatíveis com o que vem sendo descrito na literatura: apesar

do aumento de sua participação no mercado de trabalho, não parece ter havido mudanças significativas na divisão do trabalho doméstico, independentemente da duração da jornada de trabalho externo da mãe. (ARAÚJO; SCALON, 2005; ARAÚJO; SCALON; PICANÇO, 2007; ARRIAGADA, 2000, 2007; BORGES, 2007; CAPPELLIN, 2005; ENRIQUEZ, 2005; SORJ, 2004, entre outros)

Carvalho e colaboradores (2008) apontam uma tendência histórico-cultural a considerar como seara feminina, ou atividades próprias das mulheres, aquelas que envolvem cuidar de outros, principalmente em situações de não reciprocidade (além do cuidado materno,¹⁷ por exemplo, ensino, enfermagem) e discutem as evidências pertinentes à luz das perspectivas psicobiológica e culturalista. Quaisquer que sejam os fatores subjacentes – e provavelmente são diversos, complexos e interagentes – o cuidar, e, particularmente, o cuidar de crianças pequenas, parece estar de alguma forma associado às mulheres. E isso remete a uma questão já colocada no início deste trabalho: o significado de cuidar – e das várias formas de cuidar.¹⁸

A rede de cuidadores parece, portanto, poder ser tratada como uma rede de significações que permeiam as ações e decisões envolvidas no cuidado. Ferreira, Amorim e Silva (2004, p. 23 nota do autor) recorrem à metáfora de rede (tão em voga, atualmente, como apontado na introdução deste texto), adjetivada como rede de significações (RedSig), como referencial para o estudo do desenvolvimento, assumindo que

[...] as pessoas encontram-se imersas em, constituídas por e submetidas a [uma malha ou rede de

17 A prevalência dos valores a respeito de cuidado materno se expressa em nosso meio, entre outros aspectos macrossociais, no privilégio legal atribuído às mães quanto à guarda de filhos – exceto em situações extremas – e na duração da licença maternidade em contraste com a licença paternidade, neste livro, capítulo Amamentação: direito da criança e proteção da família.

18 O que pede uma reflexão mais aprofundada, a ser desenvolvida em outros trabalhos e a partir de pontos de vista de diferentes disciplinas.

significações] que, a um só tempo, ativamente as constituem, contribuindo para a circunscrição¹⁹ dos percursos possíveis ao seu próprio desenvolvimento, ao desenvolvimento das outras pessoas ao seu redor e da situação em que se encontram participando. O modo como o desenvolvimento é circunscrito depende da variabilidade e dos significados que emergem, diante da articulação dos elementos ligados às várias pessoas em interação dentro de um contexto específico. Essa articulação/circunscrição é compreendida, no entanto, como se alterando continuamente, em função do tempo e dos eventos, compondo novas configurações e novos percursos possíveis.

Nessa perspectiva, as ações e opções dos pais estão sendo circunscritas (ou seja, ao mesmo tempo, possibilitadas e limitadas) por um conjunto de significados que – em função de sua história de vida, suas circunstâncias, sua inserção sociocultural e histórica, sua identidade de gênero e suas relações socioafetivas – compõem uma rede de significações interrelacionadas em torno da situação do cuidado de um filho pequeno: o que é um bebê; o que é ser mãe e pai de um bebê (que pode diferir mais adiante do que é ser mãe e pai de uma criança maior ou de um adolescente, tal como ser mãe e pai difere do que é ser avô e avô); o que são avós e avôs, maternos e paternos; o que é cuidado feminino e cuidado masculino; o próprio significado e valor de cuidar²⁰ e dos tipos de cuidados; quem é um cuidador adequado para cada tipo de cuidado; o significado e o valor do cuidado institucional e assim por diante. Portanto, não são apenas aspectos circunstanciais concretos, como disponibilidade de tempo ou de outros cuidadores, que estão envolvidos na compreensão da configuração das redes de cuidadores –

19 Circunscrição: tradução adotada para o termo *constraints*, na acepção dada por Valsiner (1987), de conjunto de possibilidades e de limites.

20 A respeito do valor afetivo do cuidar, ver questões propostas em *O imaginário sobre mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico de pais e mães de distintas inscrições socioeducacionais e gerações* - Salvador, capítulo 8.

e aqui cabe lembrar os resultados relativos à satisfação com a rede (tanto da parte de pais quanto de mães, o desejo de maior disponibilidade pessoal para o cuidado), à seletividade em relação aos cuidadores, tanto em termos de número (incidência de redes com núcleos pequenos – três a quatro cuidadores – mesmo quando há mais cuidadores disponíveis) quanto em termos qualitativos (mais mulheres, o que parece estar refletido, entre outros indicadores, na participação reduzida do pai em redes de dois cuidadores; e mais cuidadores familiares).

O compartilhamento maior e menos seletivo de atividades de lazer/convivência também levanta alguns pontos de interesse. Moreira e colaboradores (neste livro, no capítulo 5, *A prevalência materna e feminina no cuidado cotidiano de crianças pequenas*) apontam que as tarefas desta categoria (particularmente brincar e passear) são as que os pais consideram como mais agradáveis, e também estão entre as mais fáceis. Essas avaliações em parte justificariam uma maior facilidade de compartilhamento e a menor seletividade em relação aos cuidadores (por exemplo, é onde se encontra maior participação de irmãos). Será que os pais as percebem, também, como menos importantes ou de menor responsabilidade? A desvalorização cultural de atividades lúdicas e do lazer como menos essenciais, menos sérias, em oposição a trabalho e estudo, por exemplo, tem sido apontada, repetidamente, na literatura. (SMITH, 1982; PEREIRA; CARVALHO, 2003; LORDELO; CARVALHO, 2003) Parece bastante provável que essa desvalorização esteja espelhada nos significados atribuídos pelos pais às atividades de lazer/convivência, o que também facilitaria seu compartilhamento e a menor seletividade em relação aos cuidadores.

A análise e as considerações sobre a rede de cuidadores, apresentadas neste capítulo, apontam diversas direções para pesquisa futura. Seria relevante, por um lado, comparar as redes de cuidadores e condições e fatores subjacentes a elas em diferentes contextos socio-culturais: por exemplo, em sociedades onde há menor disponibilidade e/ou acessibilidade de cuidadores alternativos (remunerados ou não), como em muitos países desenvolvidos; ou maior disponibilidade

de cuidado institucional gratuito e de alta qualidade, e/ou licenças maternidade/paternidade prolongadas e até intercambiáveis entre a mãe e o pai, como em países nórdicos. (RUHM, 2000) Por outro lado, seria importante aprofundar o conhecimento a respeito de concepções e práticas dos pais quanto ao cuidado parental em várias fases da vida da criança, tanto por meio de revisão da literatura bastante extensa já disponível quanto através de novos estudos com populações e metodologias diversificadas.

Referências

ALMEIDA, Ivy G. *Rede social e relacionamento entre irmãos: a perspectiva da criança em acolhimento institucional*. 2009. 203f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

ANDRADE, Gabriela R. B.; VAITSMAN, Jeni. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 925-934, 2002. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/grupos/fibromialgia/redes.sociais.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Maria C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: _____. (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 15-77.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Maria C.; PICANÇO, Felícia (Org.). *Novas conciliações e antigas tensões: gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. São Paulo: EDUSC, 2007.

ARRIAGADA, Irma. Nuevas familias para un nuevo siglo? *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 10, p. 28-35, jan./jul., 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v10n18/03.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

ARRIAGADA, Irma (Coord.). *Famílias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros*. Santiago: CEPAL, 2007.

AZEVEDO, Raquel P. C.; CARVALHO, Ana M. A. O lugar da família na rede social do lazer após a aposentadoria. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 76-82, 2006. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rbcdh/v16n3/09.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

BARBOSA, Maria T. S.; BYINGTON, Maria R. L.; STRUCHINER, Cláudio J. Modelos dinâmicos e redes sociais: revisão e reflexões a respeito de sua contribuição para o entendimento da epidemia do HIV. *Cad. de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16 (Sup. 1), p. 37-51, 2000. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v16s1/2211.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

BORGES, Angela. Reestruturação produtiva, família e cuidado: desafios para políticas sociais. In: BORGES, Angela; CASTRO, Mary G. (Org.). *Família, gênero, gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 179-206.

BOMFIM, A. S.; BASTOS, A. C. S.; CARVALHO, A. M. A. A família em situações disruptivas provocadas por hospitalização. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 84-94, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v17n1/08.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

BOTH, Elizabeth. *Famílias e rede social: papéis, normas, relacionamentos externos em famílias urbanas comuns*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOWLBY, John. *Apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

CAILLÉ, Allain. Don et association. *La Revue du MAUSS*, Paris, n. 11, p. 75-83, 1988.

_____. A dádiva das palavras: o que dizer pretende dar; dádiva e associação. In: MARTINS, Paulo H. (Org.). *A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 99-135.

CAPPELLIN, P. Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise do emprego: territórios e fronteiras entre público e privado. In: _____. (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 240-267.

CARVALHO, Ana M. A. Etologia e comportamento social. In: SOUZA, Lídio; FREITAS, A. F. Q.; RODRIGUES, M. M. P. (Org.). *Psicologia: reflexões impertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 195-224.

CARVALHO, Ana M. A. et al. Mulheres e cuidado: bases psicolobiológicas ou arbitrariedade cultura? *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18 n. 41, p. 431-444, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n41/v18n41a02.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

CARVALHO, Ana M. A.; BUSSAB, V. S. R.; RABINOVICH, E. P. Família e cuidado parental no ser humano: um olhar biopsicossocial. In: ALCÂNTARA, M.A.R. (Org.) *Família: natureza e cultura*. (no prelo)

COSTA, Livia F. Família, escola, religião: que conflitos, que negociações? *Revista da FAEEBA*, Salvador, v. 20, n. 35, p. 85-94, jan./jun., 2011.

Disponível em: <<http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/07/FaeebaN351.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

COSTA, Rogério. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 9, n.17, p. 235-48, mar./ago., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n17/v9n17a03.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

DESSEN, Maria A.; BRAZ, Marcela P. Rede social de apoio durante transições familiares de correntes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 3, p. 221-231, set./dez., 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4809.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

ENRIQUEZ, Corina R. Economía del cuidado y política económica: una aproximación a sus interrelaciones. In: REUNIÓN DE LA MESA DIRECTIVA DE LA CONFERENCIA REGIONAL SOBRE LA MUJER DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 38., 2005. Mar Del Plata. *Anais...* Mar Del Plata: CEPAL, 2005. Disponível em: <http://www.eclac.org/mujer/reuniones/mesa38/C_Rodriguez.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.

FERREIRA, Maria R. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S. Rede de significações: alguns conceitos básicos. In: FERREIRA, Maria C. R. et al. *Rede de significações: e o estudo do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: ArtMed, 2004. p. 23-33.

HINDE, Robert A. *Towards understanding relationships*. Londres: Academic Press, 1979.

_____. *Individuals, relationships and culture: links between ethology and the social sciences*. New York: Cambridge Univ. Press, 1987.

LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU: EDUSP, 1974. p. 9-48.

LEVITT, M. J. Social relations in childhood and adolescence: the convoy model perspective. *Human Development*, Basileia, v. 48, n. 1-2, p. 28-47, 2005.

LEWIS, Michel. The child and its family: the social network model. *Human Development*, Basileia, v. 48, n. 1-2, p. 8-27, 2005.

_____. Social development in infancy and early childhood. In: OSOFKY, Joy D. (Org.). *Handbook of Infant Development*. Nova York: Wiley, 1987. p. 419-493.

LEWIS, Michel; TAKAHASHI, Keiko. Beyond the dyad: conceptualization of social networks. *Human Development*, Basileia, v. 48, n. 1-2, p. 5-7, 2005.

LORDELO, Eulina R.; CARVALHO, Ana M. A. Educação infantil e psicologia: para quê brincar? *Psicol., ciênc. e prof.*, Brasília, v. 23, n. 2, p.14-21, jun., 2003. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v23n2/v23n2a04.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, SP: EPU: EDUSP, 1974. p. 49-209.

MELLO, Gláucia Buratto. Resenhas. *Caderno Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/viewFile/229/161>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

MONTANDON, Cléopâtre. As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 485-507, maio/ago., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a10v2691.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

MONTANDON, Cléopâtre; KELLERHALS, Jean (Org.). *Les stratégies éducatives des familles*. Paris: Delachaux, 1991.

PEREIRA, M. A. P.; CARVALHO, Ana M. A. Brincar, é preciso. CARVALHO, Ana M. A. et al. (Org.). *Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. v. 2, p. 119-125.

RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sergio. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. *Soc. e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 249-284, maio/ago., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n2/02.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

RUHM, Christopher. Parental leave and child health. *J. of Health Economics*, v. 19, n. 6, p. 931-960, 2000. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w6554.pdf?new_window=1>. Acesso em: 15 jun. 2012.

SANTANA, Jeanny J. R. A.; ZANIN, Carla R.; MANIGLIA, José V. Pacientes com câncer: enfrentamento, rede social e apoio social. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 40, p. 371-384, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n40/13.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2012.

SERAPIONI, Mauro. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10 set./dez., p. 243-253, 2005. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csc/v10s0/a25v10s0.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

SLUZKI, Carlos. *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SMITH, Peter. K. Does play matter? functional and evolutionary aspects of animal and human play. *Behavioral and Brain Science*, Cambridge v. 5, n. 1, p. 139-184, 1982.

SORJ, Bila et al. *Trabalho e responsabilidades familiares: um estudo sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: OIT, 2004. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/trabalhoresponsabilidadesfamiliares_bilatorj.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2012.

SUOMI, Stephen J. Mother-infant attachment, peer relationships and the development of social networks in rhesus monkeys. *Human Development*, Basileia, v. 48, n. 1-2, p. 67-79, 2005. Disponível em: <http://brown.edu/Departments/Human_Development_Center/Roundtable/Suomi.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.

TAKAHASHI, Keiko. Toward a life-span theory of close relationships: the affective relationships model. *Human Development*, Basileia, v. 48, n. 1-2, p. 48-65, 2005. Disponível em: <http://www.keiko-takahashi.com/pdf/Toward_a_Life_Span_Theory_of_Close_Relationships.PDF>. Acesso em: 15 jun. 2012.

TAVARES, Ana C. R.; FERREIRA, Andréa. T. B. Práticas e eventos de letramento em meios populares: uma análise das redes sociais de crianças de uma comunidade da periferia da cidade do Recife. *Rev. Bras. de Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41 p. 258-268, maio/ago., 2009.

VALSINER, Jaan. *Culture and the development of children's actions: a cultural-historical theory of developmental psychology*. Londres: John Wiley & Sons, 1987.

Anexo

Quadro 1 – Cuidadores principais e complementares x tamanho de rede 150 famílias/ respostas de mães.

	Principal	Complementar	Tamanho da rede	Número de casos
Mãe Pai	32 0	1 18	2	33
Mãe Pai Babá Avó materna Tia(o) Outros parentes	35 0 2 3 3 0	19 36 14 7 4 3	3	55*
Mãe Pai Babá Avó materna Outros parentes	19 0 2 1 0	10 19 6 6 5	4	29
Mãe Pai Babá Avó materna Outros parentes	14 0 1 0 0	6 9 8 2 0	5	20
Mãe Pai Babá Avó materna Outros parentes	10 0 1 0 0	3 7 4 1 0	6	13

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011). Variável criada Tipo de Cuidador.

*A linha não totaliza a soma de principal + complementar por haver um único caso de mãe que se caracterizou como cuidadora esporádica. Da mesma forma, nas demais linhas a diferença entre o número de casos e a soma entre principal e complementar representa o número de classificações de cada cuidadores como esporádico.

Quem cuida de quem? Repensando as práticas familiares e a divisão do tempo/trabalho¹

Bárbara Maria Santos Caldeira
Claudia de Faria Barbosa
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Podem os desajustados serem outra coisa do que as supostas teorias procuram justificar, pessoas que não têm interesse nos interesses de outros.²
(BAIER, 1994, p. 29, tradução nossa)

Introdução

A instituição família tem sido lugar de investigação dentro das Ciências Sociais e Humanas e, a partir de um enfoque interdisciplinar,

-
- 1 Este artigo é parte de um projeto coletivo coordenado pelas Professoras Dras. Mary Garcia Castro e Ana Maria Almeida Carvalho e contou, ainda, com contribuições de Helaine Pereira Souza e Mellany Moreira Nascimento. Agradecemos as sugestões e as indicações bibliográficas que fomentaram e proporcionaram novos olhares para e sobre a economia do cuidar, ambas essenciais para a escritura deste texto: Dra. Dulce Galvão (Universidade de Coimbra, Portugal) e Dra. Marta Zabaleta (Middlesex University, Reino Unido). Especiais agradecimentos pelo levantamento bibliográfico realizado na *London School of Economics* pela estudante Júlia Thomaz, que possibilitou um acréscimo importante na abordagem historiográfica mais atual.
 - 2 May unfit people to be anything other than what its justifying theories suppose them to be, ones who have no interest in each others' interests.

ocupa dimensões instigantes e que dão abertura para novos olhares e novas abordagens. Não se trata de um novo objeto de estudo, mas de um fenômeno dentro de um ambiente híbrido e paradoxal, de intensas mudanças na contemporaneidade e que requer mais que recortes disciplinares. Tanto no uso de categorias relacionais como famílias (DONATI, 2008) e gênero (SCOTT, 1992, 1994, 2000) quanto na observação das dimensões da vida social (seja individual ou familiar) e histórica,³ proporciona campos de pesquisa e aprofundamento nas dicotomias entre as duas categorias, ressaltando uma hermenêutica do cotidiano. (DIAS, 1998)

O cruzamento de categorias contribui no sentido da multirreferencialidade e da sobreposição/associação de gênero, gerações, territórios, raça/etnia e classe.⁴ Tempo e divisão do trabalho de cuidar de crianças pequenas não são tarefas somente da contemporaneidade. A produção e a reprodução se matizam de forma naturalizada, mas, sobretudo nos últimos tempos, tem ocupado espaços e firmado novas fronteiras nas relações familiares e de gênero.⁵

3 Aqui vale a pena recuperar a seguinte citação: “Examinar gênero concretamente, contextualmente e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. Esta é ao mesmo tempo uma postura familiar e nova de pensar sobre a história. Pois questiona a confiabilidade de termos que foram tomados como auto-evidentes, historicizando-os. A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidades foram construídos.” (SCOTT, 1994, p. 19)

4 Outras são categorias abordadas em triangulação de dados. Ver o capítulo 8, deste livro, *O Imaginário sobre mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico de pais e mães de distintas inscrições socioeducacionais e gerações*, de Castro e Souza e *Gênero e família em mudança: uma revisão com foco em cuidado parental* de Carvalho e colaboradores no capítulo 1. Ademais, verificar também Macedo (2007).

5 Até os anos 80, poucos foram os trabalhos que refletiam as práticas mais igualitárias da vida privada, nomeadamente a inserção dos homens em uma participação efetiva e cotidiana dos cuidados de crianças pequenas. Já na década seguinte, as pesquisas enveredavam pouco sobre “modelos de masculinidade, problemas de conciliação entre vida familiar e vida profissional do ponto de vista dos homens.” (WALL; AMÂNCIO, 2007, p. 22) No que diz respeito à produção acadêmico-científica a partir dos anos 2000, ver as indicações feitas por Castro e Souza, neste livro, no capítulo 8 intitulado *O Imaginário sobre mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico de pais e mães de distintas inscrições socioeducacionais e gerações*.

Prover, cuidar e proteger são ações distintas, mas que demonstram a necessidade e o exercício para além do econômico como matriz da ética do cuidar⁶ nos primeiros anos de vida. Esse ambiente não somente está vinculado à formação do próprio indivíduo, mas espelha, ainda, de que maneiras as práticas familiares e sociais serão constituídas e fomentadas.

Espaço de sociabilidade e de formação de valores, o ambiente familiar pode sinalizar, paralelamente, mudanças macroestruturais vivenciadas e compartilhadas na atualidade, seja a conexão realizada entre gerações (avôs e avós que cuidam e proveem filhas(os) e netas(os)), sejam os serviços remunerados para suprir a atividade de cuidado diretamente realizada por parentes próximos e, de primeira instância, como mães e pais (nomeadamente babás, cozinheiras, empregadas domésticas, dentre outros), ou da ampliação novamente da concepção de família (permitindo a irmãs(os), tias(os), primas(os), etc. participarem do cuidar cotidiano).

Implica, sem dúvida alguma, a verificação da complexidade das tramas que se realizam no espaço familiar, mas identificam vínculos e conflitos, assinalam “limites diversificados que o articulam, que requerem ser definidos e individualizados, mas também tematizados nas suas interdependências.” (SARACENO; NALDINI, 2003, p. 17)

Neste sentido, o principal objetivo desse texto é analisar as relações entre trabalho/tempo produtivo, cuidados com as crianças e

6 Uma contribuição clássica para a concepção de ética, percebida e produzida socialmente, bem como a ideia de que fato e significados compõem a cultura de um determinado grupo e tempo foi indicada por Lévi-Strauss (1992). Entrementes, a assertiva também é confirmada no trabalho desenvolvido por Castro e Souza, neste livro, no capítulo 8 intitulado *O Imaginário sobre mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico de pais e mães de distintas inscrições socioeducacionais e gerações* a partir da abordagem sobre ética referenciada por Figueiredo (2009), também sendo complementares as razões de Boff (1999, p. 47) quando menciona que “cuidar de alguém é prestar-lhe atenção solícita e ter uma disposição de afetividade.” Vale conferir, ainda, as referências indicadas no capítulo mencionado anteriormente (*O Imaginário sobre mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico de pais e mães de distintas inscrições socioeducacionais e gerações*) sobre a questão da paternidade, demonstrando um enfrentamento prático e teórico das mudanças advindas na esfera familiar e das relações de gênero. (GUEDES; DAROS, 2009)

igualdade/desigualdade de gênero, em uma perspectiva diversificada e fundamentada em literatura interdisciplinar e pesquisa investigativa de um enfoque tipológico e centrado na premissa de que, apesar das mudanças nas estruturas familiares e de relações de gênero que aconteceram nas últimas décadas, as permanências e as nuances de um sistema simbólico e de representações sobre divisões sexuais – sobretudo quanto ao tema dos cuidados de filhos pequenos – ainda seguem mentalidades de longa duração, dando destaque às representações relativas às assimetrias de gênero, sobretudo à questão da participação masculina nessa abordagem relacional.

O uso do banco de dados – com 300 indivíduos em dois núcleos socioeconômicos distintos – obtido no Projeto de Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (CNPq Processo 402906/2008-0, 2008), cobre a primeira parte quantitativa no que diz respeito às questões da divisão temporal e de tipologia das atividades quando a referência é a primeira infância e a dedicação de mães e pais na prestação de cuidados.⁷

Para complementar, foram realizadas entrevistas com dez pais cuidadores-provedores,⁸ norteadas a partir das representações de di-

7 Parte inicial do projeto de pesquisa, através do piloto realizado com comunidade vulnerável de integrantes do Movimento sem Teto da Bahia, publicada como resultados parciais em Cavalcanti, Carvalho e Caldeira (2009).

8 Defendendo aqui o tripé conceitual cuidar (família e outros), prover (família) e proteger (papel do Estado, abrangendo segurança, legislação e efetivação). Abordagem teórica desenvolvida em Cavalcanti (2003). Além disso, deve-se acrescentar as contribuições trazidas pela pesquisa de campo que revelam, por exemplo, que “59,3% das respostas das mães sugerem que os pais seriam cuidadores complementares, distribuída tal indicação de maneira equilibrada entre os grupos geracionais, sem grandes diferenciações entre os estratos sociais. Já para 40,7% das informações coletadas junto às mães, indicariam que os pais estariam na condição de cuidadores esporádicos. Novamente, não há indícios de diferenças quando de mulheres de diferentes estratos etários e socioeducacionais. Observando as respostas dos pais, tem-se que eles se enquadrariam como cuidadores complementares (70%), sem que diferenciações segundo grupos geracionais ou estratos socioeducacionais sejam notadas.” (CASTRO; SOUZA, 2012, p. 294-295) no capítulo 8 *O Imaginário sobre mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico de pais e mães de distintas inscrições socioeducacionais e gerações*. Quando o tema é proteção integral da infância, vale conferir Araújo (2008) e Cavalcanti, Silva e Araújo (2010).

visão do trabalho entre adultos cuidadores – sejam pais, mães, avôs, avós, babás, tias etc. –, sobre o trabalho remunerado (prestadores de serviços com vínculos empregatícios) e trabalho doméstico (podendo, inclusive, ser realizado por pessoas que tenham vínculos de parentesco, conforme poderemos constatar na apresentação da pesquisa realizada) e a prestação de cuidados quando da primeira infância de filhas/os – sempre a cargo de adultos, sejam do sexo feminino ou masculino. (ÁVILA, 2007)

Nas representações apresentadas através da pesquisa de campo – e levando-se em consideração os papéis e as funções assinaladas pelas(os) entrevistadas(os) –, há que se referenciar e destacar o fato de que, dentre as atividades de cuidado listadas (cuidado/bem estar físico; atividades externas; educação/disciplina/valores e lazer/convivência), já se observa a frequência da realização por parte de ambos os progenitores, “independente dos estratos socioeducacional e dos grupos etários, segundo informações deles e delas”.

Neste sentido, uma das hipóteses encerradas no relatório final coaduna-se com a premissa de um universo híbrido e multirreferenciado, envolvendo aspectos da vida privada e doméstica, mas sem deixar escapar os embates da teoria e da prática cotidiana do viver em famílias e das relações de gênero.

Nota-se quanto a cuidados e tipo de provedor que não haveria uma correspondência entre representações e parâmetros ‘objetivos’. As representações dos entrevistados, independentemente do gênero, tendem a favorecer a ideia de compartilhamento, declarando que ambos cuidam das crianças pequenas, independentemente do tipo de atividade focalizada, e a contabilidade feita pela pesquisa, mais pautada por horas (caso de cuidados) e nível de renda (caso de tipo de provedor). Os entrevistados negariam a ideia de divisões sexuais quanto a cuidado e lugar no sustento da criança, e ambos, homens e mulheres, participam desse imaginário de equidade, quando de fato o que se evidência é a reprodução da mulher cuidadora e do pai pro-

vedor. Consciência não acompanharia ou seria equivalente à “realidade”, ou melhor, as representações de mães e pais seriam diferentes das representações dos pesquisadores, nossos argumentos de que o tempo gasto em cuidados e os diferenciais de rendimentos por sexo/gênero contribuem para perfilhar divisões sexuais. (CASTRO; SOUZA, 2012, p. 297)

Para além da conjugalidade, o viver no privado e no público muitas vezes esbarra nos conflitos ligados à parentalidade e ao recorte geracional, levando o passado e o tempo presente a dialogarem com os estereótipos e representações entre a modernidade e o contemporâneo:

As novas famílias produzem sintomas, sim, porém, relacionados à dívida enorme que possuem em relação a um modelo de família supostamente ideal e perfeito: a família da modernidade perdida (na realidade nunca encontrada, pois nunca existiu). E a sobrecarga dessa dívida impede que os adultos atuais, homens e mulheres, pais e mães, se autorizem e se encarreguem de acolher, criar e educar as crianças que lhes cabem, que são de sua responsabilidade, seja qual for a maneira pela qual elas foram atribuídas a eles, seja qual for a sua origem. A cultura atual nos obriga a uma dupla injunção impossível: proíbe-nos de ser e agir ‘como nossos pais’ e nos diz, contraditoriamente, que o ideal era sê-lo. (AMAZONAS; BRAGA, 2006, p. 189)

O exercício da parentalidade, alocado nas relações conjugais, extrapola o cuidar limitado às figuras paternas e maternas, a exemplo do aumento da participação das avós cuidadoras que não deixam de apresentar sentimentos ambivalentes em relação à ética do cuidar: por um lado, sentem-se sobrecarregadas ao se encontrarem na obrigação que a organização social da família de pós-patriarcado lhes impõe; do outro, o cuidar revigora e lhes concede uma nova força e

perspectiva para cotidiano, como apontam pesquisas. (DIAS; COSTA; RANGEL, 2005)

A cultura e a divisão do cuidar: paradoxos e tradições

Em tempos em que o relógio anda mais rápido do que as atividades, deslocamentos são necessários e a divisão das atividades do cuidar não se restringe mais aos adultos imediatamente vinculados, ou seja, familiares diretos, especialmente quando a temática gira em torno de crianças e idosos (DOWBOR, 2003); neste sentido, há que se pensar: quem cuida de quem? O tempo do cuidado é mais do que simplesmente prover, avançando para as esferas do proteger e criar as primeiras abordagens da socialização.

Dentro do que se convencionou chamar de nova cultura parental⁹ (RELVAS; ALARCÃO, 2007) ou divisão do trabalho/tempo para o cuidado, podemos ainda verificar representações cujas permanências históricas são reveladas e refletidas, e o convívio com novas formas de relacionar também conjuntamente compõem o cotidiano de adultos cuidadores e infantes/idosos cuidados.¹⁰

Entre perfis e modelos elaborados e consolidados ao longo dos tempos, a contemporaneidade traz mais que desafios entre as relações doméstico-familiares, afetividades e tempos dedicados. Deste modo, a construção da maternidade e da paternidade, em casos de crianças na primeira infância, foi alvo de investigação dentro do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, dando caráter interdisciplinar e promovendo diálogos entre produções científicas e pesquisas empíricas realizadas na cidade de Salvador.

9 Também podemos assinalar que existem novas configurações ou novos tipos de famílias. (CANIÇO et al., 2010) quando afirmam que as famílias mantêm critérios constantes pela aliança (formas de relacionamento e relação que incluem afinidades e conjugualidades) e pela filiação (projetando de modo vertical a descendência e a continuidade). Para complementar ver Aboim (2006).

10 Conferir, ainda, obras que complementam a discussão: Portugal (2006), Salles (1994), Silva e Smart (1999).

Tendo como premissa elaborar uma reflexão multidisciplinar sobre paternidade e maternidade, acessando debates sobre gênero e sentidos de feminilidade e masculinidade no contexto contemporâneo, sobre o processo de reconstrução da figura paterna, tal como se reflete na vida cotidiana da família, pensada como agente primário de cuidado, de socialização e de aculturação, de preservação ou de transformação de valores, de relações e de lugares sociais e também de contradições e violências, neste texto trataremos um recorte mais específico sobre a ética do cuidar.

De caráter exploratório e bibliográfico em sua primeira etapa, a elaboração deste texto também conta com a análise da base de dados gerados através da pesquisa de campo realizada em Salvador com 150 famílias, dando destaque aos eixos temáticos trabalho e relações de gênero.

Para aproximações com o macroprojeto, tomamos as questões geradoras como referencial. Sejam questões mais amplas até as mais específicas sobre divisão de tempo/ética do cuidar, estão elencadas como princípios do roteiro aplicado. Como são os pais e mães de hoje na concretude da vida cotidiana? Como se dão as relações sociais ao nível do grupo familiar, considerando a tríade mãe, pai e filhos? Quais modelos - novos? - oferecem para os filhos(as), e que caminhos se pode supor que descortinarão para essa geração futura? Em que medida vêm sendo desestabilizadas categorias como a divisão sexual do trabalho e do poder entre os grupos familiares?

Repercussões metodológicas: vivências cotidianas e práticas familiares

Para Bourdieu (1972), a teoria da prática insiste na dialética entre práticas e valores que são constantemente reconstruídos. Nesse sentido, ao analisar a esfera privada, encontra-se um cenário conjugal e familiar permeado por desigualdades, em coerência com vários estudos sobre a realidade. Devreux (2006, p. 26), em pesquisa sobre

“a paternidade na França: entre a igualização dos direitos parentais e lutas ligadas às relações sociais de sexo”, demonstra que a redefinição dos direitos dos pais e das mães se desenvolveu em um contexto ideológico em que a noção de ética do cuidado (HELD, 2006) teve um papel importante, como em outras sociedades europeias.

Entretanto, o estudo das práticas masculinas na vida doméstica e da efetiva responsabilidade por filhas e filhos mostra um descompasso entre a ideia de que os pais teriam mudado a realidade da divisão sexual do trabalho na família. (SOARES, 2008; WALL; GUERREIRO, 2005; CUTSEM, 2001) Devreux (2006) interroga sobre o que está em jogo no combate entre os homens-pais, se o caráter reversível e intermitente do engajamento deles na parentalidade ou a prioridade que eles conferem à carreira profissional.

A autora conclui que os homens continuam a escolher em que momento e em quais condições eles se ocupam com suas crianças, assumindo, de fato, parcialmente, suas responsabilidades parentais diante do conjunto da sociedade e demandando a ela reconhecimento de prerrogativas iguais às das mulheres que não fazem escolhas: quaisquer que sejam as condições, o cuidado com as crianças lhes incumbe, tenham elas ou não, outros campos de atividade.

Por outro lado, O’Brien (2005) acredita que, de agora em diante, os pais britânicos deverão ser mais acessíveis e carinhosos. Eles estão cada vez mais autoconscientes sobre os conflitos e malabarismos que precisam fazer para cuidar dos filhos e ter um emprego. A autora explora a possibilidade de os pais estarem mais incorporados às atividades de cuidar da família, com a contribuição de políticas voltadas para a paternidade. O estudo mostra que os pais estão utilizando mais tempo com seus filhos, embora ainda em um nível inferior às mães. A partir dessa assertiva, organiza um relatório onde fornece uma base de dados para examinar em que medida os pais podem ser incorporados nas tarefas de cuidar da família e do emprego, com a reconciliação de políticas.

Neste sentido, despertar nos homens o interesse pela utilização da licença parental e pelas práticas de trabalho flexíveis aumenta a possibilidade de eles estarem disponíveis e envolvidos diretamente com seus filhos. No âmbito social, a inclusão do pai na família demonstra consciência e aceitação de que acolheram suas crianças com responsabilidades relacionadas, além de manterem seu papel de provedor. No entanto, indica que os problemas permanecem, especialmente em relação à conciliação entre família e trabalho. A maioria das mães deseja que os pais sejam mais envolvidos na educação dos filhos, todos os dias, mas a transição precisa de mais partilha, por reconhecer o que é diferente entre os sexos (parto e amamentação), e as atuais desigualdades de remuneração.¹¹

Isso pode ser observado na abordagem quantitativa, em que cerca de 80% das mulheres questionadas assumem o papel de cuidadoras exclusivas (mais de sete horas de atenção e prestação de cuidados).

No Quadro 1, é possível identificar dados que comprovam essa dicotomia entre tempo e trabalho remunerado. Quando perguntados sobre sustento/provisão, 29% dos entrevistados respondem que é responsabilidade paterna e 71% que ambos assumem. Entretanto, é necessário destacar que no recorte utilizado para esta pesquisa não foram consideradas mulheres chefes de família, por conta da seleção de casais que estivessem vivendo maritalmente e com filhos. Inúmeros trabalhos para a realidade brasileira revelam dados específicos para casos de chefia feminina e exclusiva. (HIRATA; KERGOËT, 2007)

11 Vale uma aproximação com o trabalho desenvolvido por Saffioti (2004) sobre patriarcado e capitalismo, reforçando a noção de contrato social sexual e que as permanências são vistas como processos realmente de longa duração. Outras contribuições podem ser extraídas de Castro e Lavinás (1992). Para informações complementares ver Delphy (2009), socióloga francesa, que vem retratando as dicotomias entre gênero/patriarcado e capitalismo. (ARRUZZA, 2010)

Quadro1 - Distribuição do tempo para o Cuidar

Tempo de cuidados	Mulheres	Homens	Mães	Pais	Avós	Avôs	Outras cuidadoras femininas
Até 2 horas	131	139	12	99	64	18	7
De 3 a 6 horas	156	172	59	159	33	6	30
De 7 a 10 horas	142	37	57	37	26	-	46
Acima de 10h	240	5	172	5	15	-	40

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Foram apresentadas as seguintes questões norteadoras relativas à responsabilidade principal: 1. Sustento; 2. Cuidados e bem-estar físico; 3. Educação e disciplina e 4. Convivência e lazer. No que se refere à divisão de cuidados, 85,7% ressaltam a responsabilidade de ambos. Quanto à educação, disciplina e valores, encontramos o mesmo resultado (95,3%). Para o quarto aspecto, 99% consideram que ambos são responsáveis. Entretanto, prover-se é uma responsabilidade de ambos, com percentual de 71%, e, com isso, retomamos o questionamento inicial da investigação: quem cuida de quem?

De acordo com a tabela anterior, as prestações de cuidados acima de sete horas para crianças pequenas tem uma concentração quantitativa nas atividades domésticas e remuneradas das mulheres, sejam mães ou aquelas que possuem vínculos afetivos ou empregatícios. Destaca-se a relação tempo-cuidado mais equitativa para o período de até 6 horas, há um acréscimo significativo dos cuidados femininos e um decréscimo da atenção masculina, além do desaparecimento do avô como cuidador quando do aumento da carga horária. Ademais, há uma maior participação de cuidadoras femininas remuneradas (babás, cozinheiras, empregadas domésticas, etc.), saltando de sete para duas e chegando ao número de 40, que dedicam atenção por mais de 10 horas.

Na distribuição de atividades nos dias de semana e dias úteis, a participação dos pais chega a 54% no período de três a seis horas

diárias, enquanto que, para as mães, a atenção dirigida para mais de 10 horas chega a 51,3%. Nos períodos de final de semana, feriados e/ou férias há uma relativa constância da participação paterna no cuidado dos filhos menores: 32,7% de sete a 10 horas e 38% para mais de 10 horas diárias. No caso materno, pula-se de 12,7% para 82%, respectivamente. A análise possível é que para os cuidados diários há um predomínio mais equitativo de ambos os sexos. Quando a jornada de trabalho doméstico tem carga superior a sete horas, incluindo finais de semana, feriados ou férias, detecta-se uma permanência histórica: o domínio feminino no espaço privado. Na parte quantitativa, ao questionar aos pais sobre o período de licença paternidade que usufruíram, os resultados foram os seguintes:

Quadro 2 - Período de licença a paternidade

Período Utilizado	Nº de pais
Utilizou 1 semana/ o previsto por lei	78
Não teve/não parou de trabalhar	39
Autônomo (não tem licença prevista por lei)	17
Estava desempregado	1
Utilizou mais de uma semana/mais do que o previsto em lei (emendou férias)	6
Não trabalhava/aposentado	1
Não respondeu	1

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Percebe-se, nesse sentido, que medidas para promover a igualdade entre homens e mulheres na vida educacional e profissional devem ir de mãos dadas com as escolhas e os caminhos compartilhados. A simples abordagem da igualdade de direitos é demasiado simplista, podendo ser incorporada uma abordagem colaborativa para incluir mulheres/mães e homens/pais em iniciativas que visam o equilíbrio entre vida profissional e familiar, para se alcançar um equilíbrio sustentável, tal como reconhecido em muitos países nórdicos. Um bom exemplo é incorporar a ideia de que as futuras

inovações legais, como uma cota-pai, precisam ser desenvolvidas □ como a ampliação da licença parental, não subtraída da licença maternidade e em conformidade com as regras de reprodução do capital, reconhecendo as necessidades dos empregadores no processo. O que revela a influência do paradoxo da modernidade também está presente na ética do cuidar. Em suma, o desenvolvimento de políticas poderia se concentrar em uma série de áreas-chave que buscasse flexibilidade de paternidade para assegurar que haja provisão financeira adequada para as famílias, impulsionando maior promoção de igualdade de gênero.

Cruzando investigações: referências para um universo familiar híbrido

Segundo O'brien (2005), o ideal do pai cuidador já está culturalmente incorporado no Reino Unido e regula percepções do bom pai. Existem limites para o grau de convergência entre homens e mulheres que ocorre na realidade; a causa comum para os pais e a sociedade em geral é a preocupação com o bem-estar das crianças e o gerenciamento de equidade de gênero precisa de sensibilidade para com o bem-estar e compreensão dos diferentes atores envolvidos.

Diversas já foram as pesquisas mencionadas sobre divisão sexual, gênero e relações do cuidado. Para o caso europeu, por exemplo, o *survey* de Anália Torres - intitulado *Trabalho, família, igualdade de gênero e políticas sociais: transformações europeias numa perspectiva comparada* (TORRES, 2008) - aponta para quatro dimensões essenciais para explicar a cultura e a práxis nas relações familiares em um contexto de cuidado com crianças pequenas. Recomenda a autora, em seu relatório final, que uma multirreferencialidade seja relevante quando se sobrepõem as quatro: conjugalidade, parentalidade, trabalho e divisão das tarefas domésticas.

Para o caso português, várias são as referências no que se toca às investigações de recorte macroestrutural e que podem reforçar paradoxos, conflitos e adaptações ao viver e cuidar na contemporaneidade. (ALMEIDA, 2003; AMÂNCIO, 2007)

Em consonância, também se pode assinalar que, na construção das práticas familiares, as redes de apoio “podem muito bem incluir pais e mães, padrastos e madrastas, filhos, amigos próximos, casais do mesmo sexo, ex-parceiros ou ex-genros e ex-noras. Há um maior reconhecimento da diversidade de estruturas e modelos familiares.” Entrementes, as novas configurações não se afastam de todo da abordagem permanente sobre a formação de unidades familiares: “a ideia de família tradicional tem uma enorme ressonância cultural [...] é um ideal que está enraizado nas nossas aspirações e representações, assim como na realidade cotidiana.” (WILLIAMS, 2001, p. 11)

Na dinâmica familiar e social do tempo presente, há que se observar a frequência com que se acionam as redes de apoio – seja através de agentes parentais ou de amigos, ademais de cuidadores de conveniência e remunerados, ampliando a ética do cuidar e exigindo circulação, capital, trabalho e relações para além do âmbito consanguíneo. As bases dessas relações, em geral, dão-se a partir da proximidade, confiança/confiança, partilha e mutualidade (especialmente quando se pensa na atenção relacionada aos sujeitos não produtivos da unidade doméstica, como as crianças e os idosos).

Destarte, representações culturais e exigências econômicas interferem na constituição e na organização das práticas do cuidado. São elementos que compõem um mapeamento diversificado e multirreferencial da divisão de tempo e trabalho, ressaltando que as práticas familiares são fluidas e respondem a um determinado momento histórico e de dinâmica interna, além de espaços de afluência e confluência de mudanças. (GIDDENS, 1993; PETRINI, 2003)

Tempos comuns, tempos coletivos? Gênero, família e representações

Dentre as representações qualitativas extraídas tanto da coleta de dados, diretamente a partir do roteiro realizado quanto nas entrevistas a partir das três questões geradoras, é possível perceber as nuances de um conflito que indica a necessidade de abordagem de gênero e da família como categorias relacionais. (DONATI, 2008; SCOTT, 1992) Para uma aproximação com a construção das relações de gênero, observa-se que o desempenho nas atividades internas e externas configuram-se tendo como premissa um importante peso diferenciador entre percepções, uma vez que ainda hoje homens e mulheres desempenham diferentes papéis no seio da vida conjugal e familiar. (KAUFMANN, 1993; SINGLY, 2000; TORRES, 2004a, b)

Nas vozes masculinas, as representações sobre as questões geradoras são fundamentais, demonstrando que, entre o ser e o fazer e entre o prover e o cuidar, as distâncias ainda revelam assimetrias de gênero, apesar das eventuais inserções do homem no papel de cuidador. Os conflitos entre as atividades externas e o tempo dedicado ao trabalho doméstico e ao cuidar de crianças pequenas ainda têm caráter fortemente marcado por ser exercido por mulheres. Os dados da coleta de campo confirmam esta assertiva, ao mencionar a ocupação e o tipo de atividade desempenhadas pelos homens, como por exemplo a convivência e o lazer.

As transformações e as incertezas da vida no Tempo Presente¹² caracterizam-se por um processo onde a vida do indivíduo e dos familiares atravessa mais do que projetos comuns e rotineiros de seleção de parceiros: efetivação do relacionamento (seja civil ou religio-

12 Expressão adotada pela área da historiografia - História do Tempo Presente com o objetivo de estabelecer as continuidades e as rupturas nas relações temporais e espaciais, sobretudo principalmente se considerarmos o árduo devir interdisciplinar que vivenciamos. O Tempo Presente então passa a ser estudado como investiga um “tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua.” (ROUSSO, 2009, p. 202)

samente), momento de iniciar descendência, organização e divisão (igual ou desigual) do trabalho doméstico e do remunerado, além das subjetividades e expectativas para o futuro. Tudo isso, respaldando aspectos da construção de biografias pessoal e familiar, concomitantemente, “ampliou tanto as possibilidades de que dispõem para o fazerem como as incertezas que acompanham as escolhas.” (ABOIM, 2006, p. 17)

Quando nossa filha está em casa, alguém deve assumir a responsabilidade... Posso perfeitamente assumir a coordenação das atividades de cuidado dela, além disso a divisão de ações integra também o projeto de vida e de relacionamento que pretendemos. Se minha esposa tem que trabalhar - especialmente em viagens longas - não sou o responsável somente como “pai de final de semana”. Todas as atenções e cuidados são feitos para tentar cuidar e educar nossa filha. (ACS, 42 anos, casado, ensino superior, uma filha, divide atividades com esposa)

Seja em uma divisão mais equitativa, seja em uma rotina quase que de exclusividade feminina,¹³ as práticas e as experiências diárias indicam mais do que cumprimento de carga horária e tempo cronometrado. Podem, concomitantemente, apontar para um projeto de vida comum e de compartilhamento apreendido também ao mesmo tempo em que vai sendo experimentado.

Por esta assertiva, podemos, novamente, aproximarmo-nos da abordagem de Scott (1994), quando assinala que gênero não é só uma

13 Por incluir atividades como o parto e a amamentação, atribuições femininas presentes nos anos iniciais da vida da criança. Ademais, são respaldados por agendas políticas e marcos legais que garantem, na maior parte dos países ocidentais, licença maternidade/paternidade e definem que os custos sociais para os cuidados da primeira infância são pautas de políticas públicas. No caso específico das licenças - diferenciadas por tempo ou - de acordo com países de Índice de Desenvolvimento Humanos mais elevado - sendo facultada aos progenitores a escolha de quem será o beneficiário da licença, independentemente de ser pai ou mãe, como acontece nos países nórdicos europeus. Apesar de não ser o foco deste texto, pode-se mencionar uma leitura interdisciplinar, com recortes na Antropologia e Direito, e que traz conotações sobre marco legal, legislação e paternidade/filiação (PINA CABRAL, 2003; CARNEIRO, 2008)

categoria e uma opção epistemológica, mas, sobretudo, e através da contribuição de tal categoria e da historiografia produzida, é preciso historicizar a própria expressão,

ênfatar os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são construídos, a instabilidade e maleabilidade das categorias 'ulheres' e 'homens', e os modos pelos quais essas categorias se articulam em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento. (SCOTT, 1994, p. 25-26)

As novas práticas familiares são configuradas para além de uma marcação de tempo, mas, sobretudo, porque evidenciam afetividade e aproximação pelas relações criadas com os(as) cuidadores(as) adultos(as). Por isso, na divisão de papéis e funções, quando há revezamento e trocas também pode favorecer uma ética do cuidar e formas de viver bem distintas das normatizadas. Mudanças, rupturas e consensos são buscados com frequência, relativizando tempos de produção/reprodução e trabalho remunerado e trabalho doméstico, não mais restritos exclusivamente ao sexo feminino, mas, especialmente, ao processo de tentar equacionar carreira/trabalho e vida/convívio familiar.

Na questão da higiene, nos dividíamos para a troca de fraldas, aliás, acredito que eu tenha trocado mais fraldas. Já para o banho, para a primeira filha, por exemplo, só me aventurei mais próximo dela completar um ano (eu e minha mulher tínhamos medo de que eu deixasse entrar água no ouvido). Depois eu fiquei responsável por essa tarefa (pela manhã e a noite) para os dois. Quando os dois estavam em casa - enquanto eu dava banho, minha mulher preparava algum alimento. Assim também foi com as idas aos médicos: até 1 ano de idade do primeiro filho, minha mulher estava mais presente; em compensação, eu fiquei responsável por todas as vacinas dos dois. Depois seguíamos uma divisão de horários, mas fazíamos de tudo para ir juntos. Na medicação a gente se revezava

ela durante o dia e eu pela noite [...] (SAC, 66 anos, viúvo, comerciante, ensino médio completo, dois filhos, dividiu atividades com esposa)

Entre dez dos entrevistados, oito evidenciam em suas próprias falas um distanciamento da divisão tradicional – homem provedor e mulher cuidadora, mas reincidentem nas clivagens de gênero e na desigualdade de papéis. Entre o pai de final de semana e a super mãe – aquela que cumpre trabalho remunerado externo e jornada doméstica –, existe uma maior cumplicidade quando o tema gera interfaces entre as categorias parentalidade, conjugalidade e filiação.

A força da tradição está presente, conforme mencionado anteriormente, a partir dos dados quantitativos, mas já se conjugam também novas formas de divisão e cuidado – incipientes, é verdade –, mas já assinalando tempos e ações distintas nessas últimas décadas. Mesmo que os homens estejam compartilhando as prestações do cuidado em maior expressão, talvez o mais relevante seja a forma como assumem tal responsabilidade – no que se refere ao prover, cuidar, educar e propiciar atividades de convivência e lazer. Isso pode ser revelado nas seguintes representações:

Apesar de tentar dividir as tarefas, sempre acabava me sentindo culpado, por não ter muito tempo para dedicar aos meus filhos. Entre o cansaço de retornar de um dia inteiro fora de casa e a atenção que eles exigem, muitas vezes, acabo delegando à mãe o cuidado das crianças. Ou quando não é possível, utilizo a reserva: a babá. (JMS, 32 anos, casado, comerciante, ensino fundamental, dois filhos, divide com esposa e babá)

Ademais, a divisão que se cria, não pelas assimetrias de gênero, mas, sobretudo, pela dicotomia entre trabalho remunerado e trabalho doméstico, também é alvo da atenção, perfazendo interlocuções entre visões interdisciplinares do processo: desde a economia até a questão das subjetividades; da dedicação maior estar atrelada ainda ao externo, sobrando pouco tempo para uma maior disponibilidade

para a família. Neste sentido, entre o fetiche do capital e a construção de identidades individuais e coletivas, o trabalho e o tempo produtivo são voltados para “integração e coesão social, satisfação, realização pessoal e de sentimento de autonomia individual.” (TORRES et al, 2004a, p. 27)

Em outra passagem, é possível a aproximação das atividades através da divisão. Um elemento pertinente a esta fala do pai cuidador está diretamente relacionada com as práticas do cuidar mais minuciosas, realizadas no cotidiano familiar, mas também já inclui nessa rotina a inclusão de um elemento externo relevante quando da formação e do cuidado de crianças pequeninas (ALMEIDA, 2009): a escola como espaço socializador e também responsável pelo cuidado e atenção.

As atividades sempre foram divididas entre os dois (eu e minha mulher, a mãe dos meus dois filhos). Quando me lembro das práticas familiares, a memória me parece bem viva: desde a alimentação até o lazer, tudo era dividido. Por exemplo, me lembro perfeitamente que o preparo de alguns alimentos se dava da seguinte forma: a mãe preparava o mingau (eu tentei várias vezes, mas sempre ficava cru) e sopas e eu ficava responsável pelos sucos de frutas e vitaminas. À medida que eles foram crescendo, os cuidados foram mudando – quando começaram a ir à escolinha, na faixa de 2 anos, minha esposa preparava os lanches em casa para não comerem nada muito industrializado, mas quem preparava a lancheira pela manhã e quem comprava as frutas fresquinhas era eu. No geral, a mãe conhecia mais os gostos deles e eu aos poucos ia memorizando ou fazia algumas listas. Aí passei a levar os dois ao mercado (eu sempre fiz o mercado) e lá ia aprendendo o que cada um gostava [...]. (SAC, 66 anos, viúvo, comerciante, ensino médio completo, dois filhos, dividiu atividades com esposa)

A referir apenas que, conjuntamente com percepções mais atenuadas da vida em casal, os homens tendencialmente referem menos reconstruções identitárias com o casamento, talvez pelo seu processo identitário ser mais independente da família e mais dependente do campo profissional, enquanto que, no caso da mulher, a sua constru-

ção identitária e o seu percurso pessoal é marcadamente definido por sua trajetória familiar. (GIDDENS, 1993)

Trabalho doméstico e cuidados: ainda interrogações

Criar espaços de interface entre tempo produtivo e reprodutivo, desenvolvimento pessoal e profissional e atenção e cuidados às crianças pequenas tem sido alvo de inúmeras investigações e questionamentos. No entanto, ainda sem uma agenda pública efetiva, os exemplos são de divisão do trabalho doméstico existente, mas ainda sobrecarregando as mulheres no papel de cuidadoras. Apesar de já se delinearem certas alterações e maior preocupação na realização de um projeto comum quando a temática é filiação, mesmo assim a naturalização do papel materno é sentida.

Sejam espontâneas e conscientes, sejam simplesmente para reforçar a rede cuidadora, mulheres e homens adultos firmam-se como responsáveis. Entretanto, quando as interfaces são do prover, cuidar e proteger – neste último caso, mais dedicado à esfera pública –, as nuances das práticas familiares ainda demonstram permanências históricas.

Na partilha do cuidar infantil, em geral, temos cerca de três indivíduos responsabilizados pelas tarefas de atenção básica – conforme focalizado no Projeto – e lazer; mas, quando o tempo dedicado é elevado, maior a concentração de mulheres adultas cuidadoras e compartilhando uma ética do cuidar – configurando uma relação de poder (RIBEIRO, 2004), portanto, a manifesta relação paradoxal entre os agentes produtores na concepção de seu próprio devir histórico.

O trabalho é a via fundamental para a superação da pobreza, para a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento dos países. Mas não é qualquer trabalho, mas sim um Trabalho Decente, isto é, um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, livre de quaisquer formas

de discriminação e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009, p. 2)

No entanto, nas práticas familiares e especialmente quando a temática é a ética do cuidar, ainda são necessárias reflexão e agenda políticas mais específicas, levando-se em consideração os pilares básicos do que a comunidade internacional já convencionou chamar de trabalho decente, ou melhor, tempo produtivo e reprodutivo, sendo colocados com os mesmos valores sociais. São eles: os princípios e os direitos fundamentais no trabalho (destacando-se, para este texto, a noção de trabalho doméstico) e a criação de mais e melhores empregos para homens e mulheres – ou, pelo menos, que a promoção de igualdade e justiça sociais esteja mais presente e efetivada; a extensão da proteção social e o diálogo social.

Nesse sentido, por exemplo, os dois últimos elementos deveriam encontrar uma possível conciliação entre família e trabalho, convergindo para uma redução dos conflitos ou dos conflitos de escolha, os chamados *trade-offs*, citados por Lavinias e Nicoll (2006), que prejudicam a economia do cuidar e fortalecem os conflitos de gênero internos e externos que geralmente reduzem os papéis femininos e masculinos. Ou seja, a alienação, entendida como uma desorientação com respeito ao objeto de análise, conduz à consolidação determinante das regras do livre mercado nos ditames do cuidar.

Compartilhar significa realmente ter perspectivas comuns, especialmente no tocante à educação e às escolhas feitas nessa primeira fase da socialização de nossa filha. Não existe uma interferência externa, mas sim uma decisão importante de vida e de projeto comum. [...] A educação e as atividades de entretenimento são realizadas, na medida do possível, por ambos: seja contar histórias, introduzir jogos e desafios, ou ir levar e buscar na escola. Como a mãe tem trabalho que exige viagens, minha presença é permanente e, em alguns períodos, de grande dedicação, já que não temos fa-

mília próxima ou cuidadores remunerados. (ACS, 42 anos, casado, ensino superior, uma filha, divide atividades com esposa).

Nessa última expressão do cuidado através da exposição de um homem/pai cuidador, ressalta-se a ideia de projeto de vida, da noção de que ter filhos representa assumir responsabilidades, mas que, sobremaneira, é visto como resultado de uma vinculação definitiva e de longo prazo.

Ter filhos é visto como um passo sem volta no curso de vida, passo que dá rumo. Portanto, o pressuposto de ter filhos está ligado à ideia de projeto, o qual passaria a ter que considerar não só a ele mesmo, indivíduo, mas a outras pessoas que dele venham a depender. (OLIVEIRA, 2007, p. 228)

Entre a historiografia e as falas dos depoentes, aparecem incertezas e nuances de algo que ultrapassa a ideia simplista de que cuidar é somente estar atento ao bem estar físico, mas, consoante à citação acima, configura-se pelos matizes de um projeto bem mais amplo e contraditório, não mais pertencendo somente ao âmbito individual e pessoal, mas da própria experiência do ser social e do viver em grupo.

Ser pai é um constante conflito diário, revelando mais do que cuidados físicos, mas uma preocupação com a felicidade, com futuro - em outras palavras, o nosso compromisso com o devir histórico. Ser o super herói de uma menininha também não é fácil e as atribuições externas, a responsabilidade de não estar somente a “cumprir” um papel, é mais forte e demanda não só dedicação e carinho constantes, mas decisões que transcendem os pilares fundamentais deste ser que está em constante formação (ACS, 42 anos, casado, ensino superior, uma filha, divide atividades com esposa).

Para as atividades da semana, contamos com as avós nos finais de tarde e início da noite. Deste modo, alimentação, banho e cuidado de higiene são feitos por parentes e não por nós dois. Já nos finais de semana, a missão é dividida com frequência. [...] Gosto de, nos

finais de semana, levar para parques e visitar amigos com meus filhos. Assim também é possível deixar espaços para realização de outras atividades domésticas pela minha mulher (MS, 28 anos, casado pela segunda vez, ensino superior incompleto, dois filhos, divide atividades com esposa e avós).

Para além de uma percepção simplificadora, observa-se que alguns grupos sociais podem valorizar “o conceito de família como estando ancorada nas atividades domésticas do dia a dia e nas redes de ajuda mútua.” (FONSECA, 2005, p. 59)

Por esta justa razão, faz-se proeminente verificar de que maneira se dão esses modos de vida, essas experiências diárias e cotidianas de divisão de trabalho e tempo, especialmente quando mais que conjugalidades são as práticas familiares que desenharam as configurações da família no tempo presente.

Dividíamos os horários de acordo com nossos trabalhos. Como ela era professora, quando a primeira filha foi para a escola, a gente se organizava assim: ela ensinava pela manhã e noite e ficava à tarde com a criança. A noite era minha vez: chegava a casa no final da tarde e fazia todas as atividades noturnas: banho, alimentação, ninava, colocava para dormir. Nunca pedimos ajuda a nenhum familiar, o máximo que acontecia era minha mãe ficar algumas horas até um dos dois retornar. Tivemos babá, mas elas nunca ficaram sozinhas com as crianças. (SAC, 66 anos, viúvo, comerciante, ensino médio completo, dois filhos, dividiu atividades com esposa).

Devido à ausência de familiares, por morarem em cidades distantes, nosso filho contou sempre conosco para tudo, com exceção de quando estávamos trabalhando ele ficava com uma cuidadora, nem sempre como gostaríamos que fosse [...]. Por perceber que em nossa ausência não era atendido da melhor forma, ele sempre se apegou muito a nós e a nossos cuidados. Eu, particularmente, nunca tive problemas para atender às necessidades do bebê, dentro das minhas possibilidades sempre fiz o que precisava com muita disposição, sem divisões de tarefas prévias. Sempre participei: cólicas, dores de ouvido, vacinas, médico, cuidados pessoais: banhos, fraldas, mamadeiras... À medida que crescia: passeios, brincadeiras,

“bagunças”[...] (JBF, 51 anos, casado, ensino superior incompleto, comerciante, um filho).

Poucos são os casos relatados de dedicação exclusiva ou quase exclusiva masculina, mas a vertente da naturalização do cuidado feminino é inerente aos dados quantitativos. As cuidadoras adultas – seja por parentesco ou vinculação remunerada – são a confirmação de uma espécie de permanência histórica. A participação masculina faz-se presente sem dúvida, mas a rede de cuidadoras é bastante ampliada e, independentemente do núcleo socioeconômico e da flexibilização do trabalho remunerado, isso não impede a criação de redes de apoio – seja através de parentes próximos ou de empregadas(os) remunerados para as atividades do cuidar, prover e proteger.

Algumas divergências aparecem entre os dados coletados quantitativamente e aqueles obtidos a partir de entrevistas mais diretivas. Este é um exemplo da participação de outras cuidadoras femininas (CAVALCANTI, 2007, 2011), sendo algumas atividades pontualmente vinculadas à natureza das mulheres que circundam os cuidados da infância. (CARVALHO et al., 2008)

Mãe e babá se dividem entre fazer e dar a comida do almoço e do jantar, sempre sentado no cadeirão, assistindo vídeo. Nunca é forçado e o bebê come aquilo que lhe é oferecido, da sua forma. Nunca obrigado. O pai e a mãe se revezam no preparo do mingau da manhã e da noite, de forma bastante natural e tranquila. Fazemos o mingau e tomamos em meio a diversão e carinhos. [...] Mãe e babá se revezam nos banhos, escovação de dentes. No fim de semana, estou sempre presente, trocando fraldas e tomando banho com o bebê. A mãe coloca sempre o bebê para dormir. (CC, 28 anos, casado, ensino superior completo, advogado, uma filha).

No meu caso que trabalho viajando toda semana, a maior parte das atividades foi de responsabilidade da mãe da criança. Quando eu estava na cidade, era dividida com os avós maternos quando o pai e a mãe estavam em atividades profissionais. (LV, 35 anos, casado, ensino superior completo, economista, dois filhos).

Considero que algumas atividades têm sim aspecto de obrigação, mas sempre faço com todo prazer, pois as considero importantes para a socialização do meu filho, bem como aproveito para ensinar e passar meus valores para ele, cabe a ele no futuro mantê-los ou não. (AR, 33 anos, casado, ensino superior completo, engenheiro de produção, um filho, divide atividades com esposa e babá).

Ainda para completar a noção de que o cuidado é parte natural e óbvia ao sexo feminino, a divisão do trabalho revela a força das tradições e de modelos de representação de longa duração que são acentuados no moderno sistema produtor de mercadorias.

Na passagem a seguir, reforça-se a entrada do pai como relevante, mas que o maior encargo está reservado às mulheres. Tal fato também foi observado na parte quantitativa, no que se refere à participação no cuidado quando a exigência é para poucas horas.

Como eu e a mãe trabalhamos, durante a semana ele passa o dia na casa da avó e a mãe o pega no fim do dia. E durante a noite e fins de semana nós cuidamos dele. Óbvio que a mãe cuida de mais detalhes, mas trato de ajudar e dividir nas tarefas domésticas. (ER, 31 anos, casado, ensino superior incompleto, gerente comercial, dois filhos, dividindo com esposa e avó).

Tempo de partilhar, sobretudo no caso de homens/pais que trabalham fora do ambiente doméstico, é fator de tensões e reproduções de papéis sociais pré-estabelecidos.

A mãe e a babá cuidam do bebê e da casa, enquanto eu trabalho fora. Nos fins de semana revezamos para cuidar e brincar com o bebê. (CC, 28 anos, casado, ensino superior completo, advogado, uma filha).

Sempre procuro estar por dentro de todas as atividades que são relacionadas ao meu filho, já que na maioria das vezes não consigo realizar por completo por motivo de trabalho, sempre dou palpites, nunca deixo de lado, mesmo sabendo que a mãe sempre está mais por perto que eu, nem por isso considero que está tudo bem. Temos

uma pessoa que ajuda a cuidar do nosso pequeno, uma babá que cuida dele desde quando estava na barriga com cinco meses (AR, 33 anos, casado, ensino superior completo, engenheiro de produção, um filho, divide atividades com esposa e babá).

Seguindo os dados levantados através das aproximações com 300 pessoas que realizaram a primeira etapa da pesquisa de campo, é possível indicar algumas permanências e rupturas frente ao atual estágio vivido nas práticas cotidianas do cuidar.

Apesar desse quadro, concomitantemente, pode-se assinalar que o senso comum ainda vê o trabalho remunerado feminino como uma atividade auxiliar e secundária ao provimento advindo do marido – cerca de um terço dos declarantes são provedores e chefiam a família com exclusividade – e, portanto, sem o mesmo grau de importância que o trabalho realizado fora do âmbito doméstico por pessoas do sexo masculino (BARBOSA; CAVALCANTI, 2008) – embora um quarto dos 28 milhões de mulheres brasileiras que trabalham sejam chefes de família, e a participação feminina no mercado de trabalho venha crescendo consistentemente nas últimas três décadas. (CAVALCANTI, 2005; ARAÚJO; SCALON; PIKANÇO, 2007)

Apesar de não tratarmos da chefia feminina nos limites deste texto e desta pesquisa, é válido destacar que, quando em posição de referencial na família, as mulheres tendem a obter lucros mais altos por meio das atividades remuneradas, em comparação à condição de cônjuge. Trata-se, novamente, de uma questão de autonomia que, ao final de contas, é o aspecto mais restritivo das perspectivas do aumento dos “rendimentos ocupacionais femininos”, como aponta Lavinias e Nicoll (2006, p. 470).

Em uma análise próxima e de relevância, Oliveira (2007) já indicava que a questão da ausência do pai ou de seu lugar na nova cultura parental e de dinâmica familiar, especialmente aquelas estudadas dentro da produção norte-americana e de países desenvolvidos, receberia pouca atenção em nosso meio. Isto, posto em consonância, engendra a seguinte hipótese: qual a prioridade do movimento social,

com relação à ética do cuidar, ao enfatizar a proeminência do papel dos homens no processo de análise crítica do cotidiano familiar?

Apesar da queixa feminina quanto à sobrecarga das mulheres em suas tarefas reprodutivas – sobrecarga acentuada pela crescente participação feminina na sobrevivência econômica de suas famílias – o movimento social no Brasil parece ter se concentrado em outros tópicos. (OLIVEIRA, 2007, p. 225)

Uma aproximação da construção identitária do homem/pai se evoca quando características como prover, criar autoridade moral e como sendo um companheiro destacam-se como três dimensões possíveis: aquelas presentes nas concepções manifestas pelos entrevistados acerca de ser pai.

A primeira refere-se ao papel de provedor da família, visto por todos os entrevistados desta geração como núcleo de suas responsabilidades como pai. A segunda diz respeito à ideia do pai como modelo e autoridade moral, alguém que tem o dever de transmitir valores e impor normas acerca do que é ser uma *boa pessoa*, de definir o que é bom e o que é ruim. A terceira tem a ver com a disposição de envolvimento paterno na vida cotidiana dos filhos, expressa na noção de *estar presente*, de *participar* da vida dos filhos. [...] Essas dimensões e as variações no modo como os entrevistados nela se situam produzem uma diversidade de combinações. Contudo, é possível identificar, em cada uma delas, limites dentro dos quais estão situadas as concepções masculinas. (OLIVEIRA, 2007, p. 232)

A noção de estar presente percorre quase todas as falas, não necessariamente significando a ética do cuidar. Com tal fato, e seguindo a proposição de Maria Coleta Oliveira (2007) acima referenciada, podemos destacar a noção de representações e esferas do cotidiano que conduzem às práticas do cuidado, especialmente quando envolvem crianças pequenas. A percepção de que é mais entretenimento e menos aspecto econômico faz eco na fala de pais entrevistados.

As atividades de lazer são como uma terapia, pois busco limpar a mente, voltando-me para o momento presente. Parque, praça, em casa, festas infantis, etc. Quanto às atividades de cuidado, participo sim, inclusive banho, troca de fraldas, roupas, pentear o cabelo, assistir os seus filmes preferidos várias vezes, etc. (GGS, 41 anos, ensino superior completo, administrador, casado, uma filha).

Quando a discussão se refere aos cuidados relativos à infância, tanto na parte quantitativa como na qualitativa, ressalta-se que, salientando o tema convivência e lazer, o percentual de responsabilidade é de 99%, demonstrando que cuidadores adultos, sejam mães e pais ou outros agentes, estão centrados na ideia de que há que existir tempo/trabalho dedicado às travessuras e às aventuras infantis. Abaixo, em depoimento, homem/pai relata a importância do brincar.

Eu gostava mais de passear com os dois - sempre levava à praia, pracinhas e parques. Na verdade, fazia isso quase todos os dias nessa faixa etária. Tinha também o momento de brincar - ou com aqueles brinquedinhos infantis ou com livros de história. Os horários variavam na semana, mas final de semana todos estavam reunidos para essa atividade. As festinhas de aniversário era eu o responsável, minha esposa não tinha muita paciência. Quanto à educação - buscávamos sempre combinar os castigos e limites de acordo com as diferentes situações. Mas a mãe era mais condescendente, tinha pena de colocar de castigo. Eu era mais linha dura, mas nunca usamos de força física. Ela (a mãe) como era professora, terminou alfabetizando minha filha aos quatro anos - isso eu raramente participei (o dever de casa). (SAC, 66 anos, viúvo, comerciante, ensino médio completo, dois filhos, dividiu atividades com esposa).

É possível verificar nas questões dirigidas aos pais, também no aspecto quantitativo, que as atividades praticadas com maior frequência são, em acordo com Oliveira (2007): as de prover: 84 responderam que compram os alimentos; as de se envolver na vida cotidiana dos filhos: 46 participam através do ato de brincar; e as que buscam servir de modelo e autoridade moral: 42 estão envolvidos na função

de disciplinar e educar. Por outro lado, a maior dificuldade dos pais está relacionada com as tarefas diárias e rotineiras prolongadas. Com menor frequência eles preparam os alimentos (183), colocam a criança para dormir durante o dia (129) e dão o banho (108), conforme dados da tabela abaixo, com base em respostas de uma amostra de 300 indivíduos. Os itens que se referem à distribuição em categorias muitas vezes e mais frequente revelam uma maior concentração de atenção/cuidado no período noturno (pôr para dormir de noite (104) e atender à noite (107), representando cerca de 35%). Para atividades que podem estar relacionadas com o período diurno, há maior probabilidade de estarem fora de casa.

Tabela 1 - Distribuição das atividades dos pais

	Trocar Fraldas	Dar Banho	Dar Comida	Preparar Alimentos	Pôr para Dormir De dia	Pôr para Dormir De noite	Atender a Noite	Brincar
Nunca	78	108	86	183	129	72	65	15
Às vezes	163	128	148	77	117	104	96	41
Muitas vezes	56	61	65	38	49	104	107	198
Mais frequente	3	3	1	2	4	20	32	46

	Contar Estórias	Disciplinar Educar	Levar ao Médico	Comprar Alimentos	Comprar Roupas	Comprar brinquedos	Atividades Externas
Nunca	62	10	53	28	89	52	23
Às vezes	83	43	73	30	57	44	28
Muitas vezes	122	205	162	158	127	181	205
Mais frequente	30	42	12	84	27	23	17

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Considerações finais

Para finalizar, e deixando espaço para novas reflexões e interpretações, indicamos a necessidade de realização de estudos comparativos mais amplos e com populações de culturas e trajetórias sociais também distintas, revelando a transversalidade do cotidiano, das prá-

ticas familiares e sociais e, sobretudo, da ética do cuidar frente aos desafios da contemporaneidade.

Dentre âmbitos sociais, culturais e históricos, ademais das subjetividades, pensar as especificidades, a hibridez dos territórios familiares investigados e as relações de gênero aponta para a observação de atitudes e comportamentos, para perspectivas e determinantes sociais dos papéis de gênero, bem como da análise possível acerca das diferenças entre os planos de escolhas/projetos de vida e as preferências individuais. (HAKIM, 2000, 2003)¹⁴

Essa tendência às preferências também se coaduna com as transformações ocorridas nas últimas décadas, com destaque para o “lugar social e histórico das mulheres” (TORRES et al., 2004a), das inúmeras tendências sociodemográficas (diminuição no número de filhos, gravidez acima dos 35 anos, separação de projetos de conjugalidade e filiação etc.).

Não obstante, cada vez com maior frequência e visibilidade se estrutura um “tenso equilíbrio” entre papéis públicos e privados, indicando que a concepção de gênero pode ser vista “como elemento fundador dos processos sociais, a par com o interesse das formas de produção familiar”, além de trazer para a ribalta o “tema da desigualdade, complexificando leituras excessivamente homogêneas ou individualistas da mudança social.” (ABOIM apud WALL; AMÂNCIO, 2007, p. 38)

As assimetrias, as desigualdades e os conflitos dentro do cenário familiar trazem mais do que pistas e sinais da experiência coletiva de viver e de cuidar. Afinal, o cuidar, a vocação crescente relacional e igualitária da conjugalidade ou a

14 Teoria das Preferências foi desenvolvida e utilizada em pesquisa da autora, revelando ainda que a “teoria feminista pressupõe que, dada uma escolha livre, todas as mulheres querem o estilo de vida masculino ‘macho’ de emprego em tempo integral, ao longo da vida, apenas com breves pausas para engravidar. Deste modo, desafia esse pressuposto, mostrando mulheres (e homens) com conduta/ opção heterogênea em suas preferências de estilo de vida.” (HAKIM, 2004, p. 3) Para completar essa assertiva vale conferir Hakim e Alberdi (2007).

[...] participação doméstica idealmente pedida ao homem surgem cada vez mais em confronto com as exigências da ética do trabalho, da responsabilidade patriarcal e da autoridade, outrora e ainda hoje associadas a uma masculinidade cuja lógica de dominação simbólica sublinha a antítese com o feminino (afectivo, passivo, dominado...). (WALL; AMÂNCIO, 2007, p. 39)¹⁵

Por mais que se esforce na compreensão acerca dos significados do cuidado nas marcas e vivências do ser mulher e mãe e do ser homem e pai, a questão possui um lugar no cotidiano familiar e entra em contradição entre identidade, pessoa e papéis sociais e culturais. Pedreira (2008) demonstra que a dualidade da correlação sexo/gênero, característica da sociedade moderna nos finais do século XVIII a XIX, aproximou o homem da cultura e a mulher da natureza. Entretanto, na contemporaneidade, as teorias feministas se interessaram em tornar inteligível a realidade, impossibilitando classificar os sujeitos de acordo com postulados *a priori* e sem levar em conta o impacto da globalização e o caráter de mudanças que influenciaram significativamente as singularidades dos sujeitos e suas identidades.

Dentre o processo de longa duração e refletindo sobre a História do Tempo Presente, para além dos paradoxos e aproximações com um individualismo exagerado, a ética do cuidar pode mostrar mais do que representações das experiências sociais e humanas, mas permanências e rupturas que vão se constituindo, especialmente nos campos de interface e cruzamento de categorias – neste texto com maior ênfase às relações intrafamiliares e de gênero.

Entretanto, vale uma ressalva: os debates entre natureza e cultura e, sobretudo, reproduzir a noção de desigualdade entre gêneros e confirmar a máxima de que o cuidado é virtude feminina (essencializada e perpetuada), podem servir para manter as mulheres no lado

15 Também sobre a ideia de experiências distintas da ética do cuidar para homens e mulheres ver estudo desenvolvido por Costa (2002).

mais vulnerável da relação de gêneros e inibir a promoção da ética do cuidado em contraposição à ética da justiça.¹⁶ Isto em alusão à prerrogativa de conquistar a cidadania social e, por conseguinte, a emancipação do processo de alienação que separa o objeto do sujeito.¹⁷ “Assim, a solução do estado conflituoso consiste em ativar esta rede de relações pela comunicação cooperativa e não competitiva, visando a inclusão de todos mediante o fortalecimento em vez do rompimento das conexões.” (ZOBOLI, 2004)

Os dados coletados e a historiografia auxiliam na construção de uma hipótese, demonstrando que as clivagens e as atitudes/comportamentos sofrem e são determinados por mudanças intensas que não somente desafiam a organização e as representações das práticas familiares, mas, sobremaneira, denotam a própria fusão de valores, identidades e experiências vividas no cotidiano das famílias e das práticas do cuidar, aqui nomeadas como ética do cuidar, reforçando a tomada de consciência e a preferência de adultos na criação, cuidado e provimento de crianças menores.

O que os dados empíricos e as principais produções, acerca do tema do cuidar, referenciam é a noção paradoxal dos papéis e das funções assumidas por mulheres/mães e homens/pais, nas últimas décadas. As novíssimas concepções de maternidade/paternidade estão nos limiares entre manutenção das tradições e rupturas e novas configurações das relações familiares e de gênero. Entre igualdade, autonomia e busca de liberdade, aparecem também conflitos sociais, familiares e pessoais, mas também decisões individualizadas. Entre cuidadores/cuidadoras, o conflito e a escolha não se revelam como simples aspectos da vida cotidiana familiar.

16 A base dessa abordagem está na escrita de Carol Gilligan (1992).

17 Conceito empregado pelo sociólogo inglês Thomas Marshall (1967), em *Cidadania e Classe Social*, para elucidar o tempo histórico necessário para obter, nesta ordem, a cidadania civil; a cidadania política; e, por fim, a cidadania social (estágio passível de realização, sob a nossa perspectiva crítica, somente com a fusão do sujeito com o objeto, ou seja, com a derrocada da alienação).

Quando se pensa nos processos do Tempo Presente, pelo menos as últimas quatro décadas são reforços significativos para se pensar/refletir as mudanças nas mentalidades e nas práticas sociais. “Até pouco tempo, os universos masculinos e femininos eram estritamente distintos. A complementaridade dos papéis e das funções alimentava o sentimento de identidade específica de cada sexo (...) o que resta das suas diferenças essenciais?” (BADINTER, 2010, p. 13)

Deste modo, é indicativo que, a partir do momento em que homens e mulheres assumirem as mesmas funções – por exemplo, as atividades de cuidados com filhos pequenos –, isso não necessariamente implica mudanças estruturais sobre prover e, muito menos, a elaboração da ética do cuidar. O que se pode observar, em contexto híbrido e de abordagem interdisciplinar, é que estudos sobre famílias e relações de gênero exigem mais do que a descrição do fenômeno/processo, mas, sobretudo – em nosso caso –, observar também as próprias falas/representações dos sujeitos históricos envolvidos. Afinal, sejam homens/pais e mulheres/mães, quando o fazem, fazem por necessidade, desejo e escolha.

Referências

AMAZONAS, Maria C. L. A.; BRAGA, Maria G. R. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 177-191, jul./dez., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v9n2/a02v9n2.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2012

ABOIM, Sofia. Clivagens e continuidades de gênero face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus. In: WALL, Karin; AMÂNCIO, Lígia (Org.). *Família e gênero em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. p. 35-87.

ABOIM, Sofia. *Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

ALMEIDA, Ana N. Família, conjugalidade e procriação: valores e papeis. In: VALA, Jorge; CABRAL, Manuel V.; RAMOS, Alice (Org.). *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003. p. 50-93.

ALMEIDA, Ana N. *Para uma sociologia da infância: jogos de olhares, pistas para investigação*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

AMÂNCIO, Lígia. Gênero e divisão do trabalho doméstico – o caso português em perspectiva. In: WALL, Karin; AMÂNCIO, Lígia (Org.). *Família e gênero em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. p. 181-209.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Maria C.; PICANÇO, Felícia (Org.). *Novas conciliações e antigas tensões: gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. São Paulo: EDUSC, 2007.

ARAÚJO, Ulisses C. *A proteção integral de crianças e adolescentes em processos de guarda, separação e divórcio: um estudo das 7ª e 8ª Varas de Família e 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Salvador, ano 2007*. 2009. 130f. Dissertação - (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea), Universidade Católica do Salvador, 2009.

ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Combate, 2010.

ÁVILA, Maria B. Notas sobre o trabalho doméstico. In: LIMA, Maria E. B. et al. (Org.). *Transformando a relação trabalho e cidadania*. São Paulo: CUT, 2007. p. 1-8.

BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Lisboa: Relógio D'Água, 2010.

BAIER, Annette. *Moral prejudices: essays on ethics*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

BARBOSA, C. F.; CAVALCANTI, V. R. S. Século XXI – Já é visível o trabalho feminino no Brasil? In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA DA UCSAL, 11., 2008, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: UCSAL, 2008.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique: precede de trois études d'ethnologie Kabyle*. Paris: Droz, 1972.

CANIÇO, Hernâni et al. *Novos tipos de família*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

CARNEIRO, Valnêda C. S. *Filiação e biotecnologia: questões novas na tutela jurídica da família*. Salvador: Romanegra, 2008.

CARVALHO, Ana M. A. et al. Mulheres e cuidado: bases psicolobiológicas ou arbitrariedade cultura? *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18 n. 41, p. 431-444, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n41/v18n41a02.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero, a construção de um objeto. In: Do feminino ao gênero, a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristiane (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992. p. 216-251.

CAVALCANTI, Vanessa R.; CARVALHO, Ana. M. A.; CALDEIRA, Barbara M. S. Woman the caregiver: ways of sharing childcare in two contemporary Brazilian contexts. In: BASTOS, A na C.; URIKO, Kristiina; VALSINER, Jaab (Org.). *Cultural dynamics of women's lives*. Carolina do Norte: Information Age Publishing, 2009.

CAVALCANTI, Vanessa R.; SILVA, A. C. da; ARAÚJO, U. C. de. Ruptura conjugal & filiação: combates e representações de instituições diante da proteção integral de crianças e adolescentes em Salvador. In: PETRINI, Giancarlo; MOREIRA, Lucia; BARBOSA, Francisco (Org.). *O pai na sociedade contemporânea*. Bauru: EDUSC, 2010. p. 303-326.

CAVALCANTI, Vanessa R. A contramaré da exclusão, pobreza e trabalho: visibilidade da condição feminina no Brasil. In: CAVALCANTI, Vanessa R.; PETRINI, Giancarlo (Org.). *Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 84-110.

CAVALCANTI, Vanessa R. Guardiãs de signos: mulheres da literatura latino-americana. *Revista Línguas & Letras*, Cascavel, v. 12, n. 23, p. 1-17, 2011. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/4182>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

_____. Memórias femininas: tempo de viver, tempo de lembrar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 59-82, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a05v2754.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

_____. *Voces femeninas: história y organizaciones representativas en Brasil*. 2003. 437f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Literatura, Universidad de Leon, Leon, 2003.

COSTA, Rosely G. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 339-356, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14961.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

CUNHA, Vanessa. As funções dos filhos na família. In: WALL, Karin (Org.). *Famílias em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 465-497.

CUTSEM, Chanta Van. *A família recomposta: entre o desafio e a incerteza*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

DELPHY, Christine. *L'Ennemi principal 2: penser le genre*. Paris: Syllepse, 2009. (Nouvelles Questions féministes).

DEVREUX, Anne-Marie. A paternidade na França: entre igualização dos direitos parentais e lutas ligadas às relações sociais de sexo. *Soc. estado*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 607- 624, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n3/a03v21n3.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

DIAS, Maria O. L. da S. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 223-258, nov., 1998.

DIAS, Cristina M. S. B.; COSTA, Juliana M.; RANGEL, Verônica A. Avós que criam seus netos: circunstâncias e conseqüências. In: CARNEIRO, Terezinha F. (Org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005. p. 158-176. Disponível em: <http://www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook_familia_e_casal.pdf>. Acesso em: 5 set. 2012.

DONATI, Pierpaolo. *Família no século XXI: abordagem relacional*. São Paulo: Paulinas, 2008.

DOWBOR, Ladislau. A economia da família. In: ACOSTA, Ana R.; VITALE, Maria A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE/PUCSP, 2003.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. *As Diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2009.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, maio/ago., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/06.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

GIDDENS, Anthony. *The transformation of intimacy: sexuality, love and eroticism in Modern Societies*. Cambridge: Basil Blackwell, 1993.

GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

GUEDES, Olegna; DAROS, Michelli A. *O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético*. *Ser. Soc. Rev.*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 122-134, jul./dez., 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10053/8779>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

HAKIM, Catherine; ALBERDI, Inés. Ideas y valores que influyen en los comportamientos familiares. In: DELGADO, Margarita (Org.). *Encuesta de fecundidad, familia y valores*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2007. p. 143-215.

- HAKIM, Catherine. *Models of the family in modern societies: ideals and realities*. London: Ashgate Press, 2003.
- _____. *Women's position in the labour market: how important are lifestyle preferences?* Belfast: Economic Research Institute of Northern Ireland, 2004.
- _____. *Work-lifestyle choices in the 21st century: preference theory*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- HELD, Virginia. *The ethics of care: personal, political, global*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HIRATA, Helena; KERGOËT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.
- KAUFMANN, Jean Claude. *Sociologie du couple*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/218/21849104.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Structuralism and ecology: the view from afar*. Chicago: Chicago University Press, 1992.
- MACEDO, M. S. Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para pensar. In: BORGES, Angela; CASTRO, Mary G. (Org.). *Família, gênero, gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 135-177.
- MARSHALL, Thomas H. *Cidadania e classe social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- O'BRIEN, Margaret. *Share caring: bringing fathers into the frame*. Norwich: University of East Anglia, 2005. (Working Paper Series, n. 18) Disponível em: <http://www.uea.ac.uk/polopoly_fs/1.73363!shared_caring_wp18.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2012.
- OLIVEIRA, Maria C. O lugar dos homens na reprodução. In: GUTIÉRREZ, Maria A. *Gênero, familias y trabajo: rupturas y continuidades, desafíos para la investigación política*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007. p. 223-238. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/gutierrez/00CredySum.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *O desafio do equilíbrio entre o trabalho, a família e a vida pessoal*. Brasília: PNUD, 2009. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/desafio_trabalho_familila_260.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2012.

PEDREIRA, Carolina S. Sobre mulheres e mães: uma aproximação à teoria do cuidado. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8, Florianópolis, 2008. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2008.

PETRINI, João Carlos. *Pós-modernidade e família*. Bauru: EDUSC, 2003.

PINA CABRAL, João de. *O homem na família: cinco ensaios de antropologia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

RIBEIRO, Maria S. Pinto. *Amor de pai: divórcio, falso assédio e poder paternal: a guarda dos filhos em tempo de divórcio*. Lisboa: Dom Quixote/ Instituto Português de Mediação Familiar, 2004.

PORTUGAL, Sílvia. *Novas famílias, modos antigos: as redes sociais na produção de bem-estar*. 2006, 756f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2006.

RELVAS, Ana P.; ALARCÃO, Madalena. *Novas formas de família*. Coimbra: Quarteto, 2007.

ROUSSO, Henry. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend e Fábio Macedo. *Tempo e argumento: revista do PPG em História*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan. /jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/705/608>>. Acesso em: 5 set. 2012.

SAFFIOTI, Heleith. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALLES, Vânia. Novos olhares sobre a família. *Rev. Bras. de Estudos Pop.*, Campinas, v. 11, n. 2, 1994. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol11_n2_1994/vol11_n2_1994_4artigo_159_170.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2012.

SARACENO, Chiara; NALDINI, Manuela. *Sociologia da família*. Lisboa: Estampa, 2003.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 63-95.

SCOTT, Joan W. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate Feminista*, Cidade do México, n. especial, 2000.

_____. Preface a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, 1994.

SILVA, Elizabeth B.; SMART, Carol. *The new family: the new practices and politics of family life*. London: Sage, 1999.

SINGLY, François de. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, Chico; SINGLY, François; CICCHELLI, Vincenzo (Org.). *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOARES, Cristiane. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., Caxambu, 2008. *Anais eletrônicos...* Caxambu: ABEP, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_978.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2012.

TORRES, Anália C. et al. (Coord.). *Homens e mulheres entre família e trabalho*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no emprego, 2004a. Disponível em: <http://www.cite.gov.pt/imgs/downlds/Homens_Mulheres_Fam_Trab.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2012.

TORRES, Anália C. *Vida conjugal e trabalho: uma perspectiva antropológica*. Oeiras: Celta, 2004b.

TORRES, Anália C.; MACIEL, Diana; MARQUES, Cristina. Trabalho, família, igualdade de género e políticas sociais: transformações europeias numa perspectiva comparada. In: CONGRESSO PORTUGUES DE SOCIOLOGIA: mundos sociais, saberes e práticas, 6., 2008, Lisboa. *Anais eletrônicos...*, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Disponível em: <www.aps.pt/vicongresso/pdfs/742.pdf>. Acesso em: 23 out. 2012.

WALL, Glenda; ARNOLD, Stephanie. How involved is involved fathering? An exploration of the contemporary culture of fatherhood. *Gender & Society*, Londres, v. 21, n. 4, ago., p. 508-527, 2007. Disponível em: <<http://gas.sagepub.com/content/21/4/508.full.pdf+html>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

WALL, Karin; AMÂNCIO, Lúgia (Org.). *Família e género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

WALL, Karin; GUERREIRO, Maria das D. A divisão familiar do trabalho. In: WALL, Karin (Org.). *Famílias em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 303-362.

WILLIAMS, Fiona. Good-enough principles for welfare. *Journal of Social Policy*, Cambridge, v. 28, n. 4, p. 667-687, 1999. Disponível em: <<http://eprints.whiterose.ac.uk/1567/1/williamsf3.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

WILLIAMS, Fiona. In and beyond new labour: towards an ethic of care. *Critical Social Policy*, v. 21, n. 4, p. 467-493, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reusp/v38n1/03.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

ZOBOLI, Elma L. C. A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações. *Rev. Esc. Enferm USP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 21-27, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reusp/v38n1/03.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

A prevalência materna e feminina no cuidado cotidiano de crianças pequenas

Lúcia Vaz de Campos Moreira
Ana Maria Almeida Carvalho
Vânia Maria Picanço de Almeida
Nestor Norio Oiwa

Introdução

Dois constantes acompanham os sistemas familiares ao longo do tempo e do espaço: a unidade familiar, como contexto básico de convivência e de criação de filhos, e a responsabilidade predominante da mulher em relação ao cuidado do lar e dos filhos. Isso foi mais amplamente apresentado por Castro e colaboradores no primeiro capítulo deste livro.¹

Apesar das mudanças decorrentes de transformações no modo de produção das sociedades humanas e da participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, particularmente a partir de meados do século XX, essa atribuição de responsabilidades não parece ter sofrido mudanças significativas até a atualidade. (ARAÚJO; SCALON, 2005; ARAÚJO; PICANÇO; SCALON, 2007; ARRIAGADA, 2000, 2007; BORGES, 2007; CAPPELLIN, 2005; ENRIQUEZ, 2005;

¹ Ver capítulo *Gênero e família em mudança: uma revisão com foco em cuidado parental*.

SORJ, 2004) Ainda que as novas relações de gênero tenham desestabilizado a figura do pai como autoridade, em relação ao uso do tempo para tarefas domésticas e qualidade de sua participação nestas, os homens são “atores coadjuvantes” (DONATELLI, 2006 apud CASTRO; MIRANDA; ALMEIDA, 2007) e as mulheres continuam a ter uma sobrecarga de trabalho doméstico que não contrabalança a duração de sua jornada de trabalho externo, a qual é, em média, inferior à dos homens. (BORGES, 2007) Assim, as mulheres já desempenham funções tradicionalmente masculinas no mercado de trabalho, mas o inverso não tem ocorrido para os homens em relação às tarefas domésticas, a não ser de forma auxiliar ou complementar. (TORRES, 2004)

Arriagada (2000) assinala que as funções de cuidado e de socialização inicial dos filhos são compartilhadas, cada vez mais, com outros agentes sociais, como a escola, a instituição de educação infantil, outras pessoas da família e não familiares – o que ocorre segundo as possibilidades econômicas e a presença ou não de famílias extensas. Entretanto, não se pode dizer que o envolvimento dos diversos cuidadores se dá com a mesma intensidade. Eles são classificados por Born (1996) como primários, secundários e terciários. Os primários são identificados como os principais responsáveis pelos cuidados e desempenham a maioria das tarefas. Já os secundários podem desempenhar as mesmas tarefas que o cuidador primário, porém não têm o mesmo nível de responsabilidade e decisão. Comumente atuam de forma pontual em algumas tarefas de cuidados básicos, oferecem ajuda doméstica e se revezam com o cuidador primário. Por sua vez, os terciários são coadjuvantes e não têm responsabilidades pela pessoa que requer cuidados.

Transformações tecnológicas, sociais e econômicas, favorecem mudanças na estrutura, organização e padrões familiares, e também nas expectativas e papéis de seus membros. (DESSEN; POLÔNIA, 2007) Diante das mudanças sociais e familiares, o casal da atualidade, cuja mulher está inserida no mercado de trabalho, precisa vivenciar novas formas de comportamento, de trocas, levando homens e mu-

lheres à necessidade de reformular seus papéis de buscar novas definições; segundo Cerveny e Chaves (2010), isso torna a paternidade contemporânea um pouco incerta, um lugar ainda não definido – ou melhor, de reestruturação –, fazendo com que o modelo de paternidade tradicional não mais caiba na contemporaneidade. Com as velozes transformações sociais, a família contemporânea depara-se de forma contundente com a mudança no posicionamento das mulheres que, assim como os homens, encontram-se inseridas em contextos competitivos que interferem nas relações, como o do trabalho profissional, em que, segundo Machado (2004), há trocas mediadas pelo dinheiro, com circulação de bens e de valores de acordo com as regras impostas pelo mercado. Mas não são apenas as questões econômicas que impulsionaram, e impulsionam, as mulheres para o mercado de trabalho e a outras mudanças de comportamento; assim como os homens, elas passaram a valorizar e a buscar satisfação para as suas necessidades pessoais e profissionais. (GIDDENS, 2004)

Há alguns indícios de uma nova divisão de tarefas no âmbito familiar e social. Jablonski (2007), ao estudar o cotidiano do casamento no contexto carioca, sinaliza que a maior parte das pessoas entrevistadas em sua pesquisa, além de contar com a ajuda de familiares no cuidado com as crianças, também recebe apoio de profissionais diversos para a execução de tarefas domésticas. Um estudo de Moreira e Alves (2007) visou conhecer quais pessoas/instituições colaboram com pais e mães na tarefa de educar seus filhos. Para cumprir este objetivo, foram entrevistados 50 homens e 50 mulheres de nível universitário, com união marital estável e filho(s) com idade(s) entre dois e sete anos, sendo 50 de uma cidade do interior paulista (25 pais e 25 mães) e 50 de uma capital do Nordeste (mesma divisão). Perguntou-se aos participantes se concordavam ou não que os avós, tios(as), outros parentes, empregada/babá, amigos e vizinhos colaboravam com a educação e os cuidados ao filho. Como resultado, os avós obtiveram o maior índice de concordância: 81%. Para os tios(as) (68%) e a empregada/babá (67%), foram

constatadas concordâncias acima de dois terços. A porcentagem de concordância sobre a colaboração da babá/empregada foi maior nos participantes do Nordeste. Cabe destacar que tanto os pais quanto as mães afirmaram que a babá colabora mais no cuidado e menos na educação, dado o baixo nível de escolaridade por elas apresentado, constatando-se referências dos participantes de que necessitam transmitir conhecimentos básicos a suas funcionárias, a fim de que isto se reflita positivamente no que transmitem a seus filhos. Os amigos obtiveram concordância em torno de 50%. Outros parentes e vizinhos têm índices menores de concordância. Os participantes que tinham o filho frequentando escola ou instituição de educação infantil foram indagados, ainda, se concordavam ou não que esta instituição colabora com a sua educação e cuidados. Como resultado, dos 87 participantes nesta condição (pois 13 crianças não frequentavam escola), 86 disseram que sim; apenas um pai do interior de São Paulo respondeu que não.

Na dinâmica de compartilhamento do cuidado infantil, tem-se evidenciado, também, nas últimas duas décadas, uma tendência à maior participação masculina nos grandes centros urbanos e em países desenvolvidos. Na atualidade, é relativamente comum observar-se os homens participando da educação dos filhos e, até mesmo, dos cuidados para com os mesmos – um pai que, de acordo com Braga e Amazonas (2007), vai além do pai característico da modernidade, não sendo apenas aquele que faz a mediação entre as esferas pública e a privada, mas passando a ter outras funções e a criar laços mais estreitos com seu filho desde a vida intrauterina, através da comunicação verbal, do toque, e com ele relacionando-se fisicamente, a partir de cuidados com a higiene, da participação em atividades corriqueiras como o alimentar e o colocar para dormir. Entretanto, como sinaliza Jablonski, a distribuição de tarefas no lar ainda é marcada pela divisão sexual, observando-se que, nesse contexto, a mulher arca com a maior parte das atividades.

Quanto à divisão das tarefas domésticas, embora se note que os homens relatem uma participação efetiva, na verdade, cotejando as informações prestadas por homens e mulheres, verifica-se que aqueles têm uma função coadjuvante, colaborativa e periférica: sua participação é definida pelas mulheres quase sempre como uma ‘ajuda’. (JABLONSKI, 2007, p. 218)

Os indícios são, portanto, de que as mulheres ainda arquem com a maior parte das tarefas domésticas e o tempo gasto em sua execução continue muito desigual. (SILVA; ANASTÁCIO, 2008; WANG; JABLONSKI; MAGALHÃES, 2006)

Araújo e Scalon (2005, 2006) e Jablonski (2007) identificaram alguns sinais de maior participação masculina em tarefas tradicionalmente femininas, mas apenas nas relacionadas ao cuidado dos filhos, e em vários casos em atuação conjunta com a mãe. Quanto a outras tarefas domésticas, tal participação também aparece como bastante seletiva na prática. (ARAÚJO; SCALON, 2006) Segundo Jablonski (2007, p. 209), “parece ainda persistir uma visão conservadora dos papéis dos cônjuges no que se refere às tarefas domésticas e à responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos” e, embora os homens tendam a considerar que a divisão de tarefas está se tornando como mais equitativa, as mulheres continuam a percebê-las como assimétricas.

No estudo de Wagner colaboradores (2005), que focalizou 100 famílias de Porto Alegre com filhos em idade escolar (sete a 12 anos), pais e mães foram entrevistados a respeito de sua participação nas tarefas de cuidado e educação dos filhos. Uma parte da amostra apresentou um quadro mais tradicional, no qual as mães assumiam a responsabilidade pela maior parte das tarefas; em um segundo grupo, as tarefas de cuidado diário continuavam a ser desempenhadas predominantemente pelas mães e o pai era o provedor principal, mas havia algum grau de compartilhamento de responsabilidades: entre oito tarefas relacionadas à criação e educação dos filhos, seis tinham participação de ambos os pais; nas duas restantes, a mãe era a principal responsá-

vel, e em nenhuma das oito o pai apareceu como principal responsável. A maior participação destes pais em tarefas relacionadas aos filhos, em comparação com outros estudos, poderia estar relacionada com a idade das crianças: Jablonski (2007) sugere que a participação dos homens na criação dos filhos tende a aumentar com a idade destes.

O objetivo da análise apresentada neste capítulo é detalhar a distribuição de tarefas de cuidado entre os membros da rede de cuidadores na amostra de famílias pesquisadas,² que complementa em dois aspectos os dados de Wagner e colaboradores (2005): focaliza crianças menores, ainda muito dependentes de cuidado físico, e explora uma variedade maior de tarefas de cuidado. São investigadas possíveis relações com gênero do respondente, Nível Socioeducacional (NSE) e geração segundo o critério II (G1: filhos caçulas pequenos – que ainda usam fraldas; G2: filhos caçulas com idade superior a 15 anos) e exploradas, no mesmo nível micro de detalhamento das tarefas, algumas questões possivelmente relacionadas, buscando pistas sobre o que subjaz à prevalência materna e feminina no cuidado cotidiano de crianças pequenas.

Com esse objetivo, esta análise focaliza três questões do roteiro de entrevista, a saber:

1 - Agora vou perguntar sobre atividades que todos os dias a gente faz com as crianças pequenas, para saber quem (entre os cuidadores que você indicou) é o principal responsável por elas e que outras pessoas ajudam ou também participam: (4) mais frequentemente (na maioria das vezes); (3) muitas vezes; (2) às vezes ou (1) nunca.

2 - Entre as tarefas de cuidado, qual (ou quais) são, para você: (a) mais prazerosa(s), mais gostosa(s) de fazer?; (b) mais desgastante(s), mais desagradável(is) de fazer?; (c) a(s) que você acha mais fácil(eis) de fazer? e (d) a(s) que você tem mais dificuldade de fazer, não consegue fazer?

2 Capítulo 2 Metodologia.

3 - Entre todos os cuidadores que você indicou, quem você acha que realiza bem cada uma das atividades (ou em quem você confia para)?

As atividades focalizadas nessas questões são especificadas a seguir, sendo distribuídas em quatro tipos de tarefas de cuidado: cuidado físico, lazer/convivência, educação/disciplina e atividades externas.

Quadro 1 - Tipos de tarefas de cuidado

Cuidado físico	Lazer/ convivência	Educação/ disciplina	Atividades externas
a. Trocar fralda	j. Brincar	op. Disciplinar/educar	r. Levar ao médico
b. Dar banho	k. Cantar/ ler história*		s. Comprar alimento
c. Dar comida	l. Passear		t. Comprar roupa
d. Preparar comida	m. Comprar brinquedo		u. Outras externas*
e. Dormir de dia			
f. Dormir de noite			
g. Atender à noite			
h. Atender quando doente*			

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

* Categorias que apresentaram casos de Sem resposta: Não sabe/não lembra (mais comuns nos Grupos 2b e 3, entrevistas retrospectivas) e Não se aplica (por exemplo, a criança ainda não teve episódios de doença; não existe/não existia o hábito de cantar/ler histórias; não há/havia outras atividades externas).

Na análise que se segue, primeiramente são identificados os cuidadores indicados mais frequentemente por pais e mães (a saber: mãe e pai,³ avó materna e babá) e os demais cuidadores. Houve poucas diferenças significativas entre respostas de pais e mães, motivo pelo qual foi analisado o conjunto de 300 respostas; isto implica que os números se referem a menções e não a cuidadores. Faz-se um exemplo: quatro menções a avós representam duas avós (mencionadas pelo pai e pela mãe); em caso de número ímpar de menções, o(a) cuidador(a)

3 Indicados como cuidadores em 100% das respostas.

foi mencionado(a) apenas por um dos respondentes (pai ou mãe, mais tipicamente a mãe). A partir desses resultados, são traçados os perfis dos cuidadores mais citados (mãe, pai, avó materna e babá, e de outros cuidadores, agrupados por sexo e por parentesco).

Nos itens seguintes, são indicadas e comentadas diferenças apontadas nos testes estatísticos quanto a nível socioeducacional, gênero e geração;⁴ é investigada a possibilidade de caracterização de tarefas como femininas ou masculinas, a partir dos resultados do estudo (perfis das atividades), e são exploradas duas outras questões pontencialmente informativas sobre fatores subjacentes à divisão do trabalho de cuidado de crianças pequenas entre os cuidadores disponíveis: como os pais classificam as tarefas em termos de prazer/desprazer, facilidades/dificuldades envolvidas e em quem confiam para realizá-las.

Nas considerações finais, os resultados expostos são retomados e discutidos à luz das evidências de prevalência materna e feminina no cuidado cotidiano de crianças pequenas e são apontadas algumas questões para pesquisas futuras.

Perfil dos cuidadores: de que tarefas cada cuidador se ocupa mais/menos frequentemente?

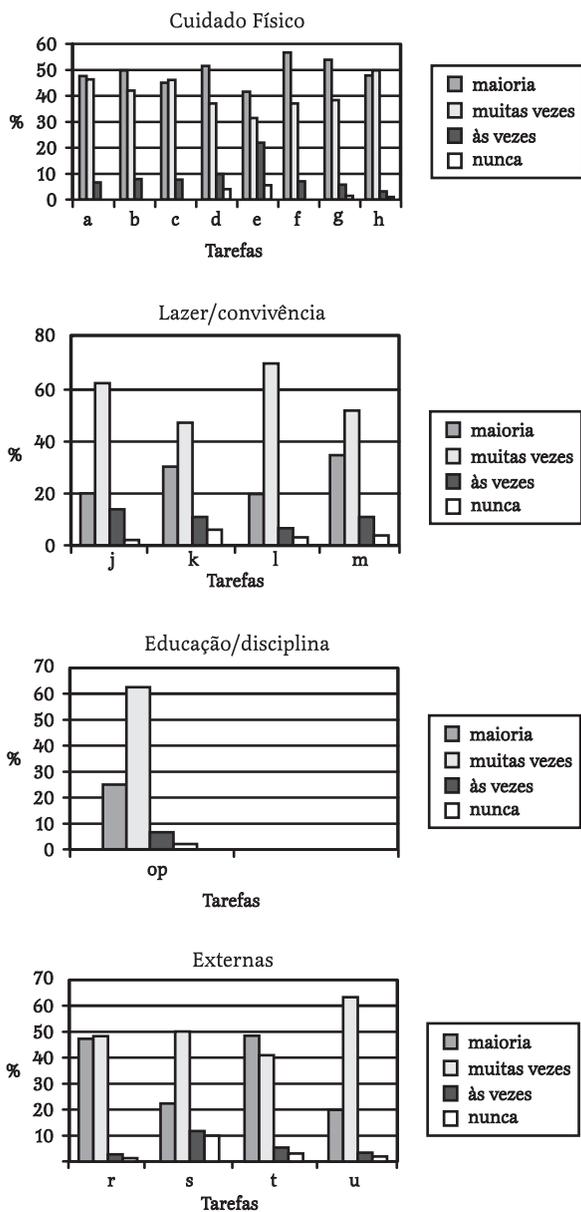
A seguir serão apresentados os resultados sobre os cuidadores mais frequentemente mencionados e as tarefas que realizam.

Os cuidadores mais frequentemente mencionados

Excetuando-se mãe e pai, mencionados por todos os entrevistados, apenas dois outros cuidadores receberam mais de 100 menções (no total de menções de pais e mães): avós maternas e babás. retratam a participação das mães no cuidado dos filhos pequenos

⁴ Conceito II: pais de filhos pequenos e pais de filhos grandes, confira capítulo 2, *Metodologia*, deste livro.

Gráfico 1 - Perfil da Mãe

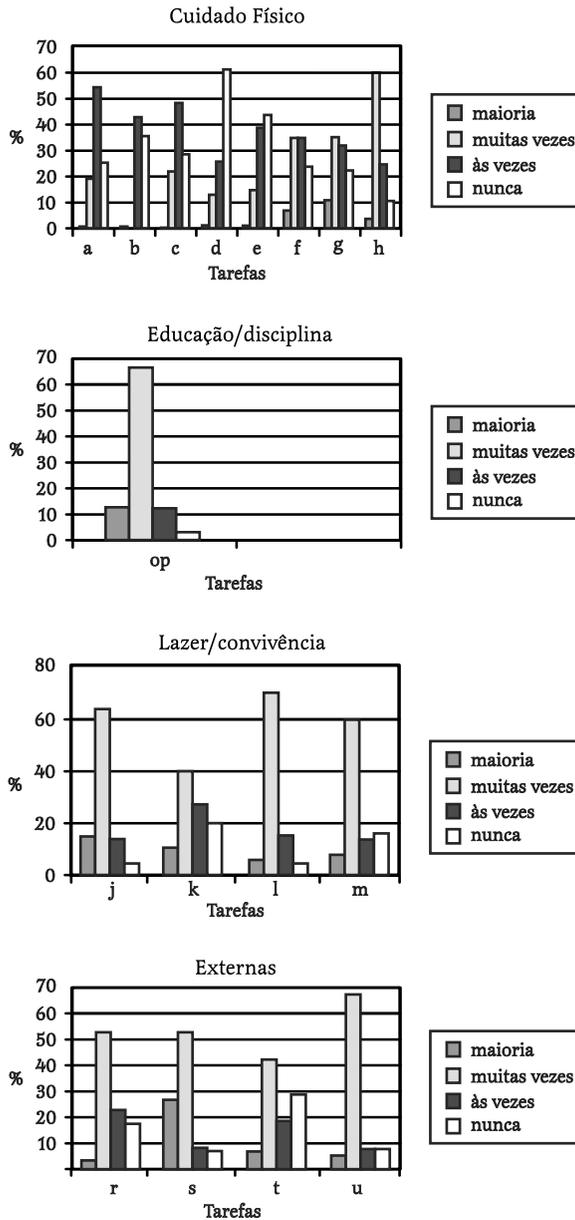


Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011)

A mãe é versátil, em termos de tarefas, aparecendo como a cuidadora na maioria das vezes ou muitas vezes em praticamente todas as categorias de tarefas. A incidência de frequências baixas (às vezes e nunca) pode sinalizar condição de trabalho da mãe (por exemplo, em 6,3% das respostas, a mãe nunca coloca a criança para dormir de dia e em 21% coloca às vezes) ou uma incidência maior de compartilhamento da tarefa com outros cuidadores (por exemplo, às vezes ou nunca prepara alimento em 13% das respostas – provavelmente compartilhado, como se verá adiante, com uma outra cuidadora do sexo feminino: empregada, babá, avó, tia) e às vezes ou nunca compra alimento em 24,5% das respostas (compartilhado com o pai). Essas possibilidades serão mais exploradas no decorrer desta análise. É interessante observar, ainda, os casos em que a frequência de maioria das vezes é mais baixa, o que também sinaliza um nível maior de compartilhamento da tarefa. Comparando-se os quatro grupos de tarefas, é em lazer/convivência, especialmente em brincar e passear, e em educação/disciplina, que essas porcentagens são mais baixas (em torno de 20% e até 30%) – embora, em todos os casos, compensadas por porcentagens relativamente altas de muitas vezes (entre 40% e mais de 60%). Pode-se sintetizar, a partir disso, que, segundo a percepção de pais e de mães, o perfil das mães como cuidadoras indica responsabilidade predominante quanto ao cuidado físico e às tarefas externas (exceto comprar alimento) e mais compartilhamento de atividades de lazer/convivência e educação/disciplina. O Gráfico 2 apresenta o perfil do pai.

A diferença de perfil entre mãe e pai salta à vista. Em primeiro lugar, em nenhuma tarefa o pai se destaca na maioria das vezes (sempre abaixo de 30%). Em segundo lugar, onde a participação do pai se destaca (muitas vezes) é, em alguns casos, onde a mãe participa menos, especialmente em brincar, passear, educar/disciplinar, e atividades externas aparecem com níveis semelhantes para pai e mãe, sugerindo revezamento ou atuação conjunta. Um terceiro ponto é que, entre as atividades de cuidado físico, o pai claramente só se envolve

Gráfico 2 – Perfil do pai

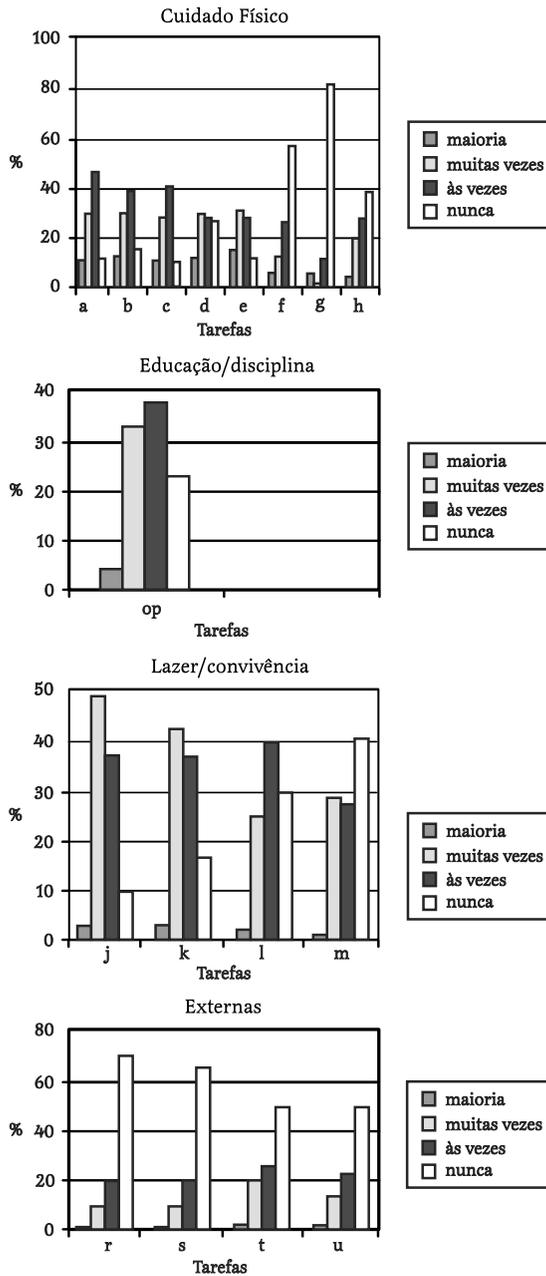


Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

de forma significativa (maioria e muitas vezes) em atividades noturnas (provavelmente devido às condições de trabalho) ou eventuais (h - atender quando doente). Em ordem decrescente de não participação (nunca), estão: preparar comida, colocar para dormir de dia, dar banho, dar comida e trocar fralda - todas acima de 25%. São nessas mesmas tarefas de cuidado físico - mas em ordem inversa - em que a participação dos pais é mais eventual (às vezes): em ordem decrescente, trocar fralda, dar comida, dar banho e colocar para dormir de dia (todas em torno ou acima de 40%). Excetuando-se atender quando doente (60% muitas vezes e alguns casos - 3% - de maioria) e tarefas noturnas (colocar para dormir de noite e atender à noite, respectivamente 35% e 36% muitas vezes, e 7% e 11% maioria das vezes), nas demais tarefas de cuidado físico o pai recebe entre 0,3% e 21% de menções maioria (entre 0,3% e 1,3%) e muitas vezes (entre 16,3% e 21,7%). O que se destaca no perfil dos pais, portanto, são atividades de lazer/convivência, educação/disciplina e atividades externas, principalmente comprar alimento. Nas figuras seguintes, são retratadas as participações de avós maternas e de babás. Uma vez que apenas mãe e pai foram citados como cuidadores em todas as famílias, tanto por pais como por mães, para estas figuras não foi utilizado o N=300 respostas para o cálculo de porcentagens.⁵ O que os gráficos descrevem é a porcentagem de menções em cada tarefa sobre o total de menções a cada cuidador, ou seja, de que tarefas cada cuidador se ocupa mais ou se ocupa menos frequentemente, em proporção ao número de menções que recebeu como cuidador nas respostas de mães e de pais. O Gráfico 3 retrata o perfil da avó materna.

5 As tabelas no Anexo A apresentam as porcentagens sobre o N 300 e as diferenças estatisticamente significativas (X^2) em relação a nível socioeducacional, sexo do respondente e geração (critério II).

Gráfico 3 - Perfil da avó materna (N=102 menções)



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Observa-se um certo número de casos de avós maternas que desempenham tarefas de cuidado físico na maioria das vezes (entre 10% e 16%) e muitas vezes (em torno de 30%) – totalizando entre 40% e 50% –, particularmente quando se trata de atividades diurnas; atividades noturnas e atender quando doente não ultrapassam 5%. Essa diferença entre cuidados diurnos e noturnos espelha o fato, apontado e discutido por Rabinovich e Azevedo (neste livro), de que na amostra pesquisada houve baixa incidência de coresidência com avós.⁶

Entre as demais tarefas, pouquíssimas avós são as cuidadoras mais frequentes (maioria das vezes), mas nas atividades de lazer e, secundariamente, em educação/disciplina há uma proporção relativamente alta de respostas muitas vezes (entre 25% e 50% para lazer, e 33% para educação/disciplina) e às vezes (aproximadamente as mesmas proporções). A participação em atividades externas é a mais reduzida, com 50% a 70% de respostas nunca e em torno de 20% de respostas às vezes. O quadro descrito por esses números, portanto, retrata alguns casos de avós maternas muito participativas (com exceção de atividades externas), e um perfil mais típico em que as avós maternas têm uma participação complementar ou esporádica, concentrada em lazer/convivência, cuidado físico (diurno) e educação/disciplina.

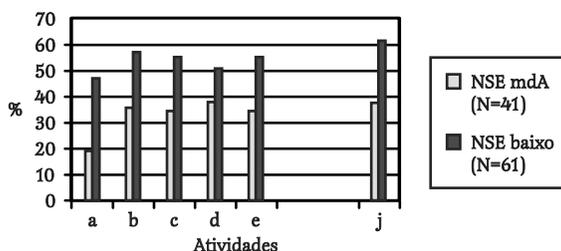
Entre as 102 menções a avós maternas, 41 ocorreram no NSE médio alto e 61 no NSE baixo.⁷ De forma a avaliar a ocorrência de participação diferencial das avós maternas nos dois NSE, comparou-se a incidência de menções em seis atividades nas quais essa participação foi mais significativa – cinco atividades de cuidado físico potencialmente diurnas (trocar fralda, dar banho, dar comida, preparar comida e colocar para dormir de dia) e brincar, considerando-se apenas a

6 Possíveis relações entre rede de cuidadores e rede de moradores são discutidas no terceiro capítulo de Carvalho, Franco, Costa e Oiwa, deste livro, intitulado *Rede de cuidadores envolvidos no cuidado cotidiano de crianças pequenas*.

7 Diferença entre as porcentagens significativa a 0.05 (*Limites exatos de confiança para p**, em GEIGY, 1965).

soma de respostas maioria e muitas vezes. Essa comparação é descrita no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Incidência proporcional de menções a avós maternas em seis atividades, por NSE



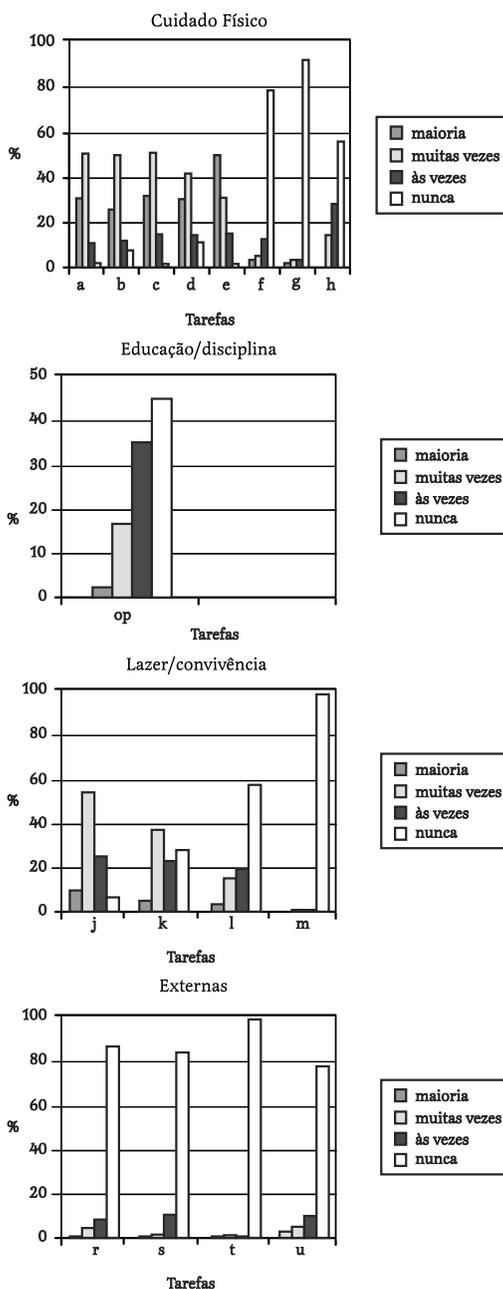
Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011)

Os dados indicam um perfil aproximadamente similar, mas uma participação proporcional mais expressiva das avós maternas no NSE baixo. Essa incidência maior espelha, pelo menos em parte, a maior incidência de avós maternas corresidentes (13 menções no NSE baixo, contra quatro no NSE alto), mas possivelmente reflete, também, a menor disponibilidade de cuidadores remunerados nesse NSE, como se verá adiante. O Gráfico 5 descreve a participação da babá.

O perfil da babá apresenta alguma semelhança com o das avós na participação mais intensiva nas cinco atividades de cuidado físico potencialmente diurnas, em comparação com as noturnas. Há uma participação expressiva, mas proporcionalmente inferior à das avós, em lazer/convivência e ainda mais reduzida em educação/disciplina (45% de respostas nunca, contra 25% para as avós). A participação de babás em atividades externas é inexpressiva (mais de 80% de respostas às vezes e nunca).

Tal como no caso das avós, e de forma ainda mais acentuada e previsível, há desproporção na incidência de menções a babás nos

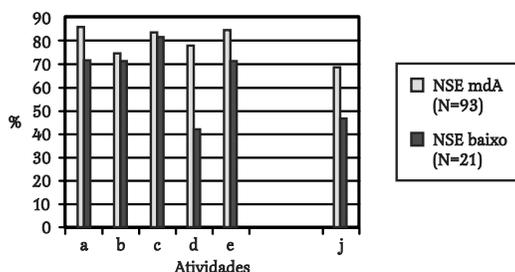
Gráfico 5 – Perfil da babá (N=114 menções)



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

dois NSE: 93 menções no NSE médio alto contra 21 no NSE baixo.⁸ A mesma comparação realizada para avós, nas seis atividades com participação mais frequente, apresenta os resultados descritos no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Incidência proporcional de menções a babás em seis atividades, por NSE:



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

As diferenças mais perceptíveis entre os dois perfis se referem a preparar comida e a brincar, com menor incidência no NSE baixo. Em termos comparativos, as babás, quando disponíveis, participam proporcionalmente mais do que as avós maternas nas atividades de cuidado físico, exceto preparar comida, no NSE baixo; em relação a brincar, há uma inversão: avós de NSE médio alto participam proporcionalmente menos do que as babás, e o inverso ocorre no NSE baixo.

As seis atividades incluídas nessas comparações são também as que envolvem um cuidado cotidiano mais frequente e essencial, e aquelas nas quais as mães participam comparativamente menos, ou seja, compartilham mais (abaixo de 50% de respostas maioria e muitas vezes). Nos cinco casos de atividades de cuidado físico, a participação de pais é pouco expressiva por esse critério (entre 8% e 12% de respostas maioria e muitas vezes), enquanto que em brincar é com-

8 Diferença entre as porcentagens significativa a 0.05 (*Limites exatos de confiança para p**, em GEIGY, 1965)

parável à das mães (respectivamente, 42% e 45%). Isso sugere que a menor participação das mães nas atividades cotidianas essenciais de cuidado físico é compensada principalmente por avós maternas e babás, quando disponíveis. O que ocorre quando existe disponibilidade de outros cuidadores, familiares ou não familiares?

Outros cuidadores

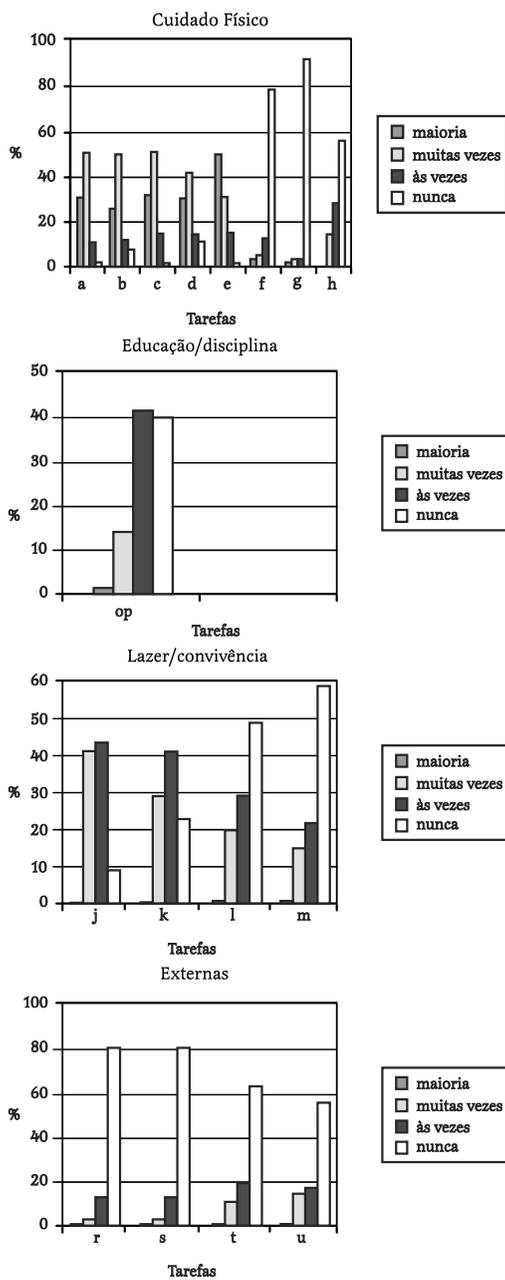
O Gráfico 7 apresenta o perfil de outros cuidadores do sexo feminino, o que inclui: avó paterna (36 menções entre pai e mãe), tia (66 menções), irmã (29 menções), prima (nove menções), bisavó (uma menção), amiga (cinco menções), vizinha (quatro menções) e auxiliar doméstica (nove menções), totalizando, por fim, 159 menções.

Em nenhuma das atividades as respostas maioria ultrapassam 5%, e as respostas muitas vezes só são superiores a 20% em poucos casos de cuidado físico (dar comida e preparar comida) e em lazer/convivência (exceto comprar brinquedos). A participação mais expressiva é em brincar.

A resposta mais frequente para estas cuidadoras é às vezes, o que caracteriza uma participação esporádica, concentrada em atividades diurnas de cuidado físico (entre 34% e quase 60%), em lazer/convivência e em educação/disciplina. Entre as atividades externas, as proporções variam entre 13% (levar ao médico) e 21% (comprar roupa). Este perfil se caracteriza, portanto, por colaboração esporádica em atividades diurnas de cuidado físico, lazer/convivência (especialmente brincar) e educação/disciplina. Os picos negativos do perfil (nunca > 80%) são em atender à noite, levar ao médico e comprar alimento. A única bisavó, corresidente e indicada apenas pela mãe (NSE baixo, filhos pequenos) foi mencionada como cuidadora esporádica (às vezes) em relação a dar comida e brincar e nunca se ocupa das demais atividades.

As cuidadoras do sexo feminino constituem um grupo heterogêneo, incluindo familiares e não familiares; a representação desses subgrupos nos dois NSE também é desproporcional, conforme indicado na Tabela 1.

Gráfico 7 - Perfil de outros cuidadores: Mulheres (N=159)



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Tabela 1 - Cuidadoras Mulheres, por NSE

Cuidadoras	NSE md alto	NSE baixo
Tias	24	43
Avós paternas	19	17
Bisavó	-	01
Irmãs	12	17
Primas	02	07
Empregadas	09	-
Vizinhas	-	04
Amigas	02	03

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

No NSE médio alto há 57 menções a cuidadoras familiares e 11 a não familiares, das quais nove são remuneradas; no NSE baixo, há 84 menções a cuidadoras familiares e sete a não familiares, todas não remuneradas.

Para estimar se essas diferenças se refletiriam em um quadro desigual de participação de outras cuidadoras entre os dois NSE, considerando as seis atividades em que há menos de 50% de respostas maioria e muitas vezes para as mães,⁹ essas respostas foram comparadas por NSE, separadamente, para outras cuidadoras familiares e não familiares (exceto avós maternas e babás). Devido aos números baixos, essa comparação não é expressa porcentualmente, e sim com proporções brutas. No NSE médio alto, entre as 24 menções às tias, oito se referem a dar banho e cinco a brincar; entre as 19 menções às avós paternas, pouco mais de um terço se referem a brincar (sete menções às avós que brincam a maioria das vezes ou muitas vezes), e, nas demais atividades, há uma apenas duas menções. Dois terços (oito das 12) menções dessas respostas às irmãs são em brincar, e entre as duas menções a prima; a atividade na qual não há nenhuma resposta maioria ou muitas vezes é preparar comida. No NSE baixo, há simi-

⁹ Trocar fralda, Dar banho, Dar comida, Preparar comida, Colocar para dormir de dia e Brincar.

larmente um quinto a pouco mais de um terço das menções às tias, em cada uma das atividades (nove em dormir de dia e 15 em brincar); as menções às avós paternas e às irmãs se concentram também em brincar (7/17 e 12/17, respectivamente), mas a participação das irmãs é mais expressiva nas atividades de cuidado físico, especialmente dar banho e trocar fralda. E, no caso das primas, quatro das sete menções são a preparar comida, e seis a sete menções se referem a cada uma das outras atividades. Embora os números baixos restrinjam a possibilidade de estabelecer a significância dessas diferenças, em conjunto, esses resultados sugerem que, no NSE baixo, o recurso a outras cuidadoras familiares é não só mais frequente como, quando disponíveis, sua participação em atividades cotidianas essenciais, e nas quais a mãe tem participação menor, é mais acentuada do que no NSE alto. A exceção é a avó paterna, que apresenta um perfil semelhante nos dois níveis - o que, como foi visto anteriormente, não ocorreu com a avó materna, mais presente no NSE baixo.

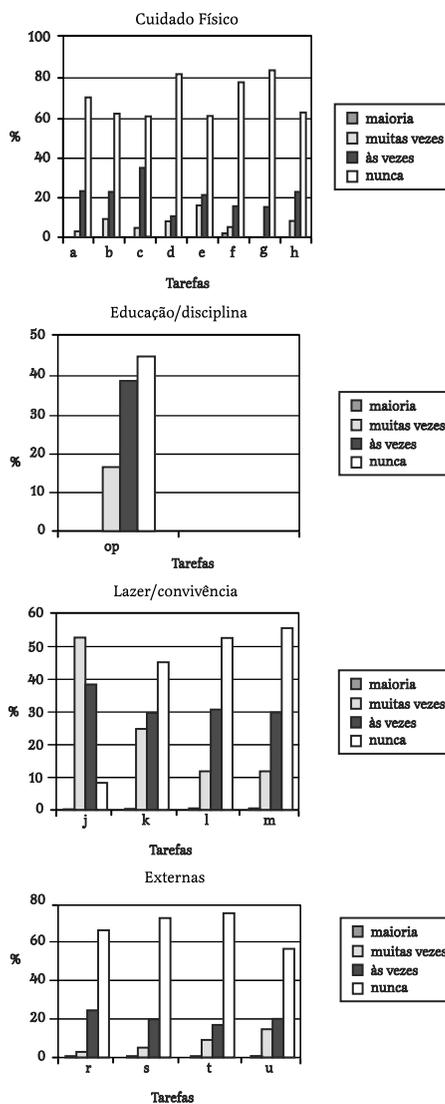
Quanto a outras cuidadoras não familiares, no NSE médio alto há apenas nove menções a auxiliares domésticas (cozinheira, outra empregada) e duas a uma amiga.¹⁰ A participação das empregadas (respostas maioria e muitas vezes) tem seis menções em preparar comida e brincar, cinco em trocar fralda e dar comida e quatro em dar banho e colocar para dormir de dia; a amiga só recebe menções da mãe¹¹ em preparar comida, colocar para dormir de dia e brincar. No NSE baixo, onde há quatro menções às vizinhas e três às amigas, a vizinha recebe quatro menções em colocar para dormir de dia, três em dar banho, duas em preparar comida e uma em brincar; entre as duas amigas citadas (uma delas apenas pela mãe), as menções mais frequentes (três) são a brincar, seguidas de uma ou duas menções às atividades de cuidado físico.

10 A referência no singular se deve ao fato de se tratar de um único caso em que uma amiga morava temporariamente com a família (NSE médio alto, filho pequeno).

11 O que significa que o pai não atribuiu respostas maioria ou muitas vezes em nenhuma dessas atividades.

Resta descrever a participação de outros cuidadores do sexo masculino (figura 8), que totalizam 53 menções, e são todos familiares: avô materno (14), avô paterno (10), tio (15) e irmão (14).

Gráfico 8 - Outros cuidadores: Homens (N= 53)



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Há apenas uma resposta maioria em colocar para dormir de noite, referida a um tio, que também recebe a resposta muitas vezes, em relação às duas outras atividades de cuidado físico (trocar fralda e dar banho); há, ainda, alguns poucos casos de respostas muitas vezes em atividades de cuidado físico, referidas a avôs maternos, tios e irmão. A maioria das respostas em relação aos outros cuidadores do sexo masculino é às vezes ou nunca em todas as atividades exceto brincar (mais de metade das menções em muitas vezes). Os picos negativos de participação (nunca > 80%, ou mais de 44 em 53 menções) são em preparar comida e atender à noite, mas em todas as atividades exceto brincar e cantar/ler histórias as respostas nunca constituem mais da metade das menções. Este perfil caracteriza-se, portanto, por uma participação bastante esporádica e seletiva em relação às tarefas. Assemelha-se ao do pai, na baixa participação em atividades diurnas de cuidado físico, mas difere em termos das atividades noturnas, em que o pai apresenta participação maior (35% a 60% de menções muitas vezes), e também em educação/disciplina e atividades externas.

Relações com nível socioeducacional, sexo do respondente e geração

São apontadas apenas as diferenças significativas ocorridas em relação aos cuidadores mais frequentes, uma vez que nos demais casos as frequências foram insuficientes para a obtenção de indicações consistentes.

Em relação ao sexo do respondente, a única diferença ocorreu em relação a levar ao médico, quando atribuído à mãe: mais mães informam que levam a maioria das vezes, ao passo que mais pais informam que as mães levam muitas vezes.

As diferenças encontradas em relação a NSE e Geração (critério II) são sintetizadas nos Quadros 2 e 3, extraídos do Anexo I. As atividades listadas em cada casela indicam que, nesses casos, ocorre-

ram diferenças (X^2 a 95%) nas direções apontadas nas colunas.¹² As notações M, MV, AV e N indicam o tipo de resposta em que ocorreu a diferença, a saber: maioria das vezes, muitas vezes, às vezes e nunca.

Quadro 2 - Diferenças significativas encontradas em relação a nível socioeducacional

Cuidador	Baixo > MdA	MdA > Baixo
Mãe	Trocar fralda (M) Dar banho (M) Dormir de dia (M) Dormir de noite (M) Levar ao médico (M e AV) Comprar alimento (AV) Comprar roupa (AV)	Trocar fralda (MV) Dar banho (MV) Preparar comida (AV e N) Comprar brinquedo (MV) Levar ao médico (MV) Comprar alimento (AV) Outras atividades externas (MV)
Pai	Preparar comida (MV) Dormir de dia (AV) Passear (AV) Comprar brinquedo (N) Levar ao médico (N) Outras atividades externas (N)	Dormir de dia (N) Passear (MV) Comprar brinquedo (MV) Levar ao médico (MV) Outras atividades externas (MV)
Avó Materna	Dar comida (AV) Preparar comida (M) Dormir de dia (M)	Preparar comida (AV) Brincar (AV)
Babá	Atender à noite (MV)	Preparar comida (AV e N) Dormir de dia (M) Atender quando doente (AV) Comprar brinquedo (N) Comprar roupa (N)

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

A comparação entre os NSE é mais elucidativa no caso de pais e mães. Mães de NSE baixo apresentam mais respostas maioria em quatro atividades de cuidado físico, e mais respostas às vezes em atividades externas, em comparação com as de NSE

12 **NSE:** Baixo>MdA (mais menções no NSE baixo do que no médio alto) e vice-versa. **Geração II:** P>G (mais menções de pais de filhos pequenos do que de pais de filhos grandes) e vice-versa.

médio alto. Estas, por seu lado, apresentam mais respostas muitas vezes em três das mesmas atividades de cuidado físico, mais respostas às vezes e nunca em preparar comida, e muitas vezes em atividades externas (incluindo comprar brinquedo, e excetuando comprar alimento). Em conjunto, essas diferenças sugerem que, embora o perfil geral das mães dos dois NSE não difira em termos de participação majoritária no cuidado, e especialmente no cuidado físico, a intensidade de participação nessas atividades parece ser maior no caso do NSE baixo (mais respostas maioria, ou seja, menos compartilhamento). No caso dos pais, há duas sugestões: alguma participação de pais de NSE baixo em atividades diurnas de cuidado físico em contraste com nenhuma em pais de NSE médio alto, o que pode estar relacionado a condições de trabalho; e menos participação de pais de NSE baixo do que de NSE médio alto em atividades de lazer e externas. Avós de NSE baixo apresentaram participação mais intensiva em atividades de cuidado físico, em comparação com avós de NSE médio alto. No caso das babás, a comparação fica prejudicada pela incidência reduzida no NSE baixo, que não propiciou a ocorrência de diferenças no teste estatístico. Os resultados da comparação entre as gerações são mais sugestivos (Quadro 3).

Quadro 3 - Diferenças significativas encontradas em relação a geração

Cuidador	P > G	G > P
Mãe	Trocar fralda (MV) Dar banho (MV) Dar comida (MV) Disciplinar/educar (MV) Comprar brinquedo (AV) Outras atividades externas (MV)	Trocar fralda (M) Dar banho (M) Dar comida (M) Preparar comida (M) Atender quando doente (M) Brincar (M) Comprar brinquedo (M) Disciplinar/educar (M) Comprar roupa (M) Outras atividades externas (M e MV)
Pai	Dormir de noite (N)	Dormir de noite (MV) Atender à noite (M)

Avó Materna	Dar banho (N) Preparar comida (N) Dormir de n oite (N) Atender à noite (AV) Passear (M) Levar ao médico (AVe N)	Trocar fralda (M) Cantar/ ler (AV)
Babá	Dormir de dia (M)	Trocar fralda (AV) Dar banho (AV) Dar comida (AV) Preparar comida (AV) Dormir de dia (AV) Dormir de noite (N) Atender quando doente (N) Cantar/ler (N) Comprar alimento (N)

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

As mães da Geração 2 (caçulas com mais de 15 anos) apresentam participação mais intensiva (maioria) em algumas atividades de cuidado físico e em educação/disciplina, nas quais as mães de filhos pequenos se destacam pela resposta muitas vezes, indicando um aumento do compartilhamento dessas tarefas; também apresentam mais respostas maioria em atividades externas e de lazer. Em conjunto, esses resultados sugerem uma redução geracional na intensidade da participação das mães no cuidado. A mesma tendência, com menos indicadores, ocorre para os pais. As comparações relativas às avós e à babá não sugerem direções consistentes de diferença geracional.

Uma vez que as duas gerações estão igualmente representadas nos dois NSE, é possível examinar também efeitos potenciais de interação entre geração e NSE, nos casos de pais e de mães que também têm representação igual na amostra e para os quais os efeitos sugeridos são mais consistentes. Essa comparação é apresentada no Quadro 4.

Quadro 4 – Interação entre geração e nível socioeducacional

Cuidador	Filhos pequenos		Filhos grandes	
	NSE médio alto	NSE baixo	NSE médio alto	NSE baixo
Mãe	Trocar fralda (MV) Dar banho (MV e AV) Dar comida (AV) Preparar comida (AV e N) Dormir de dia (AV) Levar ao médico (MV) Comprar roupa (M) Outras externas (MV)	Trocar fralda (M) Dar banho (M) Dar comida (M) Preparar comida (M) Dormir de dia (M) Levar ao médico (M)	Levar ao médico (MV)	Preparar comida (MV) Levar ao médico (M) Comprar roupa (AV)
Pai	Dar banho (MV) Dormir de dia (N) Brincar (MV) Passear (MV) Comprar brinquedo (MV) Levar ao médico (MV) Outras externas (MV)	Dormir de dia (AV) Preparar comida (AV) Brincar (M) Passear (AV) Levar ao médico (N) Disciplinar/educar (M)	Cantar/ler histórias (M) Comprar brinquedo (M) Comprar alimento (N) Outras externas (MV)	Comprar brinquedo (N) Levar ao médico (N)

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

A incidência de diferenças nas respostas M, MV e AV quando as duas gerações são comparadas em termos de NSE confirma sugestões feitas anteriormente: o NSE acentua as diferenças identificadas entre as gerações, indicando redução da intensidade de participação das mães mais jovens (Geração I: filhos pequenos), mas apenas no NSE médio alto. No caso dos pais, a participação em educação/disciplina também apresenta uma tendência de mudança: na geração mais velha as respostas maioria são diferentes entre os dois NSE (mais frequentes no NSE médio alto), diferença que não aparece na geração mais jovem, sugerindo uma redução na predominância de pais de NSE médio alto que se ocupam de educação/disciplina da geração mais velha para a mais jovem, o que é consistente com o maior compartilhamento dessas tarefas por mães e pais entre os pais mais jovens.

Evidencia-se, também, que as respostas de pais de NSE baixo indicando participação em atividades de cuidado físico (Quadro 2)

estão concentradas na geração mais jovem. A sugestão, portanto, é que a diferença qualitativa na participação de pais dos dois NSE (mais cuidado físico no NSE baixo e mais lazer no NSE médio alto) ocorre na geração mais jovem. Emerge uma diferença qualitativa entre a participação de pais das duas gerações no NSE médio alto (mais participação¹³ em dar banho, brincar, passear e levar ao médico). Assim, embora o perfil geral de mães e pais permaneça bem diferenciado, a análise de diferenças geracionais por NSE permite sugerir indícios de mudança geracional na participação relativa de pais e mães, na direção de redução na intensidade da participação das mães (mais compartilhamento), na redução de exclusividade e aumento de compartilhamento de mães e de pais em educação/disciplina e algum aumento de intensidade de participação de pais em atividades de cuidado físico e de lazer, especialmente no NSE médio alto.

Tipificação das tarefas de cuidado por gênero

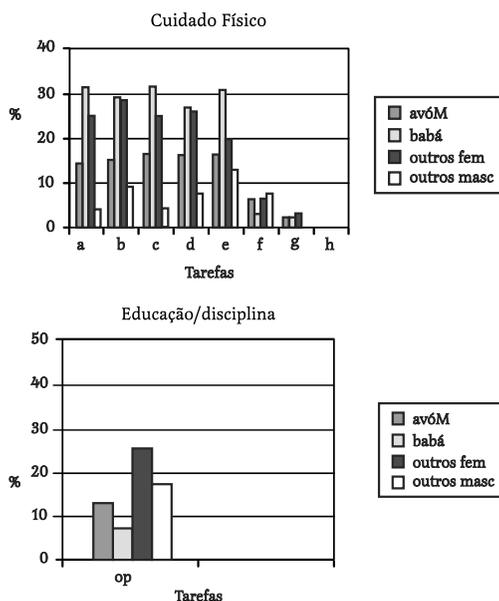
Esta análise detalhou a participação dos componentes da rede de cuidadores no cuidado de crianças pequenas, e particularmente em atividades cotidianas de cuidado físico, essenciais nessa fase de extrema dependência. Em conjunto, os resultados replicam estudos anteriores (ARAÚJO; SCALON, 2005, 2006; SCALON, 2007; JABLONSKI, 2007) no sentido da prevalência da mãe como cuidadora em praticamente todas as tarefas de cuidado e da participação complementar ou periférica do pai, ainda que com alguns indícios de mudança. (BRAGA; AMAZONAS, 2007) Uma comparação detalhada com os resultados do presente estudo é dificultada pelo fato de que, em geral, o cuidado tem sido estudado em relação a crianças de uma faixa etária mais velha e mais extensa, à qual não se aplicaria à maioria das

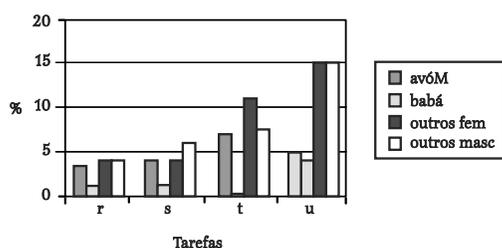
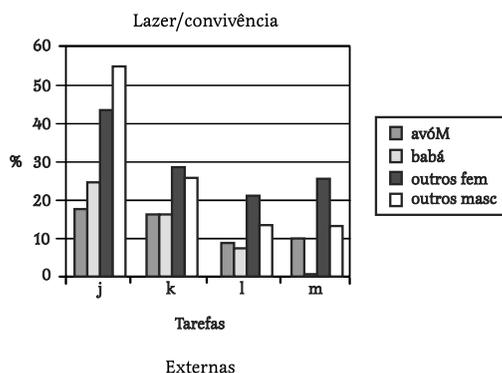
13 Muitas vezes: dada a incidência relativamente baixa de respostas Maioria no caso dos pais, a emergência de respostas MV significativamente mais altas na Geração I do que na Geração II implica em redução proporcional de respostas Às vezes e Nunca, ou seja, aumento de intensidade de participação.

atividades de cuidado analisadas aqui. Encontra-se também na literatura algum foco em outros cuidadores (ARRIAGADA, 2000; BORN, 1996; MOREIRA; ALVES, 2007), mas sem detalhamento sobre aspectos qualitativos e quantitativos de sua participação.

Na presente análise, esse detalhamento permitiu identificar uma clara predominância não só materna, mas também feminina, no cuidado de crianças pequenas - um resultado também relatado por Carvalho, Cavalcanti e Caldeira (não publicado). Além da maior incidência de outros cuidadores do sexo feminino, a análise dos perfis de outros cuidadores, além do pai e da mãe, desenha uma tipificação de atividades por gênero. Essa tipificação parece, em certos casos, interagir com outros fatores, ou ser suplantada por estes - como se observa no Gráfico 9, que sintetiza a participação de outros cuidadores além do pai e da mãe em termos de respostas maioria e muitas vezes (cuidadores frequentes).

Gráfico 9 - Perfil das atividades: Cuidadores frequentes (maioria e muitas vezes)





Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Atividades diurnas de cuidado físico são tipicamente femininas, mas há uma hierarquia de incidência entre as cuidadoras, com babá e avó materna (acima de 20%) seguidas por outros cuidadores femininos (entre 10% e 20%). Cuidadores masculinos têm frequências em torno de 10%. Nas atividades noturnas de cuidado físico, praticamente não há participação desses outros cuidadores, implicando que são desempenhadas basicamente pela mãe e complementarmente ou esporadicamente pelo pai. Em brincar, há maior incidência de cuidadores masculinos (mais de 50%), o que apareceria como ainda mais marcante caso fosse incluído o pai. Outros cuidadores femininos também participam acima de 40% - o que se equipara à participação da mãe nessa atividade, e supera a de avós maternas e babás, retratando menos tipificação de gênero. Em educação/disciplina, o compartilhamento com outros cuidadores, quando ocorre, parece tender para

cuidadores familiares, considerando a pequena participação da babá; mas a participação mais expressiva continua sendo feminina (acima de 25% de outras cuidadoras e 13% das avós, contra 17% de outros cuidadores do sexo masculino). Atividades externas não apresentaram tipificação sexual e são pouco expressivas, em termos de frequência de participação de outros cuidadores além do pai e da mãe, como já apontado por Carvalho, Franco, Costa e Oiwa (no terceiro capítulo deste livro intitulado *Rede de cuidadores envolvidos no cuidado cotidiano de crianças pequenas*). Sintetizando, pode-se dizer que as atividades mais claramente tipificadas por gênero são as de cuidado físico.

Algumas considerações parecem pertinentes a partir desse quadro. Carvalho e colaboradores (2008) refletem sobre a tipificação sexual de atividades produtivas e reprodutivas na história humana, desencadeada principalmente pela passagem para o modo de produção agrícola, com a progressiva restrição da atividade feminina ao âmbito doméstico e à vida familiar. Essa separação contribuiu para a consolidação de atividades reprodutivas – entre as quais se destacam a maternidade e o cuidado cotidiano dos filhos (o que inclui as tarefas domésticas em geral) – como tipicamente femininas, assim como das atividades produtivas, externas ao lar, como tipicamente masculinas. As autoras apontam ainda uma associação histórica entre cuidar de filhos e cuidar do outro em geral, expressos nas práticas de curandeiras e parteiras e, na modernidade, pela tradição feminina de profissões como enfermagem ou cuidado e ensino de crianças pequenas. Delcor e colaboradores (2004, p. 189) refletem que o ensino e a enfermagem têm sido consideradas como “[...]atividades adequadas para mulheres porque envolvem o cuidar”; o trabalho de mulheres em berçários, creches e escolas é visto como extensão das tarefas domésticas. (BERALDO; CARVALHO, 2006) Carvalho e colaboradores (2008) salientam, ainda, que, ao compartilharem tarefas de cuidado (seja dos filhos ou doméstico), as mães tipicamente as atribuem a cuidadoras mulheres.

A prevalência feminina no cuidado poderia ser atribuída a diversos fatores: a própria tipificação sexual dessas tarefas, que consi-

deraria as mulheres como mais qualificadas e mais confiáveis nesse campo; a maior oferta de mulheres para essas tarefas, usualmente mal remuneradas (e a relutância correspondente de homens para aceitá-las, tanto em termos de remuneração quanto de adequação de gênero) etc.

Retomando os resultados descritos neste texto, podem ser apontados alguns contrastes ou desvios em relação a esse quadro geral. Embora, grosso modo, constate-se a prevalência da mãe e de cuidadoras mulheres – tanto em termos de incidência de cuidadores homens e mulheres quanto em termos qualitativos (maior seletividade de tarefas por parte de cuidadores homens) –, é principalmente em tarefas de cuidado físico cotidiano que essa prevalência é marcante. Nas demais categorias de tarefas, outros fatores parecem intervir: por exemplo, a predominância de pais e mães em tarefas externas e em educação/disciplina, esta última compartilhada seletivamente com membros da família; a participação relativamente equilibrada de cuidadores masculinos e femininos em atividades de lazer/convivência, especialmente em brincar, e alguma participação de pais (com tendência a aumento na geração mais jovem e no NSE médio alto) em atividades de cuidado físico compatíveis com horários de trabalho (por exemplo, colocar para dormir de noite). A distinção histórica entre tarefas domésticas e tarefas externas é particularmente interessante, porque parece diluída nessa amostra contemporânea, em que mães assumem essas tarefas igualmente ou em maior proporção do que pais, particularmente no NSE médio alto. O mesmo ocorre com educação/disciplina: a participação significativamente maior de pais da geração mais velha desaparece na geração mais nova no NSE médio alto e, no conjunto, a participação de mães nessas tarefas também é expressiva (maioria e muitas vezes: pais 80% e mães 73%).

A prevalência materna e feminina no cuidado parental, inclusive em funções historicamente tipificadas como masculinas (atividades externas, educação/disciplina), apesar das mudanças em sua inserção no mercado de trabalho, indica que, ao passo que as mulheres parecem ser capazes de assumir essas funções e adicioná-las às

suas funções tradicionais, a maioria dos homens ainda não assume funções tradicionalmente femininas, especialmente as relacionadas ao cuidado físico, a não ser como coadjuvantes secundários. É possível supor, portanto, que o gênero continue a ser um fator relevante nas formas pelas quais as mães compartilham o cuidado dos filhos, já que, ainda que continuem a ser as cuidadoras principais nos primeiros anos de vida, as evidências indicam que aceitam e necessitam pelo menos algum grau de auxílio de outros cuidadores. (HRDY, 2005)¹⁴ Pode-se perguntar: com quem, e por quais critérios as mães compartilham o cuidado dos filhos pequenos?

Carvalho e colaboradores (neste livro, no terceiro capítulo intitulado *Rede de cuidadores envolvidos no cuidado cotidiano de crianças pequenas*) discutem alguns fatores possivelmente influentes nesses critérios: as condições econômicas da família, que permitem ou não a opção por auxílio remunerado doméstico ou institucional (berçários e creches); a disponibilidade de auxílio institucional, particular ou gratuito, associada a atitudes e crenças dos pais a respeito da adequação do recurso a esse tipo de auxílio e do papel materno; a natureza das tarefas de cuidado e os estereótipos de gênero vinculados a elas; a disponibilidade de cuidadores familiares, particularmente de avós em condições de proximidade geográfica e de saúde compatíveis com o cuidado cotidiano;¹⁵ e, ainda, possivelmente, fatores motivacionais e atitudinais dos pais em relação às diversas tarefas envolvidas no cuidado. Os dados selecionados para a presente análise permitem explorar dois aspectos potencialmente relacionados a fatores motivacionais/atitudinais, com base em dois itens do roteiro de entrevista: quais tarefas os pais consideram mais agradáveis ou mais desagradáveis, mais fáceis ou mais difíceis e em quem as mães e os pais confiam para realizá-las.

14 Ver terceiro capítulo *Rede de cuidadores envolvidos no cuidado cotidiano de crianças pequenas*, deste livro.

15 Ver Rabinovich e Azevedo, neste livro, no capítulo intitulado *Participação dos avós no cuidado cotidiano dos netos pequenos*.

Avaliação subjetiva das tarefas em termos de prazer versus desprazer e facilidade versus dificuldade

Procurou-se, nesta análise, hierarquizar as tarefas segundo as avaliações subjetivas de pais e mães em relação ao prazer *versus* desprazer e facilidade *versus* dificuldade envolvidos em sua realização, e buscar indícios de alguma relação entre essas avaliações e o desempenho das tarefas. A Tabela 2 hierarquiza as tarefas em termos dessas avaliações, segundo respostas de pais e mães; os números entre parênteses indicam a frequência de participação alta (maioria e muitas vezes) em cada tarefa, também segundo as respostas de pais e mães, separadamente.¹⁶

Tabela 2 - Avaliações subjetivas das tarefas (número de respostas)

PAI

Mais prazerosas	Mais fáceis	Mais desprazerosas	Mais difíceis
Brincar 142 (130)	Brincar 90 (130)	Atender noite 61 (74)	Prep.comida* 70 (22)
Passar 139 (119)	C. brinq. 84 (103)	Levar médico 58 (95)	Atender noite 57 (74)
Cantar/ler 103 (78)	C. comida 82 (124)	Atender doente 55 (97)	Atender doente 57 (97)
C. brinq. 101 (103)	Passar 79 (119)	Trocar fralda 41 (31)	Dormir dia* 57 (31)
Externas 94 (113)	<i>Externas 74 (113)</i>	Prep.comida 27 (22)	Levar médico 47 (95)
<i>Disc/educar 87 (125)</i>	Dar comida 71 (37)	Dormir noite 25 (71)	<i>Trocar fralda* 46 (31)</i>
Dar comida 85 (37)	Dar banho 68 (34)	Dormir dia 25 (31)	<i>Dar banho* 45 (34)</i>
C. comida 81 (124)	Trocar fralda 67 (31)	Disc/educar 21(125)	<i>C.roupa* 45 (77)</i>
Dar banho 79 (34)	C. roupa 67 (77)	<i>Dar banho 16 (34)</i>	Dormir noite 43 (71)
Dormir noite 69 (71)	Cantar/ler 61 (78)	<i>Dar comida 14 (37)</i>	Disc/educar 42 (125)
C. roupa 68 (77)	Disc/educar* 61 (125)	C. roupa* 13 (77)	Dar comida 36 (37)
Dormir dia 62 (31)	Dormir noite 60 (71)	C. comida 12 (124)	<i>C. comida 25 (124)</i>
Trocar fralda 53 (31)	Levar médico 56 (95)	Externas 8 (113)	C. brinquedo* 18 (103)
Prep.comida 45 (22)	Dormir dia 53 (31)	Cantar/ler 5 (78)	Cantar/ler 17 (78)
Levar médico 37 (95)	Prep.comida 47 (22)	C. brinquedo 3 (103)	Externas 12 (113)
Atend.doente 35 (97)	Atend.doente 47 (97)	Passar 3 (119)	Passar 4 (119)
Atend. noite 31 (74)	Atend.noite 41 (74)	Brincar 0 (130)	Brincar 1 (130)
<i>Nenhuma 1</i>	<i>Nenhuma 7</i>	<i>Nenhuma 27</i>	<i>Nenhuma 11</i>

16 Os itens itálicos destacam tarefas nas quais as avaliações de pais e mães estão mais distanciadas: encontram-se pai na porção superior (mediana acima) e mãe na porção inferior (abaixo da mediana) - ou vice-versa - das hierarquias. Diferenças estatísticas entre respostas de pais e mães em cada tarefa são sinalizadas por asteriscos.

MÃE

Mais prazerosas	Mais fáceis	Mais desprazerosas	Mais difíceis
Passear 141 (138)	Trocar fralda 93 (138)	Atender noite 86 (141)	Atender noite 62 (141)
Brincar 135 (126)	Dar banho 86 (135)	Atender doente 67 (144)	Disc./ educar 60 (141)
C. brinq. 127 (130)	Brincar 84 (126)	Levar médico 55 (146)	Atender doente 57 (144)
C. roupa 126 (134)	Passear 84 (138)	Trocar fralda 34 (138)	Levar médico 44 (146)
Dar banho 124 (135)	C. comida 80 (115)	Dormir noite 27 (139)	Dormir noite 42 (139)
Cantar/ler 122 (120)	C. brinquedo 78 (130)	Dormir dia 27 (104)	Dormir dia 37 (104)
Dar comida 106 (133)	C. roupa 78 (134)	Disc/educar 26 (141)	Dar comida 25 (133)
Externas 96 (129)	Prep.comida 75 (125)	Prep. comida 22 (125)	Prep. comida 24 (125)
C. comida 91 (115)	Dar comida 74 (133)	<i>Dar comida</i> 17 (133)	<i>C. comida</i> 17 (115)
Dormir noite 84 (139)	<i>Externas</i> 70 (129)	C. comida 13 (115)	<i>Trocar fralda</i> 15 (138)
Prep.comida 81 (125)	Cantar/ler 68 (120)	<i>Dar banho</i> 7 (135)	Cantar/ler 15 (120)
Dormir dia 78 (104)	Dormir dia 61 (104)	Externas 6 (129)	Externas 12 (129)
<i>Disc/educar</i> 77 (141)	Dormir noite 59 (139)	Passear 3 (138)	<i>C. roupa</i> 9 (134)
Trocar fralda 63 (138)	Levar médico 57 (146)	C. roupa 2 (134)	C. brinquedo 7 (130)
Levar médico 51 (146)	Disc/educar 41 (141)	Cantar/ler 2 (120)	Brincar 7 (126)
Atend.doente 41 (144)	Atend.doente 36 (144)	Brincar 2 (126)	<i>Dar banho</i> 4 (135)
Atend.noite 30 (141)	Atend.noite 33 (141)	C. brinquedo 1 (130)	Passear 3 (138)
<i>Nenhuma 0</i>	<i>Nenhuma 3</i>	<i>Nenhuma 14</i>	<i>Nenhuma 14</i>

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Uma aproximação qualitativa (pelos destaques de itálicos) sugere que há poucas diferenças entre as avaliações de pais e mães, que se concentram na avaliação de dificuldade, com mais tarefas apontadas como difíceis pelo pai em contraste com a mãe. Essa sugestão é compatível com resultados estatísticos¹⁷ que apresentam também alguns outros indícios. São encontradas algumas diferenças: nas avaliações de prazer *versus* desprazer, em que mais mães do que pais mencionam como tarefas agradáveis comprar roupa, dar banho, comprar brinquedo, cantar/ler histórias, dar comida e preparar comida; e pais, mais do que mães, mencionam como desagradável comprar roupa; nas avaliações de facilidade *versus* dificuldade das tarefas, em que mães, mais do que pais, consideram fácil trocar fralda, dar banho

17 Análises estatísticas feitas com o software STATISTICA 6.0 (StatSoft Inc, USA).

e preparar alimento, ao passo que pais, mais do que mães, apontam como mais fácil disciplinar/educar, e como mais difícil preparar comida, pôr para dormir de dia, trocar fralda, dar banho, comprar roupa e comprar brinquedo.¹⁸ Em conjunto, há mais diferenças em favor de mães quanto a tarefas agradáveis, e mais diferenças em favor de pais quanto a tarefas difíceis, sugerindo que o gradiente de prazer-desprazer é mais nítido para as mães, enquanto o de facilidade-dificuldade é mais nítido para os pais. É interessante notar também que as avaliações positivas (prazer e facilidade) são mais numerosas do que as negativas (desprazer e dificuldade), o que pode refletir, entre outros fatores, algum efeito de desejabilidade social das respostas. É importante lembrar¹⁹ que a pergunta não requeria que os pais indicassem, para cada tarefa, se era agradável ou desagradável, fácil ou difícil, e sim que indicassem quais as tarefas mais agradáveis ou desagradáveis e mais fáceis ou mais difíceis; portanto, a diferença no número de menções em cada categoria sugere não apenas um possível efeito de desejabilidade social, mas também confirma a sugestão de diferenças entre pais e mães em relação aos gradientes de prazer-desprazer e facilidade-dificuldade.

Tanto esses resultados estatísticos quanto a inspeção qualitativa da tabela sugerem algum grau de correlação (como seria de esperar) entre prazer/facilidade e desprazer/dificuldade. De fato, os coeficientes de correlação de Pearson são positivos nos dois casos para ambos os pais.²⁰ Haveria correlação também entre frequência

18 Os resultados estatísticos apontam ainda algumas diferenças relacionadas a NSE e a Geração II: entre as tarefas mais agradáveis, passear e brincar em favor do NSE médio alto e preparar alimento e trocar fralda em favor do NSE baixo; entre as mais fáceis, dar banho, cantar/ler, pôr para dormir de noite e disciplinar/educar, em favor do NSE baixo; e, entre as mais difíceis, pôr para dormir de noite em favor do NSE médio alto e levar ao médico em favor do NSE baixo, e dar banho e cantar/ler em favor da geração mais jovem (pais de filhos pequenos). Essas indicações serão retomadas nas considerações finais deste capítulo.

19 Confira item respectivo (pergunta 31) do questionário anexado ao Capítulo 2, *Metodologia*.

20 r de Pearson: 0,85 para prazer/facilidade (pais) e 0,70 (mãe); 0,73 para desprazer/ dificuldade (pais) e 0,85 (mães), $p < 0,01$.

de desempenho e essas avaliações? A resposta, segundo a mesma estatística, difere entre pais e mães: para os pais, há correlação positiva entre frequência de desempenho e prazer, e correlação negativa entre frequência de desempenho e dificuldade;²¹ para as mães, não há correlações significativas entre desempenho e qualquer das avaliações, ou seja, a frequência de desempenho da mãe independe de sua avaliação subjetiva das tarefas em termos de prazer ou desprazer e facilidade ou dificuldade. Esses resultados sugerem que fatores motivacionais e atitudinais potencialmente relacionados à participação no cuidado diferem entre pais e mães; e são compatíveis também com resultados relativos aos perfis dos pais em termos de tipos de tarefas (particularmente quanto ao cuidado físico, onde se concentram as tarefas que os pais consideram mais difíceis).

Em quem os pais e mães confiam para o cuidado de filhos pequenos?

O item do questionário no qual se baseia este tópico tinha a seguinte formulação: “Entre todos os cuidadores que você indicou, quem você acha que realiza bem cada uma das atividades (ou em quem você confia para: (lista de atividades)?” Não se tratando de uma pergunta fechada (confia ou não confia), os entrevistados tiveram liberdade de indicar quantos cuidadores quisessem para cada tarefa, incluindo as opções “nenhum” e “todos igualmente”.²²

Na Tabela 3 são informadas as respostas de pais e mães a respeito de confiança em si mesmos e no parceiro em relação a cada atividade, e os números relativos à participação alta em seu desempenho (maioria e muitas vezes). Para explorar a existência de relações entre confiança e participação, no caso de pais e mães foi calculado o coeficiente de correlação de Pearson.

21 r de Pearson: respectivamente, 0,50 ($p < 0,05$) e -0,67 ($p < 0,01$).

22 Devido à baixa frequência, essas últimas respostas não foram incluídas na análise.

Tabela 3 - Confiança (C) e participação (P) Mães e Pais

Atividades	Respostas de Mães				Respostas de Pais			
	Mãe		Pai		Mãe		Pai	
	C	P	C	P	C	P	C	P
Cuidado físico								
a. Trocar fralda	128	138	51	28	131	141	46	31
b. Dar banho	129	135	56	30	131	139	48	34
c. Dar comida	114	133	44	29	127	139	54	37
d. Preparar comida	122	125	29	18	134	136	34	22
e. Dormir de dia	110	104	47	22	109	111	44	31
f. Dormir de noite	125	139	72	53	126	140	84	71
g. Atender à noite	126	141	78	65	128	135	79	74
h. Atender doente	130	144	79	92	134	143	88	97
Lazer/ convivência								
j. Brincar/ distrair	98	126	103	114	92	126	99	130
k. Cantar/ ler histórias	100	120	78	74	107	122	76	78
l. Passear	131	138	109	121	119	137	114	119
m. Comprar brinquedo	127	130	97	101	122	130	98	103
Educação/ disciplina								
op. Disciplinar/ educar	125	141	107	122	114	133	113	125
Externas								
r. Levar ao médico	135	146	81	79	136	144	98**	95
s. Comprar alimento	111	115	105	118	114	111	113	124
t. . Comprar roupa	134	134	67	77	133	140	74	77
u. Outras externas	119	129	101	109	117	127	104	113
N	150				150			

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Há consenso entre os genitores quanto à frequência de participação alta, ou seja, pais e mães apresentam, em média, o mesmo número de menções à participação de cada parceiro, ficando as médias das mães em cerca de 90% e as do pai em torno de 50%. Também há consenso nas menções de confiança: mães e pais confiam no parceiro e em si mesmos. Entretanto, a comparação das menções de confiança na mãe e no pai, por ambos os respondentes, por meio da correlação entre confiança e participação, encontra coeficientes de correlação mais baixos para a mãe do que para o pai, o que indica

relativamente menos confiança na mãe em proporção à sua participação.²³

Na Tabela 4 constam as respostas conjuntas de pais e mães sobre os demais cuidadores, agrupados por sexo e por parentesco, sobre os mesmos itens (confiança e participação alta), mas apenas para as tarefas nas quais havia um número minimamente expressivo de menções de participação alta, o que resultou na exclusão de cinco tarefas. Para explorar a existência de relações entre confiança e participação para os dados relativos aos demais cuidadores (cujo N varia em cada categoria) foram calculadas porcentagens médias e aplicado o teste *t* de diferença de médias.

Tabela 4 – Confiança (C) e participação (P) Outros cuidadores (respostas de pais + mães)

Atividades	Por sexo ¹				Por parentesco ²			
	Feminino		Masculino		Familiares		Não familiares	
	C	P	C	P	C	P	C	P
Cuidado físico								
a. Trocar fralda	221	176	12	2	144	73	89	105
b. Dar banho	201	176	13	5	135	86	79	95
c. Dar comida	211	183	7	2	127	80	91	105
d. Preparar comida	190	168	6	4	115	78	81	94
e. Dormir de dia	190	183	13	7	112	90	91	100
f. Dormir de noite	46	35	6	4	35	31	17	8
g. Atender à noite	37	15	5	0	28	11	8	5
h. Atender doente	69	63	10	4	64	43	15	24
Lazer/ convivência								
j. Brincar/ distrair	181	196	35	29	154	140	62	85
k. Cantar/ ler história	164	143	19	13	127	105	56	51
l. Passear	104	85	16	7	100	68	20	20
Educação/ disciplina								
op. Disciplinar/ educar	88	83	15	9	87	70	14	22
N	375		53		296		132	

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

23 *r* de Pearson - ($p < 0,01$) Auto-confiança: Pai= $0,97 \pm 0,06$ / Mãe= $0,69 \pm 0,19$; Confiança no parceiro: Mãe-Pai= $0,97 \pm 0,06$ / Pai-Mãe ($p < 0,02$) = $0,55 \pm 0,22$.

Quanto aos demais cuidadores, há menos confiança nos cuidadores do sexo masculino do que nas cuidadoras, o que se coaduna com sua frequência de participação. Entre familiares e não familiares, no entanto, essa relação não se mantém: não há diferença significativa entre as médias de confiança (teste *t*), embora a média de participação de não familiares seja mais alta do que a de familiares – o que sugeriria alguma independência entre participação e desempenho no caso dos familiares, tal como se verifica para o pai. Este resultado deve ser lido com cautela, porque provavelmente reflete um efeito de interação entre gênero e parentesco: não há cuidadores não familiares do sexo masculino, portanto é possível que a ausência de diferença entre familiares e não familiares em termos de confiança esteja escondendo a diferença de confiança entre mulheres e homens familiares.

Apesar dessas limitações estes resultados sugerem algumas possibilidades interessantes. Em primeiro lugar, é preciso apontar mais uma vez que eles podem estar refletindo em parte a desejabilidade social das respostas no caso das avaliações da mãe em relação ao pai, e talvez também em relação aos cuidadores familiares: embora, como já foi visto, a pergunta não solicitasse que as mães informassem em quem não confiam – o que seria uma pergunta potencialmente constrangedora – poderia ainda haver alguma pressão social no sentido de manifestar confiança em relação a pessoas próximas; no entanto, isso parece se aplicar apenas (ou mais) em relação a parentes do sexo feminino (à exceção do pai), e portanto se poderia supor que a pressão social é mais forte em relação ao companheiro do que a outros parentes. Por outro lado, o menor grau de confiança em relação à mãe, tanto por parte do pai quanto da própria mãe, abre outras possibilidades: um certo número de mães desempenha (por falta de alternativa, por perceber como parte de duas funções, ou por outros motivos) tarefas em relação às quais não expressa autoconfiança; ou, de forma complementar ou alternativa, a mãe é mais crítica em relação a seu próprio desempenho do que ao de outros cuidadores – e esta poderia também ser uma justificativa para as respostas do pai em

relação a ela. Já em sua autoavaliação, o pai não apresenta o mesmo grau de auto-crítica, sugerindo que não é por falta de auto-confiança que os pais apresentam participação baixa em algumas tarefas. A maior confiança em relação às cuidadoras do que aos cuidadores do sexo masculino é compatível com noções de senso comum relativas à maior confiabilidade de mulheres para o cuidado de crianças pequenas e também à maior confiabilidade de familiares em comparação com não familiares, caso seja deslindado o possível efeito de interação gênero-parentesco apontado anteriormente.²⁴

A prevalência materna e feminina no cuidado de crianças pequenas: considerações finais

Os resultados descritos e comentados aqui evidenciam uma clara prevalência do cuidado feminino, particularmente na categoria de cuidado físico. Em termos da classificação de Born (1996), apenas cuidadoras mulheres seriam classificadas como primárias (predominantemente a mãe).²⁵ Há maior diversidade de cuidadoras mulheres, tanto familiares quanto não familiares, ao passo que os cuidadores homens incluem apenas, além do pai, avôs paternos, tios e irmãos, os quais, na maioria dos casos, seriam classificados como cuidadores terciários (categoria onde também se encontram algumas cuidadoras, por exemplo, a única bisavó, vizinhas e amigas). Assim, ainda que as mães apareçam como as principais responsáveis pelo cuidado, é predominantemente com outras mulheres que tendem a compartilhá-lo, particularmente quanto ao cuidado físico. Entre os cuidadores homens, o compartilhamento mais comum se refere às atividades de

24 Este e outros efeitos possíveis de interação entre os diversos fatores potencialmente relevantes para as análises a respeito do compartilhamento do cuidado e da participação dos cuidadores estão sendo tratados por meio de uma análise estatística mais elaborada, e serão alvo de outra publicação.

25 Ver neste livro, no capítulo intitulado *Rede de cuidadores envolvidos no cuidado cotidiano de crianças pequenas*.

lazer/convivência (especialmente brincar), e, apenas no caso do pai, há compartilhamento de educação/disciplina e atividades externas. Alguns outros indícios de critérios de compartilhamento, inclusive em relação às cuidadoras mulheres, são sugeridos pelos perfis dos cuidadores. Por exemplo, a participação reduzida de babás em educação/disciplina, para a qual Moreira e Biasoli-Alves (2007) relatam uma possível justificativa: os pais e mães entrevistados em seu estudo informam que a babá colabora mais no cuidado (físico) do que em educação, o que atribuem ao fato de babás em geral terem menor nível de escolaridade; a participação de irmãs se concentra em brincar, ao passo que outras cuidadoras (adultas) tendem a participar em algum grau de atividades diurnas de cuidado físico, além de lazer/convivência.

Os resultados sobre confiança requerem uma exploração futura mais detalhada, mas a avaliação subjetiva das tarefas produziu um indício interessante: para as mães, a participação independe da avaliação subjetiva quanto a prazer *versus* desprazer e facilidade *versus* dificuldade, o que não ocorre para os pais. Essa diferença sugere atitudes subjacentes diversas em relação ao cuidado e que podem refletir disposições psicológicas diversas entre os gêneros: se a mãe assume, como sugerem os resultados descritos em itens anteriores, que lhe cabe (por direito ou por dever) o lugar de cuidadora principal, seu desempenho das tarefas será regulado pela necessidade de execução das tarefas, e não pelo grau de prazer ou dificuldade que envolvem; já no caso do pai, como cuidador complementar ou esporádico, há mais espaço para a regulação por esses fatores. Assim, o pai poderá desenvolver com mais frequência atividades que mais lhe agradam. Por outro lado, há que levar em conta que, tipicamente, a socialização das meninas tende a prepará-las para certas tarefas de cuidado (particularmente de cuidado físico), o que não se dá na mesma medida no caso dos meninos, o que poderia estar se expressando na maior dificuldade que os pais percebem nessas tarefas. Em contrapartida, embora sem alcançar expressão estatística, há uma tendência de avaliação subje-

tiva mais positiva de educação/disciplina por parte dos pais do que das mães, o que poderia sugerir a hipótese de que os pais se sentem mais preparados e confortáveis nessas tarefas tradicionalmente mais atribuídas a eles, a ser verificada em outras amostras e/ou com outra metodologia. Essas são questões que abordagens qualitativas também poderiam contribuir para iluminar e aprofundar. Em síntese, tais dados corroboram a afirmação de Georgas, Berry e Kagitçibasi (2006, p. 238) de que “o papel do pai como uma figura de autoridade e de provedor mudou mais do que o da mãe como cuidador primário.”

Como observação paralela, é interessante retomar as diferenças encontradas quanto a NSE,²⁶ algumas das quais são sugestivas: brincar e passear como tarefas mais prazerosas no NSE médio alto em contraste com o baixo pode estar refletindo simplesmente condições de vida que favorecem os recursos e a disponibilidade para essas atividades; ao passo que levar ao médico como tarefa difícil no NSE baixo, em contraste com o alto, pode refletir a maior dificuldade de acesso e acolhimento nos serviços de saúde para os pais que não podem dispor de atendimento privado.

Carvalho e colaboradores (2008) refletem a respeito de práticas e concepções do cuidar como papel feminino, examinando os pontos de vista psicobiológico e histórico-cultural. Os presentes dados desenham o mesmo quadro geral descrito na revisão dessas autoras, na qual se evidencia a prevalência feminina em tarefas de cuidado em contextos diversificados e em vários níveis de cuidado, da maternagem a profissões que envolvem cuidar. Segundo sua análise, o enfoque psicobiológico baseia-se no argumento do maior investimento parental feminino, que justificaria especializações e predisposições das mulheres para o cuidar, ao passo que argumento histórico-cultural enfatiza a identificação com modelos como mecanismo fundamental da preservação cultural dos papéis dos gêneros. Não cabe retomar essa discussão no contexto da presente análise que, no entanto, con-

26 Ver Nota 21.

firma a persistência da prevalência feminina no caso do cuidado de crianças pequenas e deixa espaço para ambos os pontos de vista ou, como propõem Carvalho e colaboradores (2008), para um esforço de integração entre estes.

Os presentes dados não encaminham à superação da dicotomia natureza-cultura, mas levantam questões de interesse para sua discussão e para aprofundamento neste e em outros estudos:²⁷ o que subjaz à prevalência feminina, e particularmente da mãe, no nível micro do cuidado cotidiano e na especificidade das tarefas de cuidado? Disponibilidade de tempo relacionada a condições de trabalho? Diferenças de motivação e de competência? Estereótipos culturais ainda prevalentes em um momento aparentemente de transição na divisão social do trabalho? A interação e o modo de operação desses e de outros fatores ainda constituem desafios para a pesquisa e a prática relativas ao cuidado parental.

Referências

ARAÚJO, Clara; SCALON, Maria Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Maria Celi (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 15-77.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Maria Celi. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 45-68, out., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n62/a03v2162.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felicia; SCALON, Maria Celi (Org.). *Novas conciliações e antigas tensões: gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. São Paulo: EDUSC, 2007.

ARRIAGADA, Irma. Nuevas familias para un nuevo siglo? *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 10, p. 28-35, jan./jul., 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v10n18/03.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

27 Ver neste livro, os capítulos intitulados respectivamente: *O imaginário sobre mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico de pais e mães de distintas inscrições socioeducacionais e gerações - Salvador* e *Quem cuida de quem? repensando as práticas familiares e a divisão do tempo/trabalho*.

ARRIAGADA, Irma (Coord.). *Famílias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros*. Santiago: CEPAL, 2007.

BARBOSA, C. F.; CAVALCANTI, V. R. S. Século XXI – Já é visível o trabalho feminino no Brasil? In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA DA UCSAL, 11., 2008, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: UCSAL, 2008.

BERALDO, Katharina E.; CARVALHO, Ana M. Ouvindo educadoras de creche sobre suas experiências no trabalho. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 35-49, jun., 2006. Disponível em: <<http://www.sbponline.org.br/revista2/vol14n1/PDF/v14n01a06.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

BORGES, Angela. Reestruturação produtiva, família e cuidado: desafios para políticas sociais. In: BORGES, Angela; CASTRO, Mary G. (Org.). *Família, gênero, gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 179-206.

BORN, T. Cuidado ao idoso em instituição. In: PAPALÉO NETTO, Matheus (Org.). *Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada*. São Paulo: Atheneu, 1996. p. 403-414.

BRAGA, M. G. R.; AMAZONAS, M. C. L. A. Mulheres, casais e famílias em suas experiências e aventuras com a reprodução assistida. In: CERVENY, Ceneide M.O. (Org.). *Família em movimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

CAPPELLIN, P. Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise do emprego: territórios e fronteiras entre público e privado. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Maria Celi (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 240-267.

CARVALHO, Ana M. A. et al. Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultura? *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18 n. 41, p. 431-444, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n41/v18n41a02.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

CAVALCANTI, Vanessa R.; CARVALHO, Ana. M. A.; CALDEIRA, Barbara M. S. Woman the caregiver: ways of sharing childcare in two contemporary Brazilian contexts. In: BASTOS, A na C.; URIKO, Kristiina; VALSINER, Jaab (Org.). *Cultural dynamics of women's lives*. Carolina do Norte: Information Age Publishing, 2009.

CASTRO, M. G., MIRANDA, M. B. S.; ALMEIDA, N. O. G. L. Juventude, gênero, família e sexualidade: combinando tradição e modernidade. In: BORGES, Angela; CASTRO, Mary G. (Org.). *Família, gênero, gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 45-110.

CAVALCANTI, Vanessa R. A contramaré da exclusão, pobreza e trabalho: visibilidade da condição feminina no Brasil. In: CAVALCANTI, Vanessa R.; PETRINI, Giancarlo (Org.). *Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 84-110.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; CHAVES, Ulisses Herrera. Pai? quem é este?: a vivência da paternidade no novo milênio. In: MOREIRA, Lucia V.; PETRINI, Giancarlo; BARBOSA, Francisco (Org.). *O pai na sociedade contemporânea*. Bauru: EDUSC, 2010. p. 41-51.

COUTINHO, M. L. Família, emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho. In: CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 157-180.

GEISY, J. R. *Tabelas científicas*. Basilea: Ciba-Geigy Co, 1965.

GEORGAS, James; BERRY, J. W.; KAGITÇIBASI, Ç. Synthesis: how similar and how different are families across cultures? In: GEORGAS, James et al. *Families across cultures: a 30-nation psychological study*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 186-240.

DELCOR, Núria S. et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Cad. de saúde pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 187-196, jan./fev., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n1/35.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

DESSEN, Maria A; POLÔNIA, Ana C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

ENRIQUEZ, C. R. Economía del cuidado y política econômica: una aproximación a sus interrelaciones. In: REUNIÓN DE LA MESA DIRECTIVA DE LA CONFERENCIA REGIONAL SOBRE LA MUJER DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 38., 2005, Mar Del Plata. *Anais ...* Mar Del Plata: CEPAL, 2005.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

JABLONSKI, Bernardo. O cotidiano do casamento e a difícil e conflituosa divisão de tarefas e responsabilidades. In: CARNEIRO, Terezinha (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 203-228.

MACHADO, Nílson José. Notas para uma antropologia da dádiva. In: _____. *Conhecimento e valor*. São Paulo: Moderna, 2004.

MOREIRA, Lucia V. C.; ALVES, Zélai M. As famílias e seus colaboradores na tarefa de educar os filhos. *Rev. Bras. Crescimento Desenvol. Hum.*, São Paulo, n. 17, v. 1, p. 26-38, 2007. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rbcdh/v17n1/03.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

SILVA, C. N.; ANASTÁCIO, S. M. G. O descompasso entre a função parental e a dupla carreira dos pais. In: MOREIRA, Lucia; CARVALHO, Ana M. A. (Org.). *Família e educação: olhares da psicologia*. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 197- 208.

SORJ, Bila et al. *Trabalho e responsabilidades familiares: um estudo sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: OIT, 2004. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/trabalhoresponsabilidadesfamiliares_bilasorj.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2012.

TORRES, Anália. Casamento: tempos, centramento, gerações e gênero: dossiê gênero, idades, gerações. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 42, p. 405-429, 2004.

WAGNER, Adriana et al. Compartilhar tarefas? papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 181-186, maio/ago., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n2/a08v21n2.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

WANG, May-lin; JABLONSKI, Bernanrdo; MAGALHÃES, Andrea S. Identidades masculinas: limites e possibilidades. *Psicologia em revista*, Belo Horizonte, v. 12, n. 19, p. 54-65, jun., 2006. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/243/252>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

Anexo A – Participação nas atividades (respostas de pais + mães)

Quadro 1 – MÃE

Atividades	N	Maioria	Mtas vezes	Às vezes	Nunca	s/ resp
Bloco 1. Cuidado físico		n %	n %	n %	n %	n %
a. Trocar fralda	300	142 47,3 *1 ***2	137 45,7 *2 ***1	21 7,0	0	
b. Dar banho	300	149 49,7 *1 ***2	125 41,7 *2 ***1	26 8,7	0	
c. Dar comida	300	135 45,0 ***2	137 45,7 ***1	27 9,0	1 0,3	
d. Prep comida	300	152 50,7 ***2	109 36,3	30 10,0 *2	9 3,0 *2	
e. Dormir dia	300	122 40,7 *1	93 31,0	65 21,0	19 6,3	1 0,3
f. Dormir noite	300	171 57,0 *1	108 36,0	20 6,7	1 0,3	
g. Atender noite	300	161 53,7	115 38,3	19 6,3	5 1,7	
h. Atender doente	300	137 45,7 ***2	150 50,0	7 2,3	2 0,7	4 1,3
Bloco 2 Lazer/conviv.						
j. Brincar	300	62 20,7 ***2	190 63,3	43 14,3	5 1,7	
k. Cantar/ ler	300	95 31,7	147 49,0	36 12,0	19 6,3	3 1,0
l. Passear	300	62 20,7	213 71,0	19 6,3	6 2,0	
m. Comprar brinqu.	300	105 35,0 ***2	155 51,7 *2	29 9,7 ***1	11 3,7	
Bloco 3 Educação/disc.						
op. Disc./ educar	300	81 27,0 ***2	193 64,3 ***1	20 6,7	6 2,0	
Bloco 4: Externas						
r. Levar médico	300	143 47,7 *1 **2	147 49,0 *2 **1	8 2,7 *1	2 0,7	
s. Comp.alimento	300	72 24,0	154 51,3	40 13,3 *1	34 11,3	
t. Comp. roupa	300	149 49,7 ***2	125 41,7	18 6,0 *1	8 2,7	
u. Outras externas	300	62 20,7 ***2	194 64,7 *2 ***2	10 3,3	7 2,3	27 9,0

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011). X2 a 95%

* NSE: 1baixo > alto/ 2alto > baixo ** Gênero: 1pai > mãe/ 2 mãe > pai

*** Geração conceito 2: caçulas pgnos(p) x caçulas grandes(g): 1pequenos > grandes/ 2gdes > pgnos

Quadro 2 – PAI

Atividades	N	Maioria	Mtas vezes	Às vezes	Nunca	s/ resp
Bloco 1: Cuidado físico		n %	n %	n %	n %	n %
a. Trocar fralda	300	3 1,0	56 18,7	163 54,3	78 26,0	-
b. Dar banho	300	3 1,0	61 20,3	128 42,7	108 36,0 ***2	-
c. Dar comida	300	1 0,3	65 21,7	148 49,3	86 28,7	-
d. Prep comida	300	2 0,7	38 12,7	77 25,7 *1	183 61,0	-
e. Dormir dia	300	4 1,3	49 16,3	117 39,0 *1	129 43,0 *2	1 0,3
f. Dormir noite	300	20 6,7	104 34,7 ***2	104 34,7	72 24,0 ***1	-
g. Atender noite	300	32 10,7 ***2	107 35,7	96 32,0	65 21,7	-
h. Atender doente	300	9 3,0	180 60,0	75 25,0	32 10,7	4 1,3
Bloco 2 Lazer/conviv.						
j. Brincar	300	46 15,3	198 66,0	41 13,7	15 5,0	-
k. Cantar/ ler	300	30 10,0	122 40,7	83 27,7	62 20,7	3 1,0
l. Passear	300	19 6,3	221 73,7 *2	46 15,3 *1	14 4,7	-
m. Comprar brinq.	300	23 7,7	181 60,3 *2	44 14,7	52 17,3 *1	-
Bloco 3 Educação/disc.						
op. Disc./ educar	300	42 14,0	205 68,3	43 14,3	10 3,3	-
Bloco 4: Externas						
r. Levar médico	300	12 4,0	162 54,0 *2	73 24,3	53 17,7 *1	-
s. Comp.alimento	300	84 28,0	158 52,7	30 10,0	28 9,3	-
t. Comp. roupa	300	27 9,0 *1	127 42,3	57 19,0	89 29,7	-
u. Outras externas	300	17 5,7	205 68,3 *2	28 9,3	23 7,7 *1	27 9,0

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Quadro 3 – AVÓ MATERNA

Atividades	N	Maioria	Mtas vezes	Às vezes	Nunca	s/ resp
Bloco 1 Cuidado físico		n %	n %	n %	n %	n %
a. Trocar fralda	102	11 10,8 ***2	30 29,4	49 48,0	12 11,8	-
b. Dar banho	102	13 12,7	30 29,4	40 39,2	15 14,7 ***1	1 0,98

c. Dar comida	102	14 13,7	34 33,3	45 41,1 *2	9 8,8	-
d. Prep comida	102	16 15,7 *1	31 30,3	28 27,5 *2	27 26,5 ***1	-
e. Dormir dia	102	15 14,7 *1	33 32,3	37 36,2	16 15,7	1 0,98
f. Dormir noite	102	5 4,9	12 11,8	26 25,5	59 57,8 ***1	-
g. Atender noite	102	5 4,9	2 1,96	11 10,8 ***1	84 82,3	-
h. Atender doente	102	4 3,9	21 20,5	35 34,3	40 39,2	2 1,96
Bloco 2 Lazer/conviv.						
j. Brincar	102	3 2,9	50 49,0	38 37,3 *2	11 10,8	-
k. Cantar/ ler	102	3 2,9	45 44,1	37 36,3	17 16,7 ***2	-
l. Passear	102	2 1,96 ***1	26 25,5	42 41,2	31 30,4	1 0,98
m. Comprar brinq.	102	1 0,98	30 29,4	29 28,4	42 41,8	-
Bloco 3 Educaç/disc.						
op. Disc./ educar	102	4 3,9	34 33,3	39 38,2	25 24,5	-
Bloco 4: Externas						
r. Levar médico	102	-	9 8,8	21 20,5 ***1	72 70,6 ***1	-
s. Comp.alimento	102	1 0,98	10 9,8	23 22,5	68 66,7	-
t. Comp. roupa	102	2 1,96	20 19,6	27 26,5	53 52,0	-
u. Outras externas	102	1 0,98	14 13,7	24 23,5	53 52,0	10 9,8

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Quadro 4 - BABÁ

Atividades	N	Maioria	Mtas vezes	Às vezes	Nunca	s/ resp
Bloco 1 Cuidado físico		n %	n %	n %	n %	n %
a. Trocar fralda	114	36 31,6	59 51,8	17 14,9 ***2	2 1,8	-
b. Dar banho	114	30 26,3	57 50,0	19 16,7 ***2	8 7,0	-
c. Dar comida	114	42 36,8	53 46,5	17 14,9 ***2	2 1,6	-
d. Prep comida	114	34 29,8 ***1	48 42,1	18 15,8 *2 ***2	13 11,4 *2	1 0,9
e. Dormir dia	114	57 50,0 *2 ***1	37 32,5	17 14,9 ***2	2 1,8	1 0,9
f. Dormir noite	114	3 2,6	5 4,4	15 13,1 ***1	91 79,8 ***2	-

g. Atender noite	114	2 1,8	3 2,6 * ₁	3 2,6	106 93,0	-
h. Atender doente	114	-	17 14,9	28 24,6 * ₂	65 57,0 *** ₂	4 3,5
Bloco 2 Lazer/conviv.						
j. Brincar	114	12 10,5	63 55,3	31 27,2	8 7,0	-
k. Cantar/ ler	114	6 5,3	43 37,7	29 25,4	35 30,7 *** ₂	1 0,9
l. Passear	114	5 4,4	18 15,8	24 21,0	67 58,8	-
m. Comprar brinq.	114	-	1 0,9	1 0,9	112 98,2 * ₂	-
Bloco 3 Educaç/disc.						
op. Disc./ educar	114	2 1,8	19 16,7	41 36,0	52 45,6	-
Bloco 4: Externas						
r. Levar médico	114	-	4 3,5	8 7,0	102 89,5	-
s. Comp.alimento	114	1 0,9	2 1,8	12 10,5	99 86,8 *** ₂	-
t. Comp. roupa	114	-	1 0,9	-	113 99,1 * ₂	-
u. Outras externas	114	5 4,4	7 6,1	12 10,5	90 78,9	-

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Quadro 5 – OUTROS CUIDADORES - SEXO FEMININO

Atividades	N	Maioria	Mtas vezes	Às vezes	Nunca	s/ resp
Bloco 1 Cuidado físico		n %	N %	n %	n %	n %
a. Trocar fralda	159	12 7,5	28 17,6	92 57,8	27 17	
b. Dar banho	159	9 5,7	35 22	81 50,9	33 20,7	
c. Dar comida	159	7 4,4	33 20,7	85 53,4	34 21,4	
d. Prep comida	159	9 5,7	32 20,1	54 33,9	66 41,5	
e. Dormir dia	159	6 3,8	26 16,3	72 45,3	44 27,6	
f. Dormir noite	159	1 0,6	9 5,7	44 27,6	105 66	
g. Atender noite	159	0	4 2,5	26 16,3	129 81,1	
h. Atender doente	159	1 0,6	16 10	24 15	97 61	4 2,5
Bloco 2 Lazer/conviv.						
j. Brincar	159	0	68 42,7	73 45,9	14 8,8	
k. Cantar/ ler	159	0	46 28,9	68 42,7	40 25,1	
l. Passear	159	2 1,2	32 20,1	47 29,5	78 49	
m. Comprar brinq.	159	1 0,6	25 15,7	38 23,9	95 59,7	
Bloco 3 Educaç/disc.						
op. Disc./ educar	159	2 1,2	24 15	68 42,7	65 40,9	
Bloco 4: Externas						
r. Levar médico	159	1 0,6	6 3,8	21 13,2	131 2,4	

s. Comp.alimento	159	1 0,6	6 3,8	23 14,5	129 81,1	
t. Comp. roupa	159	1 0,6	17 10,7	33 20,7	108 67,9	
u. Outras externas	159	0	24 15	31 19,5	89 55,9	

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Avó paterna (N=36) Cunhada (N=1) Amiga (N=5)

Tia (N=65) Prima (N=9) Vizinha (N=4)

Irmã (N=29) Bisavó (N=1) Auxiliar doméstica (N=9)

Total: 159

Quadro 6 - OUTROS CUIDADORES - SEXO MASCULINO

Atividades	N	Maioria	Mtas vezes	Às vezes	Nunca	s/ resp
Bloco 1 Cuidado físico		n %	N %	n %	n %	n %
a. Trocar fralda	53	0	2 3,8	13 24,5	38 71,7	
b. Dar banho	53	0	5 9,4	13 24,5	35 66	
c. Dar comida	53	0	2 3,8	18 34	33 62,2	
d. Prep comida	53	0	4 7,5	8 9,4	44 83	
e. Dormir dia	53	0	7 13,2	12 22,6	33 62,2	1 1,8
f. Dormir noite	53	1,8	3 5,7	8 15	41 77,3	
g. Atender noite	53	0	0	8 15	45 84,9	
h. Atender doente	53	0	4 7,5	13 24,5	35 66	1 1,8
Bloco 2 Lazer/conviv.						
j. Brincar	53	0	29 54,7	20 37,7	4 7,5	
k. Cantar/ ler	53	0	13 24,5	16 30,1	24 45,2	
l. Passear	53	0	7 13,2	17 32	29 54,7	
m. Comprar brinq.	53	0	7 13,2	16 30,1	30 56,6	
Bloco 3 Educaç/disc.						
op. Disc./ educar	53	0	9 17	21 39,6	24 45,2	
Bloco 4: Externas						
r. Levar médico	53	0	2 3,8	15 25,3	36 67,9	
s. Comp.alimento	53	0	3 5,7	11 20,7	39 73,6	
t. Comp. roupa	53	0	4 7,5	9 17	40 75,4	
u. Outras externas	53	0	8 15	11 20,7	30 56,6	

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Avô materno (N= 14)

Avô paterno (N=10)

Tio (N=15)

Irmão (N=14)

Total: 53

Anexo B – Atividades mais compartilhadas pelas mães (respostas maioria + muitas vezes) Por NSE

Tabela 1 – Cuidadores mais frequentes

Atividade	NSE médio alto				NSE baixo			
	Mãe (300)	Pai (300)	AvóM (41)	Babá (93)	Mãe (300)	Pai (300)	AvóM (61)	Babá (21)
Trocar fralda	139 46,3	31 10,3	12 29,2	80 86,0	140 46,7	28 9,3	29 47,5	15 71,4
Dar banho	134 44,7	36 12,0	11 26,8	72 74,4	135 45,0	28 9,3	35 57,4	15 71,4
Dar comida	131 43,7	28 9,3	14 34,1	78 83,8	139 46,3	38 12,7	34 55,7	17 81,0
Prep. comida	121 40,3	25 8,3	16 39,0	73 78,5	140 46,7	15 5,0	31 50,8	9 42,9
Dormir de dia	102 34,0	25 8,3	14 34,1	79 84,9	113 37,7	28 9,3	34 55,7	15 71,4
Brincar	135 45,0	126 42,0	16 39,0	62 69,8	141 47,0	118 39,3	37 60,7	10 47,6

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Tabela 2 – Outros cuidadores: sexo feminino familiares

Atividade	NSE médio alto				NSE baixo			
	Tia (24)	AvóP (19)	Irmã (12)	Prima (2)	Tia (43)	AvóP (17)	Irmã (17)	Prima (7)
Trocar fralda	7 29,1	0 0	2 16,7	2 100,0	11 25,6	1 5,9	4 23,5	7 77,8
Dar banho	8 33,3	1 5,3	1 8,3	2 100,0	11 25,6	2 11,8	7 41,1	6 22,2
Dar comida	6 25,0	1 5,3	2 16,7	1 50,0	12 27,9	1 5,9	1 5,9	6 22,2
Preparar comida	6 25,0	1 5,3	2 16,7	0 0	10 23,3	2 11,8	2 11,8	4 44,4
Dormir de dia	6 25,0	2 10,5	1 8,3	2 100,0	9 20,4	1 5,9	7 41,1	7 77,8
Brincar	5 20,8	7 37,8	8 66,7	1 50,0	15 34,8	7 41,1	12 70,5	7 77,8

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Tabela 6 – Outros cuidadores: sexo feminino não familiares

Atividade	NSE médio alto			NSE baixo		
	Empregada*(9)	Vizinha (0)	Amiga (2)	Empregada (0)	Vizinha (4)	Amiga (3)
Trocar fralda	5 55,6		0 0		2 50,0	2 66,7
Dar banho	4 44,4		0 0		3 75,0	1 33,3
Dar comida	5 55,6		0 0		2 50,0	2 66,7
Preparar comida	6 66,6		1 50		2 50,0	2 66,7
Dormir de dia	4 44,4		1 50		4 100,0	2 66,7
Brincar	6 66,6		1 50		1 25,0	3 100,0

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

* Outra empregada além da babá

Tabela 7 – Outros cuidadores: sexo masculino

Atividade	NSE médio alto				NSE baixo			
	Tio (10)	AvôM (6)	AvôP (8)	Irmão (8)	Tio (5)	AvôM (8)	AvôP (2)	Irmão (6)
Trocar fralda	1 10,0	1 16,7	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0
Dar banho	2 20,0	1 16,7	0 0	0 0	0 0	2 25,0	0 0	0 0
Dar comida	0 0	1 16,7	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	1 16,7
Preparar comida	0 0	1 16,7	0 0	0 0	0 0	2 25,0	0 0	0 0
Dormir de dia	1 10,0	1 16,7	0 0	1 12,5	1 20	1 12,5	0 0	2 33,3
Brincar	4 40,0	4 66,6	3 37,5	7 87,5	0 0	2 25,0	1 50	6 100,0

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Notas

- 1 Confiança: sexo masculino (md= 25; dp= 16) X feminino (md= 38; dp= 18), $t=1,91$ ($p<0,05$); Participação: sexo masculino (md= 14; dp= 14) X feminino (md=34; dp= 17), $t=3,05$ ($p<0,05$).
- 2 Confiança: familiares (md= 35; dp=14) X não familiares (md= 39; dp= 26), t - NS. Participação: familiares (md= 25; dp= 14) X não familiares (md= 45; dp=31), $t= 2,12$, $p< 0,05$.

Participação dos avós no cuidado cotidiano dos netos pequenos

Elaine Pedreira Rabinovich
Tâmara Azevedo

Introdução

Este estudo é parte de um projeto mais amplo denominado *Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos*,¹ desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador (Ucsal). Seu recorte compreende a participação dos avós no cuidado cotidiano de netos pequenos.

Os avós tornaram-se objeto de estudo, quer ligado a aportes sociofamiliares, quer a abordagens etológicas, devido à queda na taxa de nascimentos e de estabilidade conjugal e ao aumento da expectativa de vida e da mobilidade residencial, conforme veremos a seguir.

Dados demográficos apontam o crescimento do número de idosos no Brasil e no mundo. A taxa de crescimento da população brasileira com mais de 60 anos é maior do que a da população total.

1 Fonte de dados: Projeto *Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos*. Apoio CNPQ – Processo 402906/2008-0.

Tais mudanças relacionam-se às mudanças na economia e nos modos de vida. Uma de suas consequências foi a reconfiguração dos modos de solidariedade entre as gerações na família e nas relações entre indivíduos, sociedade e estado. Tais transformações acarretaram mudanças nas divisões do trabalho e de funções dos membros da família. (MOTTA, 1999) Com o aumento da taxa de divórcio e a custódia dos filhos geralmente dada às mães, os vínculos matrilineares ficam fortalecidos e os homens tendem a ser marginalizados das famílias. Segundo Euler e Michalski (2007), o papel da avó materna pode vir a se tornar mais importante no futuro do que foi no passado.

Houve aumento da condição do idoso como elemento central na família, como provedor, principalmente em famílias com dificuldades socioeconômicas e desemprego, o que Motta (1999) denomina solidariedade entre as gerações.

Nos Estados Unidos, há aproximadamente seis milhões de crianças sendo cuidadas por seus avós ou outros parentes. Quatro milhões e meio de crianças estão vivendo na casa dos avós. (ANSWERS-4FAMILIES, 2010) Igualmente no Brasil, observam-se os avós ocupando cada vez mais o papel de provedor nas famílias contemporâneas. (BARROS, 1987; ARAÚJO; DIAS, 2002; PEIXOTO, 2004) Na maioria das vezes, idosos têm contribuído para o orçamento familiar com sua aposentadoria. O *status* de aposentado dá ao idoso, geralmente, uma imagem de sujeito inativo. Segundo Simões (2004), no Brasil, essa visão dos idosos vem mudando ao longo do tempo para uma imagem mais positiva, por meio da luta política de aposentados e pensionistas nas últimas décadas. Esses idosos buscaram desconstruir a representação dos mais velhos como um encargo para a família e para a sociedade e lutaram contra os estigmas de inatividade, passividade e decrepitude associados à velhice. (SIMÕES, 2004)

Peixoto (2004) destaca que desemprego, divórcio, viuvez, filhos que não saem nunca de casa são as razões que explicam porque, no Brasil, as gerações mais velhas coabitam cada vez mais com jovens, principalmente nas famílias das camadas populares. A coabitação é

um elemento muito importante na solidariedade familiar tanto nos períodos mais difíceis da vida dos filhos quanto na viuvez dos pais, principalmente da mãe. (PEIXOTO, 2004) O apoio também acontece no sentido inverso: no caso de aposentados que têm nível de vida modesto, são os filhos que ajudam os pais.

Aportes da teoria evolucionista

Euler e Michalski (2007), por sua vez, apontam que o investimento dos avós não pode ser compreendido adequadamente sem a consideração de suas consequências darwinianas de adaptação. Esses autores apontam para a estratégia reprodutiva específica a cada sexo e para a incerteza quanto à relação como fundamentais para se compreender esse investimento. Enquanto o investimento materno é sempre obrigatório, o paterno vai depender de circunstâncias socioecológicas, como condições de subsistência, sistema de acasalamento e de parentesco, divisão do trabalho, padrão residencial, linhagem, controle de recursos e regras de herança. Contudo, a assimetria entre o tipo de investimento relativo aos sexos tem consequências de longo alcance, também na área da solidariedade intergeracional.

Os pais são sempre os mediadores das relações entre avós e netos, de onde, para os autores acima citados, a análise evolucionária dos avós lança luz sobre as relações entre as gerações. Para eles, o investimento na progenitura e na intimidade emocional de díades intergeracionais é fortemente estruturado. Esses autores assumem que a ajuda das avós maternas permitiu às mães atingir um intervalo mais curto entre os nascimentos, aumentando, assim, a fertilidade de sua filha e diminuindo a mortalidade de seus netos.

No entanto, as avós apenas poderiam ajudar suas filhas se tivessem um *surplus* de recursos, o que foi fornecido pela menopausa. Euler e Michalski (2007), apoiados em inúmeros estudos, sugerem haver duas versões quanto à denominada Hipótese da Avó: uma fraca, referindo a menopausa apenas como a cessação da reprodução, outra

forte, acrescentando a isto o cuidado com os netos. A ajuda prestada ocorre por meio de seu tempo, da aquisição de alimento em sociedades de subsistência e, universalmente, no cuidado dos netos.

Porque o investimento é maior nos filhos das filhas do que nos filhos do filho? Um motivo seria porque os recursos dos avós são limitados; o segundo é a incerteza quanto à paternidade que, para alguns autores, seria o único fator a ser considerado. O filho pode ser ajudado, não pelo tempo despendido nem pelos cuidados com os filhos, mas pela transferência de status e riqueza “se as condições socioecológicas permitem a transformação de status e riqueza em acesso sexual.” (EULER; MICHALSKI, 2007, p. 4) Complementam estes autores afirmando que, sob condições de relativa monogamia, seja ela ecologicamente imposta como nas Idades da Pedra ou culturalmente imposta como na sociedade moderna, o investimento de tempo na filha adulta e em seus filhos deveria ser uma opção mais desejável para a mulher pós-menopausa à incerteza quanto à paternidade. Deste modo, as avós maternas estariam mais seguras quanto ao seu relacionamento com seus netos do que os demais avós. O avô materno e a avó paterna se equiparam quanto à incerteza, enquanto o avô paterno teria dois elos de incerteza.

Esses autores concluem enfatizando que o viés matrilinear outorga à avó materna um papel único e proeminente nas relações dos avós, particularmente quanto aos sentimentos de intimidade emocional, considerado o processo proximal mediador de várias formas de investimento.

Aportes da psicologia social e da psicologia do desenvolvimento

No Brasil, na década de 1980, Barros (1987) estudou a participação da geração dos avós na dinâmica familiar. Observou as mudanças empreendidas na e pela família conjugal de camadas médias urbanas e, ao mesmo tempo, a presença marcante da parentela, ape-

sar da mudança muitas vezes pensada como um projeto de separação e ruptura em relação a ela, fazendo dos avós figuras importantes no meio familiar.

Essa pesquisadora destacou momentos pelos quais passam as famílias nos quais os avós se mostram muito importantes e presentes. Como, por exemplo, a chegada do primeiro neto, como estas avós sentem o momento do parto de suas filhas como a reconstrução de seus próprios partos e, por ser uma condição comum às duas, estreita-se a aliança entre elas. Os avós aparecem igualmente como figuras importantes nas ocasiões de drama familiar (separação ou morte dos pais, por exemplo). Os avós procuram apoiar os filhos e netos, estes últimos considerados, em todos os momentos, como vítimas de um processo alheio à sua vontade (como no caso de um divórcio dos pais). Os avós veem-se como responsáveis por seus netos menores, não que pretendam assumir a paternidade, mas como condutores de seus filhos, tornando-se, assim, indiretamente, pais dos seus netos. (BARROS, 1987) Quanto à questão de gênero, Barros (1987) concluiu que o lugar que ocupam os avós na família revela a importância das linhas de descendência. A representação do papel de avós está intimamente vinculada à representação dos papéis paterno e materno.

Quase 20 anos depois, Araújo e Dias (2002) verificaram a importância dos avós para o núcleo familiar, especificamente nos casos de separação e divórcio. Especificaram, para isso, dois tipos de apoio: o emocional e o instrumental, levando em conta a influência de variáveis como distância geográfica, custódia parental, vinculação materna ou paterna, idade, situação empregatícia e estado civil. Esses fatores interferiam em um maior ou menor apoio por parte dos avós.

Igualmente, para Dias (2002), em casos de drama familiar os avós têm um importante papel, amenizando ou evitando muito sofrimento e desamparo dos filhos e netos. Na dimensão social, a autora considera os avós os principais agentes de socialização depois dos pais.

Também Peixoto (2004) aponta que as avós dão importante apoio não somente aos netos como também aos filhos em uma situa-

ção de divórcio. O apoio mais relatado pelas avós entrevistadas foi de cunho afetivo, incluindo dar conselhos, transmitir informações sobre a família, telefonar, entre outros.

Assim como Kipper e Lopes (2006), Reis e Rabinovich (2008) apontam a importância das avós maternas na educação das crianças, principalmente devido ao papel que desempenharam na educação das netas na infância. Geralmente, as avós cuidam das crianças para colaborar com as(os) filhas(os) e, em casos de necessidade extrema, acolhem os netos, em definitivo, por irresponsabilidade ou incapacidade dos pais em assumi-los. Por isso, essas autoras notaram que as avós desempenham papel que suscita reflexões sobre a sua interferência na relação dos netos com os seus pais. Nos casos apresentados nessa pesquisa, as avós desempenhavam funções educativas e afetivas, além de mantenedoras do grupo familiar. A questão central desse estudo, contudo, foi o desejo das moças de não repetir a história de suas próprias mães que continuaram submetidas, em certo sentido, ao comando materno.

Dias e Silva (2003) focalizaram a percepção que 100 jovens adultos universitários tinham da importância de seus avós. Concluíram que os avós exercem influência na vida dos netos no que diz respeito ao aspecto emocional. Os entrevistados relataram que as atividades que costumavam realizar com os avós eram conversar, visitar, afirmando que mantinham um relacionamento bom com eles desde a infância e os pais sempre foram facilitadores desta relação. A maioria dos entrevistados demonstrou preferência pela avó materna.

Carvalho, Rabinovich e Moreira (2010) realizaram um estudo que analisou a presença de fatores de gênero e de posição na rede familiar no discurso de crianças sobre os diversos membros da família. As crianças entrevistadas pertenciam a dois contextos diferentes (capital e interior) de dois estados brasileiros – Bahia e São Paulo – e a dois níveis socioeducacionais (médio e baixo). Concluíram que as crianças descrevem atributos de gênero, como cuidar, cuidar da casa e alimentar, associados ao sexo feminino. As respostas caracterizam a presença de

divisão do trabalho doméstico. Algumas funções como sustentar, disciplinar, proteger, comumente associadas ao sexo masculino, não apresentaram diferenças significativas entre pais e mães, o que aponta para uma transformação na sociedade atual quanto à divisão do trabalho doméstico, com uma tendência desta divisão ser mais igualitária. Quanto à geração, categorias como sustentar, cuidar da casa foram mais associados aos pais, enquanto permitir, dar coisas, substituir, alimentar são associados aos avós, principalmente do sexo feminino.

Na análise que focalizou especificamente as 45 crianças paulistas do estudo acima relatado (RABINOVICH; MOREIRA, 2008), os avós estiveram presentes como substitutos dos pais em sua ausência, fazendo parte da unidade familiar de trabalho, cuidando, disciplinando, transmitindo conhecimento, contando histórias. Na cidade de São Paulo, os avós vivem em casas separadas dos pais, e sua presença se dá por mimar, brincar, ensinar, ajudar e cuidar. Em uma cidade do interior do estado de São Paulo, também vivem separados, mas as avós parecem ser mais presentes, substituindo as mães em determinados momentos, cuidando e dando atenção.

O mesmo procedimento foi realizado com 60 crianças baianas de diferentes locais e camadas sociais, as quais responderam às questões que permitissem às autoras compreenderem o que estas crianças pensam sobre família e a sua composição (pai, mãe, irmãos e avós). Para Moreira, Rabinovich e Silva (2009), o principal significado dado à família por essas crianças foi aquela que cuida, ajuda, apóia, sustenta. O domicílio não foi o fator mais importante para definir família, o conceito de família expandindo o de grupo de moradia. Em geral, os avós foram descritos como aqueles que agradam, são afetivos, cuidam, além do caráter lúdico. Os avôs se assemelharam mais aos pais (brincam, agradam) e as avós se assemelharam mais às mães (cuidam, são afetuosas).

Diante do crescimento do número de idosos devido à maior expectativa de vida, à entrada da mulher no mercado de trabalho, aos novos arranjos familiares e, conseqüentemente, a uma maior partici-

pação dos avós na vida familiar, Dias e Pinto (2007) chamam atenção para um novo cenário que é a existência de três ou mais gerações de uma família convivendo juntas. Dessa forma, dedicaram-se, nesse estudo, aos bisavós, pois acreditam na necessidade de estudos sobre esta geração ainda pouco encontrada na literatura. Tiveram como objetivo compreender a percepção dos bisavós sobre seu papel e sua relação com os bisnetos. Foram entrevistados 21 bisavôs, com média de idade de 77 anos. As pesquisadoras procuraram investigar: significado e sentimentos experimentados no papel; ajuda prestada à família; dificuldades sentidas no relacionamento com os bisnetos; avaliação do relacionamento com a família; atividades desenvolvidas e frequência do contato com os bisnetos; percepção das mudanças ao longo do tempo e significado de família.

Em geral, o papel e o sentimento dos bisavós foi percebido de maneira positiva e, em sua maioria, se mostraram felizes com a família que construíram. Delimitam seu papel, acreditando que cabe aos pais a criação dos filhos, apesar de darem a sua contribuição, inclusive no aspecto financeiro. A necessidade da mediação dos pais e dos netos para uma maior aproximação dos bisavôs com os bisnetos foi apontada como fator muito importante. Entre os elementos negativos, a idade, o estado de saúde, a distância geográfica e a própria personalidade dos envolvidos foram os elementos que mais apareceram.

Rabinovich e Moreira (2008) incluíram, em seu estudo já relatado, a visão das crianças quanto aos bisavós. Embora o seu reduzido número não tenha permitido sua análise, identificou-se um diferencial em relação aos avós: os bisavós foram percebidos pelas crianças como pessoas de quem têm de cuidar, por serem tão velhinhos.

Georgas e colaboradores (2006) compararam famílias de 30 países a respeito de vários itens e papéis, inclusive o de avô e avó. Sua principal conclusão foi a de que os laços familiares permanecem apesar das mudanças socioeconômicas, entre as quais a urbanização. Não acreditam que a globalização leve a uma homogeneização dos

modos de vida familiar e avaliam que diferenças culturais continuarão a existir.

Dos 30 países descritos por pesquisadores autóctones em Georgas e colaboradores (2006), 21 declararam as famílias de seus países como sendo patriarcais, patrilineares e patrilocais, pelo menos tradicionalmente, havendo uma tendência, com a nuclearização da família devido à urbanização e ao tipo de desenvolvimento econômico, aos casais habitarem, neolocalmente, mais próximos ao trabalho do que à família. No entanto, todos relatam a permanência dos vínculos e das redes familiares.

Três países, Inglaterra, Holanda e Ucrânia, já teriam famílias nucleares desde o início do século XIX; um seria bilocal (Indonésia) e outro, matrilocal (Gana), embora patriarcal.

Portanto, houve um sistema praticamente hegemônico, associado à vida rural e à manutenção da produção agrícola e, neste sentido, ligado à propriedade, seja coletiva seja privada, em que a mulher jovem ia morar junto à família do marido face à necessidade de garantir que a prole seria legítima, ou seja, como exercício do controle da sexualidade feminina e garantia da paternidade.

A América Latina, representada por Brasil, Chile e México, revela basicamente a força da herança colonial, de um lado, e a multiplicidade de organizações familiares, por outro. Um autor citado por Loving (2006), do México, afirma haver 53 tipos de famílias possíveis. Rabinovich, Moreira e Franco (2010), replicando parcialmente este estudo de Georgas, encontraram 12 tipos de família. Do Chile, vem uma importante contribuição para entendermos a presença da matrilocidade: a ausência do homem levaria mulheres estupradas – provavelmente índias, estupradas por espanhóis – a gerir a própria família por várias gerações. Dentro de uma influência europeia colonizadora, da Espanha, a residência a partir da família da esposa, a matriuxorilocidade, ocorreria em função da ausência do homem.

Um relato único vem da Coreia do Sul, onde os recém-casados primeiramente passam três anos próximos à família da esposa para

depois se mudarem, definitivamente, para a proximidade dos parentes do marido.

Muitos relatos mostram a importância das mulheres nos cuidados de crianças. Em Botsuana, por exemplo, as mulheres são encarregadas dos cuidados das crianças, sendo as mães auxiliadas por avós, irmãs e tias. Mas é a sogra quem manda na nora, o que é fonte de muitos conflitos e motivo de separações, neste e em outros relatos, e apontado também por Euler e Michalski (2007) como evidência de investimento parental diferencial entre parentes por afinidade e por direto. Em muitos países muçulmanos, embora fortemente patriarcais, descreve-se que são as mulheres que mandam na casa e, em certo sentido, nos filhos.

Outra informação importante vem da Argélia que proclama, por lei, que, na ausência da mãe, esta é substituída pela avó materna, depois pela tia materna e, finalmente, pelo pai. No entanto, vários outros países muçulmanos indicam que, em caso de divórcio, o filho pertence ao pai.

Portanto, considerando os cuidados oferecidos pelos avós, temos de considerar que, tradicionalmente, houve uma preponderância dos avós paternos e, inclusive, uma submissão forçada da nora à sogra.

Esse modo de residência foi observado no interior do Piauí (RABINOVICH, 1994), onde foi observada a vigilância – e o desconforto – a que as mulheres estavam sujeitas, devido à proximidade da família de seu marido. Havia diferenças importantes na idade dos cônjuges, com homens bem mais velhos do que suas esposas.

No entanto, uma dinâmica que parece estar determinando a quantidade de contatos entre avós e netos é, além dos valores, costumes, cultura etc., além da falta de locais de moradia, seja de terra ou espaço. No Chile, esta dinâmica fez com que casais passassem a morar perto dos pais da esposa. Na Índia, um novo padrão neolocal é citado face às questões atinentes ao trabalho.

Assim, devido ao descolamento entre vida familiar e residencial, quer por motivos de trabalho, quer por dificuldades de moradia,

o padrão hegemônico tradicional se quebra e novas configurações se apresentam.

Em São Paulo, com moradores pertencentes ao grupo socioeconômico de baixo a médio, no bairro central de Vila Madalena (RABINOVICH; CARVALHO, 2001), observou-se a filha morando na casa de fundos de sua mãe, ou seja, matrilocalidade. A notar que a dona da casa da frente, a avó materna, já estava viúva. Em apenas um único caso a esposa morava atrás da sogra, havendo problemas entre as duas, o que se refletia na criança. Além disso, havia terrenos coletivos, também de aparentados do lado materno. Na ocasião, refletiu-se sobre uma possível influência italiana, e mesmo espanhola, pois se tratava de descendentes de imigrantes da primeira ou segunda onda de industrialização de São Paulo, provavelmente da segunda.

Esses elementos geram uma reflexão no sentido de uma complexidade de elementos associados à ocupação urbana, refletindo-se nos arranjos familiares, mas também na sua configuração.

Os países europeus, como a Inglaterra e a Alemanha, chamam a atenção para o fato de que o vínculo familiar continua estreito, havendo uma preferência em relação aos avós morarem perto dos netos, ou se encontrarem frequentemente. A Grécia diz ser o país europeu onde mais a família se encontra, quer pessoalmente, quer por telefonemas. Haveria uma influência mediterrânea na configuração familiar, como se pode apreciar nos relatos das famílias da Espanha, da Grécia, de Chipre e das ex-colônias latinoamericanas.

Entretanto, o que esperávamos reconhecer como vindo da África, ou seja, a grande força da mulher africana e do culto à ancestralidade e aos idosos, tão observada no Brasil, especialmente na Bahia, não aparece registrada. Os estudos ali estão incipientes, e as fontes teriam de ser outras para obtermos dados sobre o matriarcado africano.

Igualmente, apenas Alemanha, Índia, Indonésia e Coreia do Sul abrem um item específico para os avós ao descreverem os membros familiares.

Deduzimos do fato da preponderância da patrilocalidade que os avós paternos teriam maior influência na vida dos netos, assim como muitos relatos indicam que a nora teria de se submeter à sogra. De onde a ausência do homem emergiu para explicar a influência maior da avó materna, ou seja, que esta ausência – dita ter acontecido simbolicamente e realmente também no Brasil – reforça o lado materno, e que é a mãe que sobrevive às mudanças e às intempéries quer dos relacionamentos, quer das políticas. Esta explicação se une às mudanças de localidade de moradia para a linhagem neolocal em função do trabalho.

De fato, desde o estudo em seis culturas, realizado por Whiting, Whiting e Longabaugh (1975), as mulheres passaram a ser vistas, na psicologia, como agentes de mudança societal no seu papel parental, assim como agentes de mudança ativos na sociedade. (EDWARDS; BLOCH, 2010) Através das diferentes culturas, foi enfatizado o papel da mulher, assim como a sua dependência de diferenças na cultura material. Meninas foram vistas carregando crianças menores duas vezes mais frequentemente do que meninos. (BEST, 2010)

Contudo, mesmo com o reconhecimento da importância e das implicações do envelhecer em nossa sociedade, os avós não têm ocupado um espaço privilegiado de discussão no Brasil. (VITALLE, 2008)

Assim, com o objetivo de ampliar os estudos sobre a participação dos avós no cuidado cotidiano dos netos pequenos, foram incluídas no projeto de pesquisa *Gênero e família em mudança* algumas perguntas que visavam identificar a presença e a proximidade geográfica dos avós, de forma a avaliar seu papel potencial como cuidadores. Nos demais tópicos do roteiro de entrevistas, os avós apareceram em respostas espontâneas, referentes à sua participação no cuidado dos netos. Este estudo tem o objetivo de descrever e discutir tais dados.

Método

A amostra deste estudo foi constituída por 150 famílias íntegras (pai e mãe), com um ou mais filhos(as), residentes em Salvador,

Bahia. Foram compostos três grupos amostrais, baseados em idade da mãe (conceito Geração I), sendo o Grupo 2 subdividido em a e b, segundo a idade do filhos caçulas (conceito Geração II):²

Grupo 1: 25 famílias de NSE médio alto e 25 de NSE baixo, mães com até 29 anos de idade, e filho(a) caçula acima de seis meses e que ainda utilizava fralda.

Grupo 2: 25 famílias de NSE médio alto e 25 de NSE baixo, mães entre 30 e 44 anos, sendo:

NSE médio alto - **a.** (13) com filho(a) caçula pelo critério acima.

b. (12) com filho/a caçula entre 15 e 20 anos.

NSE baixo - **a.** (12) com filho(a) caçula pelo critério acima.

b. (13) com filho(a) caçula entre 15 e 20 anos.

Grupo 3: 25 famílias de NSE médio alto e 25 de NSE baixo, pais com idade superior a 45 anos, com filho(a) caçula entre 15 e 20 anos.

Nas análises apresentadas neste texto, foi utilizado o critério de geração baseado nas idades dos filhos caçulas na ocasião da entrevista (conceito Geração II): caçulas acima de seis meses e usando fralda, e caçulas entre 15 e 20 anos.

O critério de NSE foi uma combinação de escolaridade, faixa de renda familiar e profissão/ocupação.

Pais e mães das famílias selecionadas que concordaram em participar do estudo e assinaram um Termo de Consentimento Informado foram entrevistados separadamente, aplicando-se um questionário estruturado.³ Nos dois grupos com filhos caçulas pequenos

2 Para uma explanação detalhada da amostra, dos critérios de seleção das famílias e dos critérios de operacionalização do constructo geração, ver capítulo 2, *Metodologia*, deste livro.

3 Ver Anexo A do capítulo 2. O questionário baseou-se nas dimensões de práticas, atitudes e valores quanto a cuidado, de forma a operacionalizar conceitos como divisão sexual do trabalho, divisão sexual do poder, cuidados com filhos, valores sobre tais divisões e cuidados. Outras informações sobre os procedimentos de coleta e de tabulação/organização dos dados estão disponíveis no segundo capítulo, *Metodologia*.

(Grupos 1 e 2a), o questionário se referia a essas crianças; nos Grupos 2b e 3, a entrevista foi retrospectiva e se referiu ao filho(a) caçula.

No processo de tabulação, as variáveis independentes foram grupos amostrais (definidos por geração – idade dos pais e dos filhos caçulas), nível socioeducacional (NSE) e sexo-gênero (respostas de mães e pais). As análises estatísticas utilizadas neste capítulo foram realizadas pela Tábua de Limites Exatos de Confiança para Porcentagens (GEIGY, 1971) e, caso a distribuição permitisse, por meio de qui-quadrado (X^2).⁴ Em todos os casos o nível de significância é 95% ($p < 0.05$).

Resultados: as duas frases marcadas em azul são contraditórias

Das 150 mães, 90 (60%) não mencionaram nenhum avô ou avó como cuidador de seu filho caçula. A incidência de avós cuidadores foi significativamente maior no NSE baixo.⁵

Das 60 mães restantes, 38 (63%) mencionaram apenas um, 21 (35%) mencionaram dois, e apenas uma mãe, de NSE baixo, mencionou todos os avós.

As análises a respeito do cuidado por avós foram realizadas sobre essa amostra de 60 famílias cujas mães mencionaram pelo menos um avô ou avó cuidador. Nessa subamostra, um total de 84 avós cuidadores foi informado pelas mães⁶ (Quadro 1), sem diferenças na frequência de menções a avós cuidadores entre os dois níveis socioeconômicos, mas com incidência significativamente menor na

⁴ Indicado em nota de rodapé.

⁵ $X^2 = 1$

⁶ Os pais citaram um número um pouco menor de avós (78), motivo pelo qual optou-se por analisar as respostas das mães. Não houve diferenças significativas entre as respostas de mães e de pais quanto à distribuição de menções a avôs e avós, e a avós paternos e maternos. O número de avós mencionados pelas mães (84) é a base das porcentagens apresentadas, a menos que indicado diferentemente.

geração mais velha, ou seja, pais de filhos caçulas maiores de 15 anos (31 menções (37%), contra 53 (63%) na geração mais jovem), o que sugere que a dependência do auxílio de avós no cuidado a crianças pequenas aumentou entre as duas gerações. Também foram significativamente mais frequentes as menções aos avós maternos do que aos avós paternos (70% contra 30%) e às avós do que aos avôs (85% contra 15%) e de atribuição predominante do papel de cuidado às mulheres. (CARVALHO et al., 2008; GEORGAS et al., 2006) Apenas uma bisavó, de NSE médio alto e da geração mais jovem foi citada como cuidadora.

Quadro 1- Avós cuidadores. Salvador, 2009

Avós cuidadores	NSE			Geração II*: Caçulas	
	N	Alto	Baixo	Pequenos	Grandes
Avô paterno	6	5	1	4	2
Avó paterna	19	10	9	12	7
Avô materno	7	3	4	6	1
Avó materna	52	21	31	31	21
N	84	39	45	53	31

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

* Critério Geração II: caçulas de mais de seis meses e usando fralda (Gr.1+2a) e com 15-20 anos (Gr. 2b+3)

Nota: Perguntou-se quem cuida/cuidava da criança, e foram selecionadas as respostas relativas a avós.

Por não se dispor neste estudo de informações mais detalhadas sobre o universo de avós das famílias pesquisadas (número de avós vivos, estado de saúde, situação profissional etc), procurou-se cercar a questão da disponibilidade de avós para colaborar no cuidado, analisando dois aspectos relativos à situação de moradia dos avós em relação às famílias: a coabitação, ou seja, se moram (ou moravam, no caso da geração mais velha) na mesma casa e, em caso negativo, se moram (ou moravam) na mesma cidade.

Moradia

No total da amostra (150 famílias), relativamente poucos avós habitam ou habitavam⁷ na mesma moradia que seus filhos (19, ou 13%). Observou-se que, significativamente, mais avós maternos do que paternos estão presentes na vida dos casais, residindo na mesma moradia (15 contra quatro), e que a coabitação ocorre significativamente mais no NSE baixo (12 contra sete) e na geração mais nova (23 contra dois). Este último resultado reforça a sugestão feita anteriormente de aumento intergeracional de participação dos avós – principalmente das avós – na vida dos netos, pelo menos em termos de convivência diária e, provavelmente, em termos de colaboração no cuidado⁸ (Quadro 2).

Quadro 2 – Avós que moram/moravam na mesma casa. Salvador, 2009

	N	NSE		Geração II: Caçulas	
		Alto	Baixo	Pequenos	Grandes
Avô paterno	1	1	0	1	0
Avó paterna	3	1	2	2	1
Avô materno	6	2	4	6	0
Avó materna	9	3	6	8	1
N	150	75	75	75	75

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Perguntou-se se algum dos (e qual/ quais) avós moravam na mesma casa.

- 7 Para as mães da geração mais velha, essa pergunta foi feita no passado, referindo-se à época em que seus filhos caçulas tinham mais de seis meses e ainda usavam fraldas. A partir daqui, será utilizado o tempo presente para os dois grupos, a menos que indicado diferentemente.
- 8 Devido à estrutura do questionário, centrada na participação do pai no cuidado da criança pequena, não foi possível discriminar avós cuidadores que moravam ou não moravam na mesma casa. Dada a incidência baixa de coabitação, pode-se supor que avós que coabitam são cuidadoras.

São os casais jovens, com filhos pequenos e mais pobres, que contam mais com a presença principalmente da avó materna em sua casa, provavelmente auxiliando-os nos cuidados das crianças. Observa-se, novamente, a este respeito, uma tendência à diferença de gênero, pois as avós superam o número dos avôs diretamente envolvidos na moradia familiar.

Uma vez que, além da coabitação, a proximidade geográfica também poderia ser um fator facilitador da participação dos avós no cuidado das crianças, investigou-se, ainda, se os avós que não moram na mesma casa moram na mesma cidade (Quadro 3). Das 131 famílias que não tinham avós morando em casa, avós de 117 famílias moram ou moravam na mesma cidade. Entre os 84 avós cuidadores citados pelas mães, há três casos de avós que não moravam na mesma cidade; portanto, 81 dos avós cuidadores moram ou moravam na mesma cidade.

Quadro 3 – Avós que moram/ moravam na mesma cidade conforme NSE e geração*. Salvador, 2009

Moram/moravam na cidade	N	NSE		Geração II: caçulas	
		Alto	Baixo	Pequenos	Grandes
SIM	117	56	61	62	55
NÃO	33	19	14	13	20
N	150	75	75	75	75

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

*Sem diferenças significativas de NSE e geração. NOTA – Perguntou-se, caso avós não morassem na mesma casa, se moravam na mesma cidade.

Cuidados de avós

O grau e a qualidade de participação de avós no cuidado foram analisados a partir do número de horas de cuidado semanal típico, classificação de cuidadores em principais, complementares e esporá-

dicos, além do tipo de cuidado (cuidado físico, lazer/convivência, educação/disciplina e atividades externas).⁹

Número de horas de cuidado

O Quadro 4 apresenta o número típico de horas diárias que as mães atribuem aos avós cuidadores.

Quadro 4 - Horas diárias de cuidado. Salvador, 2009

	N	Até 2h	3-6 h	7-10h	mais de 10h
06) Avô paterno	6	6	0	0	0
04) Avó paterna	19	15	3	1	0
05) Avô materno	7	3	4	0	0
03) Avó materna	52	19	16	11	6
N	84	43	23	12	6

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Perguntou-se: Em um dia típico de cuidados, qual dos cuidadores se ocupava (até 2hs, 3-6hs, 7-10hs e mais de 10hs) e foram selecionadas as respostas relativas a avós.

Predominam os casos de cuidado menos intensivo (até duas horas), sem diferenças significativas entre cada categoria de avós. Em cada uma das demais faixas de carga horária, as avós maternas participam significativamente mais do que os demais avós em conjunto. Também são significativos os decréscimos de frequência dentro da categoria avós

9 Tipo de cuidador: Principal: cuida mais de 7 horas por dia; é o cuidador mais frequente em termos de períodos (diurno/noturno/fins de semana), em pelo menos dois desses períodos, ou no período diurno em dias úteis; é o cuidador mais frequente na maioria das tarefas de cuidado, e em pelo menos duas tarefas de cuidado físico. Esporádico: cuida até duas horas por dia; não é o cuidador mais frequente em nenhum período; cuida às vezes ou nunca, na maioria das tarefas. Complementar: todos os casos intermediários. Tipos de cuidados: Cuidado/bem estar físico: alguma resposta 3 ou 4 nos itens 1-8 (cuidado físico). Educação: alguma resposta 3 ou 4 no item 11 (único item nesta categoria). Lazer/convivência: alguma resposta 3 ou 4 nos itens 9, 10, 12. Atividades externas: alguma resposta 3 ou 4 nos itens 13-17 (ver questionário no Anexo I do capítulo 2).

maternas. Os casos minoritários de cuidado mais intensivo (entre sete e 10 horas e mais de 10 horas) ocorreram de forma equilibrada nas respostas da geração mais jovem e da mais velha (10 casos na primeira e oito na segunda). Entre os casos majoritários (até duas horas e de três a seis horas), também não há diferenças significativas quando se considera a incidência diferencial de avós cuidadores nas duas gerações (53 e 31).

Tipo de cuidador

O Quadro 5 apresenta a classificação dos avós nos tipos de cuidadores. Note-se que a coluna Esporádico apresenta valores muito próximos dos encontrados na primeira coluna da Tabela 4 (até duas horas); essa semelhança reflete o fato de que o número de horas de cuidado foi um dos critérios de classificação em tipos de cuidadores; por outro lado, as pequenas diferenças entre as duas tabelas nessas duas colunas indicam que alguns avós (18, que representam a diferença entre os totais dessas colunas) foram classificados como cuidadores esporádicos, embora cuidem por mais de duas horas, o que reflete o efeito dos outros dois critérios (ver critérios de classificação em tipos de cuidadores na nota 10).

Quadro 5 – Avós: tipo de cuidador. Salvador, 2009

Tipo de cuidador	N	Principal	Complementar	Esporádico
Avô paterno	6	0	0	6
Avó paterna	19	0	0	19
Avô materno	7	0	2	5
Avó materna	52	4	16	32
N	84	4	18	62

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Variável criada: ver nota 10 e capítulo 2.

Todos os avós cuidam principalmente de modo esporádico, porém, como já foi apontado acima, é a avó materna quem mais se ocupa em geral e – também significativamente mais do que os demais avós,

apesar dos números relativamente pequenos – de modo complementar e principal (20 contra duas), avós paternas apareceram apenas como esporádicas (19 casos), mas sua participação ainda é significativamente maior do que a participação total dos avós do sexo masculino.

Diferenças significativas entre os NSE ocorreram apenas no caso de avós maternas complementares (mais frequentes no NSE alto); e, entre as gerações, as avós maternas esporádicas foram significativamente mais frequentes na geração mais jovem do que na mais velha.

Entre as quatro avós maternas que foram classificadas como cuidadoras principais, três eram de NSE baixo e da geração mais velha. Entre os dois avós maternos classificados como cuidadores complementares, um era de cada NSE e de cada geração. Entre seis avós paternos cuidadores, cinco pertenciam ao NSE alto, sugerindo uma tendência aos avós passarem a se ocupar mais dos netos neste nível socioeducacional.

Tipo de cuidados

O Quadro 6¹⁰ apresenta os tipos de cuidados praticados pelos avós.

Quadro 6 – Tipos de cuidados. Salvador, 2009

Tipo de cuidador	Tipo de cuidado				Total de avós cuidadores
	Cuidado físico	Lazer/convivência	Educação/disciplina	Atividades Externas	
Avô paterno	1	5	3	0	6
Avó paterna	9	17	11	5	19
Avô materno	4	6	3	1	7
Avó materna	49	43	29	17	52
Menções - N	62	71	46	23	84

Fonte: Pesquisa “Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos” (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Variável criada. Ver nota 10 e capítulo 2.

10 Observe-se que as respostas nas quatro categorias não são mutuamente exclusivas, isto é, uma mesma avó pode ser classificada em várias categorias. Os números referem-se, portanto, ao total de menções de cada categoria de avós em cada atividade.

Comparadas ao conjunto dos demais avós, avós maternas participam significativamente mais dos quatro tipos de cuidados do que os demais avós em conjunto, na ordem de frequência apontada. Nas demais categorias de avós, os números reduzidos não permitem comparações estatísticas. Considerando-se apenas as 138 entradas para avós maternas, elas participam significativamente menos de educação/disciplina e de atividades externas.

Em cada uma dessas quatro categorias¹¹ estão incluídos diversos tipos específicos de cuidado, a respeito dos quais foi investigada a frequência de participação dos avós (na maioria das vezes, muitas vezes, às vezes e nunca) e também a avaliação das mães sobre a qualidade do desempenho (a mãe confia, acha que os avós realizam bem). Esses resultados são examinados no item seguinte.

Cuidados específicos de que os avós se ocupam e como as mães avaliam sua participação

Nos quatro quadros a seguir (Quadros 7, 8, 9 e 10), cada categoria de tipos de cuidado é detalhada em subcategorias sob dois aspectos: frequência de participação de cada um dos avós (agrupadas em [A] maioria das vezes e muitas vezes e [B] às vezes e nunca), e frequência com que mães indicaram que confiavam no desempenho de cada um dos avós em cada subcategoria de tipo de cuidados [C].¹²

Nestas tabelas, pode-se observar que as mães confiam mais na avó materna quanto aos cuidados físicos, para trocar fralda, dar e fazer comida, mas esta confiança não depende linearmente de desempenho ou frequência de desempenho. Por exemplo, na Tabela 6: excetuando colocar para dormir, há mais menções de confiança para as avós maternas

11 Exceto Educação/disciplina, para a qual não havia subcategorias no roteiro de entrevista.

12 Os avós foram dispostos na tabela em ordem decrescente de participação no cuidado, confira quadro 1. Em alguns itens, A e B não totalizam o número de avós cuidadores, devido a respostas como Não se aplica (item 8: A criança ainda não ficou doente; item 17: Não havia/não lembra outras atividades externas).

do que o número de avós que têm frequência alta de desempenho.¹³ Os dois avós maternos que aparecem na coluna A provavelmente são aqueles dois que foram classificados como dando cuidados complementares.

Quanto à avó paterna (19 casos): as mães confiam em nove (metade) para trocar fralda e nos outros cuidados físicos em menos da metade, mas confiam nesta quanto a brincar/distrair, em 16 das 19.

As mães não confiam em geral nos avós (exceto para colocar para dormir durante o dia), mas o fazem quanto a brincar/distrair (avós maternos, em cinco dos sete, paternos em quatro dos seis). O avô paterno aparece também confiável para passear e cantar/ler historinha.

Já a avó materna, em brincar/distrair, as mães confiam em 23 das 52, sendo que a metade delas brinca bastante. Quanto a disciplinar, relativamente aos demais, as mães confiam menos nesta avó.

Face às divergências entre o que a mãe diz que os avós fazem e sua confiança nelas, poder-se-ia indagar: a função principal quanto a que elas esperam de cada avô ou avó é diferente? Ou será que as mães confiam independentemente de haver ou não o desempenho efetivo? Pode ser interessante comparar tais resultados com os referentes às babás.

Quadro 7 - Cuidado Físico. Salvador, 2009

Cuidados específicos	Avó materna			Avó paterna			Avô materno			Avô paterno		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
1. Trocar fralda	22	30	34	-	19	9	1	6	1	-	6	1
2. Dar banho	23	29	27	-	19	7	2	5	2	-	6	1
3. Dar comida	27	25	33	1	18	6	1	6	2	-	6	1
4. Preparar comida	28	24	36	1	18	4	2	5	1	-	6	1
5. Botar pra dormir de dia	26	26	23	2	17	5	2	5	4	-	6	3
6. Botar pra dormir de noite	10	42	11	1	18	1	1	6	1	-	6	1
7. Atender à noite	3	49	5	-	19	1		7	1	-	6	1
8. Atender quando doente	14	37	18	1	17	4	1	6	2	-	5	2
	52			19			7			6		

13 O número de casos disponível para a análise dos avós não permitiu análise estatística sobre a relação entre confiança e frequência de desempenho, mas ver Moreira e colaboradores neste livro, no quinto capítulo intitulado *A prevalência materna e feminina no cuidado cotidiano de crianças pequenas*, a respeito dessa análise para o conjunto de cuidadores.

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Tabela construída a partir de pergunta sobre frequência de desempenho de cada atividade de cuidado físico (Cuida Maioria das vezes, Muitas vezes, Às vezes, Nunca) e da pergunta: Em quem confia para (lista de atividades): A – Cuida Maioria das vezes + Muitas vezes. B – Cuida às vezes + Nunca. C – Número de menções de confiança em cada atividade.

Quadro 8 – Lazer/convivência. Salvador, 2009

Cuidados específicos	Avó materna			Avó paterna			Avô materno			Avô paterno		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
9. Brincar/distrair	30	22	23	9	10	16	5	2	5	3	3	4
10. Cantar/ler historinhas	23	29	27	4	15	7	1	6	2	1	5	4
12. Passear	15	37	19	3	16	8	3	4	3		6	4
16. Comprar brinquedo	12	40	17	4	15	4	2	4	2	2	4	1
N	52			19			7			6		

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Tabela construída a partir de pergunta sobre frequência de desempenho de cada atividade de lazer/ convivência (cuida na maioria das vezes, muitas vezes, às vezes ou nunca) e da pergunta: Em quem confia para (lista de atividades): A – cuida na maioria das vezes e muitas vezes. B – cuida às vezes e nunca. C – número de menções de confiança em cada atividade.

Quadro 9 – Educação/disciplina. Salvador, 2009

Cuidados específicos	Avó materna			Avó paterna			Avô materno			Avô paterno		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
11. Disciplinar/educar	18	34	22	6	22	11	2	5	4	1	5	3
N	52			19			7			6		

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Tabela construída a partir de pergunta sobre frequência de desempenho em atividades de educação/ disciplina (cuida na maioria das vezes, muitas vezes, às vezes ou nunca) e da pergunta: Em quem confia para (lista de atividades): A – cuida na maioria das vezes e muitas vezes. B – cuida às vezes e nunca. C – número de menções de confiança em cada atividade.

Quanto às atividades externas (Quadro 10), a mãe parece não confiar muito em nenhum dos avós para nenhuma atividade, embora

algumas avós maternas comprem roupas (12) e as mães confiem nelas (15). A anotar a quase ausência dos avôs nestas atividades.

Quadro10 - Atividades externas. Salvador, 2009

Cuidados específicos	Avó materna			Avó paterna			Avô materno			Avô paterno		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
13. Levar ao médico	5	47	7		19	3		7	2		6	2
13. Comprar o alimento	4	48	9	1	18	4		7	2		6	2
15. Comprar roupa	12	40	15	4	15	4	1	6	1		6	1
17 Outras	4	41	13	3	15	8	1	6	3		5	2
	52			19			7			6		

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Tabela construída a partir de pergunta sobre frequência de desempenho de atividades externas (cuida na maioria das vezes, muitas vezes, às vezes ou nunca) e da pergunta: Em quem confia para (lista de atividades): A - cuida na maioria das vezes e muitas vezes. B - cuida às vezes e nunca. C - Número de menções de confiança em cada atividade.

A avaliação das mães a respeito da participação dos avós no cuidado foi examinada também sob um aspecto mais quantitativo e opinativo: a mãe considera a participação (de cada avô ou avó) suficiente, dentro do esperado? Acha que têm excesso de tarefas? Que deveriam participar mais? Que gostariam de participar mais? A Tabela 1 apresenta as respostas das mães a essas quatro questões.

Tabela 1 - Avaliação da participação dos avós. Salvador, 2009

	Participa suficientemente	Tem excesso de tarefas	Deveria participar mais	Gostaria de participar mais	Total de avós cuidadores
Avô paterno	5	-	-	1	6
Avó paterna	12	-	2	5	19
Avô materno	5	-	1	2	7
Avó materna	41	3	2	8	52
Total Colunas	63	3	5	16	84

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Perguntou-se, a respeito de cada cuidador, se considerava a participação suficiente/com excesso de tarefas/deveria participar mais/gostaria de participar mais.

A participação da maioria dos avós cuidadores (63, ou 75% deles) é considerada suficiente e dentro do esperado pelas mães, e essa proporção difere pouco entre as categorias de avós. Apesar disso, segundo as mães, cerca de 20% deles (16) gostariam de participar mais, também em proporções próximas entre as categorias. Três avós maternas, que se pode supor que estivessem entre as quatro que foram classificadas como cuidadoras principais, foram consideradas excessivamente sobrecarregadas, o que faria sentido dentro da perspectiva de que não se espera que avós assumam esse papel, a não ser em circunstâncias excepcionais de falta dos pais.

Avós como provedores

Uma forma de cuidado que foi abordada de forma periférica no projeto é a participação no sustento da família, considerando-se apenas os moradores da residência. O critério de classificação dos provedores baseou-se na renda familiar. Provedor principal é o que contribui com 60% da renda familiar; provedores complementares contribuem com até 40%. Na faixa intermediária (40% a 60%) estão os provedores que compartilham o sustento.

Poucos avós foram indicados como provedores, predominando os maternos (sete contra dois, total nove). Cinco avós compartilham os gastos da casa e quatro complementam tais gastos; entre os que compartilham, um é NSE alto; entre os que complementam, três são de NSE alto; a diferença entre pequenos e grandes é da mesma ordem. Dois avós paternos de NSE alto complementam as despesas de seus filhos (dois contra zero), o oposto ocorrendo com o compartilhamento, quando dois avós paternos de NSE baixo o fazem (zero contra dois). Esses números reduzidos refletem a pequena incidência de avós moradores nesta amostra.

Tais dados se afastam da literatura pesquisada que tem apontado a importância dos avós, principalmente das avós, como provedores. Tal afastamento pode ser parcialmente explicado devido à seleção da amostra deste estudo ter colocado como critério de inclusão casais não

separados, com o objetivo de homogeneizar a demanda de cuidados e a disponibilidade potencial do pai para o cuidado. Além disto, os casais são predominantemente urbanos e há baixa incidência de avós moradores.

Discussão e conclusão

O principal resultado deste estudo foi ele se contrapor parcialmente aos estudos citados na parte introdutória. De fato, esperar-se-ia uma presença mais marcante dos avós. (DIAS; SILVA, 2003; DIAS; PINTO, 2007; KIPPER; LOPES, 2006; PEIXOTO, 2004; REIS; RABINOVICH, 2008; EULER; MICHALSKI, 2007)

Várias são as leituras possíveis deste resultado. A primeira se liga à composição da amostra por famílias completas, compostas por casal e filhos, com estabilidade marital. Isso corresponderia a 54,2% da distribuição dos arranjos familiares para o Estado da Bahia, segundo os dados censitários de 2000.

Conforme indicado pela literatura, os avós são muito presentes ante as dificuldades familiares, como separações. Os avós são chamados a compor uma rede de solidariedade. (BARROS, 1987; ARAÚJO; DIAS, 2002; DIAS, 2002; MARCONDES, 2010; PEIXOTO, 2004) Também para Marcondes (2010, p. 17), a coabitação entre avós e netos não foi comum em seu estudo sobre grupos residenciais em Salvador, o que não significa, segundo ela, que não tenham contato próximo e não os auxiliem, dado residirem próximas aos filhos casados. Esta autora aponta para o desejo das mães e avós de garantir o melhor para as famílias, consistindo este melhor em: abrigos temporários de filhos e netos até que a casa própria esteja pronta, o puxadinho construído no terreno em que a avó mora, ou a troca de serviços para a manutenção da casa, enquanto uma está trabalhando e a outra está de folga ou desempregada. Portanto, pode haver uma rede que não foi salientada nos dados.

Outra explicação pode advir do tamanho da cidade de Salvador. Conforme o estudo de Rabinovich e Moreira (2008), na cidade

de Franca, no interior do estado de São Paulo, os contatos e a duração deles foi maior do que os ocorridos na cidade de São Paulo. Ora, Salvador já é a terceira cidade em termos de população do Brasil e a questão da distância e das dificuldades de locomoção poderiam já estar aparecendo. No entanto, o argumento do contato com avós ser maior na geração mais jovem do que na mais velha caminha na direção contrária. Por outro lado, como Marcondes (2010) também aponta, mesmo não morando na mesma residência, os avós moram próximos de modo a poder oferecer cuidados quando necessário. Não podemos, no entanto, desconsiderar a influência dos processos relativos à urbanização, conforme ocorre em países como o Brasil em sua relação com a vida familiar, seja dificultando-a, seja facilitando-a, criando alternativas como viagens rápidas de avião ou a internet.

Outro motivo poderia estar no modo de abordagem ao problema, qual seja, se o estudo foi realizado focalizando os avós (BARROS, 1987; ARAÚJO; DIAS, 2002; DIAS, 2002; DIAS; SILVA, 2003) ou os pais, como neste estudo. Ou seja: os avós podem estar mais presentes do que realmente foi dito, devido ao enfoque da pesquisa estar nos cuidados segundo os pais. Tal ponto foi abordado por Euler e Michalski (2007), quando apontam que a relação entre avós e netos pode ser estudada por, pelo menos, três perspectivas: o informante pode ser o neto ou neta, ou pai ou mãe, ou o avô ou avó. Um estudo que fosse especificamente dirigido a pesquisar como os pais veem os avós poderia ter um resultado diferente. Este, em realidade, deve ser o principal motivo da diferença entre os estudos apontados na introdução que objetivaram focalizar os avós, e mesmo os bisavós, e este que focalizou os pais e os cuidados prestados pelos avós segundo os pais.

Deve-se ressaltar que, segundo Marcondes (2010, p. 7), é nos grupos domésticos em Salvador com mais de um núcleo conjugal e/ou reprodutivo em que se observa a presença de netos compartilhando a moradia com pelos menos um dos avós, “sendo o mais comum a coabitação com a avó materna e a mãe biológica.” A principal razão para esse compartilhamento, segundo esta autora, é a necessidade de

suporte para cuidar dos filhos ou de outros integrantes da família, assim como a falta de recursos financeiros. No entanto, esta autora conclui que a coabitação entre avós e netos não foi comum, um resultado, portanto, semelhante ao de nosso estudo.

À parte desta questão da diferença dos resultados em relação aos estudos apresentados na parte introdutória, três foram as principais indicações deste estudo, sendo uma referente ao gênero, outra ao nível socioeconômico e a terceira à geração.

Quanto ao gênero, as avós maternas participam significativamente mais dos cuidados aos netos do que os demais, coabitando ou não, enquanto a avó paterna foi citada muito menos, mas bastante mais do que os avôs. Deste modo, as avós participam significativamente mais do que os avôs dos cuidados e o lado materno o faz muito mais do que o paterno.

Tal padrão de cuidados por avós maternas se afasta do estudo realizado por Georgas e colaboradores (2006), que descreve, ao menos tradicionalmente, ocorrer a moradia patrilinear. A este respeito, Euler e Michalski (2007, p. 07) comentam que, em várias situações, há investimento dos avós nos filhos do filho, de onde, ao lado de considerações evolucionárias, ter-se-ia também de considerar condições socioecológicas que moderam, ou mesmo invertem, os padrões de investimento parental dos avós. Apontam como fatores moderadores a proximidade residencial – já discutida acima –, o estado marital do avô ou da avó, o número de avós vivos e o número de netos.

No estudo de Georgas e colaboradores (2006), são apontadas duas possíveis causas para a matrilinearidade: a ausência do homem e a moradia junto ao local de trabalho. Ambas são possíveis de atuarem na nossa amostra, pois, historicamente, há, no Brasil, muitas mulheres sem companheiros fixos. Como aponta Marcondes (2010, p. 6), baseada em vários autores,

[...] intensos fluxos migratórios, uma alta mortalidade masculina e outros aspectos da vida social relacionados aos contextos socioeconômicos e cul-

turais historicamente tornaram os arranjos monoparentais femininos algo há muito tempo presente na realidade das famílias nordestinas, destacadamente nos segmentos sociais mais pobres.

No entanto, outras explicações podem ser aventadas, tais como a maior confiança da mãe em sua própria mãe como cuidadora secundária e/ou do predomínio de funções ligadas ao gênero através das gerações, ou seja, de uma maior proximidade entre as atividades da mãe com a avó e do pai com o avô. (BARROS, 1987; DIAS; SILVA, 2003; CARVALHO; RABINOVICH; MOREIRA, 2010; PEIXOTO, 2004) Euler e Michalski (2007) também encontraram esta relação ao examinar a qualidade de relacionamento entre os avós e os pais, em que a relação da mãe era muito maior com a sua própria mãe do que com seu pai, e a menor de todas era com seu sogro, sugerindo que o investimento dos avós maternos é maior do que o dos demais avós.

Euler e Michalski (2007) apontam, em contradição com suas próprias hipóteses, mas em apoio aos nossos resultados, que se os cuidados pelos avós forem determinados unicamente pelo papel social que atribui o cuidado infantil predominantemente às mulheres, então, ambas as avós proporcionariam mais cuidados do que ambos os avós. Portanto, deve-se aventar a hipótese de que há uma forte questão de gênero associando os cuidados infantis a papéis sociais.

Observou-se, também, que as avós maternas tendem a ajudar mais quando o NSE é baixo, enquanto a avó paterna se diferencia por estar mais presente quando o NSE é alto. As avós do NSE baixo estiveram preferencialmente mais presentes nos cuidados de tipo complementar e principal, enquanto as avós de NSE alto se concentraram nos cuidados esporádicos. Esta diferença associada ao NSE se manifestou em vários tipos de cuidados, como comprar brinquedo, roupa, comida.

Tais resultados parecem corresponder a uma maior necessidade de ajuda de famílias de NSE baixo, sendo que as avós do NSE alto

corresponderiam ao descrito pelas crianças nos estudos por nós realizados (RABINOVICH; MOREIRA, 2008; MOREIRA; RABINOVICH; SILVA, 2009): uma avó que mimia.

Foram observadas diferenças estatisticamente significativas referentes à geração, segundo as quais os avós atuais estão mais presentes do que os mais velhos. Pode-se compreender que isto se deva a uma maior inserção na mulher no campo do trabalho externo à moradia, exigindo que outra(s) pessoa(s), geralmente mulheres – avó, tia, babá –, ocupem-se dos cuidados infantis.

Poucos avós foram ditos serem provedores, afastando-se dos dados da literatura a respeito. Uma possível explicação se deve à forma como foi constituída a amostra baseada em casais urbanos, habitando maritalmente, e ao modo de coleta dos dados.

Setenta e oito por cento dos avós cuidadores moram na mesma cidade que os filhos, indicando a possibilidade do que Georgas e colaboradores (2006, p. 205) denominaram “rede familiar”. Esta rede foi por eles medida por distância de moradia, frequência de telefonemas e de visitas, encontrando que, em famílias de países de afluência média – entre as quais o Brasil se encontra –, as crianças mantêm mais contatos com parentes do que as de países de nível baixo e alto. Concluem que isto pode ser uma indicação de que “em países com nível socioeconômico crescente, talvez em áreas urbanas, os contatos com a família e parentes são mesmo mais altos do que nos de países com afluência baixa.”

Pode-se supor, portanto, que haja uma rede de solidariedade, real ou potencial, de ajuda aos cuidados infantis.

Contudo, o principal elemento desta análise está ligado às questões suscitadas pelo estudo, mais do que por suas respostas. Uma linha de indagações se refere à participação dos avós nos cuidados: por que tão poucos avós são citados, afastando-se, portanto, da literatura? Será porque a ajuda dos avós, quer como apoio nos cuidados, quer financeiramente, não é percebida como tal por se dar de modo esporádico (por exemplo, dando roupas ocasionalmente ou pagando a anuidade escolar)? Será que uma mudança no estilo de vida dos avós

está implicando que estes(as) estão tendo maiores condições de autonomia, trabalhando, participando de grupos, viajando etc.?

Como o trabalho feminino está afetando as relações intergeracionais? Observou-se mais participação de avós e mais coabitação no NSE baixo: será isto um indicador da influência do trabalho da mãe de NSE baixo que necessita ser ajudada nos cuidados com os filhos? Nos nossos dados haveria mais mães de NSE alto do que de NSE baixo trabalhando fora, sendo substituídas nos cuidados por babás e reduzindo a necessidade de recorrer à avó?

Outra linha de questionamento se refere à questão de gênero, em que as tarefas classicamente femininas denotaram estar mais com as avós do que com os avôs: como entender a permanência deste padrão intergeracionalmente?

Igualmente: como explicar a predominância da avó materna sobre os demais avós nos cuidados aos netos? Além de uma possível afinidade maior entre mãe e filha e/ou o conflito entre nora e sogra, poderia haver uma influência matrilinear nos cuidados aos netos? Em outros locais, ocorreria o mesmo predomínio? Como discutir estes dados face à teorização quanto ao investimento parental?

Além disto: ao lado do envelhecimento da população em geral, qual a idade das avós das duas gerações e NSE? Estariam ocorrendo diferenças, já que os nascimentos dos filhos estão se dando com a idade materna mais avançada? Como participam dos cuidados dos netos as avós que têm atuação profissional e moram sozinhas?

Ter-se-ia, portanto, de levar em consideração inúmeros outros elementos que não foram considerados, tais como: distância da moradia de avós maternos e paternos em relação aos netos; número de avós vivos e número de netos; tipo de cuidado diferencial para diferentes netos, por ordem de nascimento e/ou por sexo; frequência de contatos por visitas, telefonemas, internet etc.; estado marital dos avós; relação entre idade dos netos, dos avós e dos filhos; condição do filho como único e posicionamento/sexo na irmandade e a qualidade do relacionamento entre avós e filhos. Além disto, e mesmo princi-

palmente, estudos de caso, qualitativos e em profundidade, poderiam esclarecer os itinerários de vida e os motivos das escolhas realizadas tanto pelos avós quanto pelos pais, ou mesmo pelos netos, dado haver muitos netos morando com avós por terem assim escolhido.

Todos esses questionamentos emergem como sugestões para futuras pesquisas. Porém, a conclusão mais importante deste estudo é que olhar para gerações do ponto de vista de cuidados dos filhos e dos netos obriga a ampliar tal olhar e, conforme finalizam Euler e Michalski (2007, p. 20), dever-se-ia “integrar contribuições de disciplinas separadas para perguntar questões significativas, para informar políticas públicas e para proporcionar insights pessoais na nossa própria vida familiar.”

Referências

ANSWERS4FAMILIE. 1994. Disponível em: <www.answers4families.org>
Acesso em: 4 set. 2012.

ARAÚJO, Mayeve R. G. L.; DIAS Cristina M. S. B. Papel dos avós: apoio oferecido aos netos antes e após situações de separação/divórcio dos pais. *Estudos de psicologia*, Natal, v. 7, n. 1, p. 91-101, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n1/10957.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

BARROS, Myriam L. *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

BEST, Deborah L. The contributions of the whittings to the study of the socialization of gender. *Journal of cross-cultural psychology*, Bellingham, v. 41, n. 4, p. 534-545, jul., 2010. Disponível em: <<http://jcc.sagepub.com/content/41/4/534.full.pdf+html>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

_____. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, Clarice. E. *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 104-140.

CARVALHO, Ana M. A. et al. Mulheres e cuidado: bases psicolobiológicas ou arbitrariedade cultura? *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18 n. 41, p. 431-444, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n41/v18n41a02.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

CARVALHO, Ana M. A.; RABINOVICH, E. P.; MOREIRA, L. V. C. Compreensão da criança sobre os membros da família: relações com gênero e posição na rede familiar. In: MOREIRA, Lucia V.; PETRINI, Giancarlo;

- BARBOSA, Francisco (Org.). *O pai na sociedade contemporânea*. Bauru: EDUSC, 2010. p. 87-106.
- DIAS, Cristina M. de S. B. A influência dos avós na dimensão familiar e social. *Revista symposium*, Pernambuco, v. 6, n. 1/2, p. 34-38, jan./dez., 2002.
- DIAS, Cristina M. de S. B.; PINTO, Virgínia C. A percepção dos bisavós sobre seu papel. *Revista de enfermagem*, Pernambuco, v. 1, n. 2, p. 198-203, 2007.
- DIAS, Cristina M. de S. B.; SILVA, Márcia A. S. Os avós na perspectiva de jovens universitários. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 8, n. esp., p. 55-62, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa08.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2012.
- EDWARDS, Carolyn P.; BLOCH, Marianne. The whittings' concepts of culture and how they have fared in contemporary psychology and anthropology. *Journal of cross-cultural psychology*, Bellingham, v. 41, n. 4, p. 485-498, jul., 2010. Disponível em: <<http://jcc.sagepub.com/content/41/4/485.full.pdf+html>> . Acesso em: 6 jul. 2012.
- EULER, Harald A.; MICHALSKI, Richard L. Grandparental and extended kin relationships. In: SALMON, C.; SHACKELFORD, T. K. (Org.). *Family relationships: an evolutionary perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 185-204.
- GEIGY, J. R. *Tablas científicas*. 6. ed. Basilea: Ciba-Geigy Co, 1971.
- GEORGAS, James et al. *Families across cultures: a 30-nation psychological study*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- KIPPER, Caroline D. R.; LOPES, Rita S. O tornar-se avó no processo de individuação. *Psic: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 29-34, jan./abr., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n1/29841.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2012.
- LOVING, Rolando. México. In: GEORGAS, James et al. *Families across cultures: a 30-nation psychological study*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MARCONDES, Glaucia dos S. Uns ficam, outros vão e alguns voltam: composição e dinâmicas dos grupos domésticos em Salvador. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu. *Anais ... Caxambu*: ABEP, 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_12/abep2010_2238.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2012.
- MOREIRA, Lúcia V., RABINOVICH, Elaine. P., SILVA, Célia N. Olhares de crianças baianas sobre família. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 77-

85, jan./abr., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v19n42/10.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

MOTTA, Alda B. da. “*Não tá morto quem peleia*”: a pedagogia inesperada nos grupos de idosos. 1999. 251f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

PEIXOTO, Clarice E. *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RABINOVICH, Elaine P. O modo de morar e a vida cotidiana como indicadores qualitativos do desenvolvimento infantil: um estudo de uma população de crianças de 0-3 anos na zona rural do Piauí, Brasil. *Caderno de desenvolvimento infantil*, v. 1, n. 1, p. 47-59, 1994.

RABINOVICH, Elaine P.; CARVALHO, Ana M. A. Modo de morar e modo de cuidar: uma proposta de tipologia. *Psicol. Ciêc. Profi.*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 74-85, jun., 2001.

RABINOVICH, Elaine P.; MOREIRA, Lúcia V. de C. Significados de família para crianças paulistas. *Psicol. Estud*, Maringá, v. 13, n. 3, p. 447-455, jul./set., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n3/v13n3a05.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

RABINOVICH, Elaine P.; MOREIRA, Lúcia V. de C.; FRANCO, Anamélia L. Famílias através de culturas: um estudo sobre famílias baianas. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA, 15., 2010, Curitiba. *Anais ...* Curitiba: SBP, 2010.

REIS, Lílian P. C.; RABINOVICH, Elaine P. Educação compartilhada entre mães e avós. In: MOREIRA, Lucia V. C.; CARVALHO, Ana M. (Org.). *A família e educação: olhares da psicologia*. São Paulo: Paulinas, 2008. cap. 3, p. 61-76.

SIMÕES, Júlio A. Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: PEIXOTO, Clarice E. *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. cap. 2, p. 25-56.

VITALLE, Maria A. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, Ana R.; VITALLE, Maria A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 93-105.

WHITING, Beatrice B.; WHITING, John W. M.; LONGABAU, Richard (Org.). *Children of six cultures: a psycho-cultural analysis*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

Amamentação: direito da criança e proteção da família

Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima
Miriã Alves Ramos de Alcântara
Anamélia Lins e Silva Franco
Thiago Marques Leão

Introdução

Este estudo é parte de uma pesquisa coletiva mais ampla intitulada *Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos*,¹ desenvolvida com todos os docentes no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Seu objeto compreende a amamentação de crianças até dois anos de idade e tem como objetivo analisar a duração da amamentação por mães soteropolitanas a partir do tempo de dedicação à atividade laboral, nível socioeducacional e geração.

A maternidade tornou-se objeto de estudo privilegiado nas últimas décadas, no contexto de profundas mudanças nos padrões

1 Apoio CNPQ - Processo 402906/2008-0. Fonte de dados: Projeto *Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos*, Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal).

demográficos da população mundial, com retardo da idade do casamento acompanhado por aumento da frequência de divórcios e do número de mulheres chefes de família, com diversificação da estrutura familiar. A amamentação – um dos processos construtores da maternidade que integram dimensões de natureza biológica, psíquica e social, fortalecendo o vínculo afetivo entre mãe e bebê, estreitando a confiança e estimulando a criança cognitiva e emocionalmente – passa por profundas transformações. Há séculos o desmame e os cuidados ao bebê foram atuados por figuras substitutivas, como as amas de leite, que acompanham a educação da infância e a maternidade, imprimindo nas transformações do corpo feminino novos ritmos e contornos, definidos pela sociabilidade.

Por razões de natureza subjetiva, econômica ou cultural, a amamentação torna-se um fenômeno provável e não determinado pela evolução hominídea, em contraste com o que ocorre com os primatas. (BUSSAB, 2000) A influência de variáveis sociais, econômicas e educacionais sobre o tempo de amamentação e seu impacto sobre os índices de desnutrição e mortalidade infantil é reportado nos documentos internacionais. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O BRASIL, 2008) Em todo o mundo morrem, a cada ano, mais de 10 milhões de crianças menores de cinco anos por causas evitáveis. No Brasil, este índice encontra-se em torno de 20,7 óbitos por mil nascidos vivos por ano. Dentre as diversas intervenções de caráter preventivo e terapêutico, com elevada eficácia e custo reduzido, está o aleitamento materno. A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza a amamentação exclusiva até o sexto mês de vida, condição que dispensa outros alimentos, líquidos ou complementares, pois o leite materno oferece vitaminas, minerais e substâncias capazes de prevenir infecções. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1995) A amamentação é recomendada como complemento até o segundo ano de vida, sendo apontada pelo Ministério da Saúde como o primeiro direito da criança após o nascimento.

A amamentação, processo influenciado positiva e negativamente por fatores relacionados à mãe – como as características de sua personalidade e sua atitude frente à situação de amamentar –, à criança e à gestação – como as condições de parto, o período pós-gestacional e o temperamento da criança – sofre, sobretudo, a influência de fatores circunstanciais, como o trabalho materno, a geração e as condições do cotidiano. Todos os aspectos intervenientes da amamentação são sintetizados nas justificativas dadas ao desmame precoce ou à continuidade do aleitamento. Trata-se de um sistema bidirecional de valores e crenças, que afeta e direciona as práticas de cuidado, transformando e modificando-se na interação com o ambiente físico e social. É nessa dinâmica complexa que se situam a amamentação, o cuidado e os processos de desenvolvimento da família.

As mais recentes revisões sobre o tema revelam o imbricado jogo em torno das concepções de amamentação e construtos derivados da vivência da feminilidade e do condicionamento das condições de classe. No entanto, há certo consenso de que as cognições parentais atuam como mediadores, influenciando as práticas de cuidado e os comportamentos parentais. Esses apresentam efeitos diversos sobre o comportamento das crianças e o desenvolvimento da família. (RIBAS JUNIOR; MOURA; BORNSTEIN, 2007)

Ações de caráter educacional, implementadas no setor saúde desde a formação médica até o planejamento do pré-natal para o aconselhamento em amamentação, visam oferecer suporte, monitoramento e promover mudanças na cognição e no comportamento parental por meio da informação. A Aliança Mundial para Ação em Aleitamento Materno (WABA) instituiu, a partir de 1991, a Semana Mundial de Amamentação, comemorada em mais de 120 países, com o objetivo de sensibilizar profissionais de saúde e a população em geral para a importância do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida. No Brasil, as atividades da semana são realizadas pelo Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais da Saúde e Sociedade Brasileira de Pediatria. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1989)

Amamentação como direito humano fundamental

Os direitos humanos correspondem a um rol de direitos considerados básicos à vida digna. Um arcabouço de direitos e garantias, com fundamento na Dignidade Humana, que visa proteger aquela dimensão indissociável à própria condição humana, aqueles direitos ontologicamente humanos. Em seu núcleo, encontram-se o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à vida e à saúde, neste inserido o direito à amamentação. O direito à amamentação, para além de seu caráter autônomo de fundamentalidade, é desdobramento dos direitos universais à vida, à saúde e à alimentação e comunica-se, com absoluta prioridade, aos direitos da criança. A amamentação é essencial para promoção da saúde materna e infantil de forma integral e é a melhor opção nutricional, não só, mas notadamente para comunidades que sofrem com o déficit social e econômico de países em desenvolvimento. (ARAÚJO et al, 2006; MONTEIRO; GOMES; NAKANO, 2006; BAPTISTA; ANDRADE; GIOLO, 2009; BARROS et al, 2010)

Na ordem interna, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) consagra sob o Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais - o rol de direitos humanos positivados pelo ordenamento brasileiro. Entre eles, o texto constitucional elenca o direito à saúde (artigo 6º) e o direito à amamentação, extraído do artigo 5º, L, que prevê o direito à amamentação em condições adequadas à mulher privada de liberdade.

A Constituição Federal inova, assim, ao prever expressamente o direito fundamental à amamentação que, por consequência do princípio da isonomia e do princípio interpretativo-constitucional da máxima efetividade (BRASIL, 1988; CANOTILHO, 1998), estende-se para além da especificidade e estreitamento do dispositivo constitucional.

Mais à frente, no parágrafo 3º do mesmo artigo, os legisladores constitucionais atribuíram aos tratados e convenções internacionais de direitos humanos hierarquia de norma constitucional de aplicabilidade imediata (art. 5º, §1º). O ordenamento constitucional brasileiro, portanto, opta por um sistema misto de proteção aos di-

reitos fundamentais, pela incorporação de direitos humanos enunciados em tratados e convenções internacionais, àqueles elencados internamente, no texto constitucional. (PIOVESAN, 2009)

Internacionalmente, o direito à amamentação é enunciado em diversos diplomas de direitos humanos, como a Convenção de Proteção à Maternidade nº 103 (CPM/103) (SÜSSEKIND, 1998), da Organização Internacional do Trabalho; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CETFDM) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1979), e a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989) Nestes diplomas internacionais, a amamentação - ou aleitamento materno, denominação dada pela OMS - é protegida em diversos dispositivos.

O artigo 12º da CETFDM impõe aos Estados Partes a assistência apropriada à mulher antes, durante e após o parto, com nutrição condizente durante a gravidez e o aleitamento. No mesmo sentido, a CDC reconhece o direito à saúde da criança, para redução da mortalidade infantil e da desnutrição, direito a assistência pré-natal e pós-natal, assegurando “que todos os setores da sociedade, e em especial os pais e as crianças, conheçam os princípios básicos de saúde e nutrição das crianças, as vantagens da amamentação” (Artigo 24, 2, e). A CPM/103 enuncia, ainda, o direito da mulher que labora a interromper seu trabalho para amamentar seu filho, durante um ou vários períodos, com duração determinada pela legislação nacional (Artigo 5, ítem 1).

O tripé de fundamentalidade formal do direito à amamentação completa-se com o artigo 6º, *caput* que enuncia entre os direitos fundamentais sociais, o direito à saúde e à maternidade, combinado ao artigo 227, *caput* (BRASIL, 1988), pelo qual se impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de garantir, com absoluta prioridade, dentre outros, o direito da criança à vida, saúde e alimentação.

Materialmente, o direito à amamentação integra-se aos demais direitos humanos por ter como base o princípio da dignidade huma-

na, núcleo dos direitos fundamentais (MIRANDA, 2000), e por força do caráter de universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos, introduzido pela Declaração de 1948. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948; PIOVESAN, 2009) Alinhada com essa nova concepção de direitos humanos, a Constituição Federal adotou “uma espécie de cláusula de abertura material” (BRASIL, 1988; DALLARI; NUNES JUNIOR, 2010, p. 35), pela qual o sistema constitucional de direitos fundamentais brasileiro abraça os direitos humanos enunciados em tratados internacionais decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição, com força hierárquica constitucional, como visto. (BRASIL, 1988, artigo 5º, §3º § 2º)

A previsão constitucional corrobora para o entendimento consolidado de fundamentalidade dos direitos que integram o *corpus* de concretização da Dignidade da Pessoa Humana que, ao ser eleita como Princípio Fundamental da República Brasileira (BRASIL, 1988, artigo 1º, III), fincou-se como unidade valorativa do sistema de direitos fundamentais no Brasil.

A caracterização do direito à amamentação, como direito fundamental, é um tema especialmente complexo. Reverbera tanto na relação entre indivíduos (criança, nutriz, familiares, empregadores etc.) quanto na relação destes com o Estado. No âmbito privado, a amamentação envolve, necessariamente, ao menos dois sujeitos de direitos: a nutriz e a criança. Na esfera pública, o direito à amamentação estabelece uma relação jurídica bilateral atributiva entre mãe e criança, de um lado, e o Estado e a sociedade, de outro.

A bilateralidade atributiva é a relação estabelecida entre dois ou mais sujeitos, atribuindo-se a alguns a titularidade do direito e a outro(s) a exigibilidade de certa conduta. (REALE, 1999) Assim, à criança é garantido o direito à alimentação saudável e em condições de higiene e segurança adequadas, como dimensão de atenção e cuidado. À lactante, o direito a amamentar implica na garantia de condições para fazê-lo - se assim escolher -, sem prejuízo ou relativização de quaisquer direitos e sem sofrer quaisquer formas de violência ou

discriminação por parte da sociedade ou do Estado. Implica, ainda, no direito à informação sobre os benefícios da amamentação, de forma que possa fazer uma opção plenamente informada e autônoma.

Nesse sentido, fica obrigada a sociedade a se abster de quaisquer atos de discriminação ou violência (em sentido amplo) que possa tolher, em alguma medida, a opção da lactante em amamentar, seja no local de trabalho, em sua residência ou, se assim entender necessário, em espaços públicos. Quanto ao Estado, reconhecida a fundamentalidade do direito à amamentação e sua natureza social, fica obrigado a tomar as medidas necessárias à sua efetivação, em condições adequadas, abstendo-se de qualquer ato, executivo ou legislativo, que possa ir de encontro a este direito. Além de promover e resguardar este direito contra quaisquer atos abusivos que o firam ou ameacem de lesão.

Amamentação e família

A amamentação é uma dimensão de cuidado contínuo, cuja natureza é intimamente familiar. Trata-se de uma relação que se estabelece, exclusivamente, entre a mãe e criança, na qual a família, como rede de apoio primária, desempenha papel central e indispensável. É preciso ter em vista que o aleitamento materno não é uma técnica apreensível por manuais ou intervenções mecânicas, mas deve ser considerado a partir do contexto histórico e social das famílias, bem como na dimensão de sentimentos, expectativas e construções culturais nas quais se insere.

Os aspectos sócio-econômicos e culturais têm influenciado de maneira significativa a prática do aleitamento materno, que embora seja um ato natural, não é instintivo, uma vez que as puérperas precisam ser apoiadas e ensinadas para realizarem esta prática de forma prazerosa evitando assim o desmame precoce. (TEIXEIRA; NITSCHKE, 2008, p. 184)

A família integra, nessa medida, a rede de apoio social materno-infantil, como espaço nuclear de promoção da amamentação e cuidado. Ela é agente de incentivo, apoio e referencial de valores e conhecimentos. É no espaço familiar que a mãe troca experiências sobre alimentação do bebê, saberes e práticas, que variam de acordo com a história de vida dessas famílias. (MARQUES et al., 2010) Especialmente junto às avós e outras mães, a lactante identifica figuras femininas, com a prerrogativa de já terem vivido a maternidade e a amamentação, reforçando a importância do aleitamento materno e do cuidado.

A família é o primeiro referencial para a mulher no processo de amamentação. É no contexto familiar que se transmitem valores, crença e práticas (NAKANO et al., 2007), razão pela qual se deve reconhecer seu valor na promoção do direito humano fundamental à saúde da criança e na retomada da amamentação como regra, e não exceção, no cuidado materno-infantil.

O apoio à lactante por parte da família é um eixo essencial à efetividade do direito à amamentação. Marques e colaboradores (2010) apontam a família como um dos principais fatores na promoção da amamentação pelo estímulo e pela troca de conhecimentos e valores. Assim, também demonstram seu potencial impacto negativo, ao desestimular o aleitamento materno. Barbosa e colaboradores (2009) demonstram que as características da família estão entre as principais causas de desmame precoce. Estes dados reforçam a percepção da necessidade de promover a educação em saúde das famílias e dos profissionais de saúde que as orientam.

A família - espaço primeiro de promoção dos direitos humanos - desempenha, portanto, um papel central na garantia e continuidade da prática da amamentação, como linha de cuidado e estratégia de promoção da saúde materno-infantil. Os saberes acumulados pela família, especialmente pelas mulheres que já vivenciaram a maternidade, são de importância nuclear nesse processo e cabe ao Estado, além de implementar políticas de garantia do direito à amamentação, reconhecer e restabelecer o lugar da família nessas ações.

Amamentação nos estudos da psicologia do desenvolvimento

Desprovido de condições para obter o necessário a sua sobrevivência, o bebê humano é um dos poucos dentre as espécies que depende exclusivamente de um adulto que garanta alimentação, sono, locomoção e proteção dos perigos do ambiente que o cerca. O vínculo mãe-filho – analisado em profundidade pelo eminente psiquiatra e psicanalista inglês Jonh Bowlby (2002) – é uma adaptação fundamental da espécie humana, uma necessidade tão básica quanto a satisfação da fome ou da sede. A capacidade de ligar-se ao outro surge, na escala evolutiva, como condição para o desenvolvimento das funções cerebrais superiores, responsáveis por esquemas complexos como a memória, a linguagem e o uso de instrumentos como extensão do próprio corpo. (VYGOTSKY, 2003) A ligação duradoura estabelecida com uma figura significativa é o elo que promove a aproximação do indivíduo humano ao ambiente mais amplo de modo seguro, eficaz e promotor do desenvolvimento das estruturas internas, capazes de gerar, por sua vez, indivíduos aptos a explorar e organizar o ambiente de modo adaptativo. (SHAFFER; KIPP, 1999)

De acordo com Klaus e Kennel (1992), há um período sensível em que as interações entre mãe e bebê auxiliam na formação do apego. Ao nascer, o bebê demonstra preferência pela mãe, pois reconhece seu tom de voz, o ritmo do coração e outros movimentos de um corpo que o acolheu desde sua vida intrauterina. A ação do bebê sobre o mundo é mediada pelo seio materno, pelo qual incorpora aspectos do real capazes de promover seu desenvolvimento. A amamentação ultrapassa a função de saciar, mediante a incorporação do alimento, pois constrói uma ponte entre o bebê, o olhar, a voz, o calor e o toque maternos. A interação promovida pelo ato de amamentar consolida o elo que une mãe e filho, cria uma base de confiança e viabiliza o crescimento pautado no contínuo doar-se ao outro.

Bowlby (1995) afirma que o bebê privado da condição de vivência de cuidado nos primeiros anos de vida torna-se vulnerável a efeitos negativos e duradouros no desenvolvimento físico, social, psicológico e psíquico. De modo similar, a privação do contato direto com o bebê pode trazer às mães consequências como labilidade emocional e ansiedade frente a situações em que o bebê idealizado distancia-se do bebê real. Assim, a separação da mãe de seu bebê antes que ela esteja pronta para compartilhar o cuidado com outras pessoas pode reduzir seu sentimento de competência e importância para o bebê. (BRAZELTON, 1988)

Após as considerações teóricas, ou mesmo, históricas referidas anteriormente se faz pertinente apresentar brevemente a literatura científica produzida no Brasil. Uma análise geral dessa literatura possibilita identificar cinco eixos principais: (i) aspectos sociodemográficos e culturais relacionados à prática da amamentação; (ii) patologias maternas ou do recém-nascido e as repercussões para a prática da amamentação; (iii) rede de apoio e os efeitos sobre as práticas; (iv) impacto de programas especiais ou estratégias de promoção da amamentação; (v) relações entre amamentação e o crescimento das crianças. Diante das variáveis analisadas no presente estudo, a seguir encontram-se relatados e comentados alguns artigos representativos da produção nacional.

Amamentação e fatores intervenientes

No Brasil, Yunes e Ronchez (1975) estudaram os padrões de amamentação entre mães paulistas da década de 1960 e sua relação com nível socioeconômico materno, fertilidade e paridade. Os autores encontraram evidências de forte relação entre duração da amamentação exclusiva, contracepção e economia familiar. As variáveis correlacionadas ao tempo de amamentação foram: instrução materna, idade e paridade (primíparas ou múltíparas). De modo geral, constata-se uma relação inversa entre grau de instrução e tempo de amamentação. Variáveis socioeconômicas e culturais podem orientar a prática de amamentação entre algumas mulheres nos extremos de

estratos sociais que amamentam por mais tempo. Mães mais instruídas amamentaram por mais tempo, levando em conta os benefícios da lactação. Por outro lado, mães menos instruídas amamentaram mais seus filhos por motivos predominantemente econômicos. O estudo constata a influência de mecanismos fisiológicos de contracepção (amenorreia e anovulação durante oito meses, em média) durante a lactação, evidenciados pelo maior espaço de tempo entre as gestações entre mães que amamentam mais. Além disso, as mães que não usaram anticoncepcionais amamentaram por nove meses a um ano, em média, enquanto que mães que utilizaram anticoncepcionais amamentaram por um período de três a cinco meses, devido ao efeito inibidor de estrógenos sobre a lactação. Há uma tendência a aumentar com a parição o hábito de não amamentar, diminuindo a duração do tempo de amamentação para aquelas que amamentam e a proporção das que amamentam por mais de nove meses.

Este dado evidencia alguma divergência em relação às práticas de lactação referidas na literatura internacional, revista pelos autores, segundo a qual, nos países desenvolvidos, as práticas de amamentação não excedem 20% das mulheres e se estendem por um período muito breve de tempo, enquanto que, em países considerados em desenvolvimento, aproximadamente 90% das mães amamentam seus filhos por período que varia de dois a 36 meses.

Alguns fatores, como maternidade precoce, baixo nível educacional e socioeconômico maternos, parição, atenção do profissional de saúde nas consultas de pré-natal e necessidade de trabalhar fora do lar, são frequentemente considerados como determinantes para o desmame precoce. Contudo, outros, como o apoio familiar, condições adequadas no local de trabalho e uma experiência prévia positiva, parecem ser parâmetros favoráveis à decisão materna pela amamentação. Apesar da relevância dos fatores mencionados acima, os aspectos culturais e a história de vida da mãe foram os mais importantes na decisão materna pelo aleitamento e pelo momento do desmame. (FALEIROS; TREZZA; CARANDINA, 2006)

Idade materna e duração da amamentação

Há evidências a favor dos benefícios da idade sobre a duração do aleitamento. Estudos encontraram mulheres mais jovens que amamentam por menos tempo, o que se deve a dificuldades como, por exemplo, menor nível socioeducacional e, muitas vezes, ao fato de serem solteiras ou de não contarem com rede de apoio. (ALMEIDA; NOVAK, 2004) Em um estudo comparativo da amamentação entre mães adolescentes e mães adultas, verificou-se que as adolescentes amamentam por menos tempo, o que decorre de maior dedicação a outras atividades durante os primeiros seis meses de vida da criança e, ainda, ao fato de que, entre essas mães, o número de mamadas durante o dia era menor, com introdução, mais frequentemente, de fórmulas lácteas para os seus bebês. (FROTA; MARCOPITO, 2004) Enquanto alguns autores consideram não haver uma associação significativa entre a idade materna e a duração do aleitamento materno, outros, por sua vez, verificam que os filhos daquelas mães com mais idade mamam por mais tempo, exclusiva ou parcialmente, em relação aos filhos das mães mais jovens, especialmente quando as mães mais velhas têm maior número de filhos e/ou história anterior de sucesso em aleitamento materno. (BUENO et al., 2002)

Duração da amamentação e nível socioeducacional

O estudo realizado, em 2001, por Cecchetti e Moura (2005), a respeito da prevalência de amamentação no noroeste de Campinas, acompanhou 4.093 recém-nascidos. Esta amostra era constituída por população SUS-dependente (68,0%) e por outro grupo usuário de assistência médica supletiva (29,9%). Identificou-se um progressivo declínio da amamentação exclusiva com a idade. Entre as crianças menores de quatro meses com aleitamento materno predominante, 50,4% recebiam água, 44,8% chá e 4,3% suco. A fórmula e/ou leite de vaca estiveram presentes na dieta de 62,1% das crianças menores de quatro meses com aleitamento complementado. Os resultados demonstram que, ao

longo dos primeiros seis meses, 42,2% das crianças vinculadas ao SUS recebiam aleitamento materno, contrastando com 34,4 %, apenas, das usuárias de serviços privados; isto significa que o risco de desmame de uma criança usuária do serviço privado foi 40% maior do que o de criança SUS-dependente. Ao ser analisada a condição de escolaridade das mães, pôde-se constatar que a mãe SUS-dependente possui menor escolaridade ($7,0 \pm 2,9$ anos de escola e $9,9 \pm 3,0$ anos para a mãe atendida no serviço privado), mas esta informação não foi confirmada ao se analisar o tempo de escolaridade com a presença ou ausência da amamentação ($7,8 \pm 3,2$ anos para as mulheres que amamentam e $8,1 \pm 3,2$ anos para aquelas que não amamentam).

Outro estudo realizado anteriormente por Venâncio e colaboradores (2002) em 84 municípios do estado de São Paulo analisou informações de 33.735 crianças. Foram adotadas as categorias da OMS para avaliação da amamentação. Entre estas, destaca-se o Aleitamento Materno Exclusivo: prevalência de crianças menores de quatro meses de cada município alimentadas exclusivamente com leite materno nas últimas 24 horas (AME). A associação entre a variável dependente AME em menores de quatro meses, expressa de forma dicotômica, e as variáveis independentes foi analisada por regressão logística múltipla no programa SPSS. Entre as variáveis independentes estudadas, a escolaridade da mãe (13 anos e mais; nove a 12 anos; cinco a oito anos; até quatro anos) demonstrou que, quanto maior a escolaridade, maior a probabilidade de a criança estar em amamentação exclusiva, sendo que as mulheres com até quatro anos de escolaridade têm 2,2 vezes mais chances de introduzir outro alimento na dieta de seus filhos nos primeiros meses de vida quando comparadas às mulheres com 13 anos e mais de escolaridade. Como também adolescentes e primíparas foram condições de risco para manutenção das práticas de aleitamento materno.

Os estudos relatados possuem desenhos diferentes do que se apresenta nesta oportunidade. Entretanto, a presença das variáveis na literatura favorece afirmar o valor da análise em curso. Esta análise

se pretende relacionar a prática da amamentação com fatores intervenientes, idade materna e nível socioeducacional.

Método

A amostra foi constituída por 150 mães, com um ou mais filhos/as, residentes em Salvador, Bahia. Foram compostos três grupos amostrais, sendo o Grupo 2 subdividido em a e b:

Quadro 1 - Constituição dos grupos amostrais do estudo

Grupo	Número de famílias	NSE (nível socioeducacional)	Idade da mãe	Idade do filho caçula
Grupo 1	25 famílias	Médio Alto	Mães até 29 anos	Mais de seis meses, utilizando fralda
	25 famílias	Baixo		
Grupo 2	25 famílias	Médio Alto	Mães entre 30-44 anos	13 caçulas utilizando fralda 12 caçulas entre 15-20 anos
	25 famílias	Baixo		
Grupo 3	25 famílias	Médio Alto	Mães com mais de 45 anos	Caçulas entre 15-20 anos
	25 famílias	Baixo		

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Essa subdivisão permitiu a aplicação de dois critérios para a operacionalização do construto Gênero, a saber: Gênero I – idade das mães, ou seja, Grupos 1, 2 e 3 (mais jovens, de idade intermediária e mais velhas); e Gênero II – idade dos filhos caçulas, ou seja, Geração 1: Grupos 1 + 2a (com experiência mais recente de parição, filhos caçulas ainda usando fralda) e Geração 2: Grupos 2b + 3 (com última experiência de parição há pelo menos 15 anos).

O critério de NSE foi uma combinação de escolaridade, faixa de renda familiar e profissão/ocupação dos pais.²

² Para uma descrição mais detalhada da amostra e dos critérios de NSE e geração, ver capítulo 2, *Metodologia*, deste livro.

O critério de seis meses para a Geração I foi adotado para excluir bebês que estivessem em aleitamento materno exclusivo, uma vez que, a partir dessa idade, é usualmente introduzida alimentação complementar (papas e sopas). Foram excluídas, também, crianças com necessidades especiais ou, no caso de Geração II (Grupos 2b e 3), que necessitaram de qualquer tipo de assistência especial nos primeiros anos de vida, para homogeneizar a amostra em termos do tipo de cuidado requerido pelas crianças.

Os dados foram colhidos por meio de um questionário estruturado, baseado nas dimensões básicas de práticas, atitudes e valores quanto ao cuidado, de forma a operacionalizar conceitos como divisão sexual do trabalho, à divisão sexual do poder, aos cuidados com filhos e aos valores sobre tais divisões e cuidados, aplicado em entrevistas com ambos os genitores. Nos dois grupos com filhos pequenos (Grupos 1 e 2a), o roteiro se referia ao filho caçula de mais de seis meses e utilizando fralda; nos Grupos 2b e 3, a entrevista foi retrospectiva e se referiu ao filho(a) caçula na fase em que utilizava fralda. Pais e mães foram entrevistados separadamente; nesta análise, serão focalizadas apenas as respostas das mães³ a questões pertinentes aos objetivos da presente análise. A construção das variáveis para esta análise advém de componentes relacionados à vida materna, porquanto estudos reconhecem a relação entre educação materna e tempo de amamentação (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2009; ALVARENGA; PICCININI, 2009). Identifica-se, ademais, que a condição laboral da mulher e, em particular, o tempo dedicado ao trabalho, constitui um elemento limitante para o tempo da amamentação. O nível socioeducacional consiste na síntese entre variáveis de natureza socioeconômica e escolar, que orientam e potencializam o manejo de informações necessárias ao cuidado, direcionando a decisão pelo aleitamento. A variável geração, definida pela idade da mãe, é apontada na li-

3 Uma vez que apenas as mães responderam a respeito de amamentação.

teratura como relacionada à opção e à duração da amamentação; quando definida pela idade do caçula, situa as mães em momentos histórico-culturais potencialmente diversos, permitindo explorar elementos de natureza sociocultural que influenciam na decisão de amamentar e que perpassam as ideias sobre gênero e valor relativo dos papéis ligados à maternidade.

Resultados⁴

Encontra-se uma consistência entre os índices apresentados por grupos de mães que amamentaram (136, ou cerca de 91%), estratificadas segundo os critérios de Geração I (até 29 anos: 88%; entre 30 e 44 anos: 94%; acima de 45 anos: 90%) e Nível Socioeducacional - NSE (Médio Alto: 90%; Baixo: 88%), o que converge com elevado índice de aleitamento por parte das mães que compõem a amostra, sem diferenças importantes entre os subgrupos. A análise do perfil socioeducacional e etário (geracional) das 14 mães que não amamentaram seu filho caçula revela que seis pertencem ao Grupo etário 1 (até 29 anos), três ao Grupo 2 (30-44 anos) e cinco ao grupo de mais de 45 anos; quanto ao NSE, nove se encontram na faixa de baixo rendimento e escolaridade, e cinco no NSE médio alto. Os dados sobre NSE poderiam, caso se encontrassem diferenças significativas, apontar o efeito da escolaridade sobre a opção de amamentar; a proporção um pouco menor, mas ainda elevada, de mães do estrato socioeducacional baixo que amamentaram sugere a influência da valorização da amamentação nos setores da saúde e da educação. Comparando-se pelo critério de Geração II, definido pela idade dos filhos caçulas (1+2a, e 2b+3) obtém-se a mesma incidência de amamentação nas duas gerações (91%). Temos, portanto, uma amostra em que a incidência de amamentação, segundo o relato das mães, não evidenciou relações

4 Fonte: Banco de dados do projeto. A estatística mencionada no texto foi obtida pelo programa de tabulação (χ^2 [qui-quadrado], $p < 0.05$).

significativas, quer de NSE ou de geração por ambos os critérios de operacionalização desse construto.⁵

No entanto, quando se compara a duração da amamentação,⁶ emergem algumas diferenças sugestivas. No total de 136 mães que amamentaram, 73 (c. 54%) o fizeram nos primeiros três a seis meses, e 63 (c. 46%) o fizeram por mais de seis meses e até por mais de 12 meses; ou seja, aproximadamente em metade dos casos a amamentação se restringiu ao início da vida das crianças, e em um número um pouco menor de casos persistiu por até mais de um ano – uma distribuição comparativamente equilibrada. Mas, ao se comparar pelos dois critérios de geração, essa distribuição se desequilibra. Pelo critério de Geração I (idade das mães), as mães mais jovens (até 29) e as de 30-44, que têm atualmente filhos pequenos (Grupo 2a), diferem das mães mais velhas (mais de 45 anos) – estas últimas se concentram nas categorias de menor duração da amamentação (até seis meses), enquanto que as mais jovens se concentram nas categorias de maior duração (mais de seis meses). Esse resultado é replicado na comparação pelo critério de Geração II (mães de caçulas pequenos e de caçulas com mais de 15 anos), particularmente em dois casos que alcançam diferença estatisticamente significativa: até três meses na Geração 2 (filhos grandes) e mais de nove meses na Geração 1 (filhos pequenos). Embora com número baixos, há ainda uma indicação interessante quando se compara separadamente estas duas gerações por NSE, identificando-se que a mudança ocorreu principalmente no NSE baixo em relação à categoria até três meses. Pode-se sugerir, portanto, que a mudança geracional apontada por esses resultados se situa principalmente no NSE baixo, o que reforça a suposição anterior de que, nesse período de 15-20 anos que separa essas gerações, tenha havido um reflexo da valorização da amamentação nos serviços de

5 Fonte: Banco de dados do projeto, pergunta: Você amamentou seu filho caçula? (Sim ou Não).

6 Fonte: Banco de dados do projeto, pergunta: Por quanto tempo você amamentou? (até três meses, 3-6 meses, 6-9 meses, 9-12 meses, mais de 12 meses).

saúde e educação – principalmente nos que atendem a população menos privilegiada –, que, por sua vez, reflete a mudança cultural mais geral a respeito da importância da amamentação, desde o final da década de 1970. Esse resultado converge com os achados de Cecchetti e Moura (2005), que identificaram maior prevalência de amamentação entre mães acompanhadas por equipe de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Rede de apoio materno e amamentação⁷

Das 14 mães que não amamentaram, todas contaram com apoio de um ou dois cuidadores aparentados além do pai, e quatro contaram com pelo menos um cuidador não familiar (babá). Entre as que amamentaram, todas contaram com um a três cuidadores aparentados além do pai e com pelo menos um cuidador não familiar (na maioria destes casos, mães de NSE médio alto). Não foi identificada nenhuma relação entre a duração da amamentação e a disponibilidade de cuidadores.

A creche, reconhecida por reunir estímulos de natureza psíquica e social, agregando profissionais voltados para garantia de um ambiente diversificado e saudável para a criança, através de ações decorrentes de padrões de nutrição, higiene e proteção, cientificamente validados, pode ser um contexto que favorece o protagonismo da criança, mas que pode competir, em alguns aspectos, com a amamentação. A interação com outras crianças e adultos acontece em paralelo à introdução de novos alimentos com gradativa liberação do seio materno como fonte de alimentação.

Do total de 150 mães, 128 (85%) não recorreram à creche como apoio para o cuidado de seu filho de até dois anos de idade, enquanto 13 deixaram o filho em creches por período de até seis horas diárias e

7 Os resultados descritos neste item foram extraídos de cruzamentos entre amamentação/duração da amamentação e número de cuidadores familiares e não familiares (Pergunta: Quem cuida/cuidava da criança, reclassificada segundo parentesco).

apenas quatro por mais de seis horas – embora quase 50% das mães tenham informado trabalhar mais de 20 horas por semana. É possível que, nesta faixa etária, o cuidado familiar seja privilegiado por favorecer o fortalecimento de ações de cuidados, a exemplo da amamentação, que formam a base para laços afetivos entre a criança e a família.

Carta horária laboral materna e amamentação⁸

No total de 150 mães, 88 (59%) desempenhavam atividade laboral, contra 62 (41%) que não trabalhavam, sendo a incidência de trabalho maior entre mães de NSE médio alto (75% contra 47%), sem diferenças entre gerações. Mães de NSE médio alto também apresentaram maior incidência de carga horária de trabalho mais alta (acima de 30 horas). A Tabela 1 apresenta a relação entre amamentação e carga laboral das mães.

Tabela 1 - Amamentação e carga laboral da mãe (% sobre total das colunas)

Amamentação	Não trabalham		< 20hs		> 20hs		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Não amamentaram	5	8,1	0	0	9	12,7	14	9,3
até seis meses	32	51,6	6	35,3	35	49,2	73	48,7
mais de seis meses	25	41,0	11	65,5	27	38,0	63	42,0
Total	62		17		71		150	

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Esses dados revelam que aproximadamente o mesmo número (e proporção) de mães desta amostra não mantém vínculo laboral ou trabalha mais de vinte horas. Uma minoria (11%) trabalha um pe-

8 Fonte: Banco de dados do projeto. Perguntas: Quando o caçula nasceu, trabalhava fora? (Sim/ Não); se sim, quantas horas (sete categorias de resposta: até 10hs; 10-20hs. 20-30 etc, até mais de 60hs); quando o caçula nasceu, teve licença maternidade? (Sim/Não); e cruzamento especial Amamentação x horas de trabalho (agrupadas em quatro categorias: Não trabalha/va, até 20hs, 21-40hs; mais de 40hs).

ríodo menor do que este. A comparação entre horas de trabalho da mãe e duração da amamentação indica que as mães amamentam por seis ou mais, aproximadamente na mesma proporção que trabalham mais de 20 horas ou não trabalham. A diferença, aparentemente a favor de mães que trabalham até 20 horas e continuam a amamentar pelo período superior ao primeiro semestre de vida do filho, faculta a compreensão sobre disponibilidade de tempo, embora não alcance significância devido ao número reduzido de casos.

Inferese que a licença maternidade constitui um fator relevante para a maior propensão à amamentação por mães que trabalham. De fato, 57 (68%) das 88 mães que trabalham tiveram licença maternidade regulamentar, de quatro meses, e nove mães tiraram mais de quatro meses de licença (provavelmente somando férias ou outros benefícios). Cerca de 20% das 88 mães declararam não ter tirado licença, seja por trabalharem como autônomas ou por outros motivos. Decorrem dos achados aludidos alguns questionamentos sobre as formas pelas quais as mães conciliam amamentação e trabalho: (a) limitando a amamentação exclusiva aos primeiros quatro meses, sendo esta uma circunstância que seria compatível com a situação da maioria das mães? (b) Adotando a alimentação complementar ainda mais precocemente para as que não tiveram licença maternidade?

Considera-se que, mesmo entre mães que não trabalham, há uma distribuição equilibrada entre amamentar até os seis meses (32 casos) e além destes (25 casos). Este dado sugere a presença de outros fatores além da própria carga laboral. Os questionamentos anteriormente referidos poderiam ser explorados por estudos com amostras mais amplas, como também em abordagens mais aprofundadas e focalizadas na amamentação, nas formas de compatibilizá-la com o trabalho da mãe e em suas atitudes em relação à amamentação e ao trabalho.

A carga horária superior a 20 horas, que delimita a possibilidade de amamentação exclusiva para o período da licença maternidade, provavelmente envolve uma prática de amamentação intermitente

em relação ao turno de trabalho, o que tende a manter estável a procura do bebê pelo seio materno e a aumentar a disponibilidade materna em atendê-lo, uma vez que a mãe passa a privilegiar o bem estar e a iniciativa da criança. Se, de um lado, o trabalho preenche o tempo da mãe, afastando-a do bebê, por outro lado pode favorecer trocas mais livres e prazerosas, nas quais se incluem a amamentação, o que tende a prolongar a amamentação por um período de tempo maior que o previsto ou fisiologicamente necessário. Por outro lado, a licença maternidade de seis meses, que vem sendo discutida em nosso meio, seria mais compatível com a recomendação da OMS de amamentação exclusiva neste período.

As relações apresentadas até aqui podem ser complementadas quando se articulam com o nível socioeconômico. A Tabela 2 apresenta estes dados; não é muito diferente o comportamento dos grupos que amamentaram menos ou mais que seis meses. As mulheres que não trabalhavam e as que trabalhavam por mais de 20 horas foram as que mais amamentaram, mas essa comparação é prejudicada pela baixa incidência de casos de mães que trabalham por tempo inferior a 20 horas (N=17). Em termos de NSE, a comparação sugere que mães pertencentes à camada média alta amamentam mais frequentemente e por mais tempo, independentemente de carga laboral, mas a determinação dessa diferença é dificultada pela maior incidência de atividade profissional e de carga horária mais alta nesse nível socioeducacional. Como já foi visto, quando desconsiderada a carga laboral das mães, a incidência de amamentação é igualmente alta nos dois NSE. A sugestão de diferença quando se considera a carga laboral poderia indicar que mães de NSE baixo têm menos alternativas para conciliar amamentação e trabalho (por exemplo, horários de trabalho mais rígidos). Esse também seria um ponto interessante a explorar em estudos mais focalizados na questão da amamentação.

Tabela 2 – Tempo de amamentação, número de horas de trabalho materno e NSE.

NSE	Não amamentou (N=14)			Amamentou < 6 m (N=73)			Amamentou > 6 m (N=63)		
	Não trabalha	Trabalha <20h	Trabalha >20h	Não trabalha	Trabalha <20h	Trabalha >20h	Não trabalha	Trabalha <20h	Trabalha >20h
Md A	0	0	5	11	5	20	11	7	16
Baixo	5	0	4	21	1	15	14	4	11
Total	5	0	9	32	6	35	25	11	27

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Considerações finais

Este capítulo discute os resultados sobre amamentação de crianças entre zero e dois anos obtidos a partir dos dados levantados na pesquisa *Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos*. Seu objetivo foi investigar a duração da amamentação por mães soteropolitanas a partir dos eixos tempo de dedicação à atividade laboral, nível socioeducacional e geração.

A análise dos dados evidenciou a pertinência de tratar o tema a partir de áreas específicas da literatura, considerando que a amamentação é tema transversal à literatura clássica da psicologia desde os estudos da etologia e da sistematização do padrão comportamental-cognitivo do modelo proposto por John Bowlby (2002; 2004a; 2004b), ambos convergentes com as observações de René Spitz (2004), a respeito dos efeitos da privação do contato e do cuidado parental no primeiro ano de vida. A linha de pensamento sobre a qual se ancora a análise do desenvolvimento humano como processo resultante de elementos da biologia e da cultura é constituída por linhas teóricas que, apesar de divergirem a respeito da natureza e do processo do desenvolvimento, convergem na compreensão da interação de diversas forças não arbitrárias em jogo.

A partir desta perspectiva, na literatura contemporânea, trata-se da amamentação a partir do consenso das ciências da saúde e das

ciências humanas, em torno dos efeitos benéficos e duráveis ao longo do ciclo evolutivo do bebê, como preâmbulo para a formação de vínculo afetivo entre mãe e bebê. Seu tratamento através de diferentes objetos (a exemplo do impacto da amamentação para compleição física e desenvolvimento afetivo e cognitivo; aspectos sociodemográficos e culturais relacionados à prática da amamentação; patologias maternas ou do recém-nascido e suas repercussões para a prática da amamentação; contribuição da rede de apoio para a amamentação; impacto de programas especiais ou estratégias de promoção da amamentação) e métodos têm conduzido a resultados que corroboram os achados da psicologia do desenvolvimento, além de oferecerem subsídios a políticas de humanização da gravidez, parto e puerpério em perspectiva multidisciplinar.

A amamentação constitui uma dimensão do cuidado e da proteção social com a criança que demanda uma relação de integração de duas instâncias – família e Estado. O sistema de proteção social se constrói em prol da sociedade que, por sua vez, é formada por famílias. As famílias possuem estruturas organizacionais diversificadas que necessitam ser consideradas de forma integral, de modo a assegurar-lhes meios de inclusão social no interior das relações sociais. Embora esteja a amamentação na órbita do cuidado nomeadamente familiar, outras dimensões – comunitária e estatal – agregam suas forças, sejam de ordem da solidariedade, sejam de ordem legislativa e das políticas públicas.

Embora muitas transformações do ponto de vista das novas estruturas familiares estejam reverberando no cuidado da infância e na projeção do futuro de novas gerações, algo se mantém fiel à condição da natureza humana: a condição essencial da pessoa humana demandar cuidado e proteção diferenciada. Esta inclui a proteção nutricional mediante o acesso contínuo ao seio e ao olhar maternos. Sem alimento e nutrição, sem afeto e atenção do olhar, resta o ato de alimentar, de caráter fisiológico desprovido, afinal, do sinal distintivo de humanidade, que permitirá à nutriz e à criança desenvolver víncu-

los saudáveis entre si e com as relações de apego que se evidenciam no processo de desenvolvimento humano.

Com relação aos resultados do estudo propriamente observou-se elevado índice de aleitamento por parte das mães que compõem a amostra, sem diferenças importantes entre os subgrupos relativos à idade das mães, o que favoreceria supor que as influências de faixa etária, formação pessoal e influência de familiares, especialmente de gerações anteriores, não foram importantes a ponto de caracterizar esta prática.

Ao analisar amamentação entre os estratos sociais, também não se observou diferenças entre os grupos. Os dados sobre NSE poderiam apontar o efeito da escolaridade sobre a opção de amamentar. O que se pode indicar é a proporção um pouco menor, mas ainda elevada, de mães do estrato socioeducacional baixo que amamentaram, vindo a sugerir a influência da valorização da amamentação nos setores da saúde e da educação.

A duração da amamentação fez ver diferenças entre os grupos. As mães do grupo mais jovem amamentaram por mais tempo, quando comparadas com os dois grupos mais velhos. Estes resultados são confirmados ao analisar os grupos a partir da idade dos filhos caçulas. Os caçulas que hoje têm aproximadamente 15 anos foram menos amamentados do que os que ainda são crianças pequenas.

Quando analisada a prática da amamentação em relação à atividade laboral, observou-se uma tendência aparentemente a favor de mães que trabalham até 20 horas (cuja significância não pôde ser determinada, devido ao pequeno número de casos): estas continuaram a amamentar por período superior ao primeiro semestre de vida do filho, o que facultaria a compreensão sobre disponibilidade de tempo em relação às mães que trabalham em tempo integral. Por fim, os resultados possibilitam inferir que a licença maternidade constitui um fator relevante para a maior propensão à amamentação por mães que trabalham. De fato, 57 (68%) das 88 mães que trabalham tiveram licença maternidade regulamentar de quatro meses.

Com relação à frequência da amamentação, as mulheres que não trabalhavam e as que trabalhavam por mais de 20 horas foram as que mais amamentaram, mas essa comparação é prejudicada pela baixa incidência de casos de mães que trabalham por tempo inferior a 20 horas (N=17). Em termos de NSE, a comparação sugere que mães pertencentes à camada média alta amamentam mais frequentemente e por mais tempo.

A análise dos resultados conduz à necessidade de realização de outros estudos que garantam a superação dos limites em torno do tamanho da amostra e que tenham especificidades sobre a prática da amamentação e a atividade laboral. Ao mesmo tempo, estudos orientados por outros desenhos de coleta de dados, amostras randomizadas e a construção de casos seguramente favorecerão a compreensão das práticas sobre amamentação.

Referências

- ALMEIDA, João A. G.; NOVAK, Franz R. Amamentação: um híbrido natureza-cultura. *J. Pediatr.*, Rio Janeiro, v. 80, n. 5 Supl., p. 119-125, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n5s0/v80n5s0a02.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012
- ALVARENGA, Patricia; PICCININI, César A. Práticas educativas maternas e indicadores do desenvolvimento social no terceiro ano de vida. *Psicol. Reflex. Crít.*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v22n2/a04v22n2.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- ARAÚJO, Maria F. M. et al. Avanços na norma brasileira de comercialização de alimentos para idade infantil. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 513-520, jun., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n3/21.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- BAPTISTA, Gerson H.; ANDRADE, Adriano H.; GIOLO, Suely. Fatores associados à duração do aleitamento materno em crianças de famílias de baixa renda da região sul da cidade de Curitiba, Paraná, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 596-604, mar., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n3/14.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- BARBOSA, Maria B. et al. Fatores de risco associados ao desmame precoce e ao período de desmame em lactentes matriculados em creche. *Rev. Paul.*

Pediatr, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 272-281, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpp/v27n3/07.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2012.

BARROS, Fernando. C. et al. Socioeconomic inequities in the health and nutrition of children in low/middle income countries. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 1-16, fev., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v44n1/01.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

BOWLBY, John. *Apego: a natureza do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v. 1.

_____. *Separação: angústia e raiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2004a. v. 2.

_____. *Perda: tristeza e depressão*. São Paulo, Martins Fontes, 2004b. v. 3.

_____. *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal: Brasília, 1988.

BRAZELTON, T. B. *O desenvolvimento do apego: uma família em formação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

BUENO, Milena B. et al. Duração da amamentação após a introdução de outro leite: seguimento de coorte de crianças nascidas em um hospital universitário em São Paulo. *Rev. Bras. Epidemiologia*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 145-152, ago., 2002.

BUSSAB, Vera. A família humana vista da perspectiva etológica: natureza ou cultura? *Interação em psicologia*, Curitiba, v. 4, 2000. Disponível em: <http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/36400_4571.PDF>. Acesso em: 10 jul. 2012.

CANOTILHO, José J. G. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1998.

CECCHETTI, Daniel. F. A.; MOURA, Ely. C. Prevalência do aleitamento materno na região noroeste de Campinas, São Paulo, Brasil, 2001. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 201-208, mar./abr., 2005.

DALLARI, Sueli G; NUNES JÚNIOR, Vidal S. *Direito sanitário*. São Paulo: Verbatim, 2010.

FALEIROS, Francisca T. V.; TREZZA, Ercília M. C.; CARANDINA, Luana. Aleitamento materno: fatores de influência na sua decisão e duração. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 19, n. 5, p. 623-630, set./out., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v19n5/a10v19n5.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

FROTA, Denise A. L.; MARCOPITO, Luiz. F. Amamentação entre mães adolescentes e não-adolescentes, Montes Claros, MG. *Rev. Saúde Pública*,

São Paulo, v. 38, n. 1, p. 85-92, fev., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v38n1/18456.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012

KLAUS, M. H.; KENNEL, J. H. *Pais/bebês a formação do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

MARQUES, Emanuele S. et al. A influência da rede social da nutriz no aleitamento materno: o papel estratégico dos familiares e dos profissionais de saúde. *Ciênc. saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 1391-1400, jun., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15s1/049.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

MIRANDA, Jorge. *Manual de direito constitucional*. 4. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2000. Tomo IV.

MONTEIRO, Juliana C. S; GOMES, Flávia A.; NAKANO, Ana M. S. Amamentação e o seio feminino: uma análise sob a ótica da sexualidade e dos direitos reprodutivos. *Texto & Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 15, n. 1, jan./mar., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n1/a18v15n1.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

NAKANO, Ana M. S. et al. Women's social space and the reference for breastfeeding practice. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 230-238, mar./abr., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n2/pt_v15n2a07.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração universal dos direitos humanos*. Genebra: ONU, 1948.

_____. *Convenção sobre os direitos da criança*. Genebra: Assembléia Geral das Nações Unidas, 1989.

_____. *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher*. Genebra: ONU, 1979.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno: o papel especial dos serviços materno-infantis*. Genebra: OMS, 1989.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O BRASIL. *Relatório de desenvolvimento humano 2007-2008: combater as alterações climáticas, solidariedade humana em um mundo dividido*. Coimbra: Almendina, 2008. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_complete.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

RIBAS JUNIOR, Rodolfo; MOURA, Maria L. S; BORNSTEIN, Marc H. Cognições maternas acerca da maternidade e do desenvolvimento humano: uma contribuição ao estudo da psicologia parental. *Rev. Bras. Crescimento Desenvol. Hum.*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 104-113, 2007. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rbcdh/v17n1/10.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

SHAFFER, David; KIPP, Katherine. *Developmental psychology: childhood and adolescence*. Belmont: Brooks/Cole Pub. (Pacific Grove), 1999.

SPITZ, René. *O primeiro ano de vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Convenções da OIT*. 2. ed. São Paulo: LTr, 1998

TEIXEIRA, Marizete A; NITSCHKE, Rosane G. Modelo de cuidar em enfermagem junto às mulheres-avós e sua família no cotidiano do processo de amamentação. *Texto & Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 183-191, jan./mar., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/tce/v17n1/21.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

VENÂNCIO, Sonia I. et al. Frequência e determinantes do aleitamento materno em municípios do Estado de São Paulo. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 313-318, jun., 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v36n3/10493.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

VYGOTSKY, Lev. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Equity, social determinants and public health programmes*. Geneva: WHO, 2009. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9789241563970_eng.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

_____. The world health organization's infant-feeding recommendation. *Bull world health organ*, Geneva, v. 73, n. 4, p. 165-74, 1995.

YUNES, João; RONCHEZEL, Vera S. C. Estudo da lactação em mulheres do Distrito de São Paulo, Brasil. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 191-213, jun, 1975. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v9n2/10.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

O imaginário sobre mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico de pais e mães de distintas inscrições socioeducacionais e gerações - Salvador

Mary Garcia Castro
Helaine Pereira de Souza

Introdução

A partir de dados de um *survey*, realizado no decorrer de 2009, por pesquisadores da Universidade Católica de Salvador (UCSal), com 150 pais e 150 mães da mesma família de residência em Salvador, com filhos que usam fraldas ou com filhos mais velhos, parte do acervo da pesquisa *Gênero e Família em Mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos*, correntemente referida como o Projeto Cuidar, ou simplesmente o Projeto, modelamos análises sobre o que pensam os pais e mães entrevistados quanto ao horizonte de sua participação em cuidados daqueles filhos e sobre divisão sexual do trabalho, considerando que, na literatura sobre gênero, tal dimensão, além de ser priorizada para arguir sobre igualdade e desigualdades entre homens e mulheres e a reprodução de um sistema de gênero em que estas seriam subalternizadas tanto no âmbito público

quanto no privado, envolveria, entre outros indicadores, quando discutindo trabalhos no plano doméstico, o cuidado dos filhos.

Neste texto, exploram-se algumas questões nucleares daquele Projeto, via representações sociais, aqui aportadas pelo imaginário de pais e mães como a identificação de mudanças no lugar do pai e, conseqüentemente, da mãe, em cuidados com filhos pequenos.

Considera-se que a forma pela qual os sujeitos se referem a tal tema, ainda que não necessariamente presente, mas reapresente, realidades vividas, sugere representações sociais, inclusive que se idealize imposições socioculturais como gratificações pessoais. Segundo Mellucci (2005), a pesquisa não tem mais a pretensão de descrever fatos reais, mas se apresenta como construção de textos que dizem respeito a fatos socialmente construídos e que mantêm a consciência da distância que separa a interpretação da realidade, já que a experiência dos sujeitos será sempre mediada.

Baseadas em dados do *survey* do Cuidar, a nossa intenção é explorar as seguintes questões:

1. Em que medida as representações sobre responsabilidades por gênero com os cuidados com filhos pequenos em famílias ditas nucleares completas, ou seja, com a presença de mãe e pai, unidades da enquete do Cuidar, estariam sinalizando para a reprodução da clássica divisão sexual de trabalhos doméstico, em que o homem é considerado o provedor e a mulher a cuidadora por excelência?
2. Ainda por análise do empírico – no nosso caso, o campo de dados do Cuidar – como os pais e mães entrevistados representam a sua participação e a do cônjuge nos cuidados com os filhos?
3. Na mesma linha, ouvindo os sujeitos pesquisados, eles e elas consideram que houve mudanças na divisão sexual de trabalhos domésticos, tendo, por exemplo, como parâmetro, a geração de seus pais?
4. Em que medida tais representações são sensíveis à diversidade dos sujeitos, quando tal diversidade se associa a materialidades da cotidianidade como a classe social? Gênero comporta normas univer-

sais, como a modelação da paternidade e da maternidade, ou se desestabiliza quando se controla nível socioeconômico?

5. E o cenário geracional, como estar em ciclos de vida diferenciados ou ter filhos em idades diversas, também desestabiliza a ideia de um imaginário único, sugerindo mudanças?

São questões que também colaboram para que revisitemos a literatura sobre o conceito de divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico, destacando a singularidade do trabalho focalizado no Projeto, que é cuidar do filho pequeno. A criança, o filho, e seu vínculo com o cônjuge, o pai ou a mãe, é o objeto que intervém nas representações sobre a divisão sexual do trabalho; então, como associar a trabalho – que, na lógica capitalista, para a maioria, significa exploração, sacrifício, carga, imposição – o que se faz com amor? Segundo Jodelet (2001, p. 22), há que bem identificar o objeto na discussão sobre representações:

De fato, representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual um sujeito se reporta a um objeto. Este pode ser tanto uma pessoa, quanto uma coisa, um acometimento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria etc.; pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas é sempre necessário. Não há representação sem objeto.

Portanto, não necessariamente por empiria (as análises do *survey*), mas via reflexões sobre interveniências do afetivo que se consubstancia socialmente no significado dos filhos pequenos para pais e mães a valorização da prole, inclusive para a tecelagem da rede simbólica dos vínculos amorosos, da união entre os cônjuges, se discute a divisão sexual do trabalho doméstico, tendo como referência o imaginário sobre cuidados com os filhos – já que também temos dúvida de que se possa vir a demonstrar, por representações, a divisão sexual dos cuidados com filhos pequenos e indicar mudanças de práticas.

Autores do campo do conhecimento psi destacam, também, no cuidar da criança, a ética de responsabilidade, como por exemplo, de acordo com Figueiredo (2009, p. 133):

Chamaremos de *ética* a esta dimensão da disposição do mundo humano em receber seus novos membros; nela as operações de separação e ligação-corte e costura – tão decisivas no fazer sentido[...] se manifestam de forma tão ou mais cristalina, posto que menos rígida [...]. Tal dimensão inclui, naturalmente, o que cabe na rubrica das práticas de ‘educação’, mas não se reduz a isso, ao menos no sentido restrito do termo. Experiências que não costumamos entender como alvo de uma ‘educação’ também são motivo de cuidados, como as que dizem respeito ao prazer, ao divertimento, às brincadeiras e entretenimentos, por exemplo.

Mas a ética de responsabilidade dos adultos para com os filhos infantes tende a se alinhar por gênero, socialmente mais se enfatizando o amor materno, ainda que seja uma marca da contemporaneidade o que alguns autores sinalizam como indícios de um novo modelo de pai, a busca das gratificações da paternidade pelos homens.¹

Giffin e Cavalcanti (2000) indicam que esses novos ideários masculinos caminham ao lado do que Jablonski (1996) denominou sentimentalização da criança na família.

No fim dos anos 70 surgem, em setores da classe média, novas ideologias e práticas na reprodução. Enquanto algumas mulheres experimentam a ‘produção independente’, há também um novo

1 Ver, entre outros (*): Ceccarelli (2002); Giffin e Cavalcante (2000); Gomes e Rezende (2004); Jablonski (1996); Moraes (2001); Samara (2002); Wagner e colaboradores (2005); Kuchemann e Cruz (2008).

* Agradecemos as indicações a Hannah Fiterman, Psicóloga, Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea, UCSAL, membro do NPEJI/UCSAL/CNPq, que vem desenvolvendo dissertação sobre paternidade e afeto.

ideal de participação do homem como genitor: o casal grávido (SALEM, 1987). Nesse padrão, espera-se que o homem acompanhe ativamente todo o processo de gravidez e parto, incluindo cursos de preparação, com um investimento afetivo igual ao da mulher. O filho é visto como indivíduo psíquico que precisa desse novo pai, mais próximo e envolvido com a criação no cotidiano. Em seu estudo sobre este fenômeno, Salem conclui que o projeto do casal grávido, mais do que maternidade e paternidade, diz respeito a um ideal de conjugalidade igualitária. (SALEM, 1987; RIDENTI, 1998 apud GIFFIN; CAVALCANTI, 2000, p. 62)

Para Jablonsky (1996), a emancipação feminina, que levantou questionamentos sobre seu papel sexual e social a partir da década de 70 do século XX, não as libera das tarefas domésticas; ao contrário, institui a dupla jornada, incrementada pela resistência dos maridos ou companheiros em assumir as atividades do lar. Em 2004, 72% das mulheres que trabalhavam formalmente dedicavam 20 horas semanais ao trabalho doméstico, enquanto que apenas 7,7% dos homens faziam o mesmo. (KUCHEMANN; CRUZ, 2008)

O texto se organiza nas seguintes seções: na primeira, revisita-se a literatura sobre divisão sexual do trabalho, estudos da década de 90 e atuais, destacando aqueles produzidos no Brasil; na segunda, apresenta-se uma análise de informações do acervo do Projeto Cuidar, sobre o imaginário sobre o cuidar dos filhos por pais e mães, segundo nível socioeconômico e inscrição por geração.² Na seção final, retomase o debate sobre a propriedade ou não de se discutir reprodução de ideologia de gênero a partir do conceito de divisão sexual do trabalho, quando a referência são cuidados com filhos por casais que coabitam, formando uma família. Considera-se que as representações sobre divisão sexual do trabalho se condicionam por vivências, inclu-

2 Ver segundo capítulo, deste livro, sobre a metodologia do Projeto Cuidar e como se operacionalizam tais variáveis.

sive simbólicas, quando vínculos, afetos e necessidades embaralham o sentido de trabalho nos cuidados com filhos, já que, em tradução por máxima popular, quem ama, cuida – ou diz que cuida.

‘Debates teóricos sobre divisão sexual do trabalho e economia do cuidar, com ênfase no plano doméstico

A seguir discutimos literatura sobre divisão sexual do trabalho e economia do cuidar, considerando o produzido no Brasil nos anos 90, e em seguida aportando debates mais atuais.

Algumas matrizes nos estudos sobre mulher e trabalho no Brasil nos anos 1990

Tendo como referência trabalhos apresentados entre 1980-1992 no Grupo de Trabalho Mulher e Força de Trabalho da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), identificamos, em outro texto, as seguintes matrizes nos estudos sobre mulher e trabalho no Brasil: do patriarcado, da divisão sexual do trabalho e da produção-reprodução. Destacamos para este artigo apenas o debate sobre divisão sexual do trabalho.³

Sobre o uso do paradigma da divisão sexual do trabalho em estudos apresentados na ANPOCS nos anos 90, já criticávamos:

Em que pese a elaboração teórica sobre divisão sexual em textos apresentados no Grupo de Trabalho (Lobo, 1984; Kergoat, 1984; Beoku-Betts, 1984, entre outros), predomina o uso do termo no plano descritivo, classificatório, para indicar diferenciais de posicionamento de homens e mulheres na estrutura setorial, ocupacional e de remuneração, ou para indicar que o trabalho doméstico seria próprio de mulher. Constatamos haver divergências entre feministas quanto aos

3 Sobre os paradigmas do patriarcado e da reprodução, ver Castro e Lavinas (1992).

significados próprios da divisão sexual do trabalho. Para algumas, ela se sustenta na reprodução de um sistema de dominação, o patriarcado, sendo quando muito reapropriado na divisão social do trabalho no capitalismo. Para esta corrente, a dominação masculina (o patriarcado) é a divisão social primária, mais significativa que as divisões por classe e raça. A nosso juízo, Lobo (1984) e Kergoat (1984) têm mais rica proposta ao se preocuparem em como dar 'conta das relações invisíveis e como evitar a armadilha da dicotomia entre as relações gerais e específicas'. Explicitam que a divisão sexual do trabalho não constitui um tema de análise independente da divisão social do trabalho. Em ambas as autoras, a ênfase reside na análise das práticas sociais, combinando formas concretas de existência e de representações culturais. (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 239)

A maioria dos estudos, então, relacionava hierarquias no público, como o mais baixo rendimento da mulher, ou sua alocação no subsetor de serviços pessoais, com seu trabalho não reconhecido ao nível do privado, como o cuidar da casa, do marido e dos filhos; foi o período de vários estudos sobre uso do tempo no âmbito doméstico no Brasil e no plano internacional.

O trabalho das mulheres com o doméstico também seria enfatizado no paradigma da produção e da reprodução, que muito contribuiu para a reflexão sobre gênero. Em relação ao paradigma da produção e da reprodução, destacávamos seu resgate em uma perspectiva peculiar sobre gênero, enfatizando sua propriedade:

Para algumas feministas [no Brasil], a reprodução pode ser entendida em nível do ideológico; para outras, em nível das práticas familiares vividas no doméstico; para muitas através das práticas sociais entre os sexos que não seriam diretamente mediadas por relações mercantis. A produção seria o outro espaço, no caso, as relações entre capital e

trabalho, no processo de formação de bens e serviços. Se o conceito de produção não parece levantar dúvidas, o de reprodução, ao contrário, mostra-se desde logo polissêmico. Donde distintas maneiras de pensar a relação entre ambos. [...] A promessa de gênero, como salto paradigmático, é sair do círculo de giz do jogo das dualidades e/ou articulações, resgatando a noção de totalidade da vida social, sem perder a riqueza de cada relação. De fato, pensar em termos de relações sociais de gênero permite igualmente superar a insuperabilidade do patriarcado, na explicação da dominação masculina, pois existe um campo de possibilidades onde o dominado pode construir-se em sujeito, na busca da sua utopia. Se a proposta revolucionária contra a dominação nas relações de produção é a eliminação das classes, na reprodução das relações entre homens e mulheres, entre homens e homens, e mulheres e mulheres, a ruptura mais subversiva não passa pela eliminação dos sexos, mas pela eliminação do gênero. (RUBIN, 1975 apud CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 240)

Note-se que se propunha um salto epistemológico, ligando cultura a economia política, sem determinismos, reivindicando que gênero se sustentaria por hierarquias em vários espaços e instituições. Tais hierarquias decolariam de adstrições por sexo, ou melhor, à mulher, de construtos da reprodução, que por ideologicamente serem separadas da produção de bens, serviços, riqueza e lucro não seriam valorizadas socialmente. Contudo, ainda que se propusesse fazer nexos entre produção e reprodução, na maioria dos estudos a família seria destacada como o lugar por excelência do trabalho não valorizado da mulher, ainda que se glorificasse a maternidade.

Recorrências ao paradigma da divisão sexual do trabalho em estudos sobre o trabalho da mulher após 2000

Consultando textos de 2000 e posteriores sobre gênero e trabalho, publicados no Brasil, a seguir, identifica-se que em alguma medida

se viria insistindo nos paradigmas da divisão sexual e social do trabalho, da produção-reprodução e em particular em enfoques de gênero, contudo, ampliando-se o escopo de abordagem para o debate de diferenciais entre mulheres, a questão da flexibilização do mundo do trabalho e reestruturação produtiva, e os efeitos da globalização da economia e da precariedade das relações no mundo do trabalho, assim como as reconfigurações da estrutura familiar e mudanças do estatuto da mulher por conquistas feministas e reconhecimento de direitos humanos das mulheres, o que seria contrabalançado por debilidades do Estado de bem estar social. Mas a complexidade da dinâmica do doméstico, envolvendo também afetos e vínculos, seria pouco referida, apesar de se defender que estaria havendo mudanças das inscrições por sexo/gênero na economia de mercado, onde a mulher trabalhadora seria mais visível, e insistências no perfil tradicional das relações de gênero no doméstico, cabendo principalmente à mulher a economia de cuidados.

Insistem vários estudos contemporâneos nas articulações entre interesses do capitalismo e reprodução de cultura política de gênero, reiterando-se reconfigurações da família, diversidade de tipos e o modelo do homem provedor, e também articulando gênero a debates sobre desigualdades sociais e por estudos comparativos.

Sorj (2000) considera que, ao enfatizarem o lugar da cultura, os debates sobre gênero viriam contribuindo para uma revitalização da sociologia do trabalho, assim como o princípio próprio do paradigma da articulação entre produção e reprodução, ou seja, como esferas das relações sociais com singularidades próprias e nexos. Segundo Sorj (2000, p. 5):

As contribuições dos estudos de gênero contestam tanto os limites daquilo que se considera trabalho, como a visão de que a esfera econômica possa ser tratada de maneira autônoma das demais esferas da vida. [Também enfatiza aquela autora que] as recentes mudanças nas relações de trabalho – denominadas por alguns de pós-fordismo, acumulação flexível ou sociedade pós-industrial – vêm deslo-

cando a figura do trabalhador masculino em tempo integral na indústria como o arquétipo das sociedades contemporâneas [...] As análises feitas sobre a posição e experiência das mulheres no trabalho foram muito convincentes em mostrar a existência de um estreito vínculo entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico, uma vez que os indivíduos ou coletividades de trabalhadores não estão condicionados apenas por fatores de ordem econômica, tecnológica ou política, fatores estes frequentemente privilegiados nas explicações sociológicas. A posição diferencial de homens e mulheres no espaço doméstico é um elemento central na determinação das chances de cada um no mercado das carreiras, dos postos de trabalho e dos salários. Por outro lado, a esfera familiar não pode mais ser vista como um modelo ou um sistema de posições fixas, livre dos constrangimentos externos gerados pelo mercado de trabalho. (SORJ, 2000, p. 5)

Assim, as fronteiras entre o trabalho e o não trabalho parecem menos demarcadas à medida que passamos a ver as atividades de lavar, passar, cozinhar, cuidar das crianças e de idosos e tantas outras tarefas domésticas como trabalho remunerado e não remunerado, embora não seja nada aleatório que o trabalho remunerado apareça, em geral, como mais valioso ou mais real do que o outro.

Mudanças no mundo do trabalho mais contribuem para o trânsito entre o trabalho e o não trabalho, ou o apelo para qualificações tidas como privadas, ou próprias das culturas de gênero pela esfera do público, do mercado. Assim, o crescimento da economia do cuidar, no mundo público, parte do setor serviços como enfermagem, docência e trabalho doméstico remunerado via empresas ou pessoal; o cuidado de idosos ou doentes em casa (*home care*), e outros, viria, de um lado, apelando para o que tradicionalmente se teria como qualidades femininas, como o apelo ao emocional, à ética de responsabilidade com o outro, sem necessariamente tal valorização ter como equivalência a valorização monetária nas relações de compra e venda da força de trabalho. Sorj (2000) ilustra tal raciocínio nestes termos:

A crescente importância dos serviços envolve também novas modalidades de controle gerencial ou regulação que escapam às categorias de análise tradicionais da Sociologia. Arlie Hochschild, em livro cujo título é muito sugestivo, *The managed heart: commercialization of human feelings* (1983), mostra como o trabalho das aeromoças, por exemplo, exige que elas dominem suas emoções e sorriam de uma maneira agradável, envolvente e amigável para os clientes. A este tipo de trabalho, em que a cada contato é necessário que o empregado sintonize o seu comportamento com as emoções de cada cliente individualmente, Hochschild chamou de ‘trabalho emocional’. Essa mudança constante de comportamento faz dos empregados ‘analistas culturais’, nos termos de Scott Lash e John Urry (1994), aptos a interpretar e modificarem suas interações com os consumidores a partir de um julgamento cultural que os situa em diferentes categorias sociais. (SORJ, 2000, p. 10)

O resgate do emocional, do cuidado, da dádiva, ou modelações culturais do feminino no mundo da produção de bens e serviços e reprodução do capital sugerem a propriedade das reflexões de Saffioti (2004) quanto às interações entre patriarcado e capitalismo. De fato, valeria mais explorar – o que ainda pouco se faz nos estudos nacionais sobre gênero e trabalho – como economicamente é apropriado o vetor afetividade e sexualidade. O valor da afetividade como bem de consumo (*commodity*) é parte das contribuições de Illouz (2008), considerando trabalhos de Foucault, Bourdieu e Giddens – ou seja, focalizando a afetividade não apenas como dimensão do privado, mas condicionada ao público – no caso, o capitalismo contemporâneo.

De fato, a interveniência do erótico, do afetivo e da subjetividade nas relações de trabalho no mercado aos poucos foi ganhando espaço e ressignificando a compreensão das bases de sustentação, no plano da micropolítica, da divisão sexual do trabalho.

Hirata e Kergoat (2003) esclarecem que, em 1970, o conceito de divisão sexual do trabalho teria sido usado em estudos sobre a mulher no mercado de trabalho com duas acepções diferentes: ou

para indicar repartição do trabalho, sem assimetrias, ou para frisar relações sociais antagônicas entre sexos – sentido mais apropriado em estudos dos anos 1990 no Brasil:

Nos anos 1990 tratar de ‘divisão sexual do trabalho’ na França pareceria a alguns de uma suprema banalidade, sobretudo no domínio da sociologia. Quem não sabe hoje que as mulheres ganham menos que os homens, que são mais atingidas pelo desemprego, que respondem pela quase totalidade do trabalho doméstico, que a política de emprego é sexuada, querem seja a das altas esferas do Estado-patrão quer sejam os contratos de trabalho das PMEs? Que elas batem no ‘telhado de vidro’ e não demoram a cair na ‘malha da pobreza’? (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 112)

Propõem Hirata e Kergoat (2003, p. 113) que, para sair da sociografia ou da descrição do aparente, se trabalhe o conceito de divisão sexual do trabalho, acessando aportes de diferentes disciplinas e discutindo como na sociedade, nas condições atuais, se daria o “valor do trabalho: “produção ‘vale’ mais que reprodução, produção masculina ‘vale’ mais que produção feminina”, tendo o termo valor tanto em sua acepção econômica como ética, o que indicaria hierarquia social. As autoras argumentam que tal princípio valeria não somente na esfera privada, mas também no plano do público, enfatizando que “a divisão sexual do trabalho está no âmago do poder que os homens exercem sobre as mulheres.” (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 114) Mas apelam não somente para a questão das relações sociais, mas também para os vínculos sociais, ou seja, a divisão sexual do trabalho se reproduz não somente em relações de contradições e antagonismos, mas por construções de subjetividades, afetividade, entrelaçando macro e micro referências – “vínculos e antagonismos”.

Defendem aquelas autoras a propriedade de se revisitar o conceito de divisão sexual do trabalho no mercado considerando a problemática do trabalho no final do século XX:

Aumento da flexibilidade da mão de obra, desemprego em massa, globalização do trabalho, trabalho imaterial, informatização e automação dos processos de trabalho [...] conduziram a rever o conceito de trabalho, o lugar real e simbólico do assalariamento no trabalho e no acesso à cidadania. (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 115)

Lembram que em economia se discutiu a divisão sexual do trabalho, considerando teses sobre mercado dual e exército industrial de reserva, tanto apelando para divisão sexual do trabalho como complementaridade, ou divisões sem hierarquias e mais por interesses econômicos (tese, por exemplo, de Gary Becker, citado por Hirata e Kergoat, 2003), quanto afirmando antagonismos, inclusive por divisões sexuais do saber e do poder – dimensões que consideram que deveriam ser mais acessadas no debate desse conceito.

Assim, discutem aportes da antropologia que sublinham construções sobre valência diferencial dos sexos e como na maioria das sociedades há a ideia de uma hierarquia entre os sexos com a supremacia do masculino, o que leva a cuidar sobre diversidades e de que forma elementos invariantes poderiam conviver com estas. A antropologia contribuiria também por chamar a atenção para a relação entre o biológico e o social, entre natureza e cultura e entre sexo e gênero. Por exemplo, Cockburn (2000 apud HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 120) se refere à questão “da força física dos homens, sua violência, como parte de sua supremacia.”

Já no plano da psicodinâmica do trabalho se discute a relação entre trabalho e saúde mental:

O trabalho fragmentado, monótono e repetitivo em linhas de montagem, numa cadência imposta, é um ‘trabalho patogênico ou desestruturante’. Esse tipo de trabalho é destinado majoritariamente às mulheres. Ele se opõe à atividade de coletivos masculinos de trabalho, caracterizados por cooperação, autonomia, iniciativa, criatividade, ativida-

des que dependem por isso mesmo de ‘trabalhos estruturantes e sublimatórios’. (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 12)

Dejours (apud HIRATA; KERGOAT, 2003) frisa que relações de poder e/ou as relações de força se sustentariam por uma inversão de valores ou de senso moral, em que a violência e a força são valorizadas e estariam, de acordo com Hirata e Kergoat (2003, p. 14), apoiadas também em um “mecanismo psicoafetivo da dominação masculina pela valorização do pólo negativo.”

As mudanças no mundo do trabalho, aumento de mulheres em profissões mais qualificadas, assim como em setores informais, em ocupações ditas masculinas, e homens em ocupações ditas femininas, assim como diminuição dos diferenciais de rendimento estariam apontando para diversidades que não necessariamente derrubariam divisões sexuais de trabalho, de poder e do saber por hierarquias, corroborando a propriedade de combinar paradigmas como o que trabalha com o contrato social sexual (reprodução do patriarcado no capitalismo). (SAFFIOTI, 2004)

Pesquisas sobre o aumento das mulheres em ocupações de tempo parcial e de que modo a redução do tempo de trabalho reforçaria divisões sexuais de trabalho, além da continuidade da adscrição do trabalho doméstico às mulheres indicam trânsitos entre reprodução e produção.

Frisam Hirata e Kergoat (2003, p. 17) que o peso das instituições e dos “contextos socioculturais nacionais nas modalidades de divisão do trabalho profissional e doméstico” viriam orientando as pesquisas contemporâneas, assim como a questão da relação subjetiva com o trabalho e o emprego; mas que ainda são hipóteses em aberto o sentido das divisões sexuais do trabalho com as transformações do mundo do trabalho, ou seja, se simples diferenciais no exercício de atividades, enfraquecendo as formas de inferioridade feminina, ou se esta subsiste, mesmo entre diversidades.

‘E na esfera privada? Considerações sobre a divisão sexual do trabalho doméstico

Pesquisa comparativa, a partir de dados para 10 países europeus, entre 1998 e 2002, sobre trabalho doméstico e repartição entre gêneros, realizada pelas economistas Rizavi e Sofer (2008, p. 116), identifica que não há diferenças significativas entre países quanto ao sentido do envolvimento de homens e mulheres nos trabalhos domésticos:

As mulheres se encarregam de uma proporção de trabalho doméstico que varia entre 60% e dois terços [...] Essa partilha desigual recobre igualmente uma especialização bastante forte de muitas das tarefas domésticas, das mulheres no que diz respeito à roupa ou à cozinha, e dos homens nos consertos, na reparação ou na manutenção do carro, por exemplo. Apenas algumas tarefas, como as compras ou a jardinagem, ou, em menor medida, a cozinha, são partilhadas de maneira mais igualitária.

Na pesquisa citada se destaca que as mulheres que têm filhos menores de 10 anos gastam “sensivelmente mais tempo com os filhos, mesmo quando elas têm um trabalho remunerado.” (RIZAVI; SOFER, 2008, p. 117)

No âmbito doméstico a divisão sexual do trabalho assumiria outras nuances, sem que isso signifique que são mais igualitárias, ao contrário:

As mudanças no trabalho doméstico são menores e muito mais lentas. Se o forte desenvolvimento das tecnologias domésticas tendeu a facilitar essas tarefas, a divisão sexual do trabalho doméstico e a atribuição deste último às mulheres, em realidade, continuaram intactas. A relação entre o trabalho doméstico e a afetividade parece estar no centro dessa permanência. (HIRATA, 2002, p. 150, grifo nosso)

Bruschini (2006) chama atenção para o fato de que o trabalho não remunerado não significa inatividade econômica. E o trabalho feminino combinaria produção e reprodução, ao mesmo tempo em que revelaria simultaneidade, multiplicidade e fragmentação. Entretanto, ainda que se ocupe de atividades remuneradas, o tempo de produção não isenta ou diminui o tempo de reprodução das mulheres.

Kuchemann e Cruz (2008, p. 24) defendem que a divisão sexual do trabalho estaria ligada à divisão sexual da sociedade.

A divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas. É construída como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas, ora criando novas modalidades na divisão sexual das tarefas familiares.

Afirmam que o trabalho doméstico sofreu um processo de desqualificação, como não trabalho. Para efeito, frisam que o Produto Internacional Bruto (PIB) ignora o trabalho doméstico, além da naturalização do trabalho doméstico como feminino, ligado ao “saber-fazer”. “Ainda hoje, acredita-se que o trabalho doméstico é uma extensão da natureza feminina. E em uma sociedade que valoriza o consumo, quem não recebe remuneração é excluído das relações sociais de troca e reconhecimento.” (KUCHEMANN; CRUZ, 2008, p. 25)

Defendem a necessidade de políticas públicas que articulem trabalho para o mercado, trabalho doméstico e provisão estatal de bem-estar – já que, quando o Estado não realiza seu trabalho, as mulheres precisam assumi-lo no lar. E para isso contratos implícitos são necessários, os quais as autoras denominam como ativos sociais, ou seja, as redes de apoio criadas, em geral entre mulheres em âmbito privado.

Em relação ao trabalho com o cuidado com os filhos, Costa (2002) considera que a maternidade e a paternidade são experiências distintas. Para a mulher estaria naturalizada, enquanto que para o homem se relacionaria à capacidade de prover.

Para as mulheres o desejo da maternidade seria experiência de continuidade, um desejo que sempre existiu, natural. Enquanto que para os homens representaria um desejo amadurecido com o tempo, projeto para o futuro. Mas, por sua vez, a paternidade não é concebida apenas como 'fazer filhos'; ela está relacionada também à capacidade de sustentá-los e educá-los. Sustentar os filhos é uma responsabilidade considerada masculina, o que coloca o trabalho remunerado dos homens como referência fundamental nas concepções sobre paternidade e masculinidade. Assim, se 'fazer filhos' pode servir para comprovar o atributo físico da paternidade, conseguir sustentá-los e educá-los comprova seu atributo moral. (COSTA, 2002, p. 342)

Já o título de livro de Jelin (2006), em terceira edição, indica-nos que gênero, como relações sociais, no caso focalizado neste estudo, entre pais e mães e outros membros da família em torno de um objeto caro, o filho, se realiza na contemporaneidade por dinâmica mais complexa que as rígidas codificações de paternidade e maternidade, ordenadas pela lógica do mercado, sofrendo turbulências por conta de afetos e pedindo referência a estudos sobre uma instituição, a família, que também comporta mudanças. O livro de Jelin (2006) se intitula *Pan y afectos. La transformacion de las familias*, e tem como tese central que:

A família é uma instituição social, criada e transformada por homens e mulheres em seu acionar cotidiano, individual e coletivo. Sua universalidade reside em algumas funções e tarefas que devem ser realizadas em todas as sociedades. O como e o porquê se realizam, as formas de organização dos agentes sociais, as ambiências que circunscrevem as realizações dessas tarefas assim como as formas da família são múltiplas e variáveis. Tal diversidade não é ao azar nem se acha somente ligada a diferenças 'culturais'. Há processos poderosos de mudança social, econômica, tecnológica e política, dos quais fazem parte as transformações na família... Não se trata de ape-

nas reconhecer a diversidade ou a complexidade das famílias. Pelo contrário, partimos de uma perspectiva comprometida com a democracia e a igualdade e há que apontar os processos e as tendências que ajudam (ou obstruem) a democratização social tanto no interior da família e em relação entre à variedade de formas de família e o contexto sociopolítico mais amplo. (JELIN, 2006, p. 12-13, tradução nossa)⁴

Jelin (2006, p. 19) estende a reflexão sobre os vínculos na família para além dos afetos, à medida que esses também se transformam com o tempo, referindo-se, também, à responsabilidade e aos sentidos simbólicos e materiais do parentesco. Sugere, portanto, interação entre o cuidar, convivência, interesses vários e o amar, destacando como também os afetos seriam construções sociais e, como tais, dinâmicas:

O afeto na família se constrói socialmente tendo como base a proximidade na convivência, nas tarefas de cuidado e proteção, na intimidade compartilhada, nas responsabilidades que as demais instituições sociais (a escola, a Igreja, e o Estado) controlam e sancionam. Há, portanto uma tensão irreduzível entre o amor e a paixão na eleição do/da parceiro/a (que pode esfriar e desaparecer com o tempo) e a responsabilidade social dos vínculos

4 La familia es una institución social, creada y modificada por los hombres y mujeres en sus acciones cotidianas, individual y colectivamente. Su universalidad reside en algunas funciones y tareas a realizar en todas las sociedades. El cómo y por qué se llevan a cabo y las formas organizativas de los agentes sociales, el ambiente que circunscriben los logros de estas tareas, así como las formas de la familia son múltiples y variables. Esta diversidad no es sólo la mala suerte de no encontrar diferencias relacionadas con el "cultural". Hay poderosos procesos de cambio sociales, económicos, tecnológicos y políticos, que son parte de los cambios en la familia... No se trata solamente de reconocer la diversidad y la complejidad de las familias. Por el contrario, partimos de una perspectiva comprometida con la democracia y la igualdad y no de procesos puntuales y tendencias que ayudan (u obstaculizar) la democratización social, tanto dentro de la familia y la relación entre la variedad de formas familiares y socio-político más amplio. (JELIN, 2006, p.12-13)

de parentesco que se estendem por toda a vida.
(JELIN, 2006, p. 19, tradução nossa)⁵

Essa autora, como outros autores antes referenciados, também insiste na importância de um enfoque sobre as relações de gênero para entender o compartimento ou não de trabalhos e valorização destes na família, mas adverte que há que estar atento para as mudanças de ambiências e sentidos diversos que podem adquirir tais relações.

Araújo e Scalón (2005, p. 37) organizaram publicação a partir de um *survey* em nível de Brasil, em que o trabalho doméstico recebe especial tratamento, combinando a relação gênero e família e, ainda que se recorra a considerações sobre a interação entre o privado e o público, analisam divisões sexuais no âmbito da família, respeitando a identidade de seus constituintes, ou seja, discutindo cada tipo de trabalho/cuidado e percepções das mulheres e homens, desenho metodológico que sai do que até recentemente era convencional no estudo de gênero: privilegiar a voz das mulheres. As autoras indicam que a pesquisa aponta para a “centralidade dos filhos nos projetos individuais e conjugais contemporâneos, como algo que confere sentido à própria existência. E o conceito de felicidade tende a estar altamente associado aos filhos.” Mas ao analisarem a divisão sexual na família, ao focalizarem cuidados com os filhos, encontram tendência tida como tradicional e comum ao observado na análise de outras atividades na casa, ou seja, registram que 70% das mulheres responderam que eram elas que tinham a maioria das responsabilidades com as crianças, como vestir e dar banho, dar comida, acompanhar as atividades escolares, levar ao médico, pôr as crianças para dormir e levá-las ou pegá-las na escola. Somente quanto à atividade de brincar com as crianças aumentaria a participação dos homens, mas junto com as esposas ou companheiras.

5 El afecto en la familia es una construcción social basada en la proximidad en la vida, en las tareas de cuidado y protección, en la intimidad compartida en las responsabilidades que otras instituciones sociales (escuela, iglesia y estado) de control y sanción. Hay, pues, una tensión irreductible entre el amor y la pasión en la elección / el socio / la responsabilidad de una (que se puede enfriar y se desvanecen con el tiempo) y social de los lazos de parentesco que se extienden a lo largo de la vida.

Contudo, ressaltam Araújo e Scalon (2005, p. 50) que, ainda que leves, mudanças na divisão sexual na família quanto aos cuidados com as crianças, principalmente as menores, viriam se dando no sentido de mais igualdade ou maior compartilhamento dos pais; mas frisam que os indícios dessa tendência seriam ainda muito tímidos:

Pouco parece ter mudado a característica identificada por Bruschini (1990) alguns anos atrás: o rarefeito envolvimento dos homens ocorre mais em atividades lúdicas, de lazer e externas ao espaço doméstico. Assim predomina uma atitude marcadamente tradicional em relação ao 'cuidado', centrada na manutenção da responsabilidade feminina: 65,6% acham que a melhor situação para uma criança de até dois anos é ficar em casa com a mãe. Nesse sentido é possível falar da permanência de uma forte associação entre afeto materno e cuidado direto. Ser boa mãe é, antes de tudo, cuidar dos filhos.

Nos itens seguintes, analisamos representações de pais e mães sobre a divisão sexual do trabalho no plano do doméstico, enfocando os cuidados com filhos que usam ou na fase em que usaram fraldas, a partir da enquete do projeto Cuidar.

Representações de pais e mães sobre a divisão sexual de trabalho doméstico quanto a cuidado com filhos em Salvador: mudanças ou permanências?

A análise que se segue decola do banco de dados do Projeto Cuidar,⁶ formado por informações coletadas junto a 150 casais em distintos bairros de Salvador, quando foram entrevistados, de forma separada, pais e mães de filhos de mais de seis meses que usam fraldas ou que já tiveram filhos em tal situação. Nosso foco básico neste texto é mapear percepções de pais e mães sobre participação do pai

6 Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

e/ou mãe nos cuidados com filhos que usam fraldas, ressaltando o seu ideário sobre mudanças ou permanências quanto à divisão sexual de trabalho doméstico relacionado aos filhos. Acercamo-nos do debate sobre mudanças por dois caminhos: primeiro, na própria análise, controla-se idade dos entrevistados (GI-Geração I)⁷ ou se os filhos são pequenos (maiores de seis meses) ou mais velhos (GII-Geração II).⁸ Espera-se que as diferenças ou comunalidades de respostas de grupos em diferentes gerações, independentemente do estrato socioeducacional (NSE),⁹ sinalize para possíveis mudanças ou permanências. Também discutimos tal dinâmica quanto a representações sobre cuidados com os filhos, captando o posicionamento dos pais e mães sobre diversos *corpus* de linguagem que, na literatura sobre gênero ou em nível do conhecimento de senso comum, sugerem codificações de partições por sexo/gênero de atribuições da paternidade ou da maternidade. A partir de tal escopo, exploram-se, por análises multivariadas, os seguintes tópicos:

- Quem é apresentado como o chefe de família;
- Quem é visto como responsável principal pelo sustento dos filhos;
- Quem exerce no casal, e como, os papéis de provedor e de cuidador, a partir de informações fornecidas a respeito de participação na renda familiar e frequência de atividades de cuidado;
- Representações sobre a participação de cada cônjuge, considerando casais em que ambos trabalham no mercado;
- Representações sobre mudanças na divisão sexual de trabalhos/cuidados no âmbito doméstico segundo pais e mães.

7 Para indicar geração considerando idade dos entrevistados (GI), recorreu-se à seguinte classificação: Geração 1 – mães até 29 anos, com filho caçula maior de 6 meses e usando fralda; Geração 2 – mães entre 30 a 44 anos, com filho caçula maior de 6 meses e usando fralda, ou com filho caçula entre 15 e 20 anos; e Geração 3 – mães com mais de 45 anos e com filho caçula entre 15 e 20 anos.

8 Ver capítulo 2, deste livro, sobre os dois critérios de operacionalização da variável Geração.

9 Sobre formatação estatística de NSE, ver capítulo 2, deste livro, sobre Metodologia do projeto.

Quem é apresentado como o chefe de família?

Quando questionados sobre quem é o chefe da família, há certo consenso de que os pais assumem tal papel, se não se considera geração e nível socioeducacional dos respondentes: cerca de 70% entre as mães e cerca de 60% entre os pais se alinham a tal orientação.

Um dado que sinaliza para tênues mudanças em alguns grupos sociais quanto ao considerado padrão tradicional na nomeação, isto é, ser o homem considerado como o chefe de família, é o patamar de resposta das mães mais jovens do NSE mais alto, que, aliás, muito se aproxima das mães de mais idade do mesmo estrato. Entre as mais jovens de nível socioeducacional mais alto, abaixa para 52% a proporção de mães que apontam o pai como chefe de família – note-se que aquelas na mesma geração, mas do estrato mais baixo, somam 72% com tal valoração. Se considerarmos as mães mais velhas que apontaram o pai como o chefe de família, tem-se que, no estrato mais alto, são 64% e, no mais baixo, 76% (Tabela 1).

Tabela 1 – Quem é considerado como chefe da família segundo pais e mães, considerando geração e nível socioeconômico, Salvador, 2010 (%)

Quem é o chefe de família	Geração 1 (até 29 anos)				Geração 2 (30-44 anos)				Geração 3 (mais de 45 anos)			
	NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO	
	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI
O pai	52,0	48,0	72,0	76,0	68,0	64,0	68,0	68,0	64,0	52,0	76,0	72,0
A mãe	12,0	8,0	4,0	4,0	4,0	12,0	4,0		4,0	4,0	4,0	4,0
Chefia compartilhada	36,0	44,0	20,0	16,0	28,0	24,0	28,0	32,0	32,0	44,0	20,0	24,0
Avó materna			4,0	4,0								
Amostra (N)	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: (Quem é o) chefe da família: Pai, Mãe, Chefia compartilhada, Outros (quem)?

De acordo com essa Tabela 1, são as mães da geração mais jovem e de NSE alto e os pais do mesmo estrato, mas da geração um pouco mais velha (30 a 44 anos), que aparecem, comparativamente aos outros grupos geracionais e socioeducacionais, quer entre pais, quer entre mães, com uma probabilidade maior entre os que apontam que a mãe é a chefe de família. Contudo, quer entre pais, quer entre mães, esses que assim respondem chegam apenas a 12% dos pais ou mães que foram classificados como no NSE alto.

Tais resultados alertam que, mais que geração, é a combinação entre nível socioeducacional e geração que se associaria a diferenças em perspectiva sobre quem deve ser nomeado como chefe de família e que, se mudanças estivessem havendo, seriam tênues e um pouco mais acentuadas entre os mais jovens de estrato socioeducacional alto.

Chama também a atenção a orientação mais igualitária de muitos, sendo também significativa (cerca de 30%, quer entre pais, quer entre mães) a proporção dos que respondem que a chefia da família é compartilhada por mãe e pai.

Mais uma vez, o nível socioeducacional contribui para destacar singularidades entre populações, mais do que geração. É mais expressiva a proporção dos que optam por tal resposta entre os pais de estrato socioeducacional alto mais jovens (até 29 anos) e mais velhos (mais de 45 anos) – somando-se 44%, em ambos os casos.

Um caso singular, ou seja, em que se nota que estrato socioeducacional não necessariamente imprime uma diferenciação entre os respondentes, mas sim o da população de pais e mães entre 30 a 44 anos. De fato, entre o grupo de 30 a 44 anos pertencente ao estrato alto é bem mais baixa a proporção de pais que optam por chefia partilhada (24%), o que, portanto, não autoriza a hipótese de que o padrão de opção por chefia compartilhada seja mais comum entre os de estrato alto. No caso das mães, tem-se as seguintes proporções na geração de 30 a 44 anos que indicam que a chefia é

compartilhada: 28%, tanto no estrato alto quanto no estrato baixo. Há que, portanto, estar atento para a possibilidade, o que pede mais investigações, sobre a geração de pais de 30 a 44 anos, independentemente do NSE mais se identificar com o ideário dos mais jovens de NSE alto.

Quem é visto como responsável principal pelo sustento dos filhos

Perguntou-se às mães e aos pais, separadamente: “quem você acha que tem a responsabilidade principal de sustento dos filhos: a mãe, o pai ou ambos?”

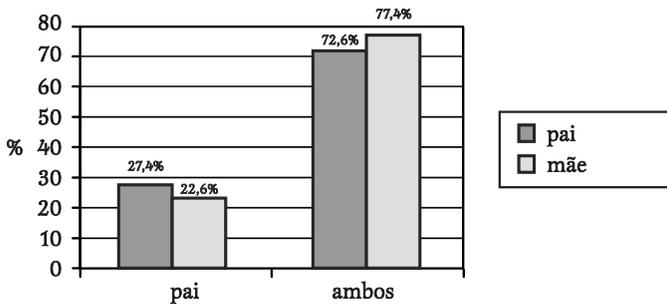
Não se indicou a mãe, mas há uma tendência de apreciar de forma positiva o compartilhamento no casal em relação à responsabilidade pelo sustento da criança. No geral, pais e mães pensam que ambos têm a responsabilidade principal de sustento da criança.

Considerando as respostas das mães, a percentagem da resposta ambos vai caindo, à medida que se considera gerações mais velhas (78% - 66%). Considerando a geração mais nova, as mães dos estratos sociais mais altos pensam quase em sua totalidade de tal forma, enquanto que, nos estratos mais baixos, aumenta o número de mães que pensam que o pai é o principal responsável pelo sustento, apesar de que esses aparecem em proporção mais baixa do que aqueles desse estrato que optaram pela resposta ambos.

Trabalhamos, também, com uma subamostra, considerando apenas aquelas famílias em que pais e mães trabalham no mercado, esperando que nesse grupo se configurasse outra tendência, ou seja, se não aparecendo casos em que a figura da mãe como responsável principal pelo sustento das crianças fosse visibilizada, pelo menos aumentando a proporção de homens e mulheres que indicassem ambos com principais responsáveis. Mas não é o que sugere o Gráfico 1. Não se altera a direção das respostas entre os casais que traba-

lham no mercado: pais e mães não diferem significativamente em suas respostas, indicam ambos como principais responsáveis pelo sustento dos filhos, configurando o que Giddens (1993) refere como casal igualitário.

Gráfico 1 – Representações sobre quem, dos cônjuges, é o responsável principal pelo sustento dos filhos, segundo pais e mães que trabalham no mercado



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011). Nota - Foi perguntado aos pais e mães: Você acha que a responsabilidade principal em relação aos aspectos que vou lhe dizer, é da mãe, do pai ou de ambos igualmente? Sustento

Quem exerce no casal, e como, os papéis de provedor e de cuidador

Mas tal inferência sobre o surgimento do novo - o casal igualitário - não se sustenta se são analisadas outras variáveis, tais como quem estaria na condição de provedor e de cuidador, ou seja, como provedor/cuidador principal, tendo um papel complementar ou de forma esporádica.

Na pesquisa, a partir de informações objetivas sobre os entrevistados, foi elaborada uma tipologia sobre provedor. Para tanto, foi observada a contribuição na renda familiar. Se pai ou mãe

contribuísse com 60% ou mais da renda familiar,¹⁰ era considerado provedor principal. Já para uma segunda categoria dessa tipologia, provedor complementar foi considerado quem contribuísse com até 40% da renda familiar. A terceira categoria da tipologia sobre provedor é quanto aos provedores que compartilham. Estes foram considerados como aqueles que contribuem com 41% a 59% da renda familiar. Ou seja, nesta parte, não trabalhamos com representações dos entrevistados, mas com representação dos pesquisadores e, naturalmente, tais definições são arbitrárias, mas indicam o quanto cada cônjuge (ou outro morador da residência) contribui para o orçamento doméstico.

Utilizando essa tipologia, percebe-se que a tarefa de prover, considerando rendimentos de pai e de mãe, em cerca de 70% dos casos, é responsabilidade do pai, levando a concluir que o pai ocupa a posição de provedor principal, sem que haja distinções entre os grupos geracionais ou socioeducacionais.

As mães ocupam principalmente o lugar de provedoras complementares - 36,7% da amostra classificam-se na posição de prover compartilhado, compondo cerca de 25% dos entrevistados (pais e mães), não sendo, assim, uma proporção desprezível. Mas há variações sobre tipo de provedor, no caso de mães e pais, quando se associa geração e nível socioeducacional, ainda que a mãe não se destaque em nenhum caso como provedor principal.

A posição do pai como provedor é consideravelmente variável, observado o NSE das mães, mas apenas entre as mais jovens. Entre as mães e pais dessa geração, é possível estabelecer que, para 16% dos de NSE alto e entre 36% a 40% entre os que se situam no NSE baixo, o pai compartilha como provedor (Tabela 2).

10 Renda familiar total = \hat{a} : Salário mensal de pai/ mãe / : rendimento de outros moradores do domicílio que contribuem com a renda familiar

Tabela 2 - Tipologia quanto a ser o provedor, segundo informações de rendimento familiar e contribuição dos pais e mães para o rendimento familiar

Tipologia de provedor - respostas do pai												
Provedor	Geração 1 (até 29 anos)				Geração 2 (30-44 anos)				Geração 3 (mais de 45 anos)			
	NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO	
	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI
Principal	76,0	76,0	56,0	60,0	72,0	72,0	72,0	76,0	72,0	76,0	60,0	60,0
Complementar	8,0	8,0			8,0	8,0	4,0	4,0			4,0	4,0
Compartilham	16,0	16,0	40,0	36,0	20,0	20,0	20,0	20,0	24,0	20,0	32,0	32,0
Amostra (N)	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25

Tipologia de provedor - respostas da mãe												
Provedor	Geração 1 (até 29 anos)				Geração 2 (30-44 anos)				Geração 3 (mais de 45 anos)			
	NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO	
	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI
Principal	8,0	8,0			4,0	4,0	4,0	8,0	4,0	4,0	8,0	8,0
Complementar	56,0	56,0	16,0	16,0	48,0	28,0	28,0	28,0	40,0	40,0	32,0	32,0
Compartilham	16,0	16,0	36,0	36,0	20,0	20,0	16,0	16,0	24,0	20,0	24,0	24,0
Amostra (N)	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011). Nota: Renda familiar = somatório do rendimento mensal de pai, mãe e outros moradores do domicílio, quando for o caso.

Recorre-se na pesquisa a outra variável criada, considerando informações objetivas colhidas nos questionários. Trata-se de uma tipologia de cuidado de pais e mães com o filho de mais de seis meses que usa fralda. Tal tipologia comporta três categorias: cuidador principal; cuidador complementar e cuidador esporádico. Para tanto, considerou-se as respostas a três perguntas: pergunta. 25 (número de horas diárias de cuidado); pergunta. 26 (períodos em que é o cuidador mais frequente: de dia, à noite, em finais de semana) e pergunta. 27 (frequência de desempenho de atividades de cuidado: 4=maioria das vezes, 3= muitas vezes, 2= às vezes e 1=nunca).

Nos questionários respondidos pelas mães, conclui-se que, com a maior probabilidade, elas são a cuidadora principal. Nesta categoria se concentram 73,3% dos casos (110 para um total de 150 entrevistadas).

Tal tendência, ou seja, da mãe aparecer como a principal responsável pelo cuidado com os filhos é, inclusive, bem mais acentuada na geração de mães mais jovens, com até 29 anos e que são de estrato socioeducacional mais baixo, perfazendo 84%.

Tendência perceptível, também, para quando se contabiliza o caso de respostas dos pais. Considerando as informações antes anunciadas como integrantes da variável criada, em 69,3% dos casos a mãe pode ser entendida como a cuidadora principal. Diferentemente do observado entre as mães, as informações coletadas nos questionários dos pais, para o grupo geracional mais jovem, menos mães podem ser classificadas como cuidadoras principais, mas ainda é essa a indicação mais expressiva, concentrando 58%, quando se considera informações sobre tarefas das mães nos questionários dos pais, e sendo mais acentuado o valor encontrado para os jovens do estrato mais baixo (72%); enquanto que, para os outros grupos geracionais, de 30 a 44 anos e com mais de 45 anos são, respectivamente, 76% e 74% sem diferenciações entre os estratos socioeducacionais. (Tabela 2)

A mesma variável foi aplicada para construir a tipologia de cuidador para o pai, entre cuidador principal, complementar e esporádico.

Em sua maioria, 59,3%, as respostas das mães sugerem que os pais seriam cuidadores complementares, sendo distribuída tal indicação de maneira equilibrada entre os grupos geracionais, sem grandes diferenciações entre os estratos sociais.

Já 40,7% das informações coletadas junto às mães indicam que os pais estariam na condição de cuidadores esporádicos. Novamente, não há indícios de diferenças entre mulheres de diferentes estratos etários e socioeducacionais. Observando as respostas dos pais, tem-se que eles se enquadrariam como cuidadores complementares (70%),

Tabela 3 - Tipologia de cuidador, considerando informações sobre cuidadores com filhos que usam fraldas por pais e mães.

Tipologia de cuidador - respostas do pai												
Cuidador	Geração 1 (até 29 anos)				Geração 2 (30 A 44 anos)				Geração 3 (mais de anos)			
	NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO	
	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI
Principal	60,0	80,0	64,0	64,0	60,0	68,0	56,0	72,0	64,0	72,0	52,0	64,0
Complementar	40,0	20,0	36,0	36,0	40,0	32,0	44,0	28,0	36,0	28,0	48,0	36,0
Amostra (N)	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25

Tipologia de cuidador - respostas da mãe												
Cuidador	GERAÇÃO ATÉ 29 ANOS				GERAÇÃO 30 A 44 ANOS				GERAÇÃO ACIMA 45 ANOS			
	NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO	
	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI
Principal	48	58,0	84	72,0	80,0	72,0	76,0	80,0	80,0	80,0	72,0	72,0
Complementar	52	42,0	16	28,0	20,0	28,0	24,0	20,0	16,0	16,0	28,0	28,0
Amostra(N)	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: tratando-se de variável criada, os cuidadores foram classificados de acordo com as respostas a três perguntas: pergunta 25 (número de horas diárias de cuidado), pergunta 26 (períodos em que é o cuidador mais frequente: de dia, à noite, em finais de semana) e pergunta 27 (frequência de desempenho de atividades de cuidado: 4=maioria das vezes, 3= muitas vezes, 2= às vezes e 1=nunca).

sem que diferenciações segundo grupos geracionais ou estratos socio-educacionais sejam notadas. (Tabela 3, acima)

Após classificar a tipologia do cuidado das mães e dos pais, investigou-se as tarefas que desenvolvem. Majoritariamente, segundo as declarações dos entrevistados, as mães exercem todas as atividades de cuidado listadas (cuidado/bem estar físico; atividades externas; educação/disciplina/valores; lazer/convivência), sem variações entre as gerações e NSE.

Mães e pais concordam em suas respostas, ainda que tenham respondido de forma separada, avaliando quase a totalidade deles e delas, tanto que o outro (o pai ou a mãe) como ele e ela seriam partici-

pativos em todas as atividades investigadas. Por exemplo, convivência e lazer são atribuições maternas para 90% das mães e para 90,7% dos pais. Novamente, não há diferenças significativas quando analisados fatores como geração e/ou estrato socioeducacional. De fato todas as atividades de cuidado listadas (cuidado/bem estar físico; atividades externas; educação/disciplina/valores; lazer/convivência) são realizadas pelos pais e pelas mães, independentemente dos estratos socioeducacional e dos grupos etários, segundo informações deles e delas.

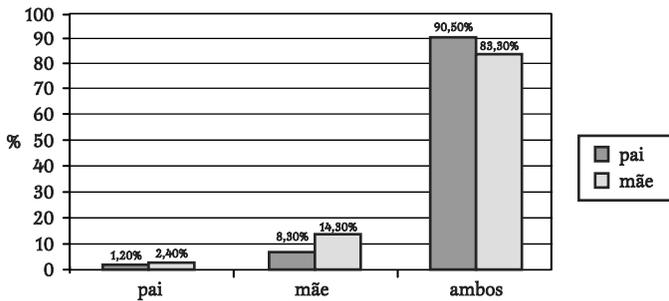
A atividade menos realizada pelo pai, em relação às outras pesquisadas, seria o cuidado com o bem-estar físico da criança – embora seja também alta a proporção de entrevistados que declaram que os pais se ocupariam dessas atribuições, o que equivale a 70% entre as mães respondentes e 73,3% entre os pais. Ou seja, mais uma vez tendem pais e mães a terem perspectiva similar sobre o lugar do pai e o da mãe no plano dos cuidados com os filhos pequenos.

Tal concordância, ou visão acrítica sobre o lugar do outro nos cuidados é encontrada mesmo quando se focaliza apenas aqueles casais em que ambos os cônjuges trabalham no mercado, ou seja, têm que alocar seu tempo ao nível da esfera pública. De acordo com o Gráfico 2, neste subgrupo, pais e mãe tendem a indicar que ambos são os principais responsáveis para com o bem-estar físico das crianças.

Nesta seção, diferentemente das demais, analisa-se não somente representações de pais e mães sobre o outro cônjuge quanto a cuidados com os filhos pequenos e o seu sustento (*proxy* de provedor).¹¹ Por um artifício metodológico, também se registra uma tipologia quanto a ser provedor e cuidador, considerando não somente as respostas sobre quem cuida do filho pequeno quanto a uma variedade de cuidados, mas incluindo, no caso de cuidados, horas de cuidados e, no caso de responsabilidade como provedor, participação da renda individual na renda familiar.

11 Ver sessão anterior sobre sustento dos filhos, questão em que mães e pais tendem a afirmar que ambos seriam responsáveis.

Gráfico 2 - Representações sobre quem, dos cônjuges, é o responsável principal pelo bem-estar físico dos filhos, segundo pais e mães que trabalham no mercado.



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Você acha que a responsabilidade principal em relação aos aspectos que vou lhe dizer, é da mãe, do pai ou de ambos igualmente? Cuidado/Bem-estar físico.

Nota-se, quanto a cuidados e tipo de provedor, que não haveria uma correspondência entre representações e parâmetros objetivos. As representações dos entrevistados, independentemente do gênero, tendem a favorecer a ideia de compartilhamento, declarando que ambos cuidam das crianças pequenas, independentemente do tipo de atividade focalizada, e da contabilidade feita pela pesquisa, mais pautada por horas (caso de cuidados) e nível de renda (caso de tipo de provedor). Os entrevistados negariam a ideia de divisões sexuais quanto a cuidado e lugar no sustento da criança, e ambos, homens e mulheres, participam desse imaginário de equidade, quando de fato o que se evidencia é a reprodução da mulher cuidadora e do pai provedor. Consciência não acompanharia ou seria equivalente à realidade; ou melhor: as representações de mães e pais seriam diferentes das representações dos pesquisadores, uma vez que nossos argumentos de que o tempo gasto em cuidados e os diferenciais de rendimentos por sexo/gênero contribuem para perfilhar divisões sexuais.

Representações sobre a participação de cada cônjuge, considerando casais em que ambos trabalham no mercado

Como antes discutimos, a literatura sobre divisão sexual do trabalho dos anos 90 e até mais recentemente, mesmo quando analisando tal divisão no público e no privado, mais focalizava o trabalho da mulher no mercado, e como os encargos com atividades domésticas colaborariam para uma posição inferior quanto a rendimentos ou na distribuição ocupacional das mulheres aí.

No Projeto Cuidar, o foco é um trabalho doméstico específico: o cuidar de filhos que usam fraldas. Mas temos como premissa que as esferas do público e do privado se condicionam mutuamente.

Assim, com a expectativa de que, ao se conjugar trabalho no público e no privado, ou seja, arcando com uma dupla jornada de trabalho, as mulheres com maior probabilidade valorizariam mais suas atividades em cuidados com os filhos e seriam mais críticas sobre possíveis diferenças no exercício de tais cuidados entre elas e seus pares, direcionamos algumas análises como as que seguem apenas considerando a subamostra de casais em que ambos trabalham de forma remunerada.

A metade dos casais da amostra (56%) se enquadra no tipo de família em que ambos os cônjuges trabalham no mercado. Nota-se que as mães de NSE baixo, que não trabalham, representam o dobro das que estão nessa situação e que são de NSE alto - exceto quando se direciona o olhar para o grupo de pais e mães mais velhos, nos quais os valores são equilibrados. Já quanto aos pais, a porcentagem que não trabalha fora ou é aposentada ou é irrelevante. A porcentagem de pais que tiveram a licença paternidade prevista por lei é exatamente igual para aqueles das classes mais baixas e os das classes mais altas (26%).

A possibilidade de que ambos os pais trabalhem fora de casa, para muitos, parece estar ancorada na existência de uma babá (sendo o caso de 57,1% dos casais) ou outros arranjos que possivelmente

sejam acionados por redes de apoio familiar ou próximo, já que em 43% dos casos se declara não disporem de babá nem estarem os filhos em creche. Aliás, somente 15% das famílias pesquisadas dispõem de tal serviço.

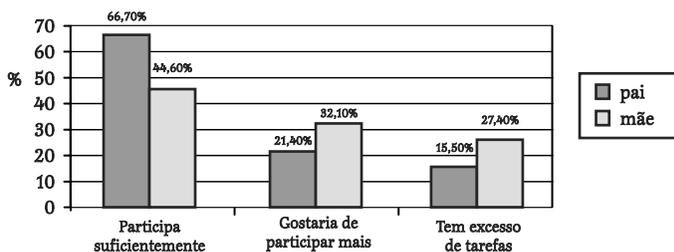
Classe social impõe limitações claras ao apelo para formas que passem por relações de compra e venda de serviços de cuidados: enquanto que entre famílias de estrato alto somam 75% as que contam com babá, já entre as de estrato baixo tal proporção não chega a 30%. A diferença por nível socioeducacional entre as famílias cujos pais trabalham no mercado e que têm ou não filhos em creche é mais ampla: entre as de nível socioeducacional alto, chega a 20% as que têm filhos que usam fraldas e que vão à creche, enquanto que apenas 7% das que se classificam no estrato socioeducacional estão em tal condição.

Representações de mães e pais sobre divisão sexual dos cuidados com os filhos

Ainda que as tendências das respostas de mães e pais não indiquem grandes diferenciais de respostas quanto a indicadores que na pesquisa modelam dimensões sobre representações quanto à divisão sexual dos cuidados com os filhos, independentemente do fato de se considerar a subamostra dos casais em que ambos trabalham ou toda a amostra, há, de fato, construtos que sugerem que gênero se realiza de forma singular por linhas de sexo, ou seja, não somente são identificáveis, ainda que tenuamente, alguns diferenciais em respostas de pais e mães, como, em particular, a avaliação do trabalho da mulher segue alguns dos parâmetros comumente destacados na literatura como o não reconhecimento do lugar da mulher na economia de cuidados domésticos.

O Gráfico 3, a seguir, apresenta as respostas à pergunta feita a pais e mães, separadamente, sobre como avaliariam a participação da mãe no cuidado dos filhos.

Gráfico 3 - Representações sobre o trabalho da mãe no cuidado dos filhos por mães e pais que trabalham no mercado.



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: No cuidado de seu filho(a), quem você acha que - Mãe.

Ainda que, segundo o Gráfico 3, as distribuições de respostas, segundo as alternativas apresentadas, sejam semelhantes, diferem mães e pais quanto à intensidade de concentração em alguns itens. Ambos tendem a indicar que a mãe participa suficientemente/conforme o esperado (55,4% da amostra de pais e mães que trabalham no mercado), mas as mulheres são mais cautelosas quando falam sobre seu desempenho: enquanto cerca de 67% dos pais optam por aquela assertiva, já entre as mães desce para 44% as que indicam que as mães participam suficientemente ou conforme o esperado.

Possivelmente, tal discrepância entre pais e mães esteja associada ao fato de que as mulheres que desempenham atividades remuneradas sejam mais conscientes quanto às limitações que as impedem de participar tanto do cuidado dos filhos como gostariam. De fato, a consciência sobre o excesso de tarefas das mães não é compartilhada no mesmo nível pelos pais - cerca de 16% consideram que, de fato, as mães têm um excesso de tarefas com os cuidados dos filhos, enquanto que entre as mães sobe para 27% as que se declaram nessa situação. Ou seja, com maior probabilidade, há quase 75% mais mães que pais que avaliam que a mãe tem um excesso de tarefas com os cuidados dos filhos.

Aproximadamente três em cada 10 mães que trabalham de forma remunerada indicam que gostariam de participar mais nos cuidados dos filhos. É mais baixa entre os pais a proporção daqueles que assim se referem à vontade da mãe (2:10), sugerindo tal quadro que as representações sobre a maternagem têm horizontes simbólicos embasados em uma ideologia de gênero que enfatiza a díade mãe e filho – construto agenciado principalmente pelas mulheres –, indicando, também, o que antes nos referimos como a mediação do afeto, do vínculo, de sua associação a cuidado, embaralhando a identificação desse com trabalho em seu sentido corrente para tantos, ou seja, carga e exploração.

A ideia de que haveria uma universal mulher não se sustenta quando se decompõe vivências, evidenciando-se que há mulheres em cotidianos diversos. Assim, por exemplo, o peso da variável nível socioeducacional em diferenciar representações sobre maternagem entre mulheres, mais uma vez se comprova, no entanto, com reservas. Como em análises sobre outros aspectos do imaginário das mães, encontram-se diferenciais não quanto ao sentido das representações, mas quanto à magnitude destas, ao se comparar o que pensam mães de diferentes níveis socioeducacionais.

Cerca de 40% das mães de estrato socioeducacional baixo consideram que participam suficientemente ou conforme o esperado e o possível no cuidado de seus filhos; já aquelas de nível socioeducacional mais alto seriam mais positivas, chegando a 47% o grupo que assim se posiciona. Mas tal apreciação mais restritiva sobre sua participação em tais cuidados pelas mães de estrato baixo não necessariamente se alimenta de culpa, já que não são significativas; nem as proporções daquelas que declaram que deveriam participar mais (cerca de 7%, independentemente do nível socioeducacional) se destacam em relação àquelas de nível socioeducacional mais alto, as quais são as mães mais empobrecidas que indicam que gostariam de participar mais no cuidado de seus filhos. De qualquer forma, o mais relevante é que não é desprezível, ao contrário: a proporção de mães que assim

respondem, independentemente do estrato socioeducacional, compõe cerca de um terço.

Lemos uma racionalidade avessa à autoinculpação e que mais sugere crítica às condições de vida entre as mães mais pobres, já que quase 38% declaram que têm excesso de tarefas – valor mais alto que o encontrado entre mães que também trabalham no mercado –, mas que se situam em um nível socioeducacional alto (22%).

Tabela 4 – Representação sobre participação da mãe no cuidado dos filhos, segundo respostas de pais e mães que trabalham no mercado, por NSE e por Geração II (idade dos filhos)

Representação sobre a mãe no cuidado dos filhos, segundo mães e pais								
	NSE				Geração II			
	Alto		Baixo		Filhos pqnos		Filhos grandes	
	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai
Participa suficientemente/ conforme o esperado/possível	47,3	69,1	37,9	62,1	36,6	61,0	51,2	72,1
Tem excesso de tarefas	21,8	16,4	37,9	13,8	34,1	24,4	20,9	7,0
Deveria participar mais	7,3	5,5	6,9	10,3	2,4	7,3	11,6	7,0
Gostaria de participar mais	32,7	21,8	31,0	20,7	32,1	17,1	25,6	25,6
Amostra (N)	55		29		41		43	

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

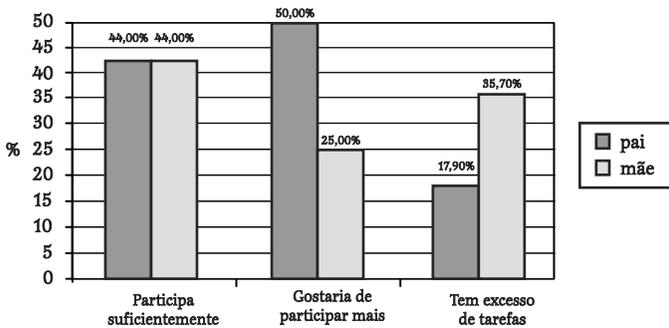
Nota: Foi perguntado aos pais e mães: No cuidado de seu filho (a), quem você acha que - Mãe.

Não se pode, portanto, descartar a difusão de um mal-estar entre as mães de filhos pequenos que trabalham no mercado, por não poderem mais participar do cuidado de seus filhos, principalmente se esses são pequenos. Vale notar que a proporção das mães da geração com filhos pequenos que gostariam de participar mais é bem superior àquelas que assim respondem, da geração de filhos grandes, 39% e 26% respectivamente.

Quando se direciona a pergunta sobre representação em relação ao cuidado dos filhos pelos pais (Gráfico 4), a proporção de pais

e mães que indicam que ele participa suficientemente/conforme o esperado ou possível é similar: 44%. Mas os pais são mais positivos sobre sua vontade de mais participar. Enquanto cerca de 50% sugerem que gostariam de participar mais, as mulheres em bem menor proporção concordam que haja essa disposição por parte deles (25%) e são bem mais críticas sobre o nível dos pais na participação nos cuidados com os filhos. Não chegam a 18% os pais que se autorrecriminam, considerando que deveriam participar mais, enquanto mais que o dobro das mulheres considera que, sim, eles deveriam participar mais.

Gráfico 4 – Representações sobre trabalho do pai no cuidado dos filhos por mães e pais que trabalham no mercado



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: No cuidado de seu filho(a), quem você acha que - Pai.

A Tabela 5, a seguir, indica que o efeito de gênero sobre a imagem do pai não depende, necessariamente, de NSE ou geração, ainda que sejam os pais de NSE baixo que mais sublinhem que têm excesso de atividades e que gostariam de mais participar nos cuidados com os filhos pequenos. As mulheres que trabalham de forma remunerada não avaliam seus maridos da mesma forma que eles se veem quanto a cuidado dos filhos, em termos de intensidade e vontade de envolvi-

mento nos cuidados com os filhos. O desencontro sobre a representação em relação ao pai – sua vontade e dever de mais participar no cuidado dos filhos, entre mães e pais, acentua-se mais ao se controlar o ciclo geracional dos casais, ou seja, a presença de filhos pequenos ou de filhos grandes: 61% dos pais com filhos pequenos e 36% das mães nessa situação acham que o pai gostaria de participar mais; na geração de filhos grandes, a distância entre pais e mães, quanto ao olhar sobre o pai e sua vontade de participar mais nos cuidados com os filhos, é de 14% e 39% (mães e pais respectivamente). A construção sobre o desejo e a vontade do pai, possivelmente permeada pelo afeto deste, em relação ao filho pequeno, é, portanto, fortemente demarcada por olhares, representações femininas que não reconhecem no homem – ou mesmo por suas práticas ou pela força dos estereótipos sobre paternidade e maternidade – o impulso por ampliar o exercício da paternidade.

Tabela 5 – Representação sobre participação do pai no cuidado dos filhos, segundo respostas de mães e pais que trabalham no mercado, por NSE e Geração II (idade dos filhos)

Representação sobre o pai no cuidado dos filhos, segundo mães e pais								
	NSE				GERAÇÃO II			
	Alto		Baixo		Filhos pqnos		filhos grandes	
	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai
Participa suficientemente/ conforme o esperado/ possível	54,5	50,9	24,1	31,0	43,9	43,9	44,2	44,2
02-Tem excesso de tarefas	5,5	9,1	10,3	17,2	4,9	9,8	9,3	14,0
03-Deveria participar mais	27,3	14,5	51,7	24,1	34,1	14,6	37,2	20,9
04-Gostaria de participar mais	21,8	50,9	31,0	48,3	36,6	61,0	14,0	39,5
Amostra (N)	55		29		41		43	

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: No cuidado de seu filho (a), quem você acha que – Pai.

Representações sobre mudanças na divisão sexual de trabalhos/cuidados no âmbito doméstico segundo pais e mães

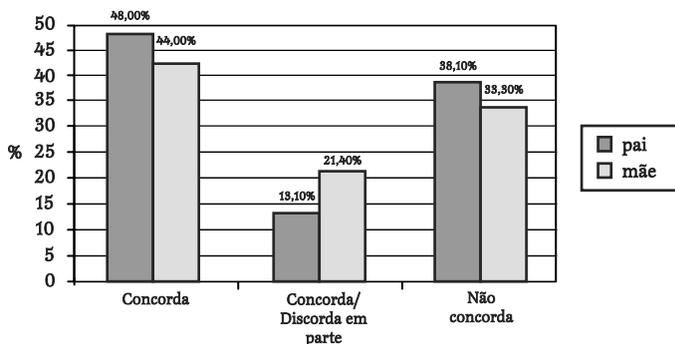
Com o objetivo de mapear como os entrevistados expressavam o teor de possíveis mudanças ou permanências na divisão sexual de trabalhos/cuidados no âmbito doméstico, uma série de assertivas lhes foram apresentadas, precedidas a modo de introdução do seguinte corpus: Fala-se muito que o mundo vem mudando e que os casais hoje são diferentes. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda com cada uma delas, se você concorda ou discorda em parte ou se não concorda.

Pais e mães concordam que têm papéis diferentes e que cada um é mais ou menos responsável por aspectos diferentes do cuidado com o filho menor (48,7% e 50% respectivamente).

O Gráfico 5 ilustra as respostas de pais e mães que trabalham de forma remunerada, que vão no mesmo sentido da amostra mais ampla, antes comentada, ou seja, a concordância entre pais e mães de que seus papéis são diferentes e que cada um é responsável por aspectos diferentes do cuidado com o bebê.

Analisando as respostas das mães, por outros possíveis indicadores de diversidade, ou seja, sem considerar se trabalham ou não na esfera pública, identifica-se que, no grupo geracional mais jovem (até 29 anos), há uma grande diferença, segundo o NSE, entre os que concordam que os papéis de homens e mulheres em cuidados com o infante, são diferentes: nos estratos mais alto, 36%, e, nos mais baixos, 80%. Já segundo a geração (critério I), o grupo com faixa etária entre 30 e 44 anos é também um pouco maior nos estratos baixos; a proporção das que concordam é de 56% contra 40% dos estratos altos. Já as mulheres nos estratos socioeducacionais do grupo acima dos 45 anos se diferenciam apenas em 8% (48% no NSE alto e 40% no NSE baixo). As mulheres mais jovens de NSEs diferentes tendem a diferir mais entre si, sendo que aquelas de NSE mais alto seriam mais assertivas quanto à indiferenciação de papéis por sexo/gênero nos cuidados com os filhos. (Tabela 6)

Gráfico 5 – Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que Os papéis de pai e de mãe são diferentes - cada um é responsável por aspectos diferentes do cuidado com o bebê, segundo pais e mães que trabalham no mercado.



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Fala-se muito que o mundo vem mudando e que os casais hoje são diferentes. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda, ou não concorda com cada uma delas. Se você concordar ou discordar em parte, me avise. – Os papéis de pai e de mãe são diferentes – cada um é responsável por aspectos diferentes do cuidado com o bebê.

Entre os pais, há também variações segundo NSE e ciclo etário, quando combinados. No grupo geracional mais jovem, os pais de estratos mais altos alinham-se ao antes comentado para as mães desse estrato e ciclo, ou seja, tendem a não concordar com o fato de que os papéis de pais e mães são diferentes e que cada um é responsável por aspectos diferentes do cuidado com o bebê; já os pais jovens de NSE baixo tendem a concordar (44% e 64% respectivamente).

Entre os respondentes de 30 a 44 anos, inverte-se o quadro por NSE, assim, são os do NSE mais alto que concordam, totalizando 44%; enquanto que, entre os pais de NSE mais baixo, 52% não concordam. Passando à geração mais velha, tanto os pais nos estratos mais altos

Tabela 6 – Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que Os papéis de pai e de mãe são diferentes - cada um é responsável por aspectos diferentes do cuidado com o bebê, segundo pais e mães.

Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que “Os papéis de pai e de mãe são diferentes - cada um é responsável por aspectos diferentes do cuidado com o bebê”												
	Geração 1 (até 29 anos)				Geração 2 (30 a 44 anos)				Geração 3 (mais de 45 anos)			
	NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO	
	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI
Concorda	36,0	36,0	80,0	64,0	40,0	44,0	56,0	32,0	48,0	60,0	40,0	56,0
Concorda/ discorda em parte	28,0	20,0	4,0	12,0	24,0	16,0	8,0	16,0	20,0	4,0	16,0	4,0
Discorda	36,0	44,0	16,0	24,0	36,0	40,0	36,0	52,0	32,0	36,0	40,0	40,0
Amostra(N)	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

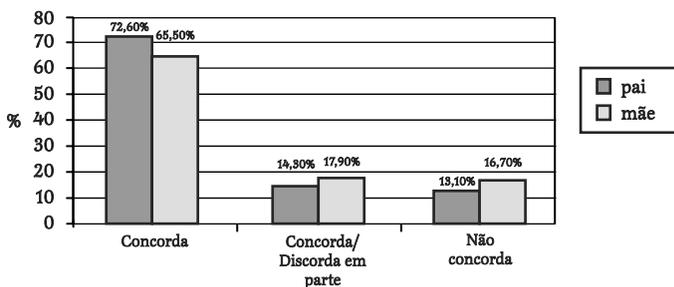
Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Fala-se muito que o mundo vem mudando e que os casais hoje são diferentes. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda, ou não concorda com cada uma delas. Se você concordar ou discordar em parte, me avise. - Os papéis de pai e de mãe são diferentes - cada um é responsável por aspectos diferentes do cuidado com o bebê.

quanto nos mais baixos concordam que pais e mães cuidam de aspectos diferentes relacionados ao bebê (60% e 56% respectivamente).

Mesmo tendo papéis diferentes na prática em relação aos cuidados com os filhos, pai e mãe são capazes de assumir qualquer desses papéis?

Essa é uma afirmativa que teve apoio dos pais e mães, tanto considerando os que trabalham de forma remunerada ou toda a amostra, e independentemente de geração ou do estrato socioeducacional. As mães concordaram com variação de 64% a 72%, enquanto que os pais variaram de 60% a 96%. A figura 6 destaca as respostas de pais e mães que trabalham no mercado.

Gráfico 6 – Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que Pai e mãe podem desempenhar papéis diferentes na prática, mas os dois são capazes de assumir qualquer desses papéis, segundo pais e mães que trabalham no mercado.



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Fala-se muito que o mundo vem mudando e que os casais hoje são diferentes. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda, ou não concorda com cada uma delas. Se você concordar ou discordar em parte, me avise. – Pai e mãe podem desempenhar papéis diferentes na prática, mas os dois são capazes de assumir qualquer desses papéis.

As respostas das mães, segundo geração e NSE, foram mais uniformes. Os pais dos grupos mais jovens (até 29 anos) concordaram com pouca variação também (64% a 68%), mas, nas gerações de 30 a 44 anos e acima dos 45 anos, isso muda. Entre o grupo de 30 a 44 anos, 80% dos entrevistados dos estratos mais baixos concordaram, enquanto apenas 60% dos estratos mais altos responderam o mesmo. No grupo acima dos 45 anos, essa diferença aumenta ainda mais (96% e 64%). Conclui-se que os pais dos estratos mais baixos têm uma opinião mais consensual, questionando divisões sexuais de cuidados com os bebês, já que concordam que “pai e mãe podem desempenhar papéis diferentes na prática, mas que os dois são capazes de assumir qualquer desses papéis” (Tabela 7).

Tabela 7 – Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que Pai e mãe podem desempenhar papéis diferentes na prática, mas os dois são capazes de assumir qualquer desses papéis, segundo pais e mães.

Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que “Pai e mãe podem desempenhar papéis diferentes na prática, mas os dois são capazes de assumir qualquer desses papéis”												
	Geração 1 (até 29 anos)				Geração 2 (30 A 44 anos)				Geração 3 (mais de 45 anos)			
	NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO	
	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI
Concorda	72,0	64,0	68,0	68,0	64,0	60,0	64,0	80,0	68,0	64,0	76,0	96,0
Concorda/ discorda em parte	12,0	28,0	8,0	16,0	16,0	28,0	12,0	8,0	12,0	8,0	12,0	4,0
Discorda	16,0	8,0	24,0	16,0	20,0	12,0	24,0	12,0	20,0	28,0	12,0	0
Base da Amostra(N)	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25

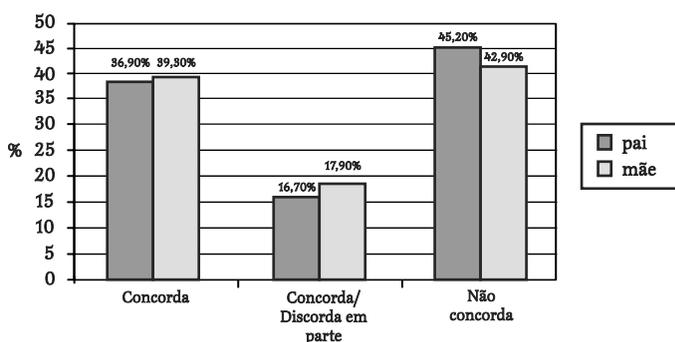
Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Fala-se muito que o mundo vem mudando e que os casais hoje são diferentes. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda, ou não concorda com cada uma delas. Se você concordar ou discordar em parte, me avise. – Pai e mãe podem desempenhar papéis diferentes na prática, mas os dois são capazes de assumir qualquer desses papéis.

Se pai e mãe podem assumir qualquer papel em relação ao cuidado com o filho, seria possível pais criarem filhos sem ajuda de uma mulher em casa? Na pesquisa, a provocação aos entrevistados foi: tem muito filho criado só com pai e sem ajuda de mulher em casa e, mais uma vez, obteve-se perfil similar por gênero, mas não tão alto consenso entre as mães (43,3% concordaram e 42% discordaram). Entre os pais, igual ou mais alta dispersão: os que não concordaram representaram 43,3%, contra 38,7% da resposta contrária. O Gráfico 7 indica que o mesmo acervo de representações e de heterogeneidade, este último não entre pais e mães, mas sim intra-pais e intra-mães, é encontrado entre os casais em que ambos também circulam como trabalhadores no âmbito público. A equação entre mulher e materni-

dade, mesmo com os discursos recentes sobre o novo homem – aquele que pode exercer o papel de pai e mãe, ou seja, não necessitando da figura feminina em casa – ainda encontra resistências fortes, não chegando a 40% os que concordam que tem muito filho criado só com pai e sem ajuda de mulher em casa. Mas a proporção dos que rejeitam o absolutismo de tal equação, cerca de um terço, também sinaliza que há mudanças em curso.

Gráfico 7 – Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que Tem muito filho criado só com pai e sem ajuda de mulher em casa, segundo pais e mães que trabalham no mercado



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Fala-se muito que o mundo vem mudando e que os casais hoje são diferentes. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda, ou não concorda com cada uma delas. Se você concordar ou discordar em parte, me avise. – Tem muito filho criado só com pai e sem ajuda de mulher em casa.

Na amostra, não houve considerável diferença de opinião entre as gerações dos pais. Mas a diferença é mais nítida por NSE: os pais de NSE alto discordam e os de NSE mais baixo tendem a concordar com a assertiva de que tem muito filho criado sem a presença da mãe em casa. Já entre as mães, quando se combina NSE e geração, as respostas variam mais. De acordo com o encontrado entre os pais, também entre as mães, o grupo geracional mais jovem (até 29 anos),

de NSE alto, tende mais a discordar. Contudo, o mesmo se encontra entre as mães de 30 a 44 anos, naquele NSE. Já independentemente da geração, as mães de NSE baixo tendem a concordar (48%). Surpreendentemente, diferentemente do esperado e não encontrado no grupo de mães mais jovens, é entre as de 45 anos de NSE alto que mais se encontram as que concordam, e superam as de mesma idade de NSE baixo (56% e 36%, respectivamente).

Ou seja, diferentemente do esperado, considerando a alta presença de famílias chefiadas por mulheres nos estratos mais pobres, em Salvador, muitos homens de NSE baixo admitem que o filho pode ser criado somente pelo pai e sem ajuda de mulher em casa (Tabela 8). Contudo, a tendência mais marcante que se repete é a defesa de que filho necessita de mãe ou de uma mulher em casa.

Tabela 8 - Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que Tem muito filho criado só com pai e sem ajuda de mulher em casa, segundo pais e mães.

Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que Tem muito filho criado só com pai e sem ajuda de mulher em casa, segundo pais e mães												
	Geração 1 (até 29 anos)				Geração 2 (30 A 44 anos)				Geração 3 (mais de 45 anos)			
	NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO	
	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI
Concorda	28,0	16,0	68,0	60,0	24,0	32,0	48,0	40,0	56,0	36,0	36,0	48,0
Concorda/ discorda em parte	8,0	12,0	8,0	28,0	12,0	8,0	4,0	28,0	28,0	8,0	28,0	20,0
Discorda	64,0	72,0	24,0	12,0	64,0	60,0	48,0	32,0	16,0	52,0	36,0	32,0
Amostra(N)	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25

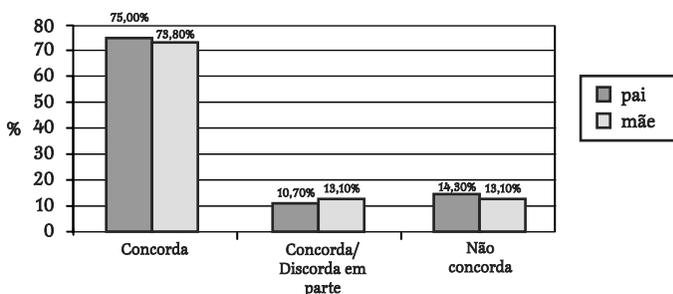
Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Fala-se muito que o mundo vem mudando e que os casais hoje são diferentes. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda, ou não concorda com cada uma delas. Se você concordar ou discordar em parte, me avise. - Tem muito filho criado só com pai e sem ajuda de mulher em casa

Seguindo a mesma tendência, concordou-se que é bom ter babá, creche ou escolinha, mas nos primeiros anos de vida, nada substitui o cuidado da mãe. A maioria esmagadora concordou com essa afirmação (acima de 80%), sendo que os que não concordam por completo variam apenas de 2% a 8%.

Sendo assim, como esperado, também é alta a proporção dos que concordam que não dá para a mãe trabalhar fora se não houver outra mulher em casa para cuidar da criança, somando-se cerca de 70%, quando se focaliza os casais em que ambos os cônjuges exercem trabalho remunerado fora de casa (ver Gráfico 8).

Gráfico 8 - Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que Não dá para mãe trabalhar fora se não tiver outra mulher em casa, como uma babá, uma avó ou uma tia, segundo pais e mães que trabalham no mercado.



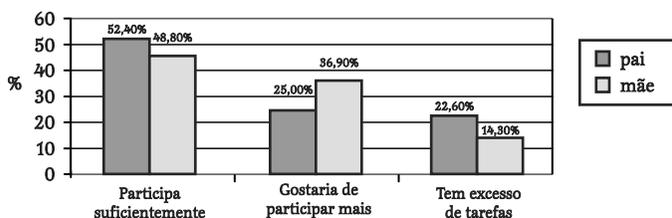
Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Fala-se muito que o mundo vem mudando e que os casais hoje são diferentes. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda, ou não concorda com cada uma delas. Se você concordar ou discordar em parte, me avise. - Não dá para mãe trabalhar fora se não tiver outra mulher em casa, como uma babá, uma avó ou uma tia.

Independentemente de geração, gênero ou estrato socioeducacional, mais de 70% concordaram com aquela afirmação, com exceção dos pais de geração mais velha (acima de 45 anos), de estrato socioeducacional mais alto, apesar de também ter sido maioria, com 64%.

A fim de mais investigar a perenidade e força do valor maternidade perguntou-se sobre o posicionamento dos entrevistados em relação ao juízo de que se o horário de trabalho da mãe diminui o seu tempo para se dedicar e cuidar do filho, a mãe deve parar de trabalhar ou trabalhar menos. Essa afirmativa teve mais apoio das mães do que dos pais (61,3% e 55,3%, respectivamente), mas chama a atenção pelo fato de que divide as posturas, não se podendo falar propriamente em uma tendência única, o que fica mais claro se focalizamos os casais em que ambos trabalham no mercado (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que Se o horário de trabalho da mãe diminui o seu tempo para se dedicar e cuidar do filho, a mãe deve parar de trabalhar ou trabalhar menos horas, segundo pais e mães que trabalham no mercado.



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Fala-se muito que o mundo vem mudando e que os casais hoje são diferentes. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda, ou não concorda com cada uma delas. Se você concordar ou discordar em parte, me avise. – Se o horário de trabalho da mãe diminui o seu tempo para se dedicar e cuidar do filho, a mãe deve parar de trabalhar ou trabalhar menos horas.

Os que concordam sempre são maioria, mas não de forma gritante, também quando se analisa segundo geração e estratos socioeducacionais. Entre os pais, por ciclos geracionais, as respostas são próximas: 50% entre os mais jovens concordam e 58% entre os

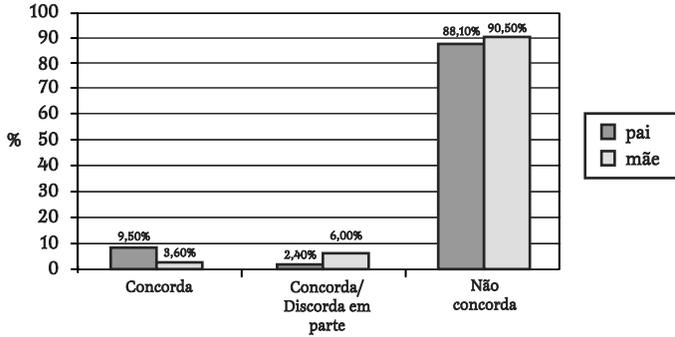
mais velhos, sendo que os de NSE baixo tendem, mas tenuamente, a se destacar entre os que concordam, quando comparados com os de NSE alto. Entre as mães, o quadro é similar ao descrito para os pais, com algumas variações mais influenciadas por geração: as mães de distintas gerações variam suas respostas de 56% a 66% e a diferença das porcentagens entre mães no estrato socioeducacional baixo, para as que são classificadas como NSE alto, aumenta bastante para gerações de 30 a 44 anos e acima de 45 anos. Entre 30 e 44 anos, 80% das mães nos estratos sociais mais baixos concordam com a afirmação de que se o horário de trabalho da mãe diminui o seu tempo para se dedicar e cuidar do filho, a mãe deve parar de trabalhar ou trabalhar menos horas, enquanto que apenas 52% daquelas que estão no NSE mais altos têm a mesma opinião. Na geração mais velha (acima de 45 anos), a diferença é a maior de todas, pois 84% das mães em estratos mais baixos têm tal opinião, contra apenas 40% daquelas nos mais altos. Conclui-se que as mulheres que experienciaram a maternidade, mas também os pais, quando dos estratos mais baixos, estão mais interessadas em diminuir a carga de trabalho da mãe para cuidar do filho.

Cerca de 80% ou mais dos pais e mães advogam contra a criança ir para creche antes dos seis meses, o que se ilustra no Gráfico 10, relativo aos casais em que ambos trabalham no mercado.

Quando se considera toda a amostra, ou seja, incluindo as famílias em que um dos cônjuges não trabalha no mercado, a percentagem dos que concordam com a frase de que criança devia ir para creche antes dos seis meses varia, considerando NSE e geração, apenas de 4% a 12%, entre os pais, e 4% a 20%, entre as mães.

Na tentativa de verificar representações sobre rupturas (ou continuidades) no panorama da divisão sexual de trabalhos/cuidados, os entrevistados foram questionados sobre a situação na casa dos seus pais. (Gráfico 11, relativo à subamostra dos que trabalham fora de casa).

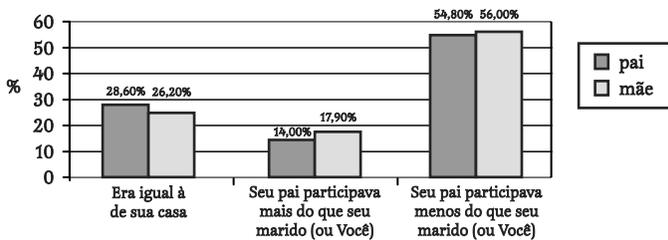
Gráfico 10 – Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que Criança devia ir para creche antes dos 6 meses, segundo pais e mães que trabalham no mercadoFonte: Projeto CUIDAR (UCSal-Programa Pós-graduação em Família/CNPq), 2010



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Fala-se muito que o mundo vem mudando e que os casais hoje são diferentes. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda, ou não concorda com cada uma delas. Se você concordar ou discordar em parte, me avise. – Criança devia ir para creche antes dos 6 meses.

Gráfico 11 – Representações sobre mudanças: como considera que era a divisão de tarefas na casa dos pais em comparação com a atual em sua casa, segundo pais e mães que trabalham no mercado



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Na casa de seus pais, a divisão de tarefas entre pai e mãe era igual à de sua casa/ seu pai participava mais/ seu pai participava menos do que seu marido (ou você).

Comparando a divisão de tarefas na casa dos entrevistados com a casa de seus pais, as opiniões dos pais e mães entrevistados são próximas, tendendo a achar que seus pais participavam menos do que eles participam. Isso significa que os pais de hoje são considerados mais participativos nas tarefas gerais de casa.

Similar ao observado na figura anterior, quando se analisa a amostra de pais e mães, tem-se que 59,3% dos pais e 58% das mães dizem que participam ou que seu companheiro participa mais das tarefas domésticas do que seus pais. Entre os pais, não há diferenças significativas por grupos geracionais ou estratos socioeducacionais. Já para as mães essas distinções são mais perceptíveis. Nos grupos geracionais mais jovens (até 29 anos) e intermediário (30 a 44 anos), essa é uma tendência mais comum no estrato socioeducacional baixo (respectivamente 56% e 72%). Entre o grupo com mais de 45 anos, a tendência se inverte, chegando a 76% as mães – de nível sócio econômico alto – que selecionaram a alternativa que os seus pais participavam menos do que seu marido, proporção bem superior àquelas de NSE baixo (44%) (Tabela 9)

Tal valoração sobre maior equidade de gênero na divisão dos cuidados em casa na geração atual, considerando-se a dos pais, não necessariamente se traduz em uma avaliação positiva dos jovens hoje no exercício da paternidade. Foi perguntado sobre a concordância ou não com a afirmativa de que os homens jovens têm cabeça mais aberta e são mais presentes na criação dos filhos. Há uma sutil variação mais de nível do que de sentido de opinião, quando abordamos pais e mães. Os pais, em sua maioria, discordam da afirmação (47,3%), enquanto que as mães tendem a concordar (42%). Também somente nos fixando naqueles que trabalham fora, tais diferenças de gradações – mas não de sentido – das respostas por gênero são encontradas, como ilustra o Gráfico 12.

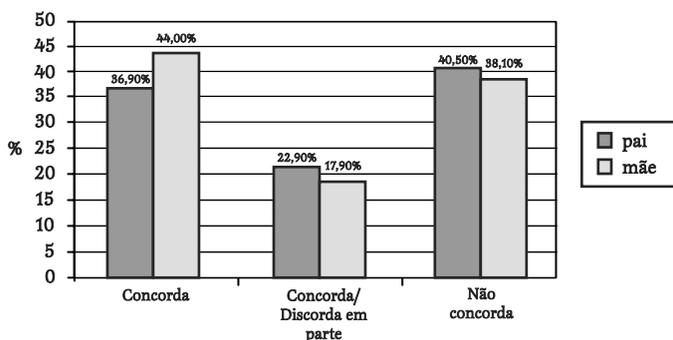
Tabela 9 – Representações sobre a divisão de tarefas na casa dos seus pais, segundo pais e mães.

Representações sobre a divisão de tarefas na casa de seus pais, segundo pais e mães												
	Geração 1 (até 29 anos)				Geração 2 (30 a 44 anos)				Geração 3 (mais de 45 anos)			
	NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO	
	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI
Era igual à de sua casa	28,0	20,0	28,0	40,0	28,0	20,0	24,0	20,0	8,0	32,0	36,0	24,0
Seu pai participava mais do que seu marido (ou Você)	24,0	24,0	16,0	16,0	20,0	8,0	4,0	16,0	16,0	12,0	20,0	12,0
Seu pai participava menos do que seu marido (ou Você)	48,0	56,0	56,0	44,0	52,0	72,0	72,0	64,0	76,0	56,0	44,0	64,0
Amostra(N)	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25

Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Na casa de seus pais, a divisão de tarefas entre pai e mãe [...]

Gráfico 12 – Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que Os homens jovens têm cabeça mais aberta, são mais presentes na criação dos filhos, segundo pais e mães que trabalham no mercado.



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Fala-se muito que o mundo vem mudando e que os casais hoje são diferentes. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda, ou não concorda com cada uma delas. Se você concordar ou discordar em parte, me avise. – Os homens jovens têm cabeça mais aberta, são mais presentes na criação dos filhos.

As mães que concordaram que os homens jovens que têm cabeça mais aberta são mais presentes na criação dos filhos tendem a ser um contingente maior no NSE alto, comparadas às que estão no NSE baixo. No grupo geracional mais jovem (até 29 anos), a diferença, segundo NSE, é de 44% (alto) para 20% (baixo); no grupo de 30 a 44 anos, essa diferença aumenta ainda mais (76% para 32%), e no grupo geracional com mais de 45 anos a distância entre as proporções de mães que avaliam positivamente o desempenho dos jovens como pais, segundo NSE, é bem maior (52% entre as de NSE alto e 28% entre as de NSE baixo). (Tabela 10).

Tabela 10 - Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que Acho que os jovens fazem tudo como os seus pais fizeram, em termos de criação de filhos, segundo pais e mães

Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que "Acho que os jovens fazem tudo como os seus pais fizeram, em termos de criação de filhos"												
	Geração 1 (ATÉ 29 anos)				Geração 2 (30 A 44 anos)				Geração 3 (mais de 45 anos)			
	NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO	
	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI
01- Concorda	4,0	8,0	20,0	16,0	8,0	8,0	8,0	20,0	12,0	12,0	4,0	4,0
02-Concorda/discorda em partes	16,0	32,0	16,0	16,0	28,0	40,0	12,0	16,0	16,0	24,0	20,0	16,0
03- Discorda	80,0	60,0	64,0	68,0	64,0	52,0	80,0	64,0	72,0	64,0	76,0	80,0
Base da Amostra(N)	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25

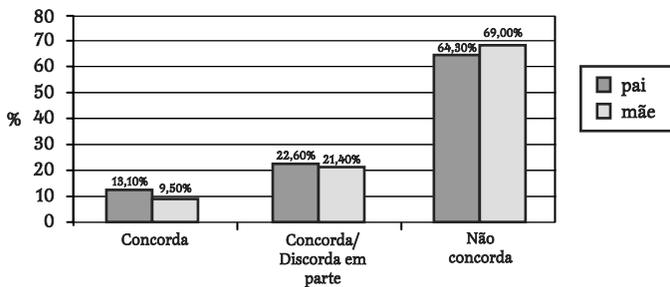
Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Fala-se muito que o mundo vem mudando e que os casais hoje são diferentes. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda, ou não concorda com cada uma delas. Se você concordar ou discordar em parte, me avise. - Tem muito filho criado só com pai e sem ajuda de mulher em casa.

As divergências, ou dispersão quanto ao sentido da avaliação sobre os jovens como pais, como anteriormente documentada, ce-

dem lugar para uma representação mais de acordo com um imaginário de mudanças, quando se pede que os entrevistados se posicionem sobre a colocação de que Acho que os jovens fazem tudo como os seus pais fizeram, em termos de criação de filhos. A maior parte de pais e mães não concorda com tal metáfora da permanência: 64% e 72%, respectivamente na amostra geral, e 64,3% e 69,0%, também respectivamente, referindo-se somente aos que trabalham no mercado (Gráfico13).

Gráfico 13 - Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que Acho que os jovens fazem tudo como os seus pais fizeram, em termos de criação de filhos, segundo pais e mães que trabalham no mercado.



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Fala-se muito que o mundo vem mudando e que os casais hoje são diferentes. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda, ou não concorda com cada uma delas. Se você concordar ou discordar em parte, me avise. - Acho que os jovens fazem tudo como os seus pais fizeram, em termos de criação de filhos.

Combinando NSE e geração, tem-se que, entre os pais, mais se aproximaram as respostas daqueles no NSE alto, entre os mais velhos. Entre esses, 52% discordaram e 40% concordaram ou discordaram em parte. Outro quadro se apresenta entre os pais de geração mais jovem e de 30 a 44 anos. No primeiro caso, 80% dos pais de NSE

alto e 64% no NSE baixo discordaram que os jovens fazem tudo como os seus pais fizeram, em termos de criação de filhos. Já entre os pais de 30 a 44 anos, ainda que independentemente do NSE a maioria também discordasse, os níveis dos valores entre os grupos segundo NSE se inverteram.

A pequena parte dos pais e mães que concordaram com a afirmação de que os jovens fazem tudo como os seus pais fizeram, em termos de criação de filhos, ficou entre 4% e 20%. (Tabela 11).

Tabela 11 – Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que “Acho que os jovens fazem tudo como os seus pais fizeram, em termos de criação de filhos, segundo pais e mães.

Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que “Acho que os jovens fazem tudo como os seus pais fizeram, em termos de criação de filhos”												
	Geração 1 (Até 29 anos)				Geração 2 (30 a 44 anos)				Geração 3 (mais de 45 anos)			
	NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO		NSE ALTO		NSE BAIXO	
	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI
Concorda	4,0	8,0	20,0	16,0	8,0	8,0	8,0	20,0	12,0	12,0	4,0	4,0
Concorda/ discorda em partes	16,0	32,0	16,0	16,0	28,0	40,0	12,0	16,0	16,0	24,0	20,0	16,0
Discorda	80,0	60,0	64,0	68,0	64,0	52,0	80,0	64,0	72,0	64,0	76,0	80,0
Base da Amostra(N)	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25

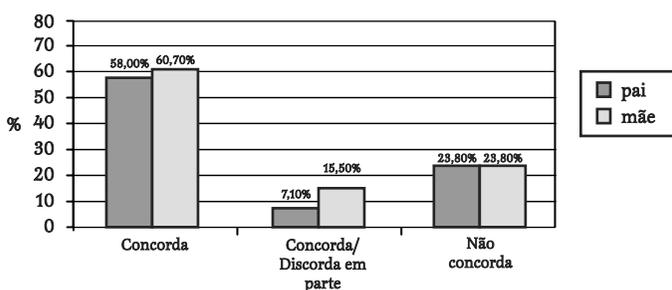
Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Fala-se muito que o mundo vem mudando e que os casais hoje são diferentes. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda, ou não concorda com cada uma delas. Se você concordar ou discordar em parte, me avise. - Acho que os jovens fazem tudo como os seus pais fizeram, em termos de criação de filhos.

Atualmente, o homem assume mais tarefas com filhos pequenos? A maioria dos pais e mães opta por concordar, porém os pais que assim se posicionam representam 62% do total, enquanto que

as mães aparecem também concentradas em tal posição, mas em um nível um pouco inferior: 51%. O grupo de mães e pais que não concordam está bem próximo, quer se considere todos entrevistados (29% e 27% respectivamente), quer nos fixemos apenas nos casais em que ambos os cônjuges exercem atividade remunerada (58% entre pais e 60,7% entre mães) (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Representações sobre mudanças: posições sobre a assertiva de que Hoje o homem assume mais tarefas com filhos pequenos, segundo pais e mães que trabalham no mercado.



Fonte: Pesquisa Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos (UCSal-PPGFSC, 2009-2011).

Nota: Foi perguntado aos pais e mães: Fala-se muito que o mundo vem mudando e que os casais hoje são diferentes. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda, ou não concorda com cada uma delas. Se você concordar ou discordar em parte, me avise. - Hoje o homem assume mais tarefas com filhos pequenos.

Pais e mães de NSE alto mais se inclinam por defender que os homens dão mais atenção aos filhos pequenos hoje em dia. As mães dos estratos mais altos que concordam, variam de 44% (grupo geracional de até 29 anos) a 84% (grupo geracional de 30 a 44 anos), enquanto as do estrato socioeducacional mais baixo variam apenas de 20% a 28%. Entre os pais de NSE alto, 84% da geração mais jovem (até 29 anos) concorda, proporção bastante superior à encontrada nessa geração entre os de NSE mais baixo, em que apenas 32% concordam

que Hoje o homem assume mais tarefas com filhos pequeno”. Tal distância de posições segundo NSE diminui entre os pais mais velhos.

Mudanças ou permanências?

A partir do *survey* realizado para o Projeto Cuidar, considera-se que, em termos dos indicadores comumente usados na literatura feminista e sociológica para estudo sobre divisão sexual do trabalho doméstico, os entrevistados, mães e pais, tendem a reproduzir dicotomias que legitimam o conceito clássico sobre tal divisão, isto é, o homem ser considerado o chefe e, por desníveis de rendimentos recebidos entre mulheres e homens, ser o principal provedor; e as mulheres, considerando não somente o que fazem elas e eles, mas também as horas dedicadas aos cuidados dos filhos pequenos, serem as cuidadoras. Por outro lado, concordam os entrevistados com a assertiva de que há que ter mulher em casa para cuidar do bebê e que cabe à mulher diminuir o envolvimento no público para dedicar-se ao privado e ao filho.

Mas é temerário optar por avaliar como se não houvesse nada de novo no campo do imaginário e das práticas quanto a cuidados com os filhos, em termos de partilhas e responsabilidades por gênero. O horizonte de representações dos próprios entrevistados aponta para tênues mudanças, mais de ritmo e intensidade do que propriamente de sentido.

Gênero, classe e geração se combinam, desmistificando orientações únicas, rígidas divisões de formas de se ver e ao outro, à outra, ou seja, as identidades e alteridades aportam em cenários, tempos históricos, condições de vida, mas não necessariamente fragmentam o quadro geral das representações.

Tendemos a reafirmar – insistimos – que há indícios de tênues mudanças de uma rígida divisão sexual do trabalho quanto a cuidados com filhos pequenos, no plano das representações. Ou seja, independentemente do gênero, pais e mães cultivam o ideal do compartilha-

mento, sendo ambos os responsáveis por sustento e outras dimensões da economia de cuidados com os filhos pequenos e a autoavaliação positivada como sendo, eles, uma geração mais aberta quanto ao cuidado compartilhado, diferentemente da dos pais.

Insistimos na tese de que o filho bebê, mais que um trabalho, é um bem apreciado, uma propriedade comum, um elo que modela uma família, ou seja, que une pai e mãe, minimizando críticas mútuas, o que embaralharia avaliações sobre divisões sexuais de trabalho doméstico, já que, filtrado pelo afetivo aportado nas relações de casal ou decolado da relação comum com o bebê, o conceito de trabalho, para significar cuidados, estaria deslocado dos referentes dos sujeitos envolvidos na trama familiar.

De fato, é difícil avaliar se houve mudanças objetivas em tais divisões do trabalho doméstico, quando se focaliza cuidados com os filhos, ou se as mudanças estariam se anunciando de forma tênue e estariam mais no nível de representações, sendo assim considerado trabalho, o próprio da maternidade e da paternidade, principalmente nos estratos socioeducacionais mais altos.

Já que se alguma crítica, em particular das mulheres em relação aos parceiros, foi anotada durante as análises, estas sugerem que tendem as mulheres mais jovens de estratos mais pobres a se considerarem mais sobrecarregadas e apresentarem uma visão menos positiva sobre o investimento deles em relação aos cuidados com os filhos do que a apresentada por eles sobre si.

O estudo base deste texto não permite generalizações – decola de uma amostra arbitrária e se refere a um tipo de família, completa (ou em que estão o pai e a mãe), e se move no nível diacrônico, permitindo tão somente análises de posições e, conseqüentemente, questionando avanços sobre relações sociais. Mas é rico em sugestões, como a recusa de associações lineares entre fenômenos, sinalizando que, mais que afirmar o peso de um sistema (como gênero, geração ou nível socioeconômico) no condicionamento de rerepresentações de situações vividas ou valorações, há que considerar a complexidade da

interação de tais sistemas. Também sugere que pesquisas qualitativas e que combinem construções da sociologia, da psicologia e da economia política poderiam contribuir para avançar o acervo reflexivo sobre divisão sexual e social do trabalho, já que, como se prenuncia no texto, o cuidar de filhos parece ter sentidos próprios; é carga, mas é gratificação, quer para os indivíduos que estão na rede próxima, como a família de convivência, quer para a sociedade de referência, não podendo ser tratado em um modelo analítico sobre a família apenas como uma variável para composição de índices sobre trabalhos no doméstico – ou seja, com igual ponderação valorativa que outros trabalhos básicos para reprodução da cotidianidade do grupo.

Sugere o artigo, implicitamente, que há relações no âmbito da família, mesmo quando esse fenômeno é entendido apenas como permitido pelo estudo, como locus de convivência entre cônjuges, outros parentes e não parentes e infantes, com um *status* socialmente singular, de ser o filho, a filha que conformam um campo de relações que pede debate próprio sobre gênero e geração. Sendo assim, referir-se à mãe ou ao pai do meu filho é diferente de se referir a uma mulher ou a um homem, mesmo quando esse outro ou outra é um outro significativo pelas relações afetivas ou de convivência ou contratual que nos une.

O breve recorrido ao estado da arte dos recentes trabalhos no Brasil sobre divisão sexual do trabalho, objeto de uma seção desse texto, já indicava que vem se alertando para o fato de que conceito de cuidado envolve trabalho, mas é temperado pelo simbólico, construções sobre afeto e vínculos de várias ordens entre pais e filhos, ainda que aquele seja o conceito mais explorado no campo dos estudos da psicologia social.

Em resumo, o Projeto Cuidar permite muitos olhares, análises e, claro, divagações e interpretações; ou melhor, questões para outros estudos e outras perguntas, assim como uma provocação à nossa pergunta subliminar ao texto: há mudanças ou permanências na divisão sexual de trabalho, em que se percebe que cabe à mulher ser

a cuidadora e ao homem o provedor, se a referência são os cuidados com os filhos pequenos e a fonte de informação os pais e as mães que convivem em um tipo de família completa?

Respondemos (ou não respondemos) que as mudanças são tênues, logo seriam, portanto, mudanças? Como afirmou o Conde de Lampedusa (1970), muitas vezes, é preciso que as coisas mudem para que possam permanecer as mesmas.

Referências

ARAÚJO, Clara; SCALON, Maria Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Maria Celi (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 15-77.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *Revista bras. Estud. Popul.*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n2/a09v23n2.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero, a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristiane (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992. p. 216-251.

CECCARELLI, Paulo R. Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, v. 15, n. 161, p. 88-98, set., 2002. Disponível em: <http://ceccarelli.psc.br/paulorobertoceccarelli/?page_id=213>. Acesso em: 12 jul. 2012.

COSTA, Rosely G. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 339-356, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14961.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

FIGUEIREDO, Luís C. *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2009.

GIFFIN, Karen; CAVALCANTE, Cristina. Homens e reprodução. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, p. 53-71, 2000. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/13112009-110920giffincavalcanti.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

GIDDENS, Anthony. *As transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

- GOMES, Aguinaldo J. S.; RESENDE, Vera R. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 20 n. 2, p. 119-125, maio/ago., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n2/a04v20n2.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, p. 139-156, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.) *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003. p. 111-124.
- ILLOUZ, Eva. *Cold intimacies: the making of emotional capitalism*. Cambridge: Polity Press Cambridge, 2008.
- JABLONSKI, Bernardo. Papéis conjugais: conflito e transição. In: CARNEIRO, Terezinha (Org.). *Coletâneas da Anpepp*. Rio de Janeiro: ANPEPP, 1996. Disponível em: <<http://www.infocien.org/Interface/Colets/v01n01a11.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- JELIN, Elizabeth. *Pan y afectos: la transformación de las familias*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 2006.
- JODELET, Denise. *Representações sociais: um domínio em expansão as representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- KUCHEMANN, Berlindes A.; CRUZ, Tânia C. Ressignificações do trabalho das mulheres para a agenda das políticas públicas. *Ser Social*, Brasília, v. 10, p. 13-38, 2008. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/1/27>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi de. *O gattopardo*. Record: São Paulo, 1970.
- MELUCCI, Alberto. Busca de qualidade, ação social e cultura: por uma sociologia reflexiva. In: MELUCCI, Alberto (Org.). *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 25-42.
- MORAES, Maria L. Q. A estrutura contemporânea da família. In: COMPARATO, Maria C. M.; MONTEIRO, Denise S. F. (Org.). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise: família e sociedade: diálogos interdisciplinares*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. v. 1, p. 17-25.
- RIZAVI, Sayyd S.; SOFER, Catherine. Trabalho doméstico e organização do tempo dos casais. In: COSTA, Albertina de O. et al. (Org.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 107-125.

SAFFIOTI, Heleieth, *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu, 2004.

SAMARA, Eni de M. O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade). *Psicol. USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, 2002.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 15, n. 43, jun., 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n43/002.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

WAGNER, Adriana et al. Compartilhar tarefas? papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 181-186, maio/ago., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n2/a08v21n2.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

Cuidado: pai e mãe a bordo – compreensão freudiana do vínculo

José Euclimar Xavier de Menezes

Quando chega o tempo do desmame, a mãe fica triste pensando que ela e o filho irão se separar; que o menino, a princípio sob o seu coração e depois embalado no seio, nunca mais se encontrará tão perto dela. E juntos sofrerão esta curta pena. Feliz aquele que conservou o filho tão perto do seu coração e não teve outro motivo de desgosto!
(KIERKEGAARD, 1979, p. 115)

Perscrutar um detalhe ainda não visto, burilar certos resíduos de dados para construir certas hipóteses que se reiteram ou sofrem variações: eis o escopo deste breve ensaio. Desejo, na leitura que cometo dos resultados dessa pesquisa excepcional sobre a partilha dos cuidados concretos de pais e mães dos filhos pequenos, tentar capturar certos elementos compreensivos da organização da personalidade pensados por Freud.

O projeto em questão se chama *Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos*, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sua execução usou como estratégia uma coleta de dados apoiada em um *survey* domiciliar na cidade de Salvador, Bahia, tendo pais e mães como unidades de análise e utilizando um questionário

estruturado. Seu escopo foi descrever, documentar e analisar, crítica e comparativamente, em diversos recortes disciplinares, a partilha de responsabilidades no cuidado com os filhos, com vistas a compreender os caminhos das transformações na família e seus impactos sobre o lugar de homens e mulheres no contexto familiar, especialmente no que diz respeito à função socialmente priorizada desse contexto: o cuidado dos filhos. Os ensaios precedentes documentam a suficiência a mecânica e o espírito do projeto.

Tomo como ponto de partida de minha proposta os resultados dessa pesquisa, sobretudo as questões que orientam todo o trabalho, que podem ser expressas do seguinte modo: de que maneira os pais e as mães da contemporaneidade partilham os cuidados concretos e cotidianos com os filhos? Qual o lugar dos membros da família nuclear e da família extensa nesta tarefa aparentemente prosaica e trivial? As tensões inerentes ao convívio familiar não cumprem nenhum papel na organização da personalidade do bebê?

O meu foco não será posto nas ações objetivas partilhadas ou não por mãe e pai, quando se trata de limpar o bebê, de trocar a fralda, de dar a mamadeira, de acudir nos momentos de febre ou de ninar quando, no meio da noite, o filhote cobra a presença de um dos cuidadores para sanar suas carências. A importância desses elementos foi debatida à exaustão pelos pesquisadores que precederam esta minha pequena colaboração. Gostaria de lançar um olhar para outro aspecto insuspeito nessa pesquisa rica, na qual fui cúmplice do esforço realizado por meus colegas que foram a campo e que se debruçaram na tabulação dos dados e no debate dos seus resultados.

Meu desejo é deslocar o foco deste polo nos pais para pensar a relação triangular pai-mãe-bebê para um outro, a saber, a percepção que o bebê faz dos seus dois cuidadores, os quais são os mais relevantes de sua vida, acorde a crença freudiana sobre a importância dos pais no seu ordenamento psíquico.

À guisa das perguntas e respostas formuladas entres pesquisadores e entrevistados na referida investigação, pretendo manejar

certos indicadores que a psicanálise propõe para compreender aquele que é o polo silencioso da relação de cuidado: o bebê. Como ele percebe os cuidados dos seus pais? As tensões inerentes ao cuidar e as carências que se impõem imperativamente, como a fome e o sono: como são registradas pelo bebê no seu sistema de memória e como o bebê experimenta as contradições afetivas implicadas na sua condição de carente?

Desejo, portanto, na delimitação bem modesta deste trabalho, recorrer a Freud, mas não para iluminar os dados dessa pesquisa, pois isso se trata de um ajuste impossível de ser feita. Minha reflexão, de natureza teórica, parte de um rico debate empírico para elaborar um modesto movimento reflexivo, que vai na direção de repensar a teoria freudiana a partir de dados empíricos. Antes de a teoria orientar o olhar para um certo experimento, o que desejo é colocar o experimento em favor do acrisolamento da teoria, para atualizá-la, torná-la pertinente e o menos arbitrária possível, para que a mesma ainda seja uma ferramenta de investigação da organização da subjetividade.

Um problema quase impeditivo desse meu pensamento em voz alta – ainda mais impertinente por ser grafado – é o fato perturbador de a pesquisa não ter, em qualquer momento, indagado ao próprio bebê sobre sua percepção do ser cuidado. Entendam-me: o problema é meu, não da pesquisa monumental. Sou eu que, leitor de um autor já arcaico – muitos tomam isto como um adjetivo *démodé*; eu, em vez disso, tomo-o no sentido mesmo da arqueologia –, desejo me esgueirar por entre perguntas e respostas para entender o silêncio eloquente do bebê, a fim de acompanhar, nos resultados obtidos da execução de um projeto excepcional, o *cogitans* de Freud sobre a matéria. O que enunciaria este silêncio antes mesmo do domínio pleno da linguagem? Como ele poderia se manifestar nos interstícios do diálogo dos pesquisadores-entrevistadores com os pais, que dizem pelo bebê, já que, *per si*, o bebê não falou na pesquisa? Ciente deste quase impecilho para realizar minha tarefa, sigo adiante com o escopo de realizar a tarefa que me proponho, em razão do belo resultado do

trabalho de meus colegas e dos textos sempre incitantes de Freud. É provável que as duas referências superem o beco-sem-saída em que me meti no começo mesmo destas linhas tortas.

Para começo de conversa, devo declarar, conforme recomenda a metodologia, aquilo que orienta o meu olhar para trabalhar com esse tema tão delicado: meu referente teórico é o freudismo. E o *modus faciendi* deste meu trabalho é o que costume chamar de debulha-gem dos grãos. Buscarei, neste espaço, reconstituir uma rede teórica que me ajuda a pensar a organização afetiva do sujeito a partir de suas relações entabuladas desde o colo, forjadas sob o imperativo de necessidades vitais. E o faço na condição de leitor de um conjunto de entrevistas aplicadas a pais e mães de bebês. Minha lupa recai sobre o ato de alimentar a criança, particularmente através da amamentação. No meu roteiro de reflexão, levo em conta a teoria do prazer-desprazer, proposta por Freud, concebida a partir da descrição da amamentação.

O binômio prazer-desprazer habita o centro da teoria psicanalítica. E o prazer oral é considerado o núcleo do desenvolvimento da personalidade. Esse elemento é descrito ao pormenor por Laplanche (1985, p. 24) no seu clássico trabalho *Vida e morte na psicanálise*. No acompanhamento da análise deste comentador, confere-se que Freud concebe o prazer como derivado de uma experiência de satisfação de uma necessidade como a fome:

O que é descrito por Freud é um fenômeno de apoio da pulsão, o fato de a sexualidade nascente apoiar-se num outro processo, ao mesmo tempo similar e profundamente divergente: a pulsão sexual se apóia numa função não sexual, vital ou - como Freud formula em termos que desafiam qualquer comentário - numa 'função corporal essencial à vida'.

Na sintaxe de Laplanche (1985), percebe-se uma simetria, pra não dizer identidade, entre prazer e sexualidade. Não farei disto uma problematização. O belo livro de Laplanche dispensa o meu esforço.

Para os meus propósitos, basta verificar esta identidade nas palavras de Freud (1990a, p. 161): “Esta é a atividade essencial à vida da criança, a sucção do seio materno ou daquilo que o substitui. [...] a excitação causada pelo afluxo de leite quente provocou o prazer.”

Tudo indica que o prazer decorre da experiência de satisfação nutricional realizada pelo ato de chupar o bico do peito materno. Espontaneamente ele se torna independente da sucção do leite, quando a criança é amamentada para cumprir um ritual caracterizado pelo ritmo com que qualquer objeto é chupado (peito, mão, dedo do pé etc.). A fricção que a criança faz no peito usando os lábios e a língua, junto ao movimento rítmico das mandíbulas comprimindo o bico do peito, depõem favoravelmente ao reforço da ideia de uma meta que o chupar estabelece para além da função biológica da nutrição. É lógico que o ponto de partida de tudo é biológico. Laplanche inventou até uma teoria para dar conta dessa bricolagem: a teoria do apoio. Como mamífero, o modo de o bebê buscar assegurar a vida é a nutrição. Na matriz, então, há a pulsão de conservação sobre o quê tudo o mais é desencadeado.¹

O que o bebê faz quando, satisfeito, abandona a sucção do leite para somente chupar o bico do peito e, em decorrência disso, usufrui do adormecimento após uma espécie de descarga? É claro que se trata de um prazer obtido sobre uma ação vital. Mas o que efetivamente determina que o chupar, decorrente da amamentação, seja uma ação que indica prazer para a criança?

[...] o que rege a ação de chupar da criança é a busca de um prazer - já vivenciado e agora recordado. Assim, no caso mais simples, a satisfação se obtém mamando ritmicamente uma área da pele ou da mucosa. É fácil coligir também as ocasiões que ofereceram à criança as primeiras experiências desse prazer que agora aspira reno-

1 São Laplanche e Pontalis (1986, p. 66-69) que recortam com maior nitidez o conceito de *ANHELUNG* no interior da obra de Freud, por eles traduzido como *APOIO*.

var. Sua primeira atividade, a mais importante para a sua vida, o mamar do peito materno (ou de seus subrogados), a familiarizou com esse prazer. (FREUD, 1990b, p. 164)

O texto é cristalino: a determinação do caráter prazeroso do chupar é dado pelo trabalho psíquico de recordação. Uma vez experimentado o prazer, o circuito psíquico que registrou a vivência de satisfação (FREUD, 1990b p. 33) se firmará privilegiadamente para ordenar o trabalho anímico que aufere qualidade aos objetos e às ações afetivas. Em outras palavras: coincidente com o registro da saciedade, o sistema de memória registra com qualidade (conferindo se é bom ou ruim) o sujeito que auxiliou nesta satisfação.

Ancorado inicialmente numa atividade que atende às exigências da sobrevivência, o ato de chupar o bico do peito materno é realizado não porque a fome se reinstalou no organismo (a despeito desse fato óbvio se comprovar na sucessão da vida), mas porque a criança ativa o registro da vivência de satisfação, e, ao fazê-lo, privilegia o investimento do complexo de inscrições psíquicas que predicam aquela vivência como prazerosa. A vivência de satisfação, em si mesma, torna-se secundária, frente a esse trabalho qualificador do psiquismo, o da predicação. E há que se pensar, ainda, que a satisfação nutritiva tem um limite e, portanto, um tempo dado de realização. Esse limite-tempo é ultrapassado pelo chupar o bico do peito materno, que se prolonga para além da sucção do leite. Em outros termos, a criança demora no peito porque o exercício lúdico aportado na função nutritiva é fonte de prazer.

Em outros termos: o curso natural de satisfação de um instinto como a fome sofre uma variação, e funciona como suporte de um movimento que se torna independente da função biológica na qual se apoia. Ou ainda: o prazer, inicialmente alavancado na pulsão de autoconservação, perturba a função biológica e dela se torna independente para logo depois a subsumir.

É justamente essa espécie de desvio da função nutritiva, subrogada por esta outra, que é o chupar o bico do peito, que determina o prazer. Na sequência o texto complementa:

Diríamos que os lábios da criança se comportam como uma zona erógena e a estimulação do quente fluxo do leite foi a causa da sensação prazerosa. Ao começo, é claro, a satisfação da zona erógena se associou com a satisfação da necessidade de alimentar-se. O caráter sexual se apoia primeiro em uma das funções que servem à conservação da vida e só mais tarde se torna independente dela. Quem olha uma criança saciada adormecer no peito materno com as faces rosadas e um sorriso beatífico, concluirá que este quadro equivale àquela que expressa a satisfação sexual na vida posterior. (FREUD, 1990b, p. 164-165)

A boca, na amamentação, torna-se mais do que um órgão responsável pela nutrição. Ela é excitada pela sucção do leite quente e, no entanto, a fricção causada pela sua passagem do leite, associada a uma ação como o chupar o bico do peito, propicia um outro tipo de satisfação diverso daquele meramente biológico, nomeada por Freud (1990b) de satisfação da zona erógena. Ora, tal satisfação se destaca daquela fornecida pela função nutritiva, dado que os lábios podem assumir como objeto qualquer outra superfície que não o peito e, mesmo no peito, realizar algo que não responde à exigência nutricional.

Assim, tem-se que a satisfação da zona erógena não tem um objeto sexual predeterminado, mas pode adequar qualquer coisa que responda a essa exigência da fricção que intensifica um desprazer e, em decorrência disso, promove a busca do prazer, como também sua meta é a demora neste contato que fornece excitação, calor e portanto, de extensão máxima da excitação que conduz ao prazer.

Alguns indicativos do desenvolvimento biológico mostram que os dois tipos de satisfação em jogo se divorciam na sequência desse início imbricado: com o aparecimento dos dentes, a fonte nu-

tritativa adquire diversificação e, no entanto, a repetição da satisfação e do prazer excitada pelas zonas erógenas se torna uma exigência. A criança busca muito mais que macerar os alimentos. Ela cola a boca em qualquer objeto, preferencialmente certas partes do próprio corpo, para aí exercer a satisfação erótica, ou melhor, autoerótica. Com esta medida, a criança torna o corpo uma superfície erotizada, capaz de lhe fornecer uma satisfação psíquica que se tornou independente da satisfação biológica.

O prazer oral é, então, o protótipo, o modelo do prazer a partir do qual todos os outros vão se desenrolar. O prazer é, portanto, uma estratégia psíquica para alcançar seus fins: a busca criou a motivação que impelirá o faminto a procurar seu alimento para preservar a sua existência. É a excitação e o registro da supressão da tensão desagradável que vai provocar o prazer.

De todo modo, a experiência de carência, como a da fome, é uma violência que pode suscitar reações extremas, destruidoras, evocadas pela literatura. Buscando a pacificação das carências, a amamentação favorece a harmonia das relações que o bebê mantém com a sua *entourage*, em particular, os sujeitos auxiliares da satisfação. Nesse sentido, comer representará bem mais do que nutrir-se. Representará a experiência mais elementar de estabelecimento de vínculos com aqueles sujeitos que operam a supressão da tensão. Creio ser, nesse sentido, que Bachelard (1989, p. 21) lê Freud:

Por muito que se recue nos tempos, o valor gastronômico supera o valor alimentar, e é na alegria e não no trabalho que o homem descobriu o seu espírito. A conquista do supérfluo provoca uma excitação espiritual maior do que a conquista do necessário. O homem é uma criação do desejo, não uma criação da necessidade

O que estou enunciando, lendo Freud (1990b), é que a alimentação humana é a ação mais carregada de significações para o ordenamento psicoafetivo do sujeito. Nos índices da letra freudiana, sem

ainda recorrer à filogênese, encontramos a suspeita de um processo de subjetivação que se instala na ação que se inicia por um adulto acudindo a um bebê em carência e, de outra parte, por um bebê que elabora traços de memória que vão se complexificando para o estabelecimento de vínculos duradouros. Em se organizando à guisa da saciedade da fome, e mesmo contra a urgência da nutrição, a função alimentar humana ganha indicadores de complexidade. Ela obedece a três escopos bem delineados na letra freudiana: a meta nutritiva, a hedonista e a simbólica.

Tudo começa pela finalidade nutritiva: comer é uma necessidade vital. O pequeno mamífero humano recém-nato é lançado à fonte de leite como todos os outros mamíferos. Nessa etapa mais elementar de sua vida, apoiada na nutrição, a afetividade vai progressivamente se desenrolando e se distinguindo do primado da fisiologia, sem a anular, evidentemente. O modo de manifestação da fome, a partir do choro, delata a fome como uma força geradora de tensões internas, cujas tensões o próprio bebê não pode resolver. O desprazer advindo dessa tensão parece indicar Freud (1990a) com o conceito de ambivalência; sugere que a percepção do bebê acerca do mundo que o cerca e dos objetos que o povoam é hostil e mau. É a experiência de satisfação, sanando a fome, que restaura a harmonia afetiva do bebê com o mundo. A saciedade provoca a quietude interior que, por sua vez, será registrada como prazer. O mundo se torna, de novo, bom. Concomitantemente à maturação psíquica, a repetição dessas sequências é acompanhada da identificação da pessoa que, habitualmente, é responsável pela satisfação: a mãe ou seus substitutos.

Ao que tudo indica, o que Freud (1990a) está realizando é uma espécie de genealogia de dois fatos simultâneos ocorridos nos estágios mais primários da vida: a personalidade e a socialização vão se elaborar a partir da sequência alimentar original. Em termos simples: mamar será a experiência mais elementar da organização psicoafetivo-social. Para o freudismo, a oralidade não se limita aos contornos da boca. Associando-se ao conjunto de sensações táteis, olfativas, sonoras, visuais,

gustativas, o bebê constrói uma percepção qualificada do mundo e dos objetos que o povoam (recordemos que, desde o projeto para uma psicologia científica, Freud (1990b) pensa o psiquismo como um conjunto de mecanismos mnemônicos que se articulam: o sistema perceptual, o sistema de atribuição de qualidade ao que se percebe e o sistema de armazenagem desses dados já elaborados). Todo esse conjunto de estímulos invade o bebê ao tempo em que ele suga o leite.

A atmosfera afetiva em que se desenvolvem essas trocas (auxílio na supressão das carências-percepção qualificadas do valor do sujeito auxiliar para o bebê) é crucial para o desenvolvimento afetivo ulterior da criança. É o reconhecimento da mãe que vai estabelecer um divisor de águas, do ponto de vista psíquico, para que o bebê represente psicoafetivamente o seu universo familiar, contrastante com o universo que lhe é estranho. Uma vez podendo reconhecer a mãe, sua simples presença será o critério para que a criança ative o circuito mnêmico de prazer, sem que, necessariamente, a nutrição esteja sendo realizada – lembremos da descrição que Freud (1990b) já realizara da alucinação: trata-se de um mecanismo psíquico mediante o qual, com fome e chorando para chamar a atenção do objeto auxiliar, mesmo ele não estando disponível, o bebê ativa a lembrança armazenada de sua presença psíquica, identificada com o provimento da satisfação-prazer. No curso de sua educação nutricional, criança e mãe descobrirão, na nutrição, múltiplas possibilidades de prazer. A mãe promoverá a descoberta no bebê de que a palavra pode prolongar o prazer original, modificando-o, e que o prazer de satisfação plena de alimento pode ser substituído pelo estar-com e pelas trocas lúdicas feitas com o outro, objeto de amor privilegiado que é a mãe neste estágio. A partir do momento em que a necessidade alimentar é dimensionada, a criança vai, pouco a pouco, provando do prazer de cada uma das atividades que acompanham sua exploração do mundo, pelo qual a boca se constitui neste período a ferramenta privilegiada. O prazer gustativo se desprende do prazer nutricional e se torna um objetivo hedônico em si mesmo.

Pouco a pouco, a sofreguidão com que tomava o peito e a ávida e impaciente relação que a criança possuía nos primeiros meses com o alimento vai dando lugar a um prazer gustativo. Isso ilustra a multiplicidade e complexidade do conjunto de aprendizado alimentar que o bebê vai realizando. Todo o ritual à mesa, a variedade dos alimentos que circulam no dia a dia, fatos que distinguem o comportamento alimentar dos humanos daquele dos animais, torna-se um terreno privilegiado para a aprendizagem social. O convívio será a chave para aprender o prazer de dividir com os outros, um prazer que não se experimenta solitariamente, mas no convívio. A aprendizagem dos modos à mesa, as regras de partilha com um número crescentes de convidados, é um terreno privilegiado de aprendizagem social. Acorde à minha leitura, o conceito de alucinação contorna bem a problematização que a provocação da pesquisa sobre o cuidado com os bebês de parte dos pais realiza sobre a obra freudiana.

O símbolo é o que liga vários sujeitos em torno de uma significação comum. As sociedades se organizam em torno do simbolismo alimentar. O aprendizado das maneiras de estar à mesa de seu grupo de pertença é uma iniciação às regras de partilha e às maneiras de pensar as relações dos membros do grupo entre si e com o mundo que os envolve. Por exemplo, uma criança que sopra as velas de seu bolo de aniversário – as suas e não as dos outros – compreende que esse ritual marca não somente o tempo que passa para si (os anos que se somam e são representados pelas velas) mas, sobretudo, o lugar singular que ela ocupa no seio da família. Fazendo-lhe medir sua importância aos membros de sua família, esse ritual será importante por desenvolver a autoestima e a confiança em si que poderá caracterizar a sua personalidade adulta.

As refeições em família reúnem os sexos e as gerações, separadas no resto do tempo pelas várias atividades diferentes. Nessas ocasiões, a criança aprende os rituais em vigor no seu nicho de desenvolvimento. A aprendizagem das regras de família a incita no exercício das regras da vida em sociedade. O que parecia ser uma mera experiência diádica,

na reflexão cultural de Freud (1990c), escande-se justamente por pensar que seja indissociável dos processos de socialização, como bem o demonstra o mito da horda primitiva confeccionada em *Totem e Tabu*.

O prazer de comer não se prescreve nem se ensina. Ele se descobre em família, em partilhando os alimentos com os familiares. Em certo sentido, o pensamento de Freud (1990d) enseja a reflexão de que não nascemos prontos, humanizados, sujeitos com identidades perfiladas. Nós nos tornamos sujeitos humanos mediante a educação familiar, que se firma no momento da amamentação. O prazer oral, experimentado quando da nutrição no âmbito da família, é um fator primordial de pacificação do sujeito com suas tensões e das tensões inerentes à sua própria organização afetiva, que o prepara, de modo tal, para viver a ambivalência emocional. A identificação com os comportamentos parentais é um fator poderoso do desenvolvimento do gosto alimentar.

À guisa de concluir, retomo as questões que orientam a minha enésima releitura de certos textos da psicanálise: como aprendemos a ordenar esse rico universo das emoções que costumam se apossar dos seres humanos quando ainda não estão aparelhados com uma série de dispositivos psíquicos que canalizam, distribuem e atenuam a intensidade no curso de suas manifestações? Muito simplesmente: como os bebês se ordenam, psiquicamente, quando ainda não aprenderam a manejar a motricidade e, mais ainda, quando nem sabem como lidar com a vida intensa dos afetos que lhes ocorre? De que modo registram as presenças viscerais dos pais nos cuidados mais elementares da subsistência, como na nutrição, por exemplo?

E, neste ponto, um realismo quase cruel invade minha memória: trata-se de uma espécie de antropologia que Freud elabora teóricamente a partir de sua experiência clínica: desmistificando um olhar angelical sobre as crianças, confere que, do ponto de vista dos afetos, seria um desastre para o mundo familiar se as crianças, no estado afetivo em que se encontram em tenra idade, tivessem as condições para intervir motoramente no mundo, sobre os pais e/ou sobre os irmãos. Freud (1990e) empresta, de um grande iluminista, a concepção que dissolve

qualquer pretensão de transformar os bebês em seres angélicos. Cita ele uma consagrada reflexão de Denis Diderot (apud FREUD, 1990e, p. 308): “Se o pequeno selvagem fosse abandonado a si mesmo, conservasse toda a sua imbecilidade e a somasse com a escassa razão de uma criança sob a influência da violência das paixões de um homem trinta anos, torceria o pescoço do pai e dormiria com sua mãe”.

Uma evidente evocação do Complexo de Édipo, categoria que indica as figuras familiares elementares, os pais, indispensáveis na estruturação do sujeito. Desde a amamentação, assistimos, no texto freudiano, a uma crescente problematização do outro como figura anterior ao eu e condição de possibilidade deste último. Nossa exploração, nesse ensaio, deu-se em torno da amamentação, privilegiando o vetor que coloca como relativos íntimos filho e mãe. Mas esta é apenas uma parte da questão. A outra, a presença do pai, demanda uma outra reflexão futura. Para os nossos propósitos, é satisfatório indicar a presença do pai como mediadora da substituição da permanência no peito, para a tomada de lugar à mesa. E a razão é bem simples: a mãe, doadora do peito, não interroga o outro sobre sua responsabilidade, não dirige nenhuma pergunta que possibilite o reconhecimento do outro enquanto uma alteridade. O peito, objeto primeiro de instalação dos mecanismos vinculadores, parece imediatamente vinculado ao desejo. Com ele, diz Freud (1990b), o bebê alucina, porque o percebe como objeto contíguo ao surgimento do desejo.

A possibilidade da relação com a alteridade nasce com o rompimento da íntima relação com o seio, pois é com essa perda que o bebê se dá conta de sua fragilidade. Enquanto saciado nessa extensão do seu desejo, o peito, que é o poder do desejo, coloca-se imperativamente. Não é à toa, uma vez mais, que a criança alucina.

A solidão de um desejante representa o primeiro indício da possibilidade de reconhecimento da alteridade. A mãe não é extensão do desejo. E depois chega o pai, que, antes de ser pai, é marido da mãe. Esta é uma percepção imensamente angustiante para o bebê, reforçada pela dependência.

O abandono da mãe, como outro auxiliar, possibilita ao sujeito fantasiar os primeiros traços de um outro, de quem reconhece dependência. Não é aleatório que componha uma linguagem para se comunicar com ele.

Nas obras de Freud, não há vestígios de um pensador do século XIX, cuja reflexão cai como uma luva nessa sua perspectiva para pensar colo e mesa, leite e alimentos substitutivos dele – relação diádica para relação triádica. Falo de Kierkegaard (1979, p. 114), na evocação solene que realiza da amamentação em seu *Temor e Tremor*:

Quando chega o tempo do desmame, a mãe enegrece o seio, porque manter o seu atrativo será prejudicial ao filho que o deve abandonar. Assim ele acredita que a mãe mudou, embora o coração dela continue firme e o olhar conserve a mesma ternura e amor. Feliz aquele que não tem de recorrer a meios ainda mais terríveis para desmamar o seu filho!

Referências

- BACHELARD, Gaston. *A psicanálise do fogo*. Lisboa: Litoral Edições, 1989. (Coleção Tópicos)
- FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria sexual. In: _____. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1990a. v. 7.
- _____. Projeto para uma psicologia científica In: _____. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1990b.
- _____. Totem e tabu. In: _____. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1990c. v. 13.
- FREUD, Sigmund. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1990d.
- _____. 21ª Conferência: Desenvolvimento libidinal e organizações sexuais. In: _____. *Sigmund Freud: obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1990e. v. 16.
- KIERKEGAARD, Soren A. *Temor e tremor*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- LAPLANCHE, Jean. *Vida e morte na psicanálise*. São Paulo: Artes Médicas, 1985.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da psicanálise*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1986.

Sobre os autores

Ana Maria Almeida Carvalho

Professora e pesquisadora do Departamento de Psicologia Experimental da Universidade de São Paulo (USP) (1969-1993). Aposentada em 1993, manteve vínculos com a USP como pesquisadora e orientadora até 2007. Colaborou com o Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador (UCSal) de 2005 a 2009, e mantém vínculos como pesquisadora do projeto Gênero e Família em Mudança: Participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos. Graduação em Psicologia (FFCLUSP, 1968), mestrado (1971), doutorado (1973) e livre-docência (1993) pela Universidade de São Paulo (USP). Estágios de pós-doutorado na University of Sheffield, U.K. (1989-2000), University of North Carolina, USA (1995) e Duke University, USA (1999). Pesquisadora-bolsista do CNPq de 1983 a 2007 e auxílios FAPESP entre 1995 e 2007.

Anamélia Lins e Silva Franco

Professora do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, da Universidade Federal da Bahia. (IHAC-UFBA) e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Psicóloga, mestre em Psicologia do Desenvolvimento, pela Universidade de Brasília (UnB), doutora em Saúde Pública, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Orienta e desenvolve estudos em torno da relação família e saúde principalmente o ciclo gravídico puerperal.

Ariane Vieira Leite Dias

Coordenadora executiva do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família – seção brasileira. Coordenadora Acadêmica do Curso de Especialização “Relações familiares e contextos sociais”, da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Graduada em Relações Internacionais, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Minas), e mestre em Família na Sociedade Contemporânea, pela Universidade Católica do Salvador (UCSal).

Bárbara Maria Santos Caldeira

Professora da Faculdade Ruy Barbosa – Grupo Devry Brasil. Historiadora, mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea, pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura – Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador (UCSal).

Claudia de Faria Barbosa

Mestre e doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea, pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Especialista em Políticas Públicas e Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e em Desenvolvimento de Recursos Humanos, pela Fundação Visconde de Cairu. Possui Graduação em Pedagogia, pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e em Secretariado Executivo, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura, da Universidade Católica do Salvador (NPEJI/UCSal).

Elaine Pedreira Rabinovich

Professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Psicóloga clínica, mestrado em Psicologia Experimental e doutorado em Psicologia Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Líder do Grupo de Pesquisa Família, (auto)biografia e poética, da Universidade Católica do Salvador (UCSal).

Giancarlo Petrini

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador (UCSal) e diretor do Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família, de Salvador. Graduado em Ciências Políticas, pela Universidade de Perúgia, na Itália, e possui mestrado e doutorado em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Líder do grupo de pesquisa *Família em Mudança*.

Helaine Pereira de Souza

Graduação em História, pelo Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Pesquisas desenvolvidas nas áreas de Gênero, Movimentos Sociais e Juventude. Integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura, da Universidade Católica do Salvador (NPEJI/UCSal).

Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima

Professora adjunta do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador (UCSal), Juíza de Direito (1990-2004). Graduação em Enfermagem, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e em Direito, pela Universidade Católica do Salvador (UCSal), doutorado em Saúde Pública, pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia

(ISC-UFBA). Estágio Pós-doutoral em Direitos Humanos/Direito da Criança, Universidade de Notre Dame (Estados Unidos) mediante bolsa da Fulbright. Líder do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família da UCSal.

José Euclimar Xavier de Menezes

Professor adjunto do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador (UCSal), professor e pesquisador nos cursos de Psicologia das Faculdades Santíssimo Sacramento e da Faculdade Social da Bahia (FSBA). Graduação em Filosofia (1987) e Teologia (1984), pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Especialização em Fundamentos Filosóficos da Psicologia e da Psicanálise, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2003). Mestrado em Filosofia da Psicanálise pela UNICAMP (1997), com fomento do CNPq, doutorado em Filosofia pela UNICAMP (2003), como bolsista do CNPq, pós-doutorado, em 2006, na Pontifícia Univercità Lateranense/Roma, com fomento da Civitas Lateranensis. Líder do Grupo de Pesquisa Epistemes da Subjetividade, da Universidade Católica do Salvador (UCSal) e orienta investigações acerca da subjetividade.

Lívia Alessandra Fialho Costa

Professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador (UCSal), e do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, da Universidade do Estado da Bahia (Universidade do Estado da Bahia). Graduação em Ciências Sociais (Antropologia), na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestrado em Sociologia,(UFBA). D.E.A. e Doutorado em Antropologia Social e Etnologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris.

Lúcia Vaz de Campos Moreira

Professora adjunta do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Graduação em Psicologia, pela Universidade de São Paulo (USP-RP), mestrado em Educação, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e doutorado em Psicologia, pela Universidade de São Paulo (USP-RP). Vice-líder dos grupos de pesquisa *Família em Mudança* e *Família e Desenvolvimento Humano*, da Universidade Católica do Salvador (UCSal).

Mary Garcia Castro

Professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea e do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), e professora aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduação em Ciências Sociais, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestrado em Planejamento Urbano, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e em Sociologia da Cultura, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É Ph.D. em Sociologia, pela Universidade da Flórida (EUA).

Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Culturas, Identidades e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador (NPE-JI/UCSAL). Pesquisadora do CNPq e da Flacso-Brasil.

Miriã Alves Ramos de Alcântara

Professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD). Graduação em Psicologia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestrado em Saúde Comunitária, pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA.), e doutorado em Saúde Pública (ISC/UFBA). Pesquisadora dos grupos de pesquisa *Família em Mudança* e *Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família*, da Universidade Católica do Salvador (UCSal), e

Contextos e Trajetórias de Desenvolvimento, da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Nestor Norio Oiwa

Professor Adjunto I na Universidade Federal Fluminense (UFF), campus Nova Friburgo, nos cursos de Biomedicina e de Fonoaudiologia. Graduação em Física. Doutor em Física, pelo Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutoramentos pela University of Notre Dame, Indiana (EUA), e pelo Instituto de Psicologia, da Universidade de São Paulo (USP).

Tâmara Melo Azevedo

Psicóloga na Prefeitura Municipal de Mutuipe-BA (CRAS) e professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e da Faculdade Maria Milza (FAMAM). Graduação em Psicologia, pela Faculdade Ruy Barbosa, e mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, pela Universidade Católica do Salvador (UCSal).

Thiago Marques Leão

Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal), mestrando em Direito Sanitário, Área de Concentração Serviço de Saúde Pública, pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família, da Universidade Católica do Salvador (UCSal), vinculado à Linha de Pesquisa Saúde e Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência.

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Professora e pesquisadora da Universidade Católica do Salvador (UCSal), no Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Professora visitante do Centro de Estudios Brasileños da Universidad de Salamanca, Espanha. Graduação em História, mestrado

em História Social, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), doutorado em História, pela Universidad de Leon, Espanha (2003). Pós-doutorado em Humanidades, pela Universidad de Salamanca, Espanha (CAPES, 2011 e CNPq, 2008). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Culturas, Identidades e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador (NPEJI/UCSAL), e do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade, da Pontifícia Universidade Católica (NEHSC/PUC-SP). Coordenadora do Grupo de Criação e Difusão do Conhecimento sobre Movimentos Sociais, Migrações e Políticas Públicas do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), da Universidad de Salamanca, Espanha.

Vânia Maria Picanço de Almeida

Pedagoga, pela Faculdade de Educação da Bahia (FEBA), psicopedagoga, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), psicomotricista, pelo Centro Educacional Silveira Rocha (CESIR), especialista em Gestão Educacional, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), e em Metodologia do Ensino Superior, pela Faculdade de Educação da Bahia (FEBA). Mestre em Família na Sociedade Contemporânea, pela Universidade Católica do Salvador (UCSal).

COLOFÃO

FORMATO	16 x 23 CM
TIPOLOGIA	LATIENNET LATIENNE SWASHT
PAPEL	ALCALINO 75 G/M2 (MIOLO) CARTÃO SUPREMO 300 G/M2 (CAPA)
IMPRESSÃO DO MIOLO	EDUFBA
CAPA E ACABAMENTO	CIAN GRÁFICA
TIRAGEM	400 EXEMPLARES

Entre trabalho e filhos e entre profissão e família, na correria da vida, na cidade grande, de que modo se dá a dinâmica do cuidado parental no âmbito doméstico? De que forma pais e mães assumem, a quem delegam e com quem compartilham o cotidiano do cuidado? Como percebem e avaliam suas experiências de parentalidade? Essas são algumas das questões abordadas neste livro, que relata resultados de um projeto de pesquisa com famílias de diferentes gerações e inscrições socioeducacionais na cidade de Salvador, Bahia.

